

A.V. R
32



Direção de Inteligência Espacial



Smartcities e Eficiência Energética

Direção de Engenharia e Infraestruturas



Água e Saneamento

Direção de Cartografia e Cadastro



Cadastro de Propriedade e Cartografia Homologável

Direção de Novos Negócios



Estratégia e Inovação

Direção Administrativa e Financeira



Eficiência e Eficácia

Relatório e Contas 2016



Município[®]
localização é valor!



A. L.
35

ÍNDICE

	pág.
1 - ÓRGÃOS SOCIAIS	2
2 - RELATÓRIO DE GESTÃO	3
Mensagem do Diretor Geral	
Atividade Desenvolvida	
Investimentos	
Política da Qualidade	
Certificações Técnicas	
Recursos Humanos	
Evolução Económico-Financeira	
Proposta de aplicação de resultados	
3 - CONTAS DO EXERCÍCIO	57
Balanço	
Demonstração de Resultados por Naturezas	
Demonstração de Resultados por Funções	
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	
Demonstração de Fluxos de Caixa	
4 - ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	65
5 - RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO E CLC	79

A. R
35m

1 - ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Fernando do Nascimento Trigo Rep. CM Oeiras Presidente

Arq. José Alberto de Castro Cardoso Rep. CM Oeiras Administrador

Dr. João Pedro Brito da Silva Rep. CMVN Gala Administrador

FISCAL ÚNICO

Dr. Joaquim dos Santos Silva Membro Efetivo

em rep. da Diz & Associados, SROC, Lda SROC nº 118

2 - RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete-se à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivo Anexo, referentes ao exercício de 2016.

2.1. MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

O ano de 2016, caracterizou-se por um segundo semestre mais dinâmico, tendo para tal contribuído o arranque do projeto de cadastro de Cabo Verde, relativo ao contrato "Systematic Land Rights and Boundaries Clarification and Regularization in the Republic of Cabo Verde – Islands of São Vicente", assinado com o Millennium Challenge Account, no valor de 2.450.000 USD.

Este projeto foi ganho em contexto de Concurso Público Internacional, com um elevado critério técnico de seleção, tendo a Município obtido o primeiro lugar na Ilha de São Vicente, relegando multinacionais e outras empresas portuguesas para posições secundárias.

No contexto Nacional, o levantamento de cadastro de infraestruturas apresentou-se também no segundo semestre como a atividade em crescimento, com muitos concursos em fase de apreciação, mas onde se chegaram a apresentar mais de uma dezena de concorrentes, em alguns concursos.

O Mercado Internacional, surge como uma consequência do trabalho realizado em Portugal, tendo as equipas da Município já demonstrado a sua qualidade em diversos países, como Cabo Verde, Marrocos, Moçambique e Timor.

A conjugação das oportunidades do mercado Nacional e Internacional, bem como uma gestão eficaz e virada para o futuro, permitiu a obtenção do terceiro ano consecutivo de resultados positivos.

Handwritten initials and date: A.P. 32

Para o futuro, espera-se dar continuidade aos projetos desenvolvidos em Moçambique, procurar novos desafios em Países Lusófonos, não perdendo de vista a nossa génese Municipal e Nacional e sempre com o objetivo último da obtenção do equilíbrio financeiro da sustentabilidade da sociedade.

Oeiras, 30 de janeiro de 2017.

O Diretor Geral,

Handwritten signature of António Fernandes
(António Fernandes)

Handwritten initials and numbers: "H. 1" and "35" below it.

2.2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

DIREÇÃO DE CARTOGRAFIA E CADASTRO

O projeto mais relevante da Direção de Cartografia e Cadastro de 2016 foi a adjudicação do projeto "Systematic Land Rights and Boundaries Clarification and Regularization in the Republic of Cape Verde" da Ilha de São Vicente. O projeto teve início em agosto e é promovido pelo MCA – CVII, Millennium Challenge Account segundo compacto. O projeto tem a duração de 14 meses e terminará no final de outubro de 2017. O objetivo é a execução do Cadastro Predial de 10.000 parcelas.



Unidade de apoio aos Cidadãos do Mindelo



Sessão de esclarecimento - Lameirão

O projeto de cadastro predial em São Vicente é um projeto muito abrangente e com uma componente, jurídica, de comunicação e de topografia muito específica e de extrema importância para o sucesso do mesmo.

Outro projeto que foi um desafio para a Direção de Cartografia e Cadastro foi a produção de ortofotomapas do concelho de Lisboa, cujo início ocorreu em maio de 2016.

A. R.
3/2

A Câmara Municipal de Lisboa já tinha anulado dois projetos de produção de ortofotomapas do concelho, a outras empresas, porque as mesmas não tinham conseguido executar a cobertura aérea do concelho de Lisboa em tempo útil. É certo que a Municípa teve que desenvolver muitos esforços para o conseguir executar, mas o facto é que realizámos a cobertura aérea do concelho em maio e o trabalho de produção de ortos foi levado a cabo até ao mês de setembro.

Foi um projeto de uma importância crucial uma vez que esta base de imagens será o suporte do próximo projeto de execução de cartografia vetorial à escala 1:1.000 da CML.



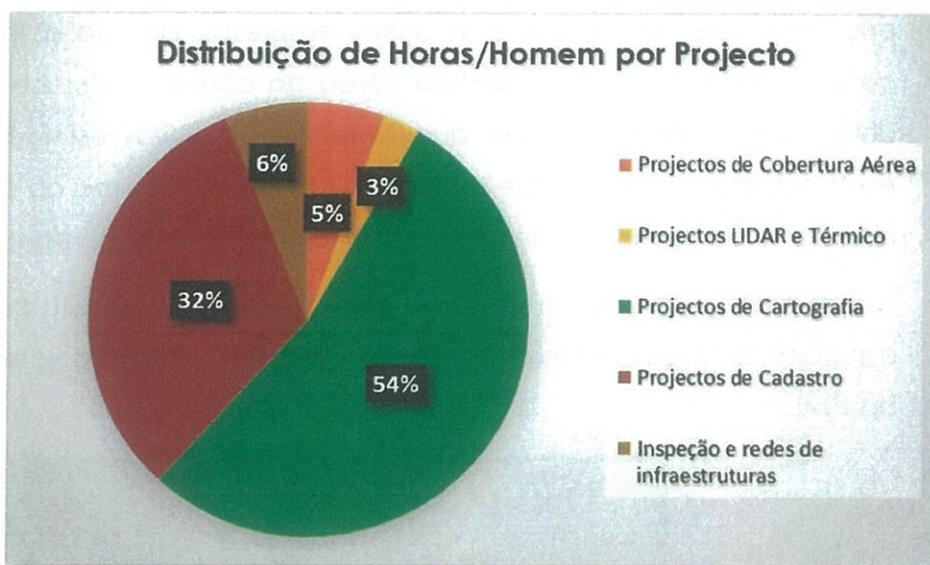
Exemplo de ortofotomapa do concelho de Lisboa

Durante o ano de 2016 foram homologados muitos projetos finalizados em 2015.

Distribuição das horas por tipologia de projeto

A distribuição das horas em função da tipologia de projetos é apresentada no seguinte esquema:

J. A.
35



A maioria das horas foi utilizada nos projetos de cartografia sendo que o cadastro começa a ter um peso significativo nas horas da Direção.

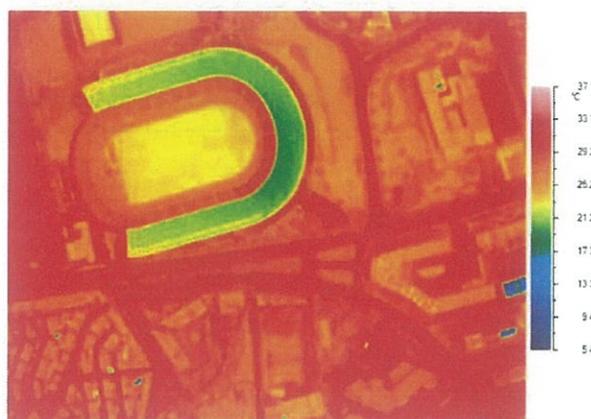
Nesta conjuntura destacam-se entre os projetos realizados os seguintes, relevantes pelo volume de negócios, pela produtividade alcançada ou pelo contributo para a introdução de novos produtos:

- Um dos projetos foi realizado em fevereiro e março e combinou o Lidar com a camara DMC, foi adjudicado pela empresa Ecorede, e o objetivo era executar uma cobertura aérea para 340km de linhas de alta tensão para a REN.
- O segundo projeto ocorreu em agosto, e consistiu num voo noturno de todo o concelho de Lisboa, juntando ao sensor lidar uma Camara Térmica de média resolução, o cliente foi a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

2A. R
32



Exemplo de imagem Lidar



Exemplo de imagem Térmica

Este projeto noturno, realizado em agosto, é o único executado até ao momento em Portugal com estas características.

Continuámos em 2016 a participar num projeto piloto em Portugal da European Commission Joint Research Centre, na investigação de doenças da floresta.

A destacar também a parceria efetuada com uma empresa portuguesa que utilizou 58 horas do nosso avião para fazer retransmissões em direto de eventos desportivos em Espanha e Portugal, sabemos que para 2017 estão previstas mais 100 horas de voo.

Em 2016, a concorrência na fotografia aérea aumentou, o que fez com que tivéssemos que analisar e refazer a nossa estratégia de mercado.

As empresas que são nossas clientes continuam a trabalhar connosco essencialmente pela qualidade e rapidez com que realizamos os projetos.

Comparando, 2015 com 2016, verifica-se que houve um aumento das operações de fotografia aérea, o que se reflete na seguinte tabela.

A. R.
3/5

Relatório e Contas 2016

Ano	2015	2016	Variação %
Horas de voo	116	216	86%
Nº de missões	33	59	79%
Nº de imagens adquiridas	10.000	17.682	77%

A. R.
342

DIREÇÃO DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURAS

Em 2016 a Município criou uma nova área de negócio – DEI – Direção de Engenharia e Infraestruturas – que pretende estar na linha da frente no setor de prestação de serviços nos domínios de aquisição e desenvolvimento dos sistemas de informação geográfica para o sector da engenharia e infraestruturas, algo que já se tem vindo a desenvolver de uma forma projeto a projeto desde 2012. Criando esta Direção com objetivo de não só responder a solicitações provenientes de consultas públicas, mas apostando também no desenvolvimento de novos serviços com forte componente de engenharia por forma a responder com uma linha de serviços completos que inclua não só o cadastro e os sistemas de informação, mas também a componente de estudo, modelação, projeto e auditoria <<ex-post>>. Esta decisão vem no seguimento de ao longo dos últimos 4 anos se ter verificado que um grande número de entidades gestoras de sistemas de águas e saneamento e de iluminação pública, principalmente ao nível municipal e supra municipal, evidenciam uma falta de recursos técnicos e como tal necessitam de uma empresa que consiga ter uma abordagem sistemática em toda a problemática inerente aos estudos e implementação de programas de eficiência nos setores Água e Energia, que não se restrinja somente à execução do cadastro.

Ao longo de 2015 e 2016 a Município teve várias solicitações de Municípios e serviços Municipalizados para apoio no desenvolvimento de projetos na área do cadastro de infraestruturas e estudos de eficiência nos setores da água (nomeadamente para resposta a solicitações da entidade reguladora) e energética mais centrada na fatura da Iluminação Pública. Esta necessidade foi grandemente reforçada pelos vários programas de financiamento no âmbito do Portugal 2020 (POSEUR, Lisboa 2020, ALT 2020 entre outros) que canaliza até desde 2016 a 2020 um conjunto de verbas direcionadas para o domínio da sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos, nomeadamente, eficiência energética e a eficiência da gestão do recurso Água (redução de fugas e

J. R.
3/2

eficiência energética dos equipamento). Ora nestes programas é exigido que os financiamentos solicitados para implementação de novas tecnologias e soluções técnicas e remodelações/renovações de infraestruturas tenham por base estudos suportados em informação fidedigna proveniente de cadastros rigorosos, estudos e projetos técnicos que relacionem a componente técnica e tecnológica com a componente económico-financeira dos investimentos, uma planificação detalhada da implementação das solução e um controlo/auditoria rigoroso da execução do plano com evidências de resultados efetivos de eficiência.

Em 2016 a DEI acentuou esforços no desenvolvimento comercial e técnico de expansão destes serviços dos quais resultaram contratos com várias entidades no âmbito de cadastro de redes de Água e Saneamento, implementação de soluções de gestão de cadastro de infraestruturas, projetos de cadastro e estudos de técnico para eficiência energética na Iluminação Pública. A atividade comercial foi e continuará a ser muito forte e ativa devido ao grande número de projetos financiados e aprovados o que fez crescer fortemente o mercado do cadastro das infraestruturas, nomeadamente no setor das redes de abastecimento de água e saneamento. Neste segmento em concreto e atendendo à diversidade de exigência inerente a esta temática, a Municípiã tem competido no mercado com empresas de diversos perfis que vão desde empresas congéneres em termos de atividades, a empresas do ramo de engenharia e projetos, ambiente e gestão ambiental, passando por empresas do ramo da construção civil e obras públicas.



Equipa Municípiã em várias fases de atividade de cadastro das redes de água em Castro Verde com evidência de uso de várias tecnologias

Handwritten signature and initials.

Em termos de execução de projetos concluídos ou iniciados em 2016, destaca-se os projetos de cadastro das redes de abastecimento de água e saneamento para os Municípios de Castro Verde, Góis e Vila Nova de Poiares, resultando em 300 km de redes de água, 50 km de redes de drenagem e mais de 200 instalações.

No âmbito da iluminação pública, foram iniciados projetos de estudos de eficiência energética em alguns municípios contando neste momento com cadastro e projetos de eficiência para recondução para led de mais de 5000 luminárias.

Para 2017 a Município irá dar continuidade ao desenvolvimento desta tipologia de projetos, crescendo tecnicamente e reforçando-se com parcerias estratégicas para dar resposta à grande demanda de concursos que se tem verificado.

Como estratégia esta Direção estará atenta ao desenvolvimento de um novo setor estratégico onde estão a surgir grandes projetos de investimento nomeadamente o setor de transportes, como os portos, aeroportos e ferrovia.



Equipas da Município em plena execução de cadastro de iluminação pública

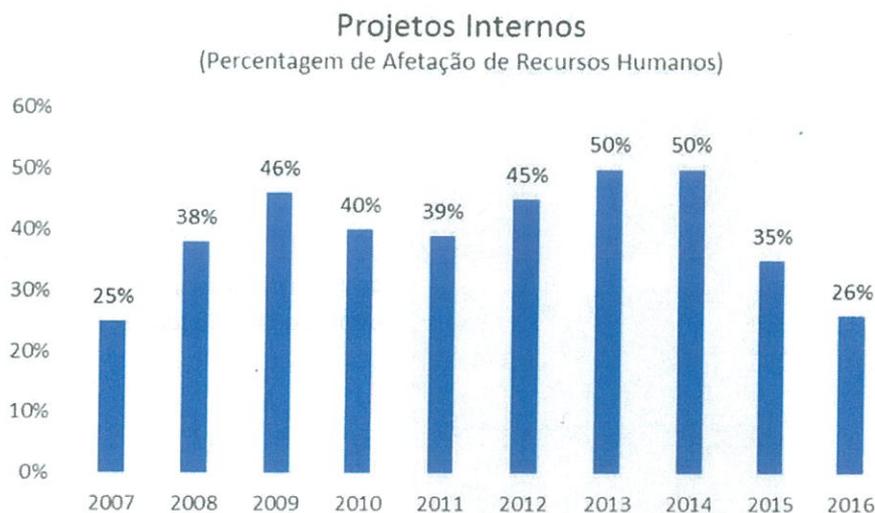
A. R.
32

DIREÇÃO DE INTELIGÊNCIA ESPACIAL

O ano de 2016 ficou marcado por uma reestruturação profunda na orgânica da Município. A recém-criada Direção de Inteligência Espacial (DIE) resultou da fusão das Divisões de Desenvolvimento e de Informação Geográfica, abarcando as mesmas áreas de atividade anteriormente afetadas a essas divisões.

Assim, a DIE esteve envolvida, durante o ano de 2016, em projetos externos e internos, na sequência das atividades de apoio à infraestrutura tecnológica da Município que eram asseguradas pela DD.

Os projetos internos que visam manter o normal funcionamento da Município e apoiar tecnicamente as restantes direções, tiveram uma afetação de recursos que corresponde a cerca de 26% total da DIE, como se pode ver no gráfico seguinte.



Estas tarefas dividiram-se em Manutenção do Site da Município, Apoio à Plataforma de Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade (uebeq); em *Help Desk* às diversas unidades, em auditoria e manutenção da infraestrutura de suporte às atividades da Município, no apoio ao SAP e no desenvolvimento e análise de soluções requisitadas pelas restantes direções. Neste particular, destaca-se o apoio prestado

Relatório e Contas 2016

aos projetos de infraestruturas da DEI, quer ao nível do Help Desk quer ao nível da implementação dos Modelos de Dados e desenvolvimento de soluções.

Relativamente às atividades de Helpdesk, o sistema implementado em 2011 permite efetuar uma análise rápida destas atividades. Assim, durante o ano de 2016 foram efetuados 617 pedidos (647 em 2015, 674 em 2014, 664 em 2013 e 652 em 2012) pela plataforma.

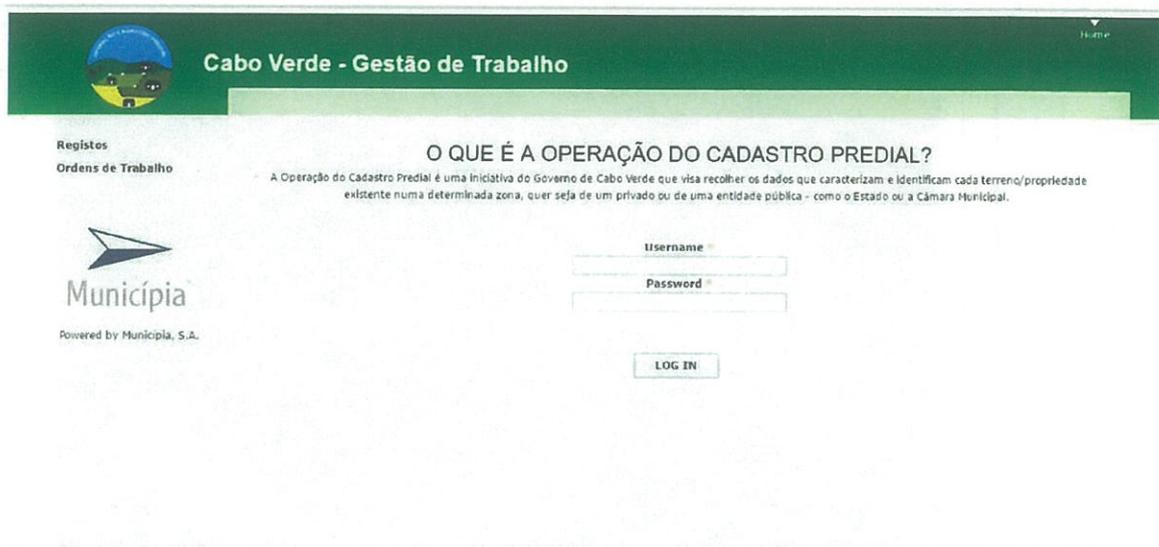
Dentre os projetos externos, vocacionados para a resposta a serviços contratados por clientes, ou desenvolvidos no âmbito de projetos de investimento com a perspetiva de rentabilização futura, podemos destacar o início do projeto de consultoria e desenvolvimento no âmbito do projeto de implementação de uma Infraestrutura de Dados Espaciais para a CIMTTM, bem como a continuação do projeto em Montemor-o-Velho e conclusão do projeto de Vila Verde. Refira-se ainda neste domínio o projeto europeu Geosmartcity, onde a Município participa como piloto. Das várias atividades e tarefas realizadas, destaca-se a organização de uma das reuniões de projeto e *workshop* em maio em Oeiras e a participação, durante o mês de outubro, na reunião de projeto, realizada na cidade de Chorzow, na Polónia.

F.R
31



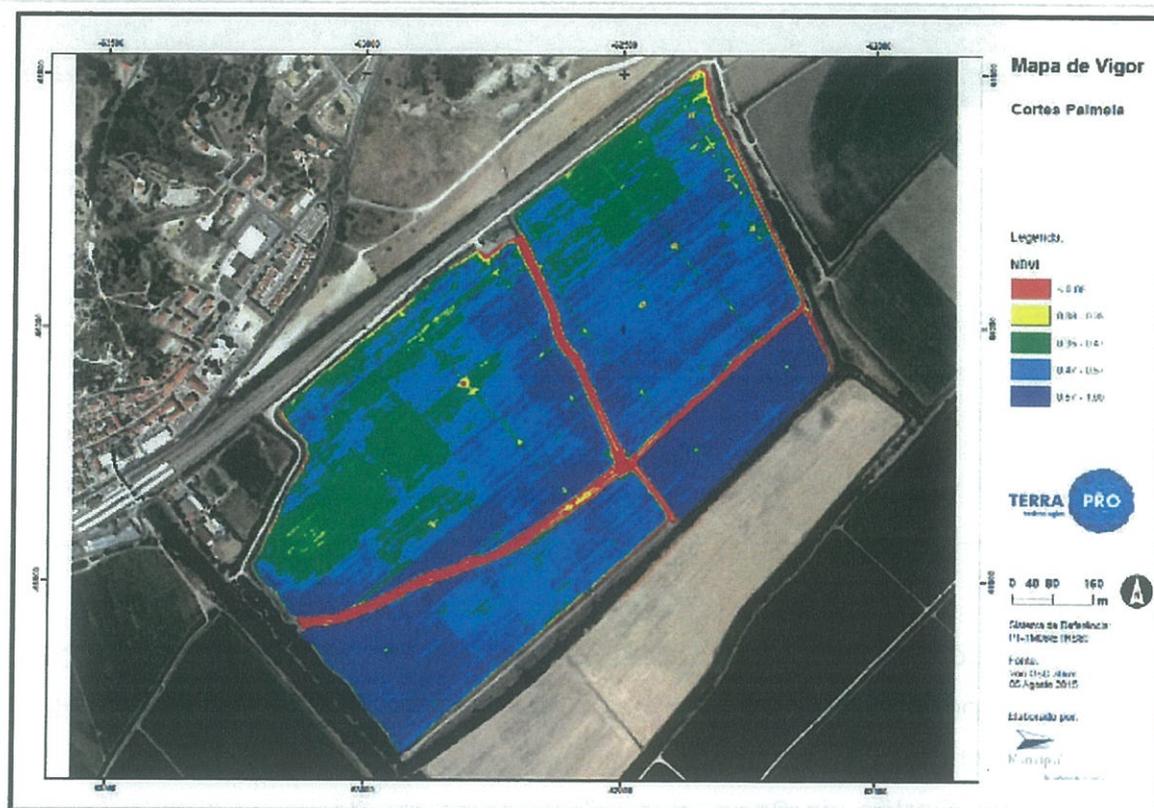
Em termos de projetos de Cadastro, o Cadastro de Timor-Leste continuou a ter enorme destaque este ano, através da continuação da manutenção e suporte à plataforma desenvolvida e no desenvolvimento de um novo Módulo de Avaliação. Mas o mais importante de destacar é o início do projeto do Cadastro de São Vicente (Cabo Verde) em que a DIE é responsável pelo desenvolvimento e manutenção da Aplicação de Gestão de Trabalho, bem como no Apoio Técnico no funcionamento do Gabinete de Atendimento existente no Mindelo.

Handwritten signature and initials



Quanto aos projetos de Deteção Remota, em conjunto com a DCC, continuamos a suportar a atividade da empresa SOGRAPE na produção de Cartas de Vigor de Vinha e mantivemos o fornecimento de NDVI à empresa TerraPro, uma consultora na Gestão de Rega, que utilizou os nossos dados no suporte aos produtores de vinho, milho e tomate na campanha de 2016. A estes foram adicionados os projetos da Quinta do Ventozelo e Quinta da Ravasqueira, continuando a potenciar os investimentos em I&D feitos desde 2012.

76. R
35

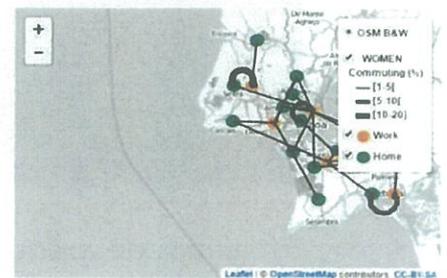
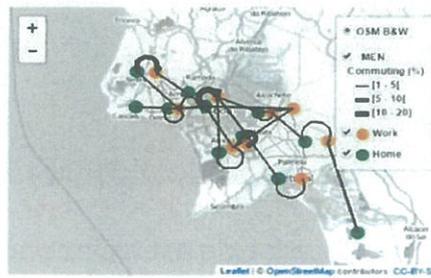


Merecem ainda destaque durante o ano de 2016 o projeto de Consultoria em Sistemas de Informação Geográfica que decorreu em Moçambique na Autoridade Nacional de Estradas, bem como o projeto GenMOB e o início do projeto MISTIC SEAS.

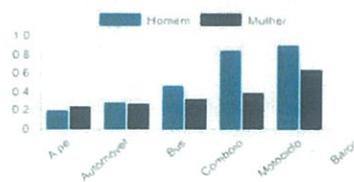
EA. R
32



GenMob - Programa Desenvolvimento de Instrumentos e Métodos Promotores de Igualdade de Género ao Nível Local



Meio de Transporte



Motivo de Deslocação



Handwritten initials and a date: "AB. 11/25"



Em termos de execução de Estudos de Identificação e Caracterização de Riscos, concluiu-se projeto de elaboração dos planos municipais de emergência de proteção civil para os municípios de Câmara de Lobos, Calheta, Machico, Santa Cruz e Porto Santo integrados na Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira. Paralelamente iniciou-se a execução Plano de Gestão e Risco de Inundações para a mesma região.

A. R.
35



Para o ano de 2017, existem em curso a continuação da implementação das IDE de Oeiras e CIMTTM, a continuação da colaboração com a SOGRAPE e a TerraPro, no segmento da agricultura e a implementação de Aplicações de Gestão de Infraestruturas de Água e Saneamento, enquanto ao nível dos estudos, destacam-se a procura de serviços no domínio da prevenção e gestão de riscos e da melhoria da capacidade institucional e da eficiência na administração pública local.

H. A
35

DIREÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS



A Direção de Novos Negócios iniciou em 2016 a sua atividade, no âmbito de uma estratégia continuada da Empresa focada no **Desenvolvimento de Mercado**, por via da introdução de produtos maduros em novos mercados, seja Nacionais seja Internacionais; **Desenvolvimento de Produto**, por investimento em desenvolvimento de novos produtos em mercados já trabalhados; e **Diversificação**, com recurso a parcerias estratégicas para colocação de novos produtos em novos mercados.

Para colocar esta estratégia em marcha a Direção aplicou recursos na análise exaustiva dos mercados, maduros, ou com posicionamento potencial para o curto e médio prazo, permitindo a análise final *SWOT* canalizar objetivos para 5 segmentos de mercado maduros/potenciais, em diferentes ciclos de vida no que concerne a Tecnologias de Informação Geográfica: Administração Pública, Água, Agricultura, Infraestrutura, Energia e Ambiente; e 2 Mercados Internacionais preferenciais: Marrocos e Moçambique.

A concretização da Estratégia Diversificação e Desenvolvimento de Produto assentou fundamentalmente no *benchmark* de fornecedores de produtos e serviços, para conhecer as mais recentes soluções no mercado, e na procura e análise de parcerias estratégicas.

Destacam-se como principais resultados desta ação:

- 1) A assinatura da parceria com a TOMTOM, tornando-se a Município no distribuidor autorizado desta Empresa para Portugal, numa clara aposta no setor da Mobilidade e Tráfego, e comercializando a partir de Dezembro de 2016 a maior base de dados de tráfego de todas as vias do país e a transmissão de tráfego em tempo real, bem como diversos dados geográficos atualizados 4 vezes por ano;
- 2) A parceria assinada com a empresa portuguesa ITPEOPLE, reconhecida pela patente para reconhecimento de ambientes em realidade aumentada, sendo a



A. A
33

Município distribuidora por excelência para os Municípios.

Aplicações IOS e Androide com Guias de Experiência em Realidade Aumentada passam a tomar partido de Pontos de Interesse previamente estáticos, transformando-os agora em património arquitetónico, cultural ou arqueológico atrativo ao visitante;



- 3) O lançamento da Central de Compras CONNECT, como plataforma de compras de âmbito Nacional, para todos os Municípios e Entidades do Setor Empresarial Local, transparente, flexível e com benefícios económicos ímpares.



Comunicação

Estabelecidas as prioridades, foram aplicadas distintas estratégias de comunicação, segmentadas, abrangendo clientes e *stakeholders* de cada um dos mercados, destacando-se:

- A presença como oradores no Ciclo de Conferências ISOP Barreiro e no Fórum de Informação GeoEspacial no Instituto Politécnico da Guarda, em temas como SmartCities e Cadastro de Propriedade;
- A organização do Evento "Município Openweek", com 3 dias abertos em que os Acionistas tomaram contacto com os Meios Humanos e Técnicos que sustentam a atividade;
- O investimento no Novo Site Município, terminado em Dezembro de 2016, com lançamento em Janeiro de 2017;
- O regresso às Newsletters Trimestrais, noticiando atividades de projeto e lançamento de produto;
- A massificação na utilização do social *media* como meio direto de comunicação;
- A frequência de diversas conferências e seminários para aferição de tendências e ventilação de opiniões.



A. A
32



Foram neste âmbito publicadas 35 notícias, colocados 2 artigos na imprensa escrita, organizados 3 eventos, frequentadas 4 conferências como oradores e 39 como assistentes.

22, A
B3

Atividade Comercial

Ação Comercial

Numa vertente mais direcionada para a penetração de mercado, coube a esta Direção movimentar recursos em ações comerciais nacionais, muito focadas em Produtos e Serviços maduros no primeiro semestre, e em Novos Negócios ou Negócios Maduros já assentes na diversificação, como a gestão de frotas, no segundo semestre. E em ações comerciais internacionais, com muito enfoque no mercado moçambicano.

Neste âmbito, esta Direção participou no desenho de 51 propostas comerciais em território nacional, 11 Internacionais (Angola (1), Brasil (2), Moçambique (7), Colômbia (1)), e em 7 Manifestações de Interesse (Guiné Bissau (1), Marrocos (1), México (1), São Tomé e Príncipe (1) e Moçambique (3)).

Gestão de Negócios

Parte da atividade de 2016 foi igualmente dedicada à Gestão de Negócios, com destaque para:

- 1) O Serviço Gestão de Frotas, resultante de uma parceria exclusiva com a CARTRACK desde 2008, que atingiu em 2016 o Volume de Negócios mais elevado dos últimos 3 anos e eficácia a cumprir os objetivos pré-definidos. Cresceu durante o ano de 1450 dispositivos em Janeiro para 1740 em Dezembro de 2016. Destacar neste âmbito:
 - a. O Projeto Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, angariado em 2016, que com 152 viaturas constitui desde já um dos mais significativos clientes deste serviço;
 - b. O cliente Município de Oeiras que, pela fidelização e número de viaturas continua a ser um dos projetos bandeira CARTRACK para Municípios.
- 2) A distribuição do arquivo de ortofotomapas 2015. Crescendo dos 868 km² comercializados até Janeiro para um total de 4686 km² comercializados até ao final do ano;

M. R.
33

CONCURSOS

O quadro seguinte, espelha o resultado das propostas apresentadas no contexto do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, bem como as propostas apresentadas espontaneamente ou através de consulta, por todos os Departamentos da Municípa, ao longo do ano de 2016:

Propostas	Nº Propostas 2015	Nº Propostas 2016	Δ% Propostas 15-16	Em Valor		Δ% Valor 15-16
				2015	2016	
Propostas adjudicadas	159	152	-4,4%	1.011.879	3.987.626	294,1%
Propostas em aberto	185	434	134,6%	27.652.268	25.644.347	-7,3%
Propostas recusadas	12	28	-133,3%	145.719	12.549.898	-8.512,4%
Total de Propostas Apresentadas	356	614	72,5%	28.809.866	42.181.870	46,4%

Unidade: euros

Constata-se através da leitura do quadro anterior, que a empresa apresentou 614 propostas ao longo do ano de 2016, o que reflete a apresentação de 2,5 propostas a cada dia útil. Verificou-se uma variação negativa de 4%, em número de propostas adjudicadas e uma variação positiva de 294% no valor (euros) das propostas adjudicadas.

EA. R
32

Relatório e Contas 2016

Importa ainda referir quais os clientes que mais contribuíram em volume de faturação em 2016 e que se descrevem seguidamente por ordem decrescente:

Top 10 Clientes

	VALOR	PESO RELATIVO NO TOTAL DA FATURAÇÃO
MUNICÍPIO DE OEIRAS	357.965	19,6%
MILLENNIUM CHALLENGE ACCOUNT	247.648	13,6%
ECOREDE – ENGENHARIA E SERVIÇOS	80.970	4,4%
FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DE LISBOA	61.465	3,4%
MEDIAUSO – PRODUTOS PARA TELEVISÃO	56.500	3,1%
MUNICÍPIO DE CASTELO BRANCO	55.450	3,0%
POHL CONSULTING & ASSOCIATES	50.504	2,8%
MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	49.693	2,7%
MUNICÍPIO DE LISBOA	48.767	2,7%
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	42.046	2,3%

Unidade: Euro

O quadro anterior é elaborado com base no valor total da faturação em euros e sem IVA.

TIPOLOGIA DOS CLIENTES

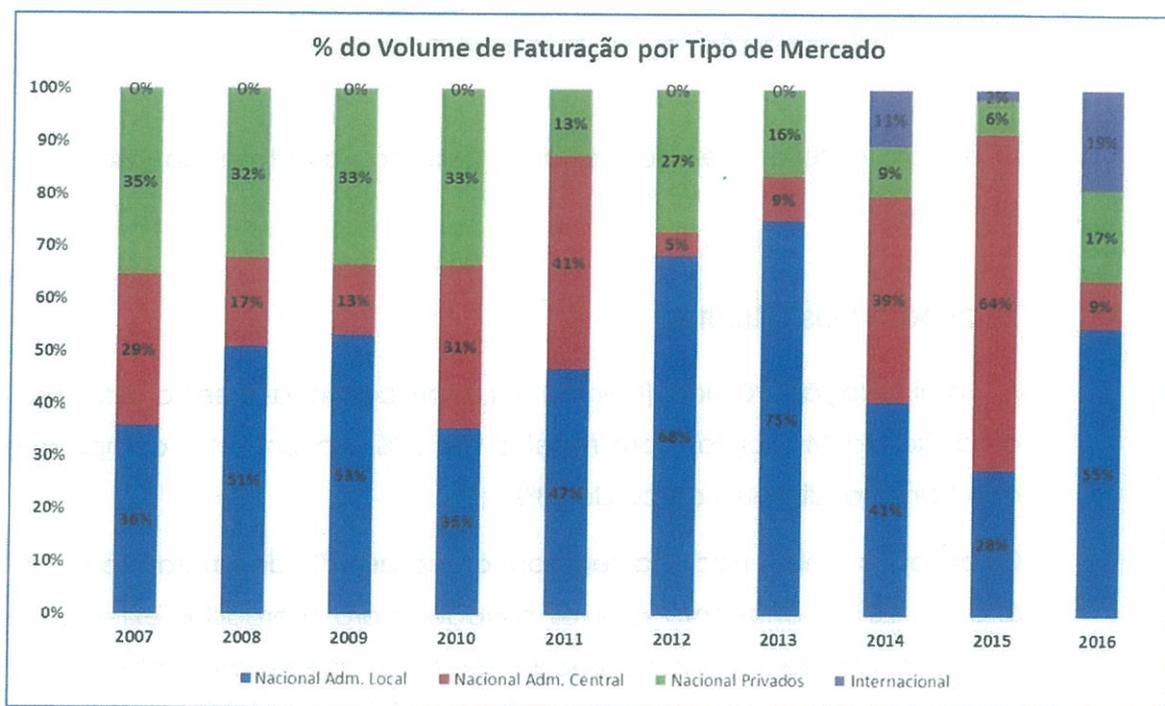
A Administração Pública (Central e Local) continua a ser o setor preferencial de atuação da Município, com registos de 64%. No entanto, comparativamente ao ano transato, diminuiu cerca de 28%.

Os privados a nível nacional registam cerca de 17% da faturação (mais 11% que no ano de 2015), enquanto que os privados para mercados externos, representam cerca de 19% do total da faturação (mais 16% que no ano anterior). Esta faturação no Mercado Externo, tem permitido rentabilizar a capacidade instalada e aproveitar o nosso "know how".

Handwritten signature and initials

Faturação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nacional Adm. Local (1)	35,91%	51,06%	53,26%	35,51%	46,83%	68,41%	75,14%	40,70%	27,88%	54,86%
Nacional Adm. Central	28,92%	16,77%	13,32%	31,12%	40,55%	4,78%	8,50%	39,27%	63,86%	9,14%
Nacional Privados	35,17%	32,17%	33,42%	33,37%	12,63%	26,81%	16,36%	9,26%	6,47%	17,15%
Internacional	n.a.	10,77%	1,79%	18,86%						

Nota (1): Por mercado "Administração Local" para efeitos do presente relatório considera-se Autarquias, Corporações de Bombeiros, Misericórdias (atividades de natureza local sem fins lucrativos)



Handwritten initials and numbers: "A. A" and "35"

2.3. INVESTIMENTOS

No ano de 2016, face ao ano transato, verificou-se um acréscimo nos investimentos efetuados, conforme se demonstra no quadro seguinte:

	2014	2015	Var % (14-15)	2016	Var % (15-16)
Ativos Intangíveis	0	0	0%	0	0%
Ativos Fixos Tangíveis	287.005	339	-100%	145.216	42.737%
Total	287.005	339	-100%	145.216	42.737%

Unidade: Euro

Os **Ativos Intangíveis** em 2016, tiveram um registo nulo.

Quanto ao **Ativo Fixo Tangível**, este registou um incremento de 42.737%, originado pelo investimento de 145.216 euros, repartido essencialmente por equipamento básico e de transporte, sobretudo para incorporar no projeto de Cabo Verde, que resultou do contrato assinado com o Millennium Challenge Account. Deste modo, foi necessário efetuar uma série de investimentos iniciais para o arranque do projeto cadastral, quer para gabinetes, quer para o terreno.

Foram alienados 185.893,79 euros de ativos, repartidos por GPS do projeto Sinergic, no valor de 14.698 euros e 171.195,79 euros de viaturas em estado de uso.

JA. A
32

2.4. POLÍTICA DA QUALIDADE

A Municípia continua a evidenciar um Sistema de Gestão documentado, de modo a cumprir com os requisitos da norma ISO 9001, bem como as orientações constantes da Política da Qualidade, assegurando e promovendo a melhoria contínua de processos e procedimentos, tendo em vista a satisfação dos requisitos colocados pelos nossos clientes e pelo próprio mercado.

Para que tal aconteça definimos 5 vetores fundamentais de atuação:

- **O Cliente**
- **Os Colaboradores**
- **Os Fornecedores**
- **Acionistas**
- **Utilidade Pública**

Através dos questionários observados, verificámos que o subindicador custo do serviço já obteve avaliações mais elevadas (3 numa escala de 1 a 4, sendo o 4 o mais elevado). Continua a ser notório que o reconhecimento da Municípia advém da qualidade dos serviços prestados, como comprova o indicador de satisfação de 3,71 (numa escala de 1 a 4, sendo o 4 o mais elevado).

Para 2016, apostaremos no mesmo objetivo de 3,7 no grau de satisfação dos clientes.

Ano após ano, a Administração continua a incrementar a competitividade da Municípia, tanto no mercado nacional, como no internacional, seja por via do investimento na formação, quer seja pelo investimento em ferramentas que potenciem maior eficácia.

24. 1
35

2.5. CERTIFICAÇÕES TÉCNICAS E MARCAS REGISTRADAS

CERTIFICAÇÕES TÉCNICAS

A Municípa tem as seguintes Certificações:

Âmbito	Entidades Certificadoras
ISO 9001	
Alvará para o exercício de atividades no domínio do cadastro predial nº 01/2003 CD	
Declaração para o exercício da atividade de produção de cartografia topográfica ou temática de base topográfica	
Entidade formadora em Informática (489), programas não classificados noutra área de formação	

A. A
35

MARCAS REGISTRADAS

Nome da Marca	Modalidade	Tipo de Sinal
MUNICÍPIA ® 	MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	MISTO
GUIA DE PORTUGAL ® 	MARCA NACIONAL	MISTO
RPAD REDE PORTUGUESA DAS AUTARQUIAS DIGITAIS ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
RPAD ® 	MARCA NACIONAL	MISTO
GP-PROCURA?AQUI ENCONTRA!!! ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
BNE-BASE NACIONAL DE ENDEREÇOS ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
GEOSTAT ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
MUNICIPIA ENERGY ® 	MARCA NACIONAL	MISTO
WHERE ARE YOU FLYING ® 	MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	MISTO
WHERE ARE YOU ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
CONNECT ® 	MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	MISTO

JA. A
BS

2.6. RECURSOS HUMANOS

ATIVIDADE

No decorrer do ano de 2016 e resultante do projeto "SYSTEMATIC LAND RIGHTS AND BOUNDARIES CLARIFICATION AND REGULARIZATION IN THE REPUBLIC OF CABO VERDE - ISLANDS OF SÃO VICENTE AND BOA VISTA" para o governo da República de Cabo Verde, foi necessário recrutar pessoal para a execução das tarefas daí advindas. Esta necessidade originou um ligeiro aumento de efetivos.

EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO EFETIVO

A tendência tem sido a manutenção da equipa constituída ao longo dos anos, apostando na sua qualificação tecnológica e recorrendo pontualmente a serviços de contratação a termo certo para suprir o acréscimo de projetos.

Pode verificar-se no quadro em baixo um ligeiro aumento do número de efetivos a 31 de dezembro, derivado das contratações necessárias para o projeto anteriormente mencionado.

EVOLUÇÃO RH	2014	2015	2016
N.º de efetivos	55	31	35

Este aumento deveu-se à contratação a termo certo de três trabalhadores para o projeto de Cabo Verde e um para território nacional.

O quadro e gráfico que se seguem, registam o número de efetivos, distribuídos pelos vários tipos de vínculo contratual. Verifica-se que cerca de 86% possuem com a Empresa um vínculo contratual "sem termo" e 14% tem um contrato a "termo certo".

JH. ↑
363

TIPO DE VÍNCULO CONTRATUAL	2014	2015	2016
Contrato sem termo	31	30	30
Contrato termo certo	24	1	5
31 dezembro	55	31	35

Em termos de unidades orgânicas da empresa, a 31 de dezembro, os efetivos estavam organizados da seguinte forma:

- Direção de Cartografia e Cadastro com **15** elementos;
- Direção de Inteligência Espacial com **8** elementos;
- Direção Administrativa e Financeiro com **5** elementos;
- Direção de Engenharia e Infraestruturas com **3** elementos;
- Direção de Novos Negócios com **3** elementos;
- Direção Geral com **1** elemento.

O capital humano da empresa no final de dezembro de 2016 era constituído por 35 trabalhadores. Desses, 11 eram do género feminino e 24 do masculino.

CAPITAL HUMANO	2014	2015	2016
Género Masculino	27	21	24
Género feminino	28	10	11
31 dezembro	55	31	35

28. N
31

Relatório e Contas 2016

A média etária dos funcionários foi de 42 anos e embora se observe um envelhecimento, isso traduz-se numa maior experiência, adesão e identificação com as políticas da empresa.

ESTRUTURA ETÁRIA	2014	2015	2016
De 18 a 39 anos	40	12	14
De 40 a 59 anos	15	19	21

O nível de habilitação do conjunto dos trabalhadores da Município está espelhado no quadro em baixo e apresenta as seguintes características:

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	2014	2015	2016
Doutoramento	0	0	1
Mestrado	2	1	0
Ensino Superior	33	21	24
Ensino Secundário	18	9	10
3º Ciclo Ensino Básico	2	0	0
Total	55	31	35

Com um nível de habilitação igual ao ensino secundário temos 29% do total dos trabalhadores, com habilitações de ensino superior temos 68% e 3% possuem um doutoramento.

St.
K
31

ABSENTISMO

Como podemos verificar no quadro seguinte os números mais significativos no absentismo estão relacionados com as ausências por Doença. Na tipologia de ausências por Baixa emitida pela Segurança Social, inclui-se a baixa por doença, a baixa de risco e a assistência a familiares. Na tipologia "Doença" estão incluídas as consultas médicas e as ausências por indisposição.

TIPOS DE ABSENTISMO	BAIXA S. SOCIAL	LIC. PARENTAL	DOENÇA	OUTRAS				TOTAL
				CARANHO/CLUIO	DIAS LEGAL	DOENÇAS/OBSCURA	AUTOS/APROVADAS EMPREGADOR	
Σ EM DIAS	99	0	74	17	2	4	5	201
PESO RELATIVO	49,25%	0%	36,82%	8,46%	1%	1,99%	2,48%	100%

TIPOS DE ABSENTISMO	2014	2015	$\Delta\%$ 2014-2015	2016	$\Delta\%$ 2015-2016
BAIXA S. SOCIAL	139	207	49%	99	-52%
LICENÇA PARENTAL	138	266	93%	0	-100%
DOENÇA	76	85	12%	74	-13%
OUTRAS	43	38	-12%	28	-26%
TOTAL AUSÊNCIAS	396	596	51%	201	-66%

Unidade: dias

Confrontando os números de 2016, com o ano anterior, verifica-se uma diminuição generalizada do absentismo, com maior incidência no facto de não terem ocorrido licenças parentais, o que indica ausência de nascimentos.

J. 7
35

ESTÁGIOS

Em 2016, manteve-se a tendência de redução do número de estagiários, derivado essencialmente pela curta duração dos estágios. O tempo de adaptação/treino e a posterior realização das tarefas é demasiado curto, para que os estagiários, na sua grande maioria, consigam produzir um trabalho de qualidade.

Durante o ano de 2016, entre 11.07.2016 e 18.10.2016, a empresa acolheu na Direção de Novos Negócios uma estagiária de Marketing do Instituto Politécnico da Guarda.

ESTÁGIOS CONCEDIDOS	2014	2015	2016	MÉDIA
Σ DE ESTÁGIOS POR ANO	1	1	1	1
Σ DE ESTÁGIOS			3	

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A Empresa, continua a investir na formação, como componente importante da área dos Recursos Humanos, sabendo que só assim os seus efetivos podem manter os padrões de desempenho.

O quadro seguinte apresenta o resumo da formação realizada nos últimos anos:

INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO	2014	2015	Δ% 2015/2014	2016	Δ% 2016/2015
N.º DE FORMANDOS	32	10	-69%	10	0%
N.º DE AÇÕES	18	28	56%	40	43%
HORAS DE FORMAÇÃO	1333	889	-33%	341	-62%

A. n
32

Relatório e Contas 2016

Neste quadro, pode-se observar que 28% dos trabalhadores tiveram a possibilidade de frequentar ações de formação. Foram frequentados cursos de especialização, *workshop*, palestras e conferências. Das 341 horas, 30 horas (9%) foram de especialização e 311 horas (91%) foram despendidas em *workshop*, palestras e conferências.

A. N
B2

GASTOS COM REMUNERAÇÕES

No quadro seguinte, demonstram-se os valores registados na conta de Gastos com o Pessoal e Administração, estando estas remunerações também descritas no anexo. O peso de cada rubrica na estrutura destes gastos e as respetivas variações entre 2014 e 2016, em termos percentuais, são as que se descrevem, em seguida:

<i>Natureza</i>	2014	2015	2016	Peso % no total	Var. 14-15	Var. 15-16
Remunerações, Subs. Férias e Natal	930.265	1.082.818	765.021	70,67%	16%	-29%
Subsídio de alimentação	75.003	94.570	44.847	4,14%	26%	-53%
Horas extra	738	263	1.539	0,14%	-64%	485%
Senhas de Presença	2.664	5.742	4.466	0,41%	116%	-22%
Encargos patronais	218.753	252.257	174.499	16,12%	15%	-30,8%
Seguro Acid. de Trabalho e Seguro de Saúde	25.261	28.751	28.952	2,67%	14%	1%
Formação	1.474	7.490	3.131	0,29%	408%	-58%
Outras	2.400	2.815	441	0,04%	17%	-84%
Higiene e Seg. Trabalho	2.970	1.507	956	0,09%	-49%	-37%
Ajudas Custo/Quilómetros	16.823	24.962	58.677	5,42%	48%	135%
Créditos de formação e compensações	19.740	19.214	0	0,00%	-3%	-100%
TOTAL	1.296.091	1.520.39	1.082.531	100,00%	17%	-29%

Unidade: Euro

Remunerações – Verifica-se uma redução nesta rúbrica face a 2015 de -30 %. Esta diminuição, justifica-se pela saída do pessoal contratado com o fim do projeto Sinergic no ano transato, tendo em 2016, apenas sido contratado três recursos para o projeto a decorrer em Cabo Verde. A este fator principal, junta-se a contenção

salarial, o que permitiu que a parcela que concorre em 70% para o total dos custos com pessoal, tenha registado um decréscimo de 29% e menos 317.797 euros, em valor absoluto.

O **subsídio de alimentação** registou uma diminuição face ao menor número de funcionários do que nos anos transatos, contribuindo para esta tendência os funcionários deslocados em projeto que deixam de usufruir do referido subsídio de alimentação. O valor de variação registada foi de -53%.

Horas extra – esta rubrica tradicionalmente regista valores baixos, mantendo-se essa linha em 2016, representando este custo apenas 0,14% dos custos com pessoal. O valor registado de 1.539 euros, resulta integralmente da necessidade de efetuar voos fora do horário regular de trabalho, como por exemplo o voo noturno efetuado no âmbito de um projeto de investigação para um cliente.

Senhas de presença – o valor registado em 2016 sofreu uma redução de 22% face a 2015 e justifica-se essencialmente pela existência de menos reuniões do que no ano transato.

Encargos Patronais – como seria expectável, esta rubrica acompanhou a variação registada nas remunerações, tendo diminuído em 31% face ao ano anterior.

Prémios de seguros – a rubrica não registou praticamente variação, ficando-se esta situação a dever a uma diminuição dos custos com o seguro de Acidentes de Trabalho (menos funcionários) e a um incremento do Seguro de Saúde, que compensou a descida do primeiro.

Formação – Registou uma diminuição de custos superior a 50% face a 2015, situação que se ficou a dever à menor identificação das necessidades formativas.

A rubrica **Outras**, comportou em 2016 essencialmente despesas com cuidados de saúde preventivas, face às viagens realizadas para países de risco.

St. A
3/2

Relatório e Contas 2016

Higiene e Segurança no Trabalho – a presente rubrica apresentou um decréscimo de 37% face ao exercício económico anterior, sendo esta redução justificada pela diminuição de funcionários em 2016, face a 2015.

Ajudas de Custo e Quilómetros – o valor registado apresenta-se de sentido oposto a quase todas as rubricas, ou seja, subiu e duplicou o seu custo, mas justifica-se pelo conjunto de projetos que se desenvolveram fora do território nomeadamente Moçambique, Cabo Verde e Europa. Esta rubrica de Ajudas de Custo representou em 2016, 5% do total dos custos com pessoal e registou um incremento de 135%, devidamente justificadas pelos projetos internacionais e prospeção de mercado.

Créditos – em 2016 não se registaram créditos de formação ou outro tipo de compensação por término de contratos de trabalho.

Conclusão

A estrutura de custos com pessoal sofreu uma diminuição significativa, essencial à sustentabilidade da sociedade, sem perder de vista a necessidade de expandir quando há mais projetos em carteira e contrair na ausência dos mesmos.

A. V
35

Relatório e Contas 2016

2.7. Evolução Económico-Financeira

O relato financeiro que se segue, visa explicar as tendências do desempenho financeiro da Município, tendo em conta valores comparáveis dos últimos exercícios.

Apesar deste relato se basear em valores históricos, o que permite verificar a progressão/desempenho da sociedade nos últimos anos, também permitirá perspetivar o futuro da Município, através de Indicadores que medem a performance da empresa.

Em seguida, resumem-se as principais rubricas do desempenho económico da Município nomeadamente, através da análise da Demonstração de Resultados Total de Ganhos e Gastos, dos Resultados Operacionais, dos Resultados Financeiros, dos Resultados Antes de Impostos e dos Resultados Líquidos, dos Indicadores de Atividade, de Gestão, de Tesouraria, de Equilíbrio Financeiro e dos Indicadores Legais, ao longo dos últimos três exercícios.

JA. 1
32

Relatório e Contas 2016

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SÍNTESE

No quadro seguinte, pretende-se evidenciar a evolução dos Ganhos e Gastos registados no último triénio, bem como a sua variação nesse período.

	2014	2015	Var.%(14-15)	2016	Var.%(15-16)	Média
Ganhos Operacionais						
Serviços Prestados	2.743.915	3.313.341	21%	2.437.545	-26%	2.831.600
Subsídios à Exploração	5.278	11.248	100%	14.288	27%	10.271
Ganhos imputados de subsidiárias	0	0	0%	0	0%	0
Reversões de Imparidades	92.892	169.736	83%	29.604	-83%	97.411
Outros Rendimentos ou Ganhos	35.189	65.627	86%	84.290	28%	61.702
Total dos Ganhos Operacionais	2.877.273	3.559.953	24%	2.565.728	-28%	3.000.985
Gastos Operacionais						
FSE	1.223.119	1.627.443	33%	1.227.083	-25%	1.359.215
Gastos com Pessoal	1.296.091	1.520.390	17%	1.082.531	-29%	1.299.671
Imparidade de dívidas a receber	0	0	0%	8.680	100%	2.893
Outros gastos e perdas	29.363	65.277	122%	44.113	-32%	46.251
Gastos/reversões de depreciações	201.565	211.415	5%	146.429	-31%	186.470
Total dos Gastos Operacionais	2.750.138	3.424.526	25%	2.508.835	-27%	2.894.500
Resultados Operacionais	127.135	135.427	7%	56.893	-58%	106.485
Ganhos Financeiros						
Juros e rendimentos similares obtidos	27.812	22.439	-19%	5.095	-77%	18.449
Gastos Financeiros						
Juros e gastos similares suportados	97.677	97.595	0%	39.873	-59%	78.382
Resultados Financeiros	-69.865	-75.156	-8%	-34.779	54%	-59.933
Resultados Antes de Imposto	57.271	60.270	5%	22.114	-63%	46.552

Unidade: Euro

JA. A
32

GANHOS OPERACIONAIS

O **volume de negócios** – a conclusão do projeto Sinergic em 2015, justificou uma diminuição de 26% do volume de negócios em 2016.

O projeto com maior contribuição para o volume de negócios de 2016, foi o projeto que se encontra em curso em Cabo Verde.

Quanto aos **subsídios à exploração**, resultaram da continuidade do projeto GeoSmartCity, que está a ser desenvolvido através de um consórcio europeu constituído por 15 membros e que em 2016 permitiu reconhecer 14.288 euros de ganhos.

Reversões de imparidades - no presente exercício foi possível recuperar 29.604 euros relativos a dívidas cujo o risco de incobrabilidade havia sido considerado em anos anteriores e que em 2016 foi possível recuperar por via de acordos de pagamentos e outro tipo de diligências.

Outros Rendimentos e Ganhos – a presente rubrica registou um incremento de 28%, face a 2015 e justifica-se essencialmente pela alienação de viaturas, que foram desafetadas do projeto Sinergic, com um valor de venda líquido de 60.000 euros. Esta rubrica também regista o arrendamento parcial do espaço, com carácter regular.

O total dos **Ganhos Operacionais** atingiram 2.565.728 euros, tendo a prestação de serviços contribuído com 95% desses ganhos. Os ganhos diminuíram 28%.

GASTOS OPERACIONAIS

Os **Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos**, diminuíram 25%, face a 2015, tendo em conta a conclusão do projeto Sinergic em 2015 e, com o início dos trabalhos em Cabo Verde, que apenas representam um semestre (o 2º semestre de 2016).

24. 1
35

Relatório e Contas 2016

Os **gastos com pessoal**, registaram uma diminuição de 29%, conforme já detalhado no capítulo dedicado a Gastos com Remunerações.

Imparidades – foram registadas 8.679,50 euros de imparidades resultantes da elevadíssima probabilidade dos valores se tornarem incobráveis, uma vez que os dois clientes entraram em processo de insolvência.

Outros gastos e perdas – verificou-se uma diminuição de 32% desta tipologia de custos, concorrendo para os 44.113 euros registados, impostos e taxas.

Depreciações – Diminuição de 31% nesta rubrica, verificada pela obsolescência natural do ativo, bem como pela alienação de ativo imobilizado, essencialmente viaturas que haviam sido desafetadas da atividade, deixando de gerar amortizações. Por outro lado o investimento efetuado, ocorreu essencialmente no 2º semestre e não compensou a poupança gerada pela alienação de ativos.

Os **Gastos Operacionais** diminuíram 27% face ao período transato acompanhando a descida dos ganhos operacionais.

27. 1
32

RESULTADOS OPERACIONAIS

Resultados operacionais positivos, pelo terceiro ano consecutivo, são tanto mais relevantes, se atendermos ao facto das dificuldades financeiras que o país e que o setor público, em particular, atravessa.

<i>Exercício/Rubrica</i>	2014	2015	VAR. % (14/15)	2016	VAR. % (15/16)
GANHOS OPERACIONAIS	2.877.273	3.559.953	24%	2.565.728	-28%
GASTOS OPERACIONAIS	2.750.138	3.424.526	25%	2.508.835	-27%
RESULTADOS OPERACIONAIS	127.135	135.427	7%	56.893	-58%

Unidade: Euro

Os Resultados Operacionais desceram face a anos transatos, mas são positivos. Esta descida deve-se à diminuição dos Ganhos Operacionais que desceram mais do que proporcionalmente à diminuição dos custos, resultando numa variação negativa de 58%.

GASTOS DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO

O recurso diminuto às contas correntes caucionadas e aplicação de excedentes de tesouraria, ainda que com remuneração muito baixa, permitiu um resultado de Gastos de Financiamento negativo de 34.779 euros, ou seja, teve uma variação positiva face ao ano anterior de 54%.

Para os juros correntes contribuíram essencialmente o contrato de leasing da máquina fotográfica digital e despesas bancárias.

Em termos de **Gastos de Financiamento Líquido**, obtivemos o seguinte resultado:

27. 1
33

Relatório e Contas 2016

	2014	2015	VAR. % (14/15)	2016	VAR. % (14/15)
JUROS E RENDIMENTOS	27.812	22.439	-19%	5.095	-77%
JUROS E GASTOS	97.677	97.595	0%	39.873	-59%
GASTOS DE FINANCIAMENTO (LÍQUIDOS)	-69.865	-75.156	-8%	-34.779	54%

Unidade: Euro

Os **Resultados Antes de Impostos** são a consequência dos Resultados Operacionais e Resultados Financeiros, cujas explicações foram dadas anteriormente, tendo em 2016, alcançado um desempenho positivo, com 22.114 euros.

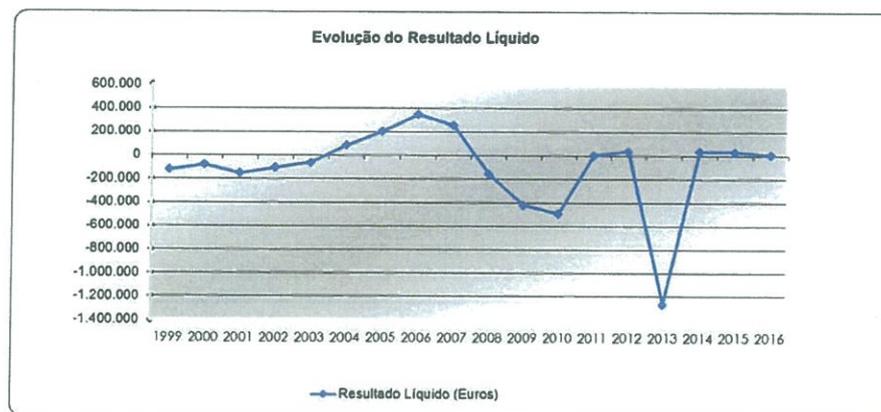
Aos **Resultados Antes de Impostos**, seguem-se os impostos, neste caso de 14.227 euros, o que permitiu à Município alcançar em 2016 um **Resultado Líquido** positivo de 7.836,67 euros.

JA. A
32

RESULTADOS LÍQUIDOS

De forma a obtermos uma imagem dos resultados líquidos alcançados pela sociedade desde a sua constituição, podemos observar o quadro e gráficos seguintes:

Exercício	RLE	Variação %
1999	-120.560	n.a.
2000	-79.615	34%
2001	-151.965	-91%
2002	-104.053	32%
2003	-61.238	41%
2004	89.791	247%
2005	205.745	129%
2006	347.733	69%
2007	257.180	-26%
2008	-153.789	-160%
2009	-419.737	-173%
2010	-491.754	-17%
2011	5.566	101%
2012	41.347	643%
2013	-1.259.227	-3.146%
2014	36.687	103%
2015	35.349	-4%
2016	7.837	-78%
Média	-100.817	



Handwritten initials and a signature.

INDICADORES DE ATIVIDADE

<i>Atividade</i>	2014	2015	2016	Média	Var 14-15	Var 15-16
Volume de Negócios	2.743.915	3.313.341	2.437.545	2.831.600	21%	-26%
Rentabilidade das Vendas	1,34%	1,07%	0,32%	0,91%	-20%	-70%
EBIT (Resultado Operacional)	127.135	135.427	56.893	106.485	7%	-58%
Resultado Líquido	36.687	35.349	7.837	26.624	-4%	-78%
Cash Flow Líquido	238.252	246.252	154.266	213.094	4%	-37%

Unidade: Euro

Volume de Negócios – Apesar de ser o menor registo dos últimos três anos, foi o suficiente para manter as contas da sociedade equilibradas.

Rentabilidade das Vendas (RL/VN) – Apresenta um valor também inferior aos últimos dois exercícios, mas positivo.

EBIT (ganhos antes de impostos e juros) – O Resultado Operacional é positivo, pelo terceiro ano consecutivo, o que revela o bom funcionamento da componente de exploração da sociedade.

Resultado Líquido – nos tempos que correm, em que ainda se fazem sentir os efeitos da crise, atingir resultados positivos independentemente do valor é de enaltecer. É premiar todos aqueles que acreditam, desde funcionários, gestão e acionistas.

Cash Flow Líquido – Apresenta o valor de 154.266 euros, contribuindo para este as amortizações com 95% da libertação de meios.

SA. N
32

INDICADORES DE GESTÃO

Gestão	2014	2015	2016	Média	Var. 14-15	Var. 15-16
Volume de Negócios por Trabalhador - euros	49.889	106.882	69.644	75.472	114%	-35%
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - dias	83	39	83	68	53%	-113%
Prazo Médio de Recebimentos (PMR) - dias	85	29	81	65	66%	-179%

Unidade: Euro

Volume de Negócios por Trabalhador (VN/Nº Pessoas) – regista uma descida face ao ano transato, contudo em 2015, o valor estava sobrevalorizado em virtude do cálculo ser realizado em 31 de dezembro, momento em que as equipas já tinham terminado os seus vínculos, conforme se fez referência no relatório do ano transato.

Prazo Médio de Pagamento (PMP) – a Município demorou em média 83 dias a satisfazer os seus compromissos, adaptando desta forma o ritmo de pagamentos em conformidade com os recebimentos.

O **Prazo Médio de Recebimento (PMR)** deteriorou-se para níveis de 2014, ainda assim razoáveis, uma vez que em média demoramos a receber dos nossos clientes 81 dias.

INDICADORES TESOURARIA

Liquidez Geral (AC/PC) – Verificou-se uma diminuição do indicador de liquidez, essencialmente devido à diminuição da rubrica de "Depósitos Bancários", que no ano transato, em 31 de dezembro, foi excecionalmente elevada. O Passivo Corrente também diminuiu, mas de forma residual, pelo que se registou um decréscimo deste indicador em 22% face a 2015. Contudo, é um valor em que as rubricas do Ativo Corrente superam em 2,31, as rubricas do Passivo Corrente. Para este indicador não concorreram os acréscimos de proveitos e os proveitos diferidos.

JA. ✓
BS

<i>Tesouraria</i>	2014	2015	2016	Média	Var. 14-15	Var. 15-16
Liquidez Geral	1,92	2,95	2,31	2,39	54%	-22%

Unidade: Unidade

INDICADORES DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

<i>Equil. Financeiro</i>	2014	2015	2016	Média	Var. 14-15	Var. 15-16
Autonomia Financeira	60,70%	69,40%	75,80%	68,63%	14,3%	9,2%
Solvabilidade	2,07	3,19	4,07	3,11	54,1%	27,6%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	1,11%	1,05%	0,24%	0,80%	-4,7%	-77,7%

Autonomia Financeira (CP/AT) – este indicador, tem registado uma tendência crescente nos últimos três exercícios, alcançando 76%.

Desta tendência, conclui-se que a dependência de terceiros, nomeadamente da banca, é cada vez menor.

Solvabilidade (CP/ (Passivo Total-Proveitos Diferidos)) – A capacidade da sociedade solver as suas dívidas, também cresceu nos últimos três anos, sendo que em 2016, esta métrica permite-nos concluir que o capital próprio supera em quatro vezes o nosso passivo.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP) – O registo alcançado em 2016, ainda que positivo, proporciona uma taxa de retorno aos acionistas de apenas 0,24%.

Handwritten initials and marks: "A.", "A", and "32".

INDICADORES LEGAIS

A sociedade, mesmo em anos de crise acentuada e de restrições orçamentais dos clientes do setor público, tem alcançado nos últimos 3 exercícios Resultados Antes de Impostos positivos, como se verifica no quadro seguinte:

Unidade: Euro

Legais	Lei 50/2012		
	2014	2015	2016
Regra do Equilíbrio de Contas	57.270	60.270	22.114

Do exercício económico de 2016, não resultará qualquer transferência de reequilíbrio, em conformidade com o nº 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, em consequência dos Resultados Antes de Impostos se terem traduzido em 22.114 euros.

Em seguida, apresentamos a relação dos atuais acionistas, com referência a 31.12.2016, bem como a situação de transferências em dívida em conformidade com a Lei 53-F/2006 de 29 de dezembro e a atual Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Refira-se ainda a aquisição residual de ações próprias, todas a um cêntimo por ação, representando o total de 4,07%, que se distribuem da seguinte forma:

- Município de Abrantes (maio de 2013);
- Município de Vila de Rei (julho de 2014);
- Município de Ferreira do Zêzere (novembro de 2014);
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (dezembro de 2014);
- Município de Oliveira de Frades (janeiro de 2015);
- Município de Alvaiázere (dezembro de 2015);
- Município de Silves (março de 2016);

28. 1
BS

Relatório e Contas 2016

- Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (abril de 2016);
- Município de Tavira (junho de 2016);
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (dezembro de 2016).

Acionistas

	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/12/14/15/16
Mun. de Oeiras	367.840	1.835.521,60	56,71%	59,13%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Gaia	31.002	154.699,98	4,78%	4,98%	0,00	0,00	0,00	2.199,04	0,00
Mun. de Maia	30.100	150.199,00	4,64%	4,84%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Figueira da Foz	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	4.473,83	13.865,86	14.976,07	28.602,22	-595,76
Mun. de Mafra	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sesimbra	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Viseu	14.000	69.860,00	2,16%	2,25%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. da Tezila do Tejo	10.995	54.865,05	1,70%	1,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Portimão	5.010	24.999,90	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assoc. Mun. Reg. Autónoma Açores	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Assoc. para o Des. do Baixo Guadiana	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Ansião	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Bragança	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. do Carregal do Sal	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Castelo Branco	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Covilhã	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Ílhavo	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Lagoa	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Leiria	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Loulé	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Monchique	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Paços de Ferreira	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. da Sertã	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vale de Cambra	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

24. 1
32

Relatório e Contas 2016

Acionistas

	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/12/14/15/16
Mun. de Vila do Conde	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Bolíças	1.998	9.970,02	0,31%	0,32%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assoc. de Mun. do Vale do Douro Norte	1.202	5.997,98	0,19%	0,19%	358,50	1.111,12	1.200,08	2.291,99	-47,74
Mun. de Albergaria-a-Velha	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Ponte da Barca	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	299,45	928,09	1.002,40	1.914,44	-39,88
Assoc. de Mun. do Douro Superior	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	1.000,40	0,00	-39,80
Assoc. de Mun. PEFICA	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.910,63	-39,80
Mun. do Fundão	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sintra	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. Alentejo Central	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São João da Madeira	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Agualar Belra	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	-39,68
Mun. de Arganil	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Barcelos	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Cabeceiras de Basto	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Góis	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Gouveia	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Guarda	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Idanha-a-Nova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Lamego	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Mangualde	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Mourão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Olhão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Oliveira do Hospital	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Paredes	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penacova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penamacor	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Ponta Delgada	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	-39,68
Mun. de Portalegre	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68

J. A
32

Relatório e Contas 2016

Acionistas

	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/12/14/15/16
Mun. de Santa Marta Penaguião	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Santiago do Cacém	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São Pedro do Sul	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Semancelhe	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sever do Vouga	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sines	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Trofa	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	-39,68
Mun. de Vieira do Minho	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Poiares	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações Próprias	26.497	132.220,03	4,07%	N/A	0,00	0,00	0,00	3.492,65	0,00
TOTAL	648.633	3.236.678,67	100%	100%	17.060,54	57.498,02	63.102,16	131.922,81	-2.669,14

Síntese	2008	2009	2010	2013	2011/12/14/15/16	Total
Valores Liquidados	176.397	542.092	584.496	1.104.900	-22.517	2.385.369
Valores em Dívida	17.061	57.498	63.102	131.923	-2.669	266.914
Total	193.458	599.590	647.598	1.236.823	-25.186	2.652.283

20. A
35

Relatório e Contas 2016

2.8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, propõe que o resultado apurado no exercício de 2016, no valor de 7.836,67 euros, seja 5% destinado a Reservas Legais (391,83 euros), transferindo-se o remanescente de 7.444,84 euros para a conta de "Resultados Transitados", em conformidade com o código das sociedades comerciais.

2

NOTAS FINAIS

Uma nota de apreço aos membros dos restantes órgãos sociais, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e o senhor Dr. Santos Silva como Fiscal Único, pela disponibilidade e colaboração prestadas.

Finalmente, o registo do reconhecimento aos acionistas pela sua disponibilidade e contributo, bem como o agradecimento a todos os colaboradores pelo empenho evidenciado no progresso da Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

Oeiras, 30 de janeiro de 2017

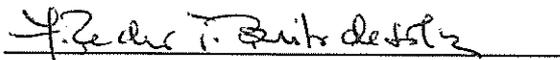
O Conselho de Administração,



Dr. Fernando do Nascimento Trigo – *Presidente*



Arq. José Alberto de Castro Cardoso – *Administrador*



Dr. João Pedro Brito da Silva – *Administrador*

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

3 – CONTAS DO EXERCÍCIO

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração de Resultados por Funções
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Demonstração de Fluxos de Caixa



localização é valor!

M

Entidade:
MUNICÍPIA, SA
BALANÇO

Período findo em 31-12-2016

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7/8	2.024.815,00	2.105.783,20
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	402,72
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos		0,00	0,00
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		4.363,73	3.822,95
Ativos por impostos diferidos	15	142.957,72	143.076,13
		2.172.136,45	2.253.085,00
Ativo corrente:			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes		666.531,52	321.714,80
Adiantamentos a fornecedores		11.191,65	8.004,65
Estado e outros entes públicos		13.826,56	13.703,50
Acionistas/sócios		266.914,39	409.687,00
Outras contas a receber		606.888,33	113.392,38
Diferimentos		112.353,46	80.438,93
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	537.615,00	1.631.253,12
		2.215.320,91	2.578.194,38
Total do ativo		4.387.457,36	4.831.279,38

J. Pedro T. Zito de J. J.

[38.737182, -9.304986]





Entidade:
MUNICÍPIA, SA
BALANÇO

Período findo em 31-12-2016

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital próprio:			
Capital realizado		3.236.678,67	3.236.678,67
Ações (quotas) próprias		-254,99	-144,99
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		51.248,12	49.480,69
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	3	31.436,23	31.436,43
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do período	3	7.836,67	35.348,66
		0,00	0,00
Total do capital próprio		3.326.944,70	3.352.799,46
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		120.430,85	213.260,48
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		120.430,85	213.260,48
Passivo corrente:			
Fornecedores		313.166,78	212.714,25
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		83.326,75	253.956,33
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		92.829,68	90.540,07
Outras contas a pagar		207.483,48	279.197,33
Diferimentos		243.275,12	428.811,46
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		940.081,81	1.265.219,44
Total do passivo		1.060.512,66	1.478.479,92
Total do capital próprio e do passivo		4.387.457,36	4.831.279,38



[38.737182, -9.304986]

[Handwritten signature]
F. Pedro I. Buih de J. C.
M. J. C.



localização é valor!

Entidade:
MUNICÍPIA,SA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31-12-2016

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
Vendas e serviços prestados	13	2.437.545,34	3.313.341,10
Subsídios à exploração	14	14.287,83	11.248,07
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	+/-	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	.	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	.	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	.	-1.227.083,10	-1.627.443,10
Gastos com o pessoal	.	-1.082.530,63	-1.520.390,33
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-/+	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+ 12	20.924,62	169.736,47
Provisões (aumentos/reduções)	-/+	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	+/-	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	.	84.290,30	65.626,90
Outros gastos e perdas	.	-44.112,65	-65.277,39
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		203.321,71	346.841,72
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 6/7/11	-146.429,11	-211.414,94
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		56.892,60	135.426,78
Juros e rendimentos similares obtidos	.	5.094,64	22.439,09
Juros e gastos similares suportados	- 10	-39.873,19	-97.595,48
Resultado antes de impostos		22.114,05	60.270,39
Imposto sobre o rendimento do período	-/+ 15	-14.277,38	-24.921,73
Resultado líquido do período		7.836,67	35.348,66
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
Resultado por ação básico		0,01	0,05

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[38.737182, -9.304986]





localização é valor!

Entidade: MUNICÍPIA, SA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1: 2015

Período findo em 31-12-2016

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

DESCRICÃO	PORÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	ALTERAÇÕES NO PERÍODO										RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	RESULTADO INTEGRAL	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	Realizações de capital de emissão	Realizações de prémios de emissão	Distribuições	Entradas para cobertura de perdas	Outras operações	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	
		Primária adição de novo referencial contabilístico	Alterações de parâmetros contabilísticos	Diferenças de conversão de moedas e financeiros	Realização de excedentes de realização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	Excedentes de realização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	Ajustamentos por impostos diferidos	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	3	4a-3										5
Total	3.317.510,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.712.819,14	-40,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.337.759,46
Result. líquido período	36.686,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.712.819,14	-40,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.357.759,46
Outras variações no CP	109.987,00	0,00	109.987,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.338,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.348,56
Excedent. result. após ajuste em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.987,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Result. de transições	-2.570.899,52	0,00	2.567.483,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.602.335,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.436,43
Outras reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais	47.646,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.834,34	1.834,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.480,69
Prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros instrumentos de CP	2.677.470,48	0,00	-2.677.470,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.677.470,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações (quotas) próprias	-84,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-60,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-144,99
Capital realizado	3.236.678,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.236.678,67

NOTAS

Handwritten signatures and names: H. Rebelo, T. Bui de M., JMS.

Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

Tapuspark Av. 2001 - Cascais - Edifício Ciência II - 13 - 13 - 2740-320 Porto Salvo - Alentejo - Portugal Tel. (351) 214 228 200 Fax. (351) 214 228 205 Tel. (351) 214 228 206

info@municipla.pt www.municipla.pt

Mit. 2015 - 15.000 CAPITAL SOCIAL 3.236.678,67€ CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (15.000) 15.000

[38.737182, -9.304986]





Entidade: MUNICÍPIA,SA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N. 2016

Período findo em 31-12-2016

Montantes expressos em Euros

DISCRICÃO	POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	Primitiva	Alterações de políticas contábilísticas	Diferença de conversão de demonstrações financeiras	Realização de excedente de avaliações de ativos não tangíveis e intangíveis	Excedentes de reavaliação de ativos não tangíveis e intangíveis	Ajustamentos por impostos diferidos	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	RESULTADO INTEGRAL	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	Realização de capital	Realizações de prémios de emissão	Distribuições	Entradas para cobertura de perdas	Outras operações	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO
Total do Capital Próprio	3.332.793,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.836,67	7.836,67	-110,00	0,00	0,00	-33.581,43	0,00	-33.691,43	3.336.944,70
Total	3.332.793,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.836,67	7.836,67	-110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.336.944,70
Resultado líquido	35.348,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-35.348,66	7.836,67	-47.511,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.836,67
Outras alterações no CP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedent. reavaliat. ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajust. em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado ex transat. os	31.436,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.581,23	0,00	33.581,23	0,00	0,00	0,00	-33.581,43	0,00	-33.581,43	31.436,23
Outras reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais	49.482,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.767,43	0,00	1.767,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.248,12
Prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos de CP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos financeiros	-146,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-110,00	-254,99
Capital próprio atribuído aos detentores de capital	3.336.678,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.336.678,67

NOTAS

[38.737182, -9.304986]

Handwritten signatures and notes



Entidade:
MUNICÍPIA,SA
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31-12-2016

Contas Individuais

Mantenedor expressar em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	•	2.432.898,79	5.409.087,14
Pagamentos a fornecedores	-	-1.358.015,76	-1.939.518,80
Pagamentos ao pessoal	-	-718.036,79	-1.033.724,91
Caixa gerada pelas operações	•+	356.846,24	2.435.843,43
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-+	-33.251,58	-26.785,69
Outros recebimentos/pagamentos	•+	-1.405.550,61	-1.114.117,79
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	•+	-1.081.955,95	1.294.939,95
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	-65.058,19	-339,00
Ativos intangíveis	-	0,00	0,00
Investimentos financeiros	-	0,00	0,00
Outros ativos	-	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	•	56.538,22	52.457,45
Ativos intangíveis	•	0,00	0,00
Investimentos financeiros	•	0,00	0,00
Outros ativos	•	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	•	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	•	5.094,64	22.439,09
Dividendos	•	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	•+	-3.425,33	74.557,54
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	•	1.210.739,47	1.120.199,45
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	•	142.662,61	891.899,48
Cobertura de prejuízos	•	0,00	0,00
Doações	•	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	•	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	-1.301.279,49	-1.709.015,84
Juros e gastos similares	-	-26.798,00	-54.142,90
Dividendos	-	-33.581,43	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00	-60,02
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	•+	-8.256,84	248.880,17
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	•+	-1.093.638,12	1.618.377,66
Efeito das diferenças de câmbio	•+	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	•	1.631.253,12	12.875,46
Caixa e seus equivalentes no fim do período	•	537.615,00	1.631.253,12

[Handwritten signatures and notes]



[38.737182, -9.304986]

4 – Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016

1 – Identificação da Entidade

A Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. é uma Empresa Municipal, Sociedade Anónima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11 – 3º B – 2740-120 Porto Salvo, regulada pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

A sociedade tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, Trabalho aéreo, Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, Soluções ambientais, Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo, Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a legislação em vigor, entre elas, o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho), a Estrutura Concetual do IASB constante do anexo 5 do regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, com base nos

Modelos de Demonstrações Financeiras, nas Normas Interpretativas, nas NCRF quando aplicável ou omissos. As Demonstrações Financeiras, foram ainda preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização do período, consistência e substância sobre a forma.

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1. -As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação, com relevância para as seguintes:

- a) De acordo com os pressupostos da continuidade das operações e do regime do acréscimo (periodização económica das transações).
- b) De acordo com as características qualitativas das informações financeiras, designadamente quanto aos princípios da prudência, substância sob a forma, da materialidade e comparabilidade.

3.2. - Sobre os métodos e critérios de mensuração relevam-se os seguintes:

- a) Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra acrescido das despesas diretas suportadas e necessárias até à sua entrada em funcionamento, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais imparidades existentes.
- b) Os ativos intangíveis adquiridos estão valorizados ao custo de aquisição em termos semelhantes aos ativos tangíveis.
- c) No cálculo da depreciação dos ativos tangíveis e intangíveis, é considerado um período de vida útil fixo definido de acordo com os critérios fiscais, sendo que o mesmo se adequa à depreciação real dos bens.
- d) No custeio dos serviços prestado é utilizado o custo de produção, que compreende os gastos de aquisição de materiais e serviços utilizados acrescidos dos gastos de transformação calculados com gastos/hora teóricos.

e) Na valorimetria, para efeitos do reconhecimento dos ganhos e gastos das obras em curso, utilizou-se o critério do grau de acabamento, da aplicação deste critério resultou ao reconhecimento no balanço dos seguintes ativos e passivos:

Na conta 281- Gastos diferidos, o valor de 112.353,46 euros, essencialmente relativo a projetos a realizar e seguros a considerar em anos seguintes.

Na conta 282 - Ganhos diferidos, o valor de 243.275,12 euros, essencialmente relativo a projetos faturados e ainda não realizados.

Na conta 2721 - Devedores por acréscimos, constante do balanço em outras contas a receber, o valor de 505.252,30 euros, relativos a ganhos com projetos realizados e não faturados.

Na conta 2722 - Credores por acréscimos de gastos, incluído no balanço na rubrica Outras contas a pagar, o valor de 164.097,38 euros, essencialmente relativos a remunerações e taxas de saneamento a liquidar.

f) Foram reconhecidos impostos diferidos ativos no montante de 142.957,72 euros, tendo por base uma estimativa de obtenção de lucro para os próximos anos.

g) Os valores em moeda estrangeira são contabilizados ao câmbio da data de aquisição e, quando aplicável, revalorizados ao câmbio corrente da data do balanço.

h) Os ativos relativos à cobertura pelos acionistas dos prejuízos reconhecidos no período de 2008 a 2010, estão calculadas de acordo com as regras do equilíbrio financeiro constantes do art.º 31º da lei 53-F/2006, enquanto que a cobertura de acionistas em 2013, foi determinada em conformidade com número 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto. No presente exercício e em conformidade com a legislação, constante na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, os resultados anuais previstos no seu número 2 do artigo 40º estão equilibrados, em virtude do Resultado Antes de Impostos se apresentar positivo.

i) O valor das imparidades em dívidas a receber, foram calculadas segundo os critérios fiscais, sendo que esse risco de incobrabilidade coincide com os critérios de gestão, não existindo indícios que sejam necessários mais ajustamentos para além dos divulgados.

EA. ↑
BS

4 – Fluxos de caixa - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	Montante
Caixa	1.846,64
DO Caixa Geral de Depósitos	1.773,10
DO Novo Banco	109.995,48
DO Banco BIC	593,75
DO Banco Comercial Atlântico Cabo Verde	23.406,03
DP Banco BIC	300.000,00
DP Novo Banco	100.000,00
Total	537.615,00

Unidade: Euros

5 – Partes relacionadas:

5.1 – Relacionamentos com empresas-mãe

A Município é devida diretamente em 59,13%, pela Câmara Municipal de Oeiras.

5.2 – Remunerações do pessoal chave da gestão

As senhas de presença, as despesas de representação e as remunerações da Administração e a remuneração do Diretor Geral, totalizam 110.486,17 euros.

Relativamente ao Fiscal Único o montante auferido foi de 7.800 euros.

5.3. – Transações entre partes relacionadas

Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento	Valor das Transações	Saldos Pendentes a 31.12.2016
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	357.965,36	106.988,56

Unidade: Euro

6 – Ativos Intangíveis

Nos **Ativos Intangíveis** não se registou nenhum investimento no ano de 2016.

Ativos Intangíveis	Valores Bruto						
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ defid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proj. desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de comp.	745.058,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745.058,80
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	745.058,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745.058,80
Ativos intang. Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adianf.p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euro

Handwritten initials and numbers:
 J.A. A
 35

Relatório e Contas 2016

Ativos intangíveis	Amortizações				
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	744.656,08	402,72	0,00	0,00	745.058,80
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	744.656,08	402,72	0,00	0,00	745.058,80
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euro

Ativos Intangíveis	Imparidades					
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ defid.p venda	Saldo Final	Valor Líquido
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						0,00

Unidade: Euro

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

7 – Ativos Fixos Tangíveis

No **Ativo Fixo Tangível** registou-se um investimento de 145.216,32 euros, distribuído por 42.148,50 euros de equipamento básico, 750 euros em equipamento administrativo e 102.317,82 euros para equipamento de transporte, este último

DA. ↑
 35

Relatório e Contas 2016

repartido maioritariamente por 2 viaturas novas de 22.510 euros cada e 8 para o projeto de Cabo Verde, no valor global de 43.531 euros.

Em termos de abates, foram por obsolescência retirados do imobilizado, material informático de 2005, 2007, 2008 e 2009, totalizando 4.196 euros de valor de aquisição, mas sem valor contabilístico ou de mercado.

Foram alienados 185.893,79 euros de ativos, repartidos por GPS do projeto Sinergic, no valor de 14.698 euros e 171.195,79 euros de viaturas em estado de uso.

Ativos Fixos Tangíveis	Valores Brutos							Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ defid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Transf.	
Terrenos e recursos naturais	389.467,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	1.198.292,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.292,09
Equipamento básico	2.132.456,86	42.148,50	-14.698,00	0,00	0,00	-4.195,70	0,00	2.155.711,66
Equipamento de transporte	194.572,10	102.317,82	-171.195,79	0,00	0,00	0,00	0,00	125.694,13
Equipamento administrativo	122.697,89	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.447,89
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	4.040.202,06	145.216,32	-185.893,79	0,00	0,00	-4.195,70	0,00	3.995.328,89
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant.p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Relatório e Contas 2016

Ativos Fixos Tangíveis	Amortizações						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ defid.p venda	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	379.997,99	23.780,59	0,00	0,00	0,00	0,00	403.778,56
Equipamento básico	1.323.357,19	98.407,95	-5.182,87	0,00	-4.195,70	0,00	1.412.386,57
Equipamento de transporte	112.847,65	21.722,01	-100.552,79	0,00	0,00	0,00	34.016,87
Equipamento administrativo	116.691,25	1.534,26	0,00	0,00	0,00	0,00	118.225,51
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	1.524,78	581,60	0,00	0,00	0,00	0,00	2.106,38
Ativos fixos tangíveis	1.934.418,86	146.026,39	-105.735,66	0,00	-4.195,70	0,00	1.970.513,89
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Imparidades						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ defid.p venda	At. Revaloriz.	Saldo Final	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	794.513,53
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	743.325,09
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.677,26
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.222,38
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	609,35
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.024.815,00
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							2.024.815,00

Unidade: Euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3,

8 – Ativos não correntes detidos para vendas

No decorrer do projeto Sinergic, adquiriram-se sensivelmente 4 dezenas de viaturas em estado de uso, sendo algumas destas alienadas nos últimos meses do projeto. Com a conclusão do Sinergic, no final de 2015 e não havendo expectativa de reaproveitamento desse equipamento de transporte noutra projeto, decidiu a

gestão em fevereiro de 2016, reclassificar esses ativos em ativos não correntes detidos para venda, uma vez que a venda das viaturas era altamente provável no curto prazo e não seriam absorvidas noutros projetos.

Foi definido um plano de venda para as 28 viaturas que consistiu na publicitação dos ativos disponíveis para venda, sendo essa comercialização acompanhada por um consultor especializado, remunerado em função do sucesso obtido com a venda.

A alienação deste grupo de ativos concretizou-se integralmente até outubro de 2016, não tendo sido necessário alterar o plano de vendas definido.

A transação foi registada pelo valor contabilístico e a venda, pelo valor de venda, deduzido das despesas relacionadas com a sua venda.

9 – Locações Financeiras

Locação financeira

BEM	LOCADOR	INÍCIO PRAZO	FIM PRAZO	VALOR CONTRATADO	VALOR ACUMULADO LIQUIDADO	VALOR EM DÍVIDA
Máquina Digital DMC	BES Leasing e Factoring	2009	2019	862.500,00	649.239,47	213.260,53

Unidade: euros

Valor de ativo registado

BEM	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIACÕES	VALOR ACUMULADO LÍQUIDO
Máquina Digital DMC	862.500,00	488.178,09	374.321,91

Unidade: euros

JA. [^]
31

10 – Gasto de Empréstimos Oblidos

Em 31 de dezembro de 2016, não se encontrava utilizado qualquer valor das contas correntes caucionadas, contudo da utilização das mesmas ao longo do ano e da assunção de compromissos de financiamento, foram gerados os seguintes encargos financeiros, para cada tipologia de financiamento:

Descrição	Montante
Juros da aquisição da DMC	6.562,22
Juros das contas correntes caucionadas	2.095,83

Unidade: Euros

11 – Gastos / reversões de depreciação e de amortização

O montante de 146.429,11 euros, diz respeito ao valor das amortizações efetuadas.

12 – Imparidade de Ativos e Reversões / Justo Valor

Descrição	Clientes
Saldo inicial a 01-01-2016	405.756,80
Reversão	-29.604,12
Utilizações	0,00
Imparidade do exercício	8.679,50
Saldo final a 31-12-2016	384.832,18

A reversão teve origem nos acordos e recebimentos alcançados, enquanto que a imparidade resulta do risco de incobrabilidade identificado sobre um cliente.

JA. W
BZ

13 – Rédito

No ano de 2016, o valor da prestação de serviços aos nossos clientes foi de 2.437.545 euros.

Neste valor estão incluídos 505.252 euros de serviços realizados e ainda não faturados e estão subtraídos 241.775 euros de serviços faturados e ainda não reconhecidos.

As prestações de serviços dos projetos em curso a 31 de dezembro de 2016, são reconhecidas no rédito com base no critério da percentagem de acabamento.

14 – Subsídios do Governo e apoios do Governo

A Município em 2016, beneficiou da transferência de subsídios no montante de 8.821 euros provenientes do acordo assinado entre a Comissão Europeia e GISIG – *Geographical Information Systems International Group Associazione*, para o projeto "Open geo-data for innovative services and user applications towards Smart Cities". No entanto, para 2016 reconheceu-se o montante de 14.287,83 euros, atendendo ao grau de realização.

15 – Impostos sobre o rendimento

Prejuízos Fiscais por utilizar:

ANOS	MONTANTE	Matéria Coletável utilizada ou perdida			Saldo por utilizar
		2014	2015	2016	
2013	1.209.521,53	0,00	0,00	563,86	1.208.957,68
2014	44.355,02	0,00	0,00	0,00	44.355,02
2015	97.982,50	0,00	0,00	0,00	97.982,50
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.351.859,05	0,00	0,00	563,86	1.351.295,19

Unidade: Euros

[Handwritten signature and initials]

Valores para estimativa de impostos diferidos:

ANOS	MONTANTE
2013	681.314,90
2016	-563,86
TOTAL	680.751,05

Unidade: Euros

Descrição	Montante
Impostos diferidos acumulados para próximos exercícios relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis	142.957,72
Impostos diferidos utilizados no período de 2016, referente a exercícios anteriores relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis	-563,86
Tributações autónomas de 2016	14.105,81
PEC perdidos no final de 2016	7.303,64
Prejuízos fiscais perdidos no final de 2016	0,00
Derrama	12,08
Coleta	41,08
Imposto do exercício	14.277,38

Unidade: Euros

PEC - Pagamento Especial por Conta por utilizar

ANOS	MONTANTE
2016	7.426,70
2015	6.287,84
2013	70,94

Unidade: Euros

Existem 1.351.295,019 euros de prejuízos fiscais, utilizáveis em resultados tributáveis nos próximos períodos, sendo que destes apenas estão considerados para base de cálculo de impostos diferidos 680.751,05 euros, a que corresponde de Impostos

At. N
35

diferidos acumulados para próximos exercícios relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis: 142.957,72 euros. Para além disto, existem Pagamentos Especiais por Conta por utilizar em impostos futuros no montante de 13.785,48, tendo-se perdido 7.303,64 euros, não incluídos no valor referido.

16 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

As cotações a 31.12.2016:

- Um dólar americano (USD) = 0,94901 euros;
- Um metical (MZN) = 0,01323 euros.

O número médio de funcionários ao serviço da empresa em 31 de dezembro de 2016, foi de 33 pessoas.

Em 31.12.2016, não existiam dívidas em situação de mora ao Estado e outros Entes Públicos.

Arrendou-se a terceiros, aproximadamente 15% do espaço da Município, pelo valor mensal de 1.500 euros mais IVA, não tendo sido registado em propriedades de investimento, face ao valor residual do espaço.

A 31.12.2016 encontrava-se por liquidar por parte dos acionistas:

LEGAIS	Lei 53-F/2006 2008	Lei 53-F/2006 2009	Lei 53-F/2006 2010	Lei 53-F/2006 2011/12	Lei 50/2012 2013	Lei 50/2012 2014	Lei 50/2012 2015	Lei 50/2012 2016
Regra do Equilíbrio de Contas	17.061	57.498	63.102	0	131.923	0	-2.669	0

Unidade: Euros

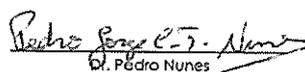
17- Informações complementares:

A Administração não tem projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações da mesma.

A Administração não tem indícios de que existam rendimentos ou gastos, ativos ou passivos cujo Justo Valor ou valor dos benefícios económicos futuros atualizado, seja diferente do valor contabilístico presente nestas nem que exista Imparidade de ativos, para além dos relatados nas demonstrações financeiras

Oeiras, 30 de janeiro de 2017

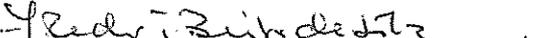
O Técnico Oficial de Contas
C.C. 61236


Dr. Pedro Nunes

O Conselho de Administração,


Dr. Fernando do Nascimento Trigo – Presidente


Arq. José Alberto de Castro Cardoso – Administrador


Dr. João Pedro Brito da Silva – Administrador

RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL E CLC



Relatório e parecer do fiscal único de

MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA

Senhores Accionistas,

1- Nos termos legais e na qualidade de fiscal único de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, submetemos à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa actividade bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

2 - Acompanhamos com regularidade as actividades desenvolvidas pela empresa durante 2016 e efectuamos as análises e as verificações necessárias ao exercício das funções que nos estão cometidas, recorrendo-se para o efeito às informações de gestão e aos esclarecimentos prestados pela Administração e seus colaboradores, de quem obtivemos o apoio considerado necessário.

3- O relatório de gestão satisfaz os preceitos legais e regulamentares e reflecte de forma detalhada as actividades desenvolvidas durante o exercício de 2016.

4 - Relativamente às demonstrações financeiras que nos foram apresentadas, releva-se o seguinte :

- Estão elaboradas em conformidade com o sistema normalização contabilística (SNC) e restante legislação e normativos aplicáveis.
- Os critérios e métodos de valorimetria são consistentes, satisfazem os adequados preceitos técnicos e legais e adequam-se às características da actividade empresa.

5 - Do exposto anteriormente e tomando em consideração a certificação legal das contas, é nosso parecer que o relatório de gestão e as contas de 2016 reflectem adequadamente as actividades desenvolvidas e a situação económica e financeira de MUNICÍPIA, EM, SA, e, nessa conformidade propomos a V. Exas., que aproveis :

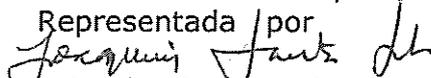
- O relatório de gestão e contas de 2016.
- A proposta de aplicação de resultados que integra o relatório de gestão.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2017

O Fiscal Único

Diz & associados- SROC, Lda.

Representada por


Joaquim dos Santos Silva (ROC n.º 383)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras de **MUNICÍPIA**, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 4 387 457 euros e um total de capital próprio de 3 326 945 euros, incluindo um resultado de exercício positivo de 7 837 euros, as Demonstrações de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais a posição financeira de **MUNICÍPIA**, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isolada ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte duma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos,

e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos e condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe alguma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades.
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa do controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

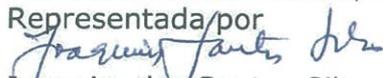
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante relacionada com as demonstrações financeiras auditadas é concordante com as mesmas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorrecções materiais.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2017

Diz & associados- SROC, Lda

Representada por



Joaquim dos Santos Silva,
ROC n.º 383

Tapada Nacional de Mafra

Relatório de Atividades e Contas de 2016



março de 2017

Tapada Nacional de Mafra

Relatório de Atividades e Contas de 2016

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Tapada Nacional de Mafra, CIPRL

Relatório e Contas 2016

EDITOR

Tapada Nacional de Mafra, CIPRL

Portão do Codeçal,

2640-602 Mafra

Telef.: +351 261 817 050 (dias úteis) / +351 261 814 240 (fins de semana e feriados)

Fax: +351 261 814 984

URL: <http://www.tapadademafra.pt/>

E-mail: geral@tapadademafra.pt

Periodicidade: Anual

Data da Edição: Março de 2017

Índice

Relatório de atividades:

1-Introdução.....	4
2 -Equipa técnica.....	4
3- Alteração dos estatutos.....	4
4- Intensificação da acção de cobrança de créditos a terceiros.....	5
5-Renegociação dos contratos com fornecedores.....	5
6-Requalificação do edificado:	
6.1-Intervenção no salão D. Carlos, salão Nobre e Picadeiro Coberto	5
6.2-Intervenção na receção, loja e cafetaria.....	5
6.3- Intervenção no parque de merendas.....	5
6.4-Intervenção no caminho do comboio e percurso vermelho.....	5
7 -Comunicação, programa de visitas e bases de dados.....	5
8 -Conhecimento da população de gamos.....	6
8.1-Avaliação do estado sanitário da população de ungulados.....	6
8.2-Elaboração de Plano Sanitário.....	6
8.3-Reforço da alimentação.....	6
9-Aprovação de projeto PRODER submetido em 2014.....	6
10- Reforço das ações de voluntariado pago.....	7
11- Reforço das atividades existentes.....	7
12- Promoção externa junto da ATL.....	7
13- Museu da Tojeira e SCI	7
14- Candidatura a Património da Unesco.....	8
15- Análise económico-financeira.....	8
15.1- Análise de rendimentos.....	9
15.2- Análise de gastos	9
15.3- Análise comparativa detalhada de vendas e prestação de serviços	9
15.4- Análise comparativa detalhada dos serviços a exploração e outros rendimentos	10
15.5- Análise comparativa detalhada dos serviços a exploração e outros rendimentos.....	11
15.6- Análise detalhada de rubricas de fornecimento de serviços externos.....	11
15.7- Análise detalhada de rubrica gastos com pessoal	12
15.8- Balanço	12
15.9- Capitais próprios	12
15.10- Outras variações no capital próprio	13
15.11- Passivo	13
15.12- Rácio Economico Financeiros	13
15.13- Resultados de Exercício	13
15.14- Proposta de aplicação de resultados	14
15.15- Anexos à Demonstrações Financeiras.....	14
15.16- Balanço modelo reduzido	16
15.17- Demonstração Individual de Resultados por Natureza.....	18

Nota Introdutória	19
Nota 1- Identificação da entidade	19
Nota 2- Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	19
Nota 3- Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros.....	20
Nota 4-Ativos fixos tangíveis	27
Nota 5- Ativos intangíveis.....	26
Nota 6- Inventários	27
Nota 7- Subsídios de entidades públicas	28
Nota 8- Imposto sobre o rendimento	28
Nota 9- Instrumentos financeiros.....	28
Nota 10- Benefícios dos Empregados.....	30
Nota 11- Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	31
Nota 12- Outras divulgações-informações relevantes.....	31

1- Introdução

O ano ficou marcado por uma assembleia geral eleitoral onde se operou a alteração de membros dos órgãos sociais na Mesa da Assembleia e na Direção.

A nova equipa toma posse em abril de 2016 e depara-se com a transformação dos Protocolos em Contratos de Prestação de Serviços (mediante abertura de procedimentos de ajuste direto, caderno de encargos e convite às empresas) nas atividades de aves de rapina, equestres, apicultura e tiro com arco, celebrados cerca de dois meses antes da tomada de posse, por uma Direção com simples poderes de gestão. A Presidente da Direção deparou-se com dificuldades e constrangimentos no conhecimento dos dossiers em curso.

Para desenvolvimento da sua atividade a Tapada funcionou, grosso modo, com o orçamento das receitas provenientes da visitação. A primavera apresentou-se chuvosa tendo afastado os visitantes, facto que se repercutiu, de forma imediata e negativa nas receitas de uma atividade marcada pela sazonalidade.

A escassez dos recursos financeiros disponíveis impediu a implementação de um plano de trabalho mais ambicioso em diversas áreas: na florestal (onde se constata a ausência de faixas de contenção contra incêndios e uma elevada carga de combustível) nos caminhos (onde o piso do caminho principal está em mau estado colocando em risco a segurança dos utentes e, nos secundários a circulação é por regra difícil e não facilita a circulação de veículos de combate a incêndios florestais), no edificado (onde chove no interior do Salão Nobre e salão D. Carlos cujas infiltrações originam descargas do quadro elétrico inclusive com eventos em curso no interior do Alojamento Local porque parte do beiral se encontra partido).

Neste enquadramento tiveram lugar as atividades seguidamente descritas:

2- Equipa técnica

Em agosto, por iniciativa dos trabalhadores operou-se a rescisão dos contratos de trabalho de uma rececionista e dois sapedores florestais e, por cessação pelo decurso do prazo o contrato de um terceiro sapedor florestal.

Em abril, enquadrado em contrato de Estímulo de Emprego, foi celebrado um contrato a termo certo pelo período de 6 meses para a categoria de motorista.

3- Alteração do artigo 42º dos Estatutos

Foi alterado o artigo 42º no tendo em vista eliminar a distribuição dos excedentes e desta forma conseguir atingir a aplicação da isenção do IVA (prevista no n.º 13º do art. 9º do Código do IVA) às prestações de serviços realizadas pela Tapada de Mafra, designadamente nos bilhetes de entrada.

Esta alteração permitirá a retenção de montantes financeiros expressivos e abre o caminho para a criação de um bilhete conjunto Palácio/Tapada permitindo captar parte dos 270 mil visitantes anuais do Palácio.

4- Intensificação da ação de cobrança de créditos de terceiros

Foi intensificado o pedido de pagamento de terceiros e propostas de negociação extrajudiciais (de destacar o crédito com a Associação dos Produtores Agrícolas e Florestais da Estremadura FLOREST) e processo de injunção (em relação à firma BLACK MARIA Ld^a). Em 1/4/2016 o crédito a terceiros era de 17.727,40 €, em 31/12 era de 8.407,54 €.

5- Renegociação dos contratos com fornecedores

Procedeu-se à renegociação dos contratos com os fornecedores regulares e prestadores de serviços.

6- Requalificação do edificado

A intervenção no edificado é algo premente e transversal a todos os edifícios, antigos e com necessidades permanentes de intervenção:

6.1- Intervenção no Salão D. Carlos e Salão Nobre e Picadeiro Coberto

As infiltrações de água pluviais no quadro elétrico provocavam o corte de energia no decurso dos eventos. Houve necessidade de intervir nos telhados dos salões. Procedeu-se igualmente à reparação e/ou substituição de autoclismos nas WCs, substituição da iluminação do picadeiro coberto, mesa nine, hall dos pavilhões e exterior por lâmpadas led. Investimento que se prevê de rápida amortização.

As frequentes ruturas nos tubos de água potável e entupimento dos esgotos ocasionaram a frequente contratação de serviços externos para a sua reparação, substituição de diversos troços localizados no parque de estacionamento, cavalariças e junto aos salões dos eventos.

6.2-Intervenção na receção, loja e cafetaria

Procedeu-se à limpeza e pintura exterior do edifício, reparação e/ou substituição dos autoclismos, remoção do balcão da cafetaria para instalação de três máquinas de vending, substituição das lâmpadas de alto consumo por leds.

6.3-Requalificação do Parque de Merendas

A requalificação deste espaço era premente. Procedeu-se à reparação da caixa de esgoto junto à entrada dos WCs exteriores devido a frequentes entupimentos bem como ao vazamento e posterior enchimento da fossa do parque de merendas, à substituição do piso de terra batida para *tuvenan* e pedra “bago de arroz” com o intuito de evitar que a terra e o pó provocado pelas brincadeiras das crianças se misturem com a comida.

6.4-Beneficiação do caminho do comboio e percurso pedestre vermelho

Limpeza dos arbustos numa faixa de cinco metros ao longo do caminho principal e percursos pedestres vermelho no intuito de melhorar a visibilidade, acessibilidade e tornar o local mais resiliente em termos de incêndios florestais.

7- Comunicação, programa de visitas e base de dados

A escassez de recursos financeiros impediu a contratação de um trabalhador na área do marketing e comunicação, como seria desejável. Utilizando os recursos existentes e com o apoio de um voluntário

(marketing strategist) procedeu-se à atualização do site e facebook e fez-se uso de outros meios de marketing digital.

Foram elaborados os programas sazonais (primavera, verão, outono e inverno) bem como programa para grupos (Escolas e Seniores) em formato digital e em papel.

As incipientes bases de dados existentes foram sistematicamente aumentadas e atualizadas.

Reforçaram-se as parcerias existentes e criaram-se novas que nos permitiram uma divulgação económica e eficientes em termos de redes sociais e intranets de grandes instituições bancárias e grupos económicos.

8- Conhecimento da população de gamos e o não exercício da atividade cinegética

As sistemáticas reclamações apresentadas pelas visitantes em relação ao escasso avistamento de animais, em particular ungulados, impuseram que se repensasse a alimentação dos mesmos, a gestão de habitats bem como um melhor conhecimento da população de gamo e javali. Nesse sentido foi solicitada a colaboração do ICNF, Eng. Vitorino Lopes, e em conjunto definida a estrutura do levantamento a realizar: metodologia dos censos, análise da estrutura etária, resultados de exploração das épocas venatórias anteriores, trofeus extraídos em Mafra medidos na CNHT e efetuada a interpretação dos resultados. Confirmado o desequilíbrio existente entre machos e fêmeas, baixo valor dos machos jovens, o baixo valor da taxa de reposição ao longo dos anos, em particular do último e a elevada taxa de abates ocorridos nos últimos dois anos que indiciam um decréscimo acentuado da população, torna-se claro que era necessário por fim a uma gestão não sustentada dos recursos cinegéticos começando pelo não exercício da atividade cinegética na época em curso, 2016/2017.

8.1-Avaliação do estado sanitário da população de ungulados;

Mediante amostragem procedeu-se à recolha de sangue e controle sanitário de um número determinado de animais. Avalia-se a condição corporal e os parasitas de que são portadores. Procedeu-se à sua desparasitação, vacinação e submetem-se a rastreio de Tuberculose e Brucelose.

8.2-Elaboração de Plano Sanitário

Conhecida a dinâmica da população e definidos os meses de maio e setembro como os adequados para se levar a cabo a desparasitação dos ungulados. Nesse sentido, solicitou-se o apoio do INIAV para indicar o tipo e quantidade de desparasitante a ser ministrado.

8.3-Reforço na alimentação

Anos de deficiente alimentação e gestão de habitats originaram a ausência de trofeus extraídos em Mafra e medidos na CNHT. Face à escassez dos recursos financeiros disponíveis que impedem a aquisição de suplemento alimentícios em quantidade recomendada, optou-se por solicitar às padarias locais e centros de distribuição de fruta que nos doassem a fruta não apta para consumo. De setembro a dezembro fomos doada 54 toneladas de fruta para alimentação dos animais.

9- Aprovação de projeto de PRODER submetido em 2014

Submetida em colaboração com a Associação dos Produtores Agrícolas e Florestais da Estremadura FLOREST a 30.04.2014 no âmbito do PRODER, a candidatura, contextualizada no Plano de Gestão Florestal da Tapada de Mafra, procurava a beneficiação do coberto vegetal, rico em Quercíneas (Sobreiro) e Pinheiro Bravo, a beneficiação de algumas galerias ripícolas da Tapada e a recuperação de áreas de Eucaliptal subprodutivo e desajustado ecologicamente, áreas essas afetadas pelo fogo de 2005.

Em virtude da transição entre quadros comunitários a candidatura migrou para o PDR2020, para a denominada, operação 8.1.5. Algumas alterações na descrição do projeto e necessidade de elementos não foram totalmente acautelados, tendo originado atrasos na sua análise bem como incumprimento do prazo de um primeiro pedido de esclarecimentos de 29.06.2016 em virtude da anterior Presidente da Direção e a entidade consultora não informaram a TNM, nem a atual Presidente ou Direção, das senhas de acesso ao balcão de beneficiário do PDR2020. Situação só resolvida com colaboração da DRAPLVT (Direcção regional de agricultura e pescas de Lisboa e Vale do Tejo, responsável pela análise da candidatura). Foi contacto uma nova entidade consultora, a Gestiverde – Gestão Rural, Lda. que promoveu um 2º período de pedido de esclarecimento a 07.07.2016 (DRAPLVT), recuperação das senhas de acesso e resposta ao pedido.

Em termos de valores de submissão do projeto era de 104.105,59, o primeiro valor elegível validado foi de 22.559,47€ (com cortes severos na generalidade das operações, redução de 81.546,12€ em relação ao proposto), após resposta ao pedido de esclarecimento o valor elegível válido, e que consta da aprovação é de 79.605,71€.

10- Reforço das ações de voluntariado pago

O voluntariado foi reforçado e mais divulgado com programas pagos de venda em Portugal e no estrangeiro. A ele aderiram empresas como a EDP- comercial-inovação, Sociedade de Advogados Vieira de Almeida, Sumol-Compal, associação GRACE-Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (esta ultima contou com a colaboração de 330 voluntariado). Pelo valor dos donativos entregues, essas ações revelam-se cada vez mais relevância financeira.

11- Reforço das atividades existentes

O elevado potencial da Tapada em termos de BTT levou a que recorrêssemos ao apoio de um clube da modalidade para avaliar os percursos existentes e eventualmente levantar novos percursos com coordenadas GPS e carregamento Wikiloc.

Foram mapeados os percursos pedestres e procedeu-se ao seu levantamento com coordenadas GPS. Reforçou-se o contacto junto de empresas da zona e fortaleceu-se o contacto com empresas que já trabalhavam com a Tapada.

Na modalidade de trail runing promoveu-se mais uma edição com os Roteiros Aventura.

12- Promoção externa junto da Associação de Turismo de Lisboa-ATL

Foi mantido o envio sistemático de folhetos e o destino Tapada incluído em press trip, especialmente em temas de família.

13- Museu da Tojeira-Safari Clube Internacional (SCI)

O SCI Lusitânia Chapter formalizou a disponibilidade em colaborar com a Tapada.

Atualmente o edifício do Museu da Tojeira necessita de algumas obras de beneficiação, o espólio encontra-se completamente desatualizado e em muito mau estado mas com potencial para se tornar num local de visita e referência da Tapada de Mafra. Nesse sentido, logo que o espaço seja recuperado e ofereça as condições necessárias para receber uma coleção de zoologia, o SCI Lusitânia Chapter

compromete-se a ceder a título de empréstimo o espólio necessário para exposição permanente dessa coleção, com animais representativos da Fauna Mediterrânica, com especial relevância na fauna nacional. Todos animais naturalizados serão de "corpo inteiro", onde as espécies representativas dos cinco grandes ungulados da fauna nacional, veado, gamo, muflão, javali e corço, terão protagonismo.

Desta exposição também farão parte dioramas com coelhos, lebres, aves, raposas e outros predadores, assim como a cabra montês, que atualmente coloniza o Parque Nacional da Peneda do Gerês, e a camurça, que em tempos remotos existiu no nosso país. Esta coleção será complementada com cartazes informativos, fotografias e filmes das espécies presentes.

Pretendemos que desta forma, o Museu da Tojeira poderá ser um polo de grande interesse para os milhares de visitantes da Tapada Nacional de Mafra, com especial pertinência para os alunos das escolas. O espaço poderá ainda receber colóquios e eventos da área da biodiversidade, da conservação da natureza e da cinegética.

14-Candidatura a património da Unesco

A Tapada participou na elaboração do dossier de candidatura à Unesco do conjunto Palácio, Tapada e Jardim do Cerco. Dossier entregue em janeiro do corrente ano.

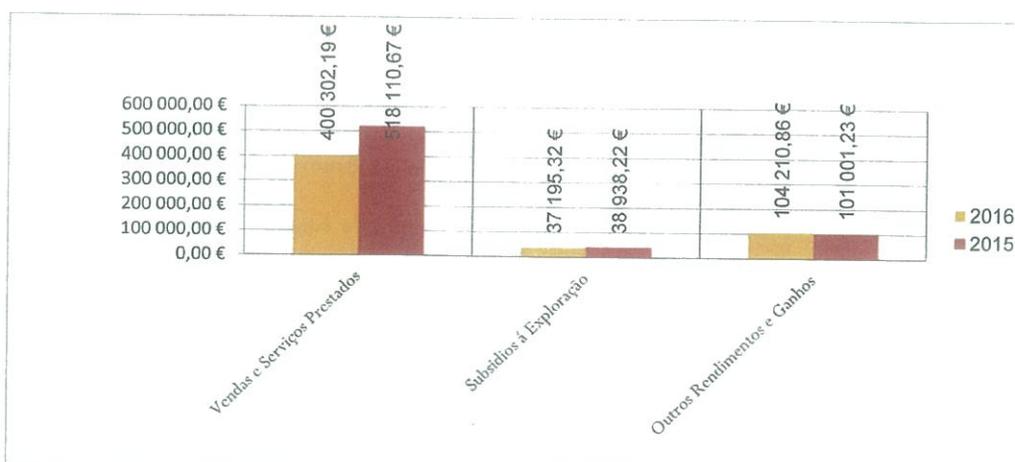
15-Análise Económica e Financeira

A Tapada Nacional de Mafra apresenta um resultado líquido do período negativo de 38.795,76€.

Este resultado líquido do período negativo espelha de uma forma geral a diminuição das receitas das visitas, do aluguer da casa de campo, da venda de carne, das vendas da loja núcleo de apoio e bar e dos espetáculos, com exceção do aluguer do salão e as refeições, rubricas em que se verificaram um aumento.

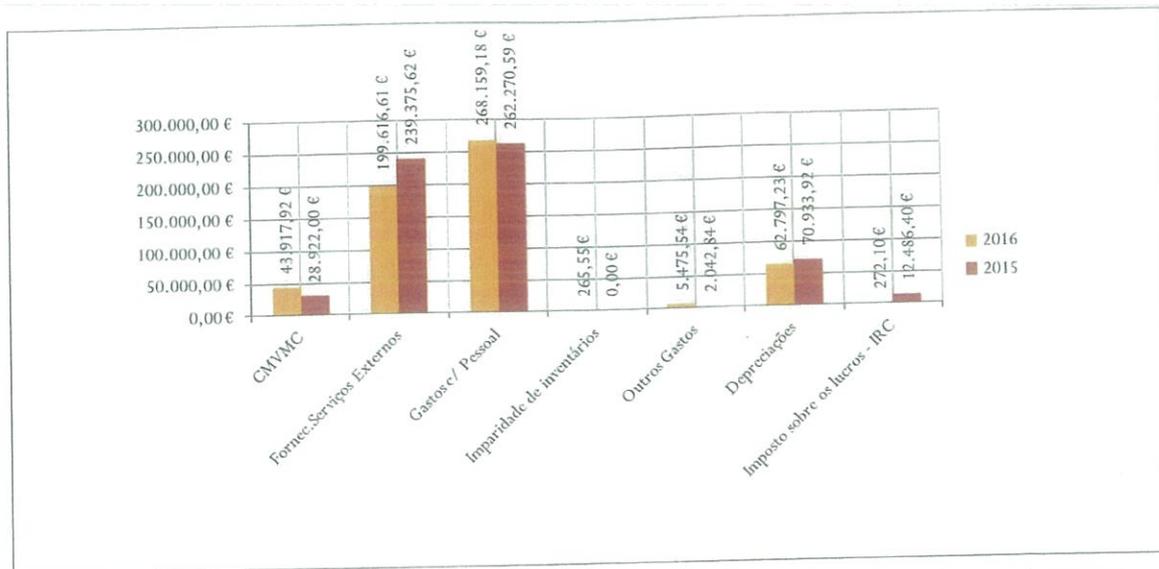
No período de 2016 os rendimentos foram 541.708,37€, menos 17,68% do que no período de 2015, onde os rendimentos foram no valor de 658.050,12€:

15.1-Análise de Rendimentos



Por sua vez, os gastos foram de 580.504,13€, em 2016, menos 5,77 % do que no período de 2015, onde os gastos foram de 616.031,37€, esta diminuição dos gastos está em linha com a diminuição dos rendimentos provenientes da visitação.

15.2-Análise de Gastos



Nos anos de 2016 e 2015 trabalharam, em média, na Tapada Nacional de Mafra, 13 e 16 pessoas, respetivamente, repartidas da seguinte forma:

Nº de Trabalhadores	2016		2015	
	Tapada Nacional de Mafra	Presidente da Direção	Tapada Nacional de Mafra	Presidente da Direção
Técnicos	4	1	5	1
Administrativos	3		4	
Guardas Florestais	0		0	
Guarda	1		0	
Rest. e Hotelaria	1		1	
Sapadores ⁽¹⁾	3		5	
Subtotal	12	1	15	1
Total	13		16	

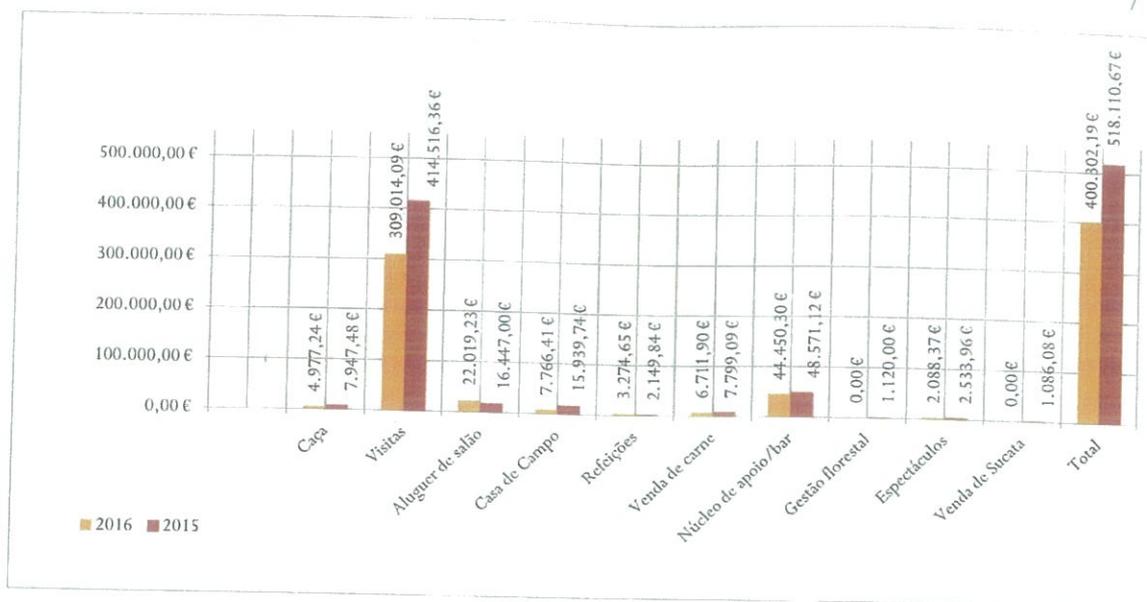
⁽¹⁾ Programa apoiado em 35.000,00 Euros.

A TNM dispõe ainda de um conjunto de 21 prestadores de serviços, correspondendo 20 à área das visitas, 1 à contabilidade.

15.3-Análise comparativa detalhada das Vendas e Prestações de Serviços

Em 2016, as visitas e o Núcleo de Apoio/Bar representam o maior peso do total das prestações de serviços, correspondendo a 88,30% do total das mesmas. Comparativamente com o ano anterior destaca-se uma diminuição nas rubricas de visitas (-25,45%), da casa de campo (-51,28%), da venda de carne (-13,94%), da caça (-37,37%) e do Núcleo de apoio/bar (-8,48%).

As rubricas em que se verificaram um aumento foram nas receitas de Aluguer de salão (+33,88%) e a rubrica das refeições (+52,32%). O total de rendimentos em 2016 diminuiu 22,74 % relativamente a 2015.



15.4-Análise comparativa detalhada dos Subsídios á Exploração e Outros Rendimentos

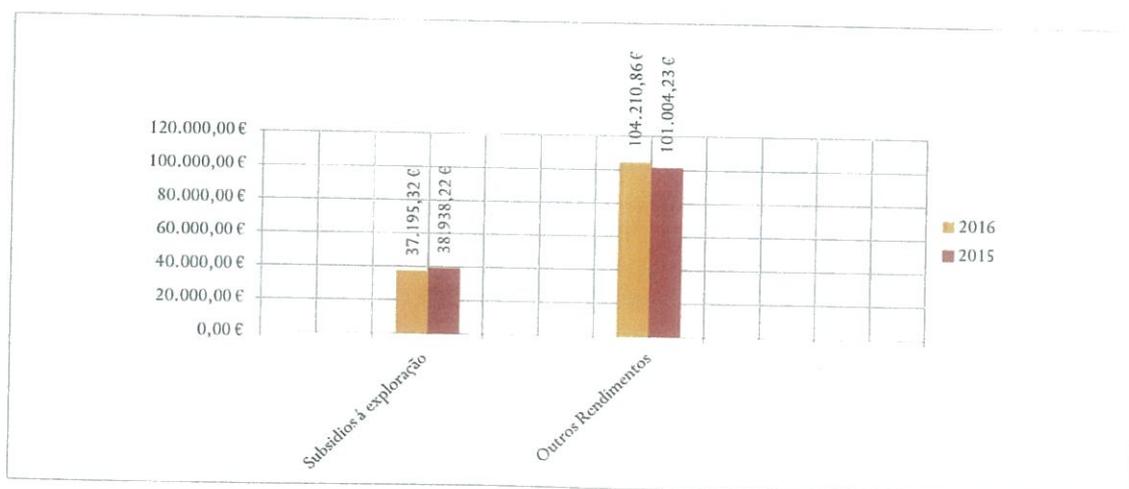
Para efeitos de comparabilidade, verifica-se que os Outros Rendimentos de 2016, no valor de 104.210,86€, aumentaram 3,17%, face a 2015 onde foram de 101.004,23€, devido aos seguintes factos:

Ao aumento da Ação de Voluntariado com as seguintes entidades: EUROM, GRACE e EDP.

Ao aumento de donativos, donativos auferidos das seguintes entidades: Sumol + Compal SA, GRACE, EDP e Companhia IBM Portuguesa SA.

A Comissão da máquina de café celebrado com os Café Delta,

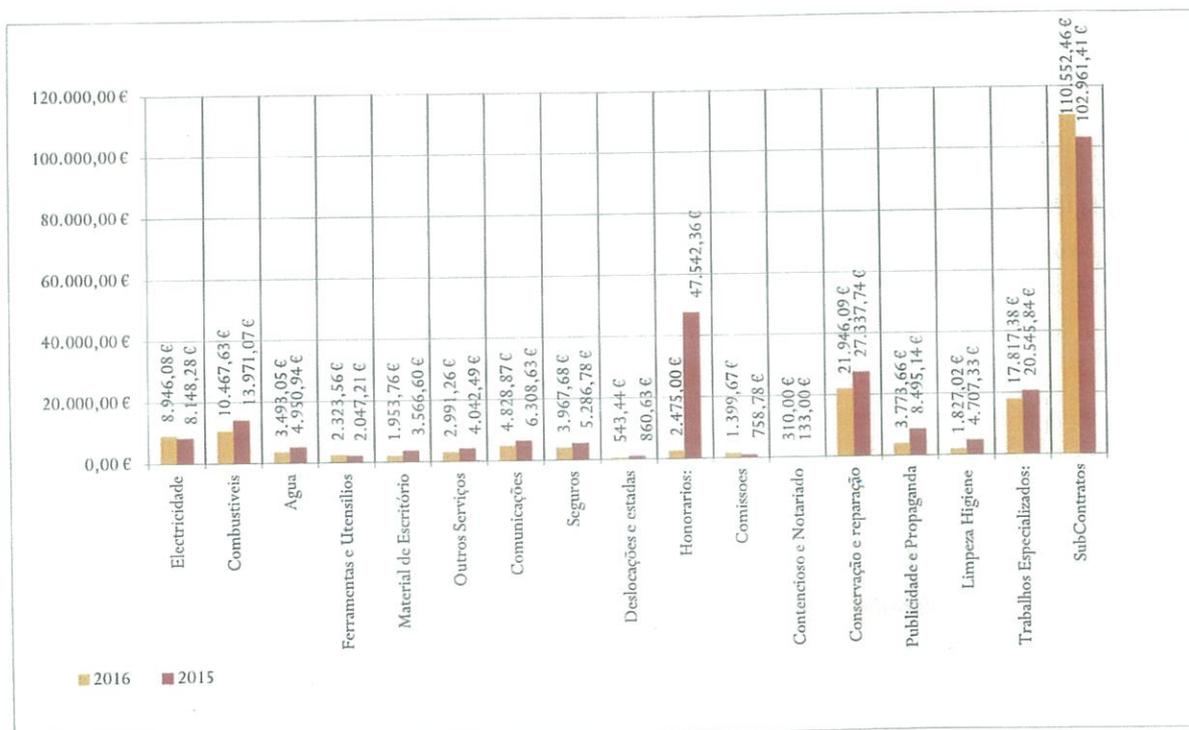
Ao aumento protocolo de Cooperação celebrado com o Clube Português de Monteiros e ao protocolo celebrado com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera datado de 16 de 2006.



15.5-Analise detalhada da Rubrica Fornecimento e Serviços Externos

Em relação ao ano anterior, em 2016 destaca-se uma diminuição generalizado dos gastos, menos 23,71 % do que em 2015, acompanhando assim com a diminuição da receita com a visitação.

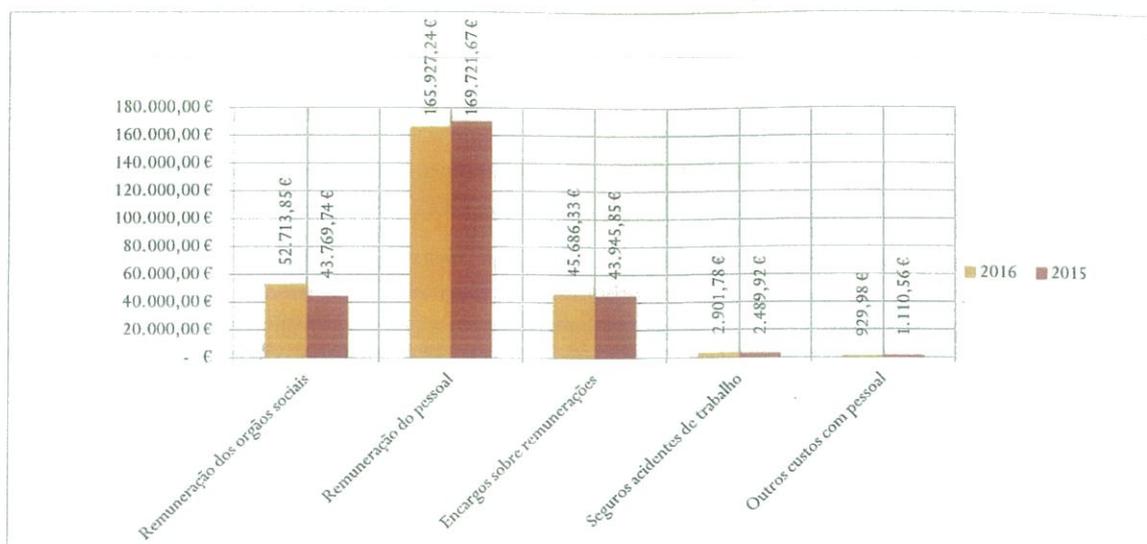
As rubricas com maior diminuição percentual foram honorários (-94,79€) que por sua vez aumentou na rubrica de subcontratos (+7,37%), esta diminuição versus este aumento têm a ver com a alteração da política de lançamentos contabilísticos nas rubricas atrás analisadas, limpeza e higiene (-61,19%), publicidade e propaganda (-55,58%), combustíveis (-25,08%), material de escritório (-45,22 %), deslocações e estadas (-36,86%), água (-29,45%) e conservação e reparação (-19,72%).



Já as rubricas de electricidade, ferramentas e utensílios, comissões, contencioso e notariado e subcontratos, viram os seus gastos anuais aumentar, em +9,79%, +13,50%, +84,46 % e +7,37% respetivamente.

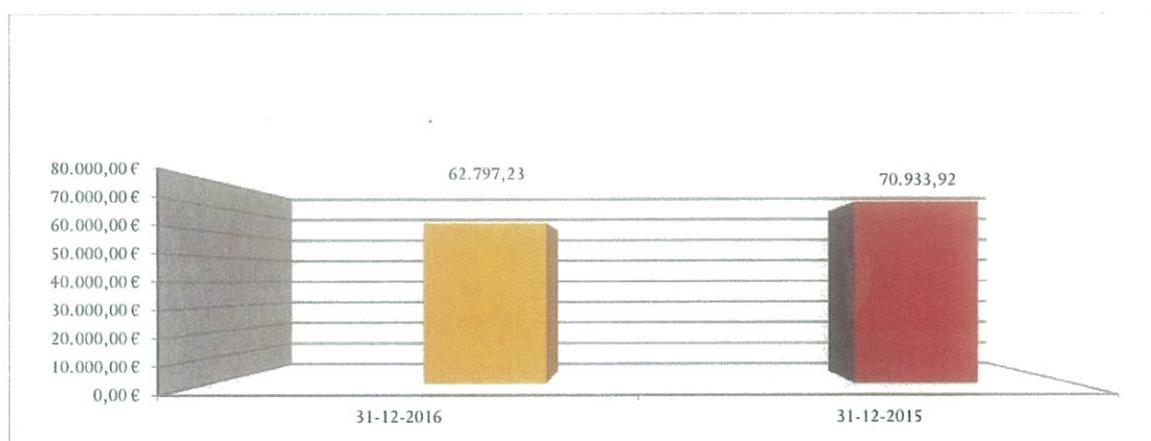
15-6Analise detalhada da Rubrica Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal em 2016 aumentaram 2,73% relativamente ao ano anterior. Este aumento deve-se á reposição de salários efetuada em 2016 e à saída da presidente de Direcção Dra. Alda Mesquita.



15.7-Analise detalhada da Rubrica Gastos de Depreciação e de Amortização

Os gastos em depreciações e amortizações em 2016 sofreram uma redução de 8.136,69 €, menos 8,85% do que em 2015.



15.8-Balanço

A conta caixa a 31/12/2016 registou um saldo de 131,10 € e o valor de mercadorias em inventário ficou em 23.080,57€, do qual fazem parte os serviços Vista Alegre, no montante de 17.446,32 €, e 5.634,25 € de material do Núcleo de Apoio/Bar.

15.9-Capitais Próprios

Em 2016 os capitais próprios sofreram uma diminuição de 94.024,37 € (-26,92%). Esta variação deve-se por um lado à rubrica de outras variações no capital próprio que diminuiu, e por outro devido à transferência do resultado do período positivo de 2015 e do resultado do ano de 2016 negativo.

A conta de capital Social a 31 de Dezembro de 2016 tem a seguinte composição:

Entidade	Número	%	Valor
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária	8.160	51	40.800,00 €
Camara Municipal de Mafra	3.520	22	17.600,00 €
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	960	6	4.800,00 €
Direcção Reg. da Agric. E Pescas de Lisboa e Vale do Tejo	480	3	2.400,00 €
D.G.T.F.- Direcção Geral do Tesouro e Finanças	480	3	2.400,00 €
Clube Português de Monteiros	480	3	2.400,00 €
Liga dos Amigos de Mafra	480	3	2.400,00 €
Federação dos Arqueiros e Besteiros de Portugal	480	3	2.400,00 €
Evasão Sem Limites - Aventura e Lazer, Lda. (1)	480	3	2.400,00 €
Associação de Agricultores do Concelho de Mafra	480	3	2.400,00 €
Total	16.000	100	80.000,00 €

(1) Quota penhorada pelas finanças na Conservatória do Registo Comercial em 02/11/2005, de acordo com a Certidão Permanente da Tapada Nacional de Mafra

15.10-Outras variações no capital próprio

A conta subsídios regista um saldo de 82.654,27 €, que resulta do reconhecimento dos subsídios ao investimento, cujo proveito será contabilizado em simultâneo com as amortizações dos respetivos investimentos.

15.11-Passivo

No Passivo, o montante mais significativo resulta da conta de Estado e Outros Entes Públicos que tem um saldo credor de 15.987,70 €, referente ao IVA, à Segurança Social, IRS dos trabalhadores e ao imposto estimado sobre o rendimento do exercício.

15.12-Rácios Económicos e Financeiros

Do cálculo dos Rácios Económicos e Financeiros, resulta, em termos percentuais:

Rácios Económicos e Financeiros	2016	2015
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo)	4,11	4,29
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo)	0,80	0,81

15.13-Resultados do Exercício

A Demonstração de Resultados do exercício de 2016, evidencia um resultado líquido do período negativo de 38.795,76 €, quando em igual período do ano de 2015 foi de 42.104,38 positivo €.

De salientar que os resultados antes de Depreciações, gastos de financiamento e impostos, são positivos em 24.294,06 €, quando em igual período do ano de 2015 foram 125.542,07 €.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

- Valores em Euros -

Indicadores Económicos	2016	2015	Δ
Ganhos Operacionais	437.497,51 €	557.048,89 €	-21,46%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	24.294,06 €	125.542,07 €	-80,65%
Margem EBITDA	5,55%	22,54%	-75,36%

15.14-Proposta de aplicação de resultados

Face aos resultados negativos de 38.795,76 €, a Direcção propõe:

- Transferir o valor de 38.795,76 € para a conta de resultados transitados.

Mais se declara para os devidos efeitos que a Tapada Nacional de Mafra – Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada – não possui qualquer pagamento em mora ao Estado e a outras entidades públicas (Autoridade Tributária e Segurança Social).

15.15-Anexos às Demonstrações Financeiras

Execução Orçamental

A TNM como Entidade Pública Reclassificada, consequentemente equiparada, para efeitos de contas nacionais, a um Serviço com Autonomia Administrativa e Financeira da Administração Central do Estado, pugna por cumprir um conjunto de disposições legais, associadas à gestão administrativa e financeira / orçamental, designadamente e entre outras, com as necessárias adaptações:

- Regime da Administração Financeira do Estado – Decreto-lei n.º 155/92, de 28 de julho;
- Lei de enquadramento orçamental – Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto;
- Lei dos Compromissos - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho de 2012;
- Circulares da DGO relativas à elaboração e execução anual do orçamento;
- Prestação de informação nos termos da Lei do Orçamento de Estado e Normas de Execução Orçamental.

Tendo em consideração o Orçamento de Funcionamento, a execução orçamental do exercício em 2016 traduz-se no seguinte (valores em euros):

Receita

Rubrica Económica	Descrição	Previsão	Previsão Corrigida com AO entre Rubricas	Total da Receita Bruta
07 01 99	Vendas de Bens - Outros	89.470 €	89.470 €	82.399,48 €
07 02 99	Vendas de Serviços - Outros	618.130 €	618.083 €	568.203,53 €
07 03 99	Rendas - Outras	1.600 €	1.647 €	1.646,40 €
	Receita Total	709.200 €	709.200 €	652.249,41 €

Despesa

Rubrica Económica	Descrição	Orçamento aprovado em AG para 2015	Dotação corrigida com alterações orçamentais entre rubricas	Total das despesas pagas
01 01 04	Despesas c/Pessoal - Pessoal dos quadros	200.222 €	0 €	190.893,35 €
01 01 14 SF	Despesas c/Pessoal - Subsídio de férias	15.781 €	0 €	12.827,08 €
01 01 14 SN	Despesas c/Pessoal - Subsídio de natal	15.781 €	0 €	13.423,24 €
01 03 10	Despesas c/Pessoal - Segurança Social	49.215 €	0 €	46.655,09 €
1	Pessoal	280.999 €	0 €	263.798,76 €
02 01 21	Aquisição de bens - Outros Bens	71.449 €	0 €	66.906,14 €
02.01.	Aquisição de bens	71.449 €	0 €	66.906,14 €
02 02 25	Aquisição de Serviços - Outros	277.332 €	0 €	208.647,97 €
02.02	Aquisição de serviços	277.332 €	0 €	208.647,97 €
	Aquisição de Bens e Serviços	348.781 €	0 €	275.554,11 €
03 06 01	Juros e Outros encargos financeiros	720 €	0 €	366,22 €
04 08 02	Outras despesas correntes(Impostos e Taxas)	71.520 €	0 €	71.455,77 €
	Despesa Total	702.020 €	0 €	611.174,86 €

OK
ASS

15.16-

TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL

BALANÇO MODELO REDUZIDO

Dezembro 2016

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em Euro	
		PERÍODOS	
		2016	2015
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....		136.203,73	183.227,06
Propriedades de investimento.....		579,05	433,97
Activos intangíveis.....		28.487,90	42.185,94
Outros investimentos financeiros.....		595,80	498,80
Accionistas/sócios.....			
Activos por impostos diferidos			
		165.866,48	226.345,77
Activo corrente:			
Inventários.....		23.080,57	37.776,21
Clientes.....		20.009,86	55.110,65
Adiantamentos a fornecedores.....			
Estado e outros entes públicos.....		7.185,05	4.977,51
Capital Subscrito e não realizado.....			
Outras créditos a receber.....		18.189,47	59.700,11
Diferimentos.....		2.319,91	6.015,77
Outros activos financeiros.....			
Caixa e depósitos bancários.....		80.641,43	40.724,72
		151.426,29	204.304,97
Total do Activo		317.292,77	430.650,74

Página 1 de 2

A DIRECÇÃO:

Teresa Cristina Simões
Celestino Duarte Bellefante
António José Sousa Gonçalves

O CONTABILISTA CERTIFICADO:

João
168814099
40261

Tapada Nacional de Mafra | 8 de março de 2017

BALANÇO MODELO REDUZIDO
Dezembro 2016

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito.....		80.000,00	80.000,00
Acções (quotas) próprias.....			
Outros instrumentos de capital próprio.....			
Prémios de emissão.....			
Reservas legais.....		78.567,55	70.146,67
Outras reservas.....		52.797,93	19.761,38
Resultados transitados.....			(664,32)
Reserva de Fusão			
Ajustamentos / outras variações no capital próprio.....		82.654,27	137.882,88
		294.019,75	307.126,61
Resultado líquido do período.....		(38.795,76)	42.121,75
Total do capital próprio		255.223,99	349.248,36
Passivo:			
Passivo não corrente			
Provisões.....			
Financiamentos obtidos.....			
Outras dívidas a pagar.....			
Passivos por impostos diferidos			
Passivo corrente			
Fornecedores.....		8.407,54	10.717,24
Adiantamentos de clientes.....			
Estado e outros entes públicos.....		15.987,70	33.231,43
Accionistas/sócios.....			
Financiamentos obtidos.....			3.723,79
Diferimentos.....			
Outras dívidas a pagar.....		37.673,54	33.729,92
Outros passivos financeiros.....			
		62.068,78	81.402,38
Total do passivo		62.068,78	81.402,38
Total do Capital Próprio e do Passivo		317.292,77	430.650,74

Página 2 de 2

A DIRECÇÃO:

Paula Cristina Simões
Augusto José de Sousa Gonçalves
Celso José do Espírito Santo

O CONTABILISTA CERTIFICADO:

168814099
40261

15.17-

TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

De Janeiro até Dezembro

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		EXERCÍCIOS	
		2016	2015
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....		400.302,19	518.110,67
Subsídios à exploração.....		37.195,32	38.938,22
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.....			
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....		(43.917,92)	(28.822,00)
Fornecimentos e serviços externos.....		(199.616,61)	(239.375,62)
Gastos com o pessoal.....		(268.159,18)	(262.270,59)
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....		(265,55)	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....			
Provisões (aumentos/reduções).....			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos.....		104.210,86	101.004,23
Outros gastos.....		(5.455,05)	(1.998,24)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		24.294,06	125.586,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....		(62.797,23)	(70.933,92)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(38.503,17)	54.652,75
Juros e rendimentos similares obtidos.....			
Juros e gastos similares suportados.....		(20,49)	(44,60)
Resultado antes de impostos		(38.523,66)	54.608,15
Imposto sobre o rendimento do período.....		(272,10)	(12.486,40)
Resultado líquido do período		(38.795,76)	42.121,75

A DIRECÇÃO
 Tapada Nacional de Mafra
 Susana Gonçalves
 Cecília Faria
 Belén Fernandes
 J. M. A.

O CONTABILISTA CERTIFICADO:

J. M. A.
 168814099
 J. M. A.
 40261

Tapada Nacional de Mafra | 8 de março de 2017

18

ANEXO

NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1.- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Tapada Nacional de Mafra – Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, foi criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/98 (2ª Série) de 21 de Janeiro, com sede no Portão do Codeçal, em Mafra. A sua atividade principal é prestação de serviços diversos ligados a atividade associativas, bem como atividade relacionadas com a caça, parques de diversão e temáticas.

O capital social é representado por 16.000 quotas com valor nominal de 0,20 € (vinte cêntimos), cada, num total de 80.000,00 € (Oitenta mil euros) encontrando-se realizado na totalidade.

NOTA 2. - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Cooperativa, mantidos de acordo com os princípios da contabilidade geralmente aceites em Portugal. As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/120, de 23 de Agosto. O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Aviso n.º 15654/2009, de 7 de Setembro (Norma Contabilística e relato Financeiro para pequenas entidades);
- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas interpretativas).

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

NOTA 3. - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4.- MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-PE. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação é comparável com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-PE o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2.- POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1.- ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quotas anuais durante as vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	-	10 a 50anos
Equipamento básico	-	2 a 15anos
Equipamento de transporte	-	2 a 10anos
Equipamento administrativo	-	2 a 10anos

Handwritten mark or signature.

3.2.2. – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As depreciações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de depreciação dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são depreciados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respetivas depreciações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Imagem, Promoção e Comunicação da TNM	-	3 a 6anos
Estruturação Imagem Tapada	-	5 a 10anos

3.2.3. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto corrente. Os impostos correntes são registados em resultados.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

3.2.4. – INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao custo médio de aquisição.

3.2.5. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

a) Custo: estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- i) Sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros
- Contratos para contrair empréstimos.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do “custo” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.6. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece réditos quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

3.2.7. – SUBSÍDIOS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.8. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, formação, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

NOTA 4. - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2015

	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-15
Custo:						
Terrenos	13.208,61	0,00	0,00	0,00	0,00	13.208,61
Edifícios e outras construções	1.466.338,25	23.825,76	0,00	0,00	0,00	1.490.164,01
Equipamento básico	82.093,71	21.988,09	0,00	0,00	0,00	104.081,80
Equipamento de transporte	251.399,43	11.190,00	0,00	0,00	0,00	262.589,43
Equipamento administrativo	59.648,59	0,00	0,00	0,00	0,00	59.648,59
Outros activos fixos tangíveis	7.394,86	14.155,80	0,00	0,00	0,00	21.550,66
Ativos de Investimento	433,97	0,00	0,00	0,00	0,00	433,97
	<u>1.880.083,45</u>	<u>71.159,65</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>1.951.677,07</u>
Depreciações acumuladas						
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.354.693,97	39.757,92	0,00	0,00	0,00	1.394.451,89
Equipamento básico	58.919,08	7.105,60	0,00	0,00	0,00	66.024,68
Equipamento de transporte	247.774,06	4.609,97	0,00	0,00	0,00	252.384,03
Equipamento administrativo	41.998,21	0,00	0,00	0,00	0,00	41.998,21
Outros activos fixos tangíveis	7.394,86	5.762,37	0,00	0,00	0,00	13.157,23
	<u>1.710.780,18</u>	<u>57.235,86</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>1.768.016,04</u>

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-16
Custo:						
Terrenos	13.208,61	0,00	0,00	0,00	0,00	13.208,61
Edifícios e outras construções	1.490.164,01	0,00	0,00	0,00	0,00	1.490.164,01
Equipamento básico	104.081,80	546,86	0,00	0,00	0,00	104.628,66
Equipamento de transporte	262.589,43	0,00	0,00	0,00	0,00	262.589,43
Equipamento administrativo	59.648,59	0,00	0,00	0,00	0,00	59.648,59
Outros activos fixos tangíveis	21.550,66	1.529,00	0,00	0,00	0,00	23.079,66
Ativos de Investimento	433,97	145,08	0,00	0,00	0,00	579,05
	<u>1.951.677,07</u>	<u>2.220,94</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>1.953.898,01</u>
Depreciações acumuladas						
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.394.451,89	32.269,80	0,00	0,00	0,00	1.426.721,69
Equipamento básico	66.024,68	7.075,55	0,00	0,00	0,00	73.100,23
Equipamento de transporte	252.384,03	4.609,97	0,00	0,00	0,00	256.994,00
Equipamento administrativo	41.998,21	0,00	0,00	0,00	0,00	41.998,21
Outros activos fixos tangíveis	13.157,23	5.143,87	0,00	0,00	0,00	18.301,10
	<u>1.768.016,04</u>	<u>49.099,19</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>1.817.115,23</u>

NOTA 5. - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2015					
	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-15
Custo						
Imagem, Promoção e Comunicação da TNM	0,00	18.914,00	0,00	0,00	0,00	18.914,00
Estruturação Imagem Tapada	0,00	36.970,00	0,00	0,00	0,00	36.970,00
	<u>0,00</u>	<u>55.884,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>55.884,00</u>
Depreciações Acumuladas						
Imagem, Promoção e Comunicação da TNM	0,00	6.304,06	0,00	0,00	0,00	6.304,06
Estruturação Imagem Tapada	0,00	7.394,00	0,00	0,00	0,00	7.394,00
	<u>0,00</u>	<u>13.698,06</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>13.698,06</u>
	31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-16
Custo						
Imagem, Promoção e Comunicação da TNM	18.914,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.914,00
Estruturação Imagem Tapada	36.970,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.970,00
	<u>55.884,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>55.884,00</u>
Depreciações Acumuladas						
Imagem, Promoção e Comunicação da TNM	6.304,06	6.304,04	0,00	0,00	0,00	12.608,10
Estruturação Imagem Tapada	7.394,00	7.394,00	0,00	0,00	0,00	14.788,00
	<u>13.698,06</u>	<u>13.698,04</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>27.396,10</u>

NOTA 6. - INVENTÁRIOS

Em 31/12/2016 e em 31/12/2015, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Mercadorias	23.080,57	17.446,32
Materias primas subsidiárias e de consumo	0,00	20.329,89
Produtos acabados	0,00	0,00
Obras em curso	0,00	0,00
	<u>23.080,57</u>	<u>37.776,21</u>
Perdas por imparidades de inventários	265,55	0,00
	<u>23.346,12</u>	<u>37.776,21</u>

(1) Estão registados em existências finais 9 serviços de mesa e 9 serviços de café da Vista Alegre no montante de Euros 17.446,32 €, à guarda da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra e do Palácio Nacional de Mafra.

NOTA 7. - SUBSÍDIOS DE ENTIDADES PUBLICAS

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Sapadores	35.000,00	35.000,00
IEFP	<u>2.195,32</u>	<u>3.938,22</u>
	<u>37.195,32</u>	<u>38.938,22</u>

NOTA 8. - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O cálculo do imposto, estimado no montante de 272,10€, refere-se exclusivamente a Tributações Autónomas nos termos do Art.º 88 do CIRC, a este valor estimado a pagar á a deduzir o valor de 420,00 € de retenções na fonte efetuadas por terceiros e de 939,00 € refere aos pagamentos por conta de IRC, sendo valor a receber final estimado de 1.086,90 €.

NOTA 9. - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

NOTA 9.1 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A Entidade é associada da Caixa de Crédito Agrícola de Mafra com uma quota de 498,80 euros, contabilizada na conta de investimentos financeiros – partes de capital.

NOTA 9.2 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A conta de Caixa e Depósitos Bancários apresentava em 31/12/2016 e 31/12/2015 os seguintes saldos respetivamente:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Caixa	131,10	217,65
Depósitos à ordem	<u>80.510,33</u>	<u>40.507,07</u>
	<u>80.641,43</u>	<u>40.724,72</u>

NOTA 9.3 - CLIENTES CONTAS A RECEBER

A conta de clientes apresentava a seguinte composição em 31/12/2016 e 31/12/2015 respetivamente:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	0,00	20.009,86	0,00	55.110,65
Clientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	52.476,96	0,00	52.476,96
	<u>0,00</u>	<u>72.486,82</u>	<u>0,00</u>	<u>107.587,61</u>
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	52.476,96	0,00	52.476,96
	<u>0,00</u>	<u>20.009,86</u>	<u>0,00</u>	<u>55.110,65</u>

NOTA 9.4 - FORNECEDORES E OUTROS CRÉDITOS A PAGAR E A RECEBER

A conta de Fornecedores apresentava a seguinte composição em 31/12/2016 e 31/12/2015 respetivamente:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Fornecedores conta corrente	8.407,54	10.717,24
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores recepção e conferência	0,00	0,00
Fornecedores outros	0,00	0,00
	<u>8.407,54</u>	<u>10.717,24</u>

O detalhe de Outros créditos a pagar apresentava a seguinte composição em 31/12/2016 e 31/12/2015 respetivamente:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Remunerações a liquidar(Acresc. Férias e Subs. Férias)	0,00	30.623,10	0,00	32.909,17
Acréscimos de FSE	0,00	6.355,94	0,00	357,35
Outras créditos a pagar	0,00	651,33	0,00	463,40
	<u>0,00</u>	<u>37.630,37</u>	<u>0,00</u>	<u>33.729,92</u>

O detalhe de Outros créditos a receber apresentava a seguinte composição em 31/12/2016 e 31/12/2015 respetivamente:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
IEFP	0,00	0,00	0,00	44,93
SAPADORES	0,00	12.250,00	0,00	1.750,00
Outros créditos a receber	0,00	675,84	0,00	2.445,12
QREN	0,00	0,00	0,00	49.065,68
IEFP - Emprego Inserção	0,00	0,00	0,00	54,50
Florest	0,00	5.263,63	0,00	6.339,88
	<u>0,00</u>	<u>18.189,47</u>	<u>0,00</u>	<u>59.700,11</u>
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>18.189,47</u>	<u>0,00</u>	<u>59.700,11</u>

NOTA 9.5 - CAPITAL REALIZADO

A conta de capital social a 31 de Dezembro de 2016 apresentava a seguinte composição:

Entidade	Número	%	Valor
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária	8.160	51	40.800,00 €
Camara Municipal de Mafra	3.520	22	17.600,00 €
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	960	6	4.800,00 €
Direção Reg. da Agric. E Pescas de Lisboa e Vale do Tejo	480	3	2.400,00 €
D.G.T.F.- Direcção Geral do Tesouro e Finanças	480	3	2.400,00 €
Clube Português de Monteiros	480	3	2.400,00 €
Liga dos Amigos de Mafra	480	3	2.400,00 €
Federação dos Arqueiros e Besteiros de Portugal	480	3	2.400,00 €
Evasão Sem Limites - Aventura e Lazer, Lda (1)	480	3	2.400,00 €
Associação de Agricultores do Concelho de Mafra	480	3	2.400,00 €
Total	16.000	100	80.000,00 €

(1) Quota penhorada pelas finanças na Conservatória do Registo Comercial em 02/11/2005, de acordo com a Certidão Permanente da Tapada Nacional de Mafra.

NOTA 9.6 - DIFERIMENTOS

O detalhe da conta diferimentos apresentava a seguinte composição em 31/12/2016 e 31/12/2015 respetivamente:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar	0,00	0,00
Seguros pagos antecipadamente	2.319,91	2.346,48
Juros a pagar	0,00	0,00
Outros gastos a reconhecer	0,00	3.669,29
	<u>2.319,91</u>	<u>6.015,77</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	0,00	3.669,29
Outros rendimentos a reconhecer	0,00	54,50
	<u>0,00</u>	<u>3.723,79</u>

NOTA 10. BENEFICIOS DOS EMPREGADOS

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 13 (16 Pessoas em 31/12/2015).

Remunerações dos Órgãos Sociais:

	2016	2015
Direção	52.713,85 €	43.769,74 €

NOTA 11. - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 209.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

NOTA 12. - OUTRAS DIVULGAÇÕES - INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	6.811,80	4.604,26
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros impostos e taxas	<u>373,25</u>	<u>373,25</u>
	<u>7.185,05</u>	<u>4.977,51</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	272,10	12.503,77
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	9.626,01	11.616,04
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	1.867,92	2.737,20
Segurança Social	4.221,67	6.374,42
Outros impostos e taxas	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	<u>15.987,70</u>	<u>33.231,43</u>

A rubrica Vendas e prestações de serviços, nos períodos de 2016 e de 2015, foram como segue:

	<u>31-Dez-16</u>			<u>31-Dez-15</u>		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	37.663,72	0,00	37.663,72	11.416,55	0,00	11.416,55
Prestação de serviços	<u>362.638,47</u>	<u>0,00</u>	<u>362.638,47</u>	<u>506.694,12</u>	<u>0,00</u>	<u>506.694,12</u>
	<u>400.302,19</u>	<u>0,00</u>	<u>400.302,19</u>	<u>518.110,67</u>	<u>0,00</u>	<u>518.110,67</u>

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Apoio Desenvol. Camp. TNM	4.080,85	5.568,91
Renda da Vodafone	1.680,00	1.646,40
Donativos Vários	11.386,96	2.000,00
Imputação de Subsídios Para Investimento	27.739,37	44.447,84
Ações Voluntariado	7.555,29	3.056,91
Donativo - Vieira de Almeida & Assoc.	5.000,00	5.000,00
Caixa Geral de Depósitos	25.000,00	25.000,00
Outros rendimentos e ganhos	21.768,39	14.284,17
	104.210,86	101.004,23

A repartição dos gastos com vendas dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 foi a seguinte:

	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Inventários em 1 de Janeiro	0,00	37.776,21	37.776,21	7.644,72	17.446,32	25.091,04
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	7.041,92	21.807,84	28.849,76	39.899,67	0,00	39.899,67
Custo de vendas	7.041,92	36.503,48	43.545,40	27.214,50	0,00	27.214,50
Inventários em 31 de Dezembro	0,00	23.080,57	23.080,57	20.329,89	17.446,32	37.776,21

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Electricidade	8.946,08	8.148,28
Combustíveis	10.467,63	13.419,15
Gás	0,00	551,92
Água	3.493,05	4.950,94
Ferramentas e Utensílios	2.323,56	1.458,63
Material de Escritório	1.953,76	3.525,99
Outros Serviços	2.991,26	4.052,49
Comunicações	4.828,87	6.308,63
Seguros	3.967,68	4.053,91
Deslocações e estadas	543,44	860,63
Honorários	2.475,00	31.827,14
Comissões	1.399,67	758,78
Contencioso e Notariado	310,00	133,00
Conservação e reparação	21.946,09	20.454,47
Publicidade e Propaganda	3.773,66	18.327,68
Limpeza Higiene	1.827,02	5.090,91
Trabalhos Especializados	17.817,38	8.122,45
SubContratos	110.552,46	107.330,62
	199.616,61	239.375,62

A repartição dos gastos com o pessoal dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 foi a seguinte:

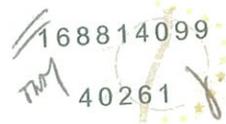
	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Remunerações dos órgãos sociais	52.713,85	43.769,74
Remunerações do pessoal	165.927,24	169.721,67
Encargos sobre remunerações	45.686,33	43.945,85
Seguros	2.901,78	3.722,77
Outros gastos com pessoal	929,98	1.110,56
	<u>268.159,18</u>	<u>262.270,59</u>

A repartição dos outros gastos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 foi a seguinte:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Impostos	632,00	565,15
Descontos de pronto pagamento concedidos	3,35	12,95
Outros gastos e perdas	4.819,70	1.420,14
	<u>5.455,05</u>	<u>1.998,24</u>

Codeçal, 08 de Março de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO

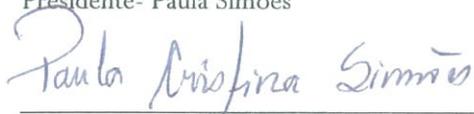
JOSÉ MOURATO

Contabilista Certificado N.º. 40261

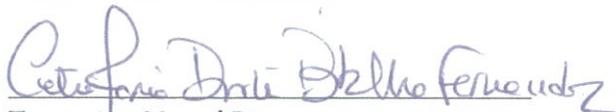
A DIREÇÃO

Relatório de Atividades e Contas aprovado em reunião de Direção de dia 14/3/2016

Presidente- Paula Simões



Vice-Presidente- Célia Batalha



Tesoureiro- Manuel Pina



Secretário- Vítor Palmilha



Vogal- Augusto Gouveia

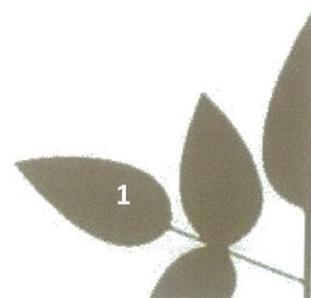


Relatório e Contas 2016



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra

Relatório e Contas 2016



Idealização, Pesquisa e Coordenação por:

Adélia Antunes

Ana Duarte

Daniel Ribeiro

Gonçalo Gamboa

José Cláudio

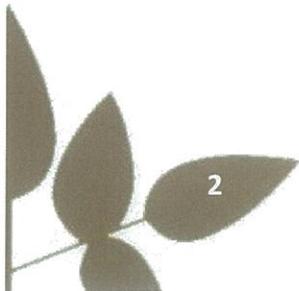
Impressão / Encadernação:

Valente Artes Gráficas

Sérgio Fernandes Unipessoal, Lda.

Fotografia:

Rafael G. Antunes



CONVOCATÓRIA

Na qualidade de Presidente da Mesa de Assembleia Geral da CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, CRL, e no cumprimento do que determinam os seus Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária da mesma CCAM para o dia 24 de março (Sexta-Feira), às 17H00 na Sede da Instituição, em Mafra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. Discussão e Votação do Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração, incluído o Parecer do Conselho Fiscal (Exercício de 2016);
2. Apreciação e Votação da Proposta de Aplicação de Resultados;
3. Apreciação Geral sobre a administração e fiscalização da CCAM de Mafra;
4. Apreciação e Votação da Declaração do Conselho de Administração relativa à Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e demais Dirigentes da CCAM de Mafra;
5. Apreciação do relatório com os resultados da avaliação da implementação das políticas de remuneração praticadas na CCAM de Mafra.
6. Outros Assuntos de Interesse Coletivo.

Notas:

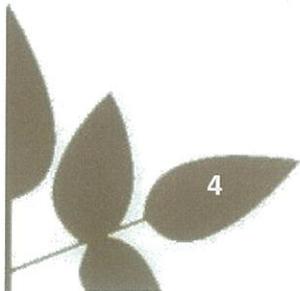
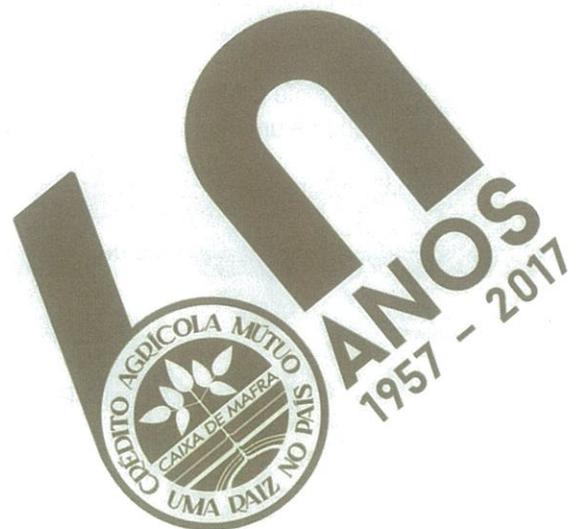
Nos termos do art. 25.º dos Estatutos, a Assembleia Geral reunirá, à hora marcada, se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto.

Se não estiver presente número suficiente de associados, a Assembleia reunirá, com qualquer número, uma hora depois.

Mafra e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, aos 01 de março de 2017

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Jorge Humberto Moreira Simões, Dr.



Mensagem da Presidente



Ao longo da sua História, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra sempre prezou o seu contributo para o desenvolvimento económico, cultural e social do Concelho de Mafra.

Ficou claro, desde muito cedo, que este seria um aspeto incontornável da sua missão, forte estímulo para o seu contínuo crescimento e expansão com benefício direto para os seus sócios e clientes.

Neste momento em que o sistema financeiro Português vê afetada a sua credibilidade e apresenta fragilidades demonstradas desde a crise de 2007/2008, tendo o exercício de 2016 e início de 2017 sido marcados por uma reestruturação significativa dos principais bancos portugueses como a CGD, o BCP e o BPI, em alguns casos com mudanças na gestão e nas estruturas de controlo acionista este papel ainda se torna mais primordial.

A perda de soberania nacional de algumas instituições financeiras e a tendência para a concentração bancária e globalização, leva a um aumento da distância entre os centros de decisão e o sócio/cliente/investidor. As decisões estratégicas dos novos centros de decisão estão longe das preocupações e necessidades nacionais.

Neste contexto, a missão da Caixa de Crédito Agrícola de Mafra torna-se um fator essencial e distintivo da outra banca, pois o centro de decisão está próximo do sócio e cliente e no caso da nossa Caixa ainda mais próximo, pela independência do SICAM.

A nossa instituição é estratégica para os sócios, não ficando dependente de decisões transnacionais e o seu valor acrescentado promove diretamente o crescimento do concelho.

A nossa instituição reporta diretamente ao Banco de Portugal, nos moldes de reporte definidos atualmente pela EBA (*European Banking Authority*), no âmbito da União Bancária Europeia, estando o centro de decisão no nosso concelho. Não obstante as regras Europeias que cada vez mais, através da supervisão, vinculam as pequenas instituições ao mesmo tipo de mecanismos e de regras que os grandes bancos e retirem alternativas de gestão, a Caixa de Crédito Agrícola de Mafra tem vindo a demonstrar a sua resiliência e solidez sustentada.

Assim, garantindo os objetivos referidos e dados os baixos níveis históricos da Euribor, continuamos a política de segurança dos valores que nos são confiados e adaptamo-nos às circunstâncias da conjuntura, servindo os nossos sócios e clientes, garantindo o apoio necessário em condições equitativas, mantendo a solidez da instituição.

Agradecemos a confiança, fidelidade e dedicação dos sócios, clientes e colaboradores, todos eles imprescindíveis para a sustentabilidade da nossa instituição.

Sabemos que um longo e prestigiante passado, cuja construção assentou em valores éticos, de rigor e de segurança é uma vantagem competitiva para enfrentar um futuro pleno de desafios.

Congratulamo-nos pelo sexagésimo aniversário desta Instituição no próximo dia 4 de abril de 2017.

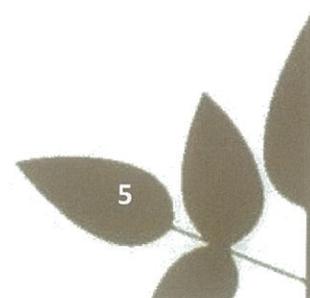
Temos a responsabilidade de proporcionar às gerações vindouras um futuro promissor.

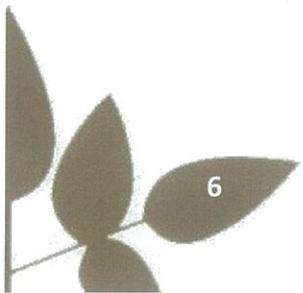
Mafra, aos 01 de março de 2017

A Presidente do Conselho de Administração



60 ANOS
1957 - 2017





ÍNDICE



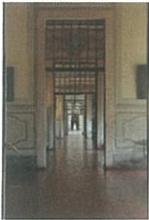
Órgãos Sociais

9



Relatório do Conselho de Administração

11



Demonstrações Financeiras

51



Anexo às Contas

59



Informação Carta-Circular N° 2/2014/DSPDR

91



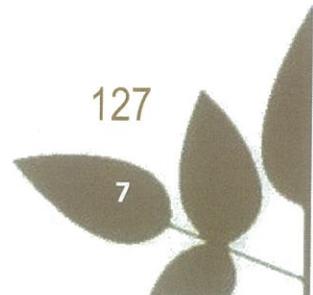
Parecer do Conselho Fiscal

121



Certificação Legal das Contas

127





ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente | Dr. Jorge Humberto Moreira Simões
Vice-Presidente | José Manuel Silva Gomes
Secretário | Rogério Bernardes Miranda

Conselho de Administração

Administradores Executivos:

Presidente | Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge Vale
Vice-Presidente | Adélia Maria M. G. Rodrigues Antunes

Administradores Não Executivos:

Vice-Presidente | Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge

Conselho de Administração Substituto

Hernâni José Gomes Rodrigues

Conselho Fiscal

Presidente | Dr. Mário Jorge Silvestre Neto
Secretário | Dr. Sérgio Nuno Dias Bento
Vogal | Dr. João Miguel Peralta Patrocínio Bento

Conselho Fiscal Substituto

Dr. César Miguel Carvalho dos Santos

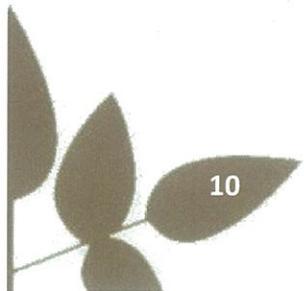
Revisor Oficial de Contas (Efectivo)

Oliveira, Reis & Associados, SROC, n.º 23

Dr. Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056

Revisor Oficial de Contas (Suplente)

Dr. Fernando Marques Oliveira, ROC n.º 207

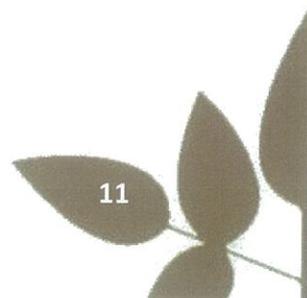
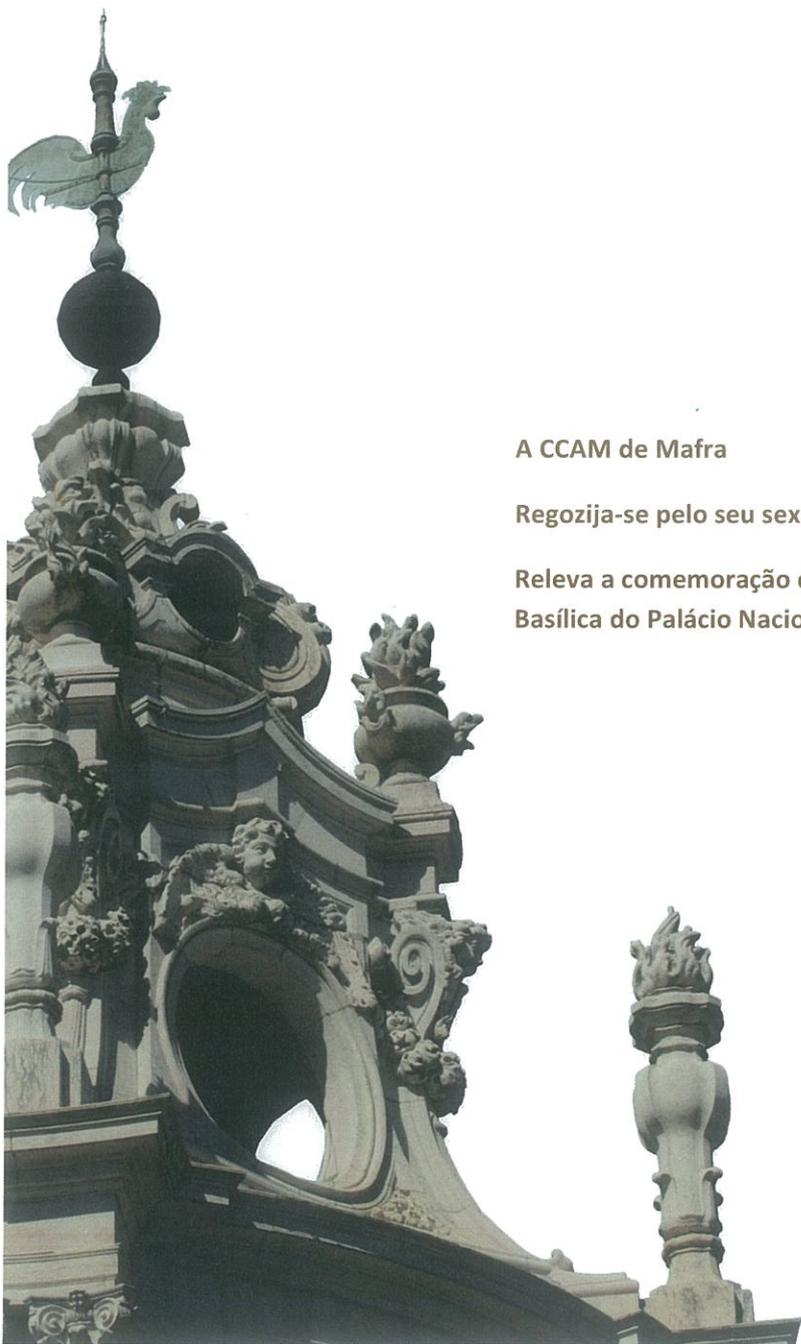


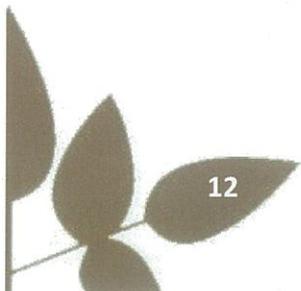
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A CCAM de Mafra

Regozija-se pelo seu sexagésimo Aniversário, ao serviço do nosso Concelho.

Releva a comemoração do tricentenário da colocação da Primeira Pedra da
Basílica do Palácio Nacional de Mafra.





Exercício de 2016

No cumprimento dos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra CRL, o Conselho de Administração apresenta o seu Relatório e Contas relativo ao exercício de 2016.

1 – ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

ECONOMIA INTERNACIONAL

No ano de 2016, e segundo as estimativas mais recentes, a economia mundial registou um crescimento de 3,1%. A confirmar-se esta expectativa, este será o ritmo de crescimento económico mais fraco desde o ano da recessão mundial de 2009.

A generalidade das principais economias emergentes registaram um decréscimo no seu crescimento, antecipando o FMI para 2016 valores a rondar os 4,2%, em parte pelo abrandamento sentido na segunda maior economia do mundo, a China.

O ritmo de crescimento dos países desenvolvidos sofreu uma desaceleração para 1,6%, em 2016, valor idêntico ao desempenho dos EUA, cujo crescimento anual também reduziu neste exercício, em muito justificado pela componente das exportações (que foram prejudicadas, entre outros, pelo fortalecimento do dólar americano) e na componente do investimento (condicionado pelo comportamento dos preços do petróleo que durante o ano de 2016 se mantiveram baixos).

Também na economia da Zona Euro se assistiu a um decréscimo do crescimento, embora com uma ligeira subida no final do ano, ainda que pouco significativa, o que deverá contribuir para a divergência de posições entre os responsáveis monetários quanto ao fim dos estímulos na região da moeda única.

A taxa de desemprego na Zona Euro foi diminuindo progressivamente ao longo do ano, atingindo no final de 2016 uma taxa prevista de 10,5%, continuando ainda assim em níveis historicamente elevados.

Em termos agregados da Zona Euro, a inflação prospetivada para 2016 foi de 0,2% ainda num nível bastante inferior ao objetivo de 2,0% definido pelo Banco Central Europeu (BCE).

A autoridade monetária europeia estendeu até final do ano o plano de compra de ativos no setor público como forma de dar força à inflação através de incentivos à economia, no entanto, com a subida dos preços a encaminhar-se progressivamente para um ritmo que o BCE considera adequado para assegurar a estabilidade económica, alguns responsáveis avaliam a hipótese de antecipar o fim do programa de *quantitative easing*.



Na Europa, o ano de 2016 ficou indelévelmente marcado pela vitória do *Brexit* no referendo popular havido no Reino Unido, sendo este um evento que poderá condicionar a situação económica e a evolução dos mercados em função dos recuos e avanços que se venham a verificar no desenrolar do processo negocial de saída do Reino Unido da União Europeia.

Nos Estados Unidos, Donald Trump venceu as eleições presidenciais, constituindo ainda uma incógnita o rumo que seguirá a política americana, sendo certo que o atual discurso político é marcadamente protecionista (com limitações à livre circulação de pessoas e bens) e de confronto com a política convencional.

ECONOMIA NACIONAL

A economia portuguesa apresentou uma desaceleração no nível de crescimento no primeiro semestre de 2016, tendo sido afetada pelo fraco crescimento do investimento e por fragilidades ao nível das exportações. Registou-se depois uma aceleração no segundo semestre do ano, muito por conta da evolução da atividade turística e do consumo privado, o que permitiu que o crescimento anual se situasse nos 1,4% em 2016.

O comportamento das exportações nacionais foi condicionado principalmente pela persistente precariedade da situação económica em Angola, economia muito afetada pelo baixo preço do petróleo e com uma situação muito instável.

Em sentido inverso, o sector do turismo mostrou um crescimento nas exportações de serviços de 9,2%.

O consumo privado cresceu 2,1% em 2016, valor ligeiramente inferior ao registado em 2015, também acompanhado por um abrandamento da recuperação gradual do investimento que se vinha a sentir desde 2014.

A taxa de desemprego, em 2016, fixou-se nos 10,5%.

No que respeita à dívida pública portuguesa, em 2016 registou-se um aumento, evidenciando-se os Certificados do Tesouro.

A Comissão Europeia, nas previsões económicas de Inverno, estimou que o défice orçamental português tenha descido para 2,3% do PIB em 2016, mas ainda revelando alguma fragilidade nas finanças públicas nacionais. A arrecadação de receita foi inferior ao orçamentado em 2016, tendo esse efeito sido parcialmente compensado por receitas adicionais (através do Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado) e pela contenção de despesa.

SETOR BANCÁRIO

O ano de 2016 e o início de 2017 foram marcados por uma reestruturação significativa dos principais bancos portugueses como a CGD, o BCP e o BPI, em alguns casos com mudanças na gestão e nas estruturas de controlo acionista. Aguarda-se ainda a conclusão do processo de aquisição do Novo Banco.

A necessidade do reforço da rendibilidade dos bancos foi notória no ano de 2016, bem como a crescente capacidade de resposta à regulamentação e diversas exigências impostas ao sector financeiro, quer através do Banco Central Europeu, como por intermédio do Banco de Portugal.

Face à conjuntura, continuam a ser expectáveis fortes impactos no sector bancário, como de resto já se tem vindo a verificar, concretamente em:

- dificuldades na concessão de crédito face ao ainda elevado nível de endividamento quer, das famílias, quer das empresas e Estado, pese embora a permanência das reduzidas taxas de juro;
- níveis de *pricing* e *spreads* muito competitivos pela intensificação do interesse da banca na concessão de crédito aos sectores industrial, agrícola e do turismo;
- crescimento generalizado da concorrência entre os Bancos tradicionais e os novos concorrentes não bancários; este efeito não tem sido sentido nesta CCAM, no que respeita às captações, cujo aumento foi substancial no exercício de 2016;
- impactos negativos na margem financeira, originados pela manutenção das reduzidas taxas Euribor e pelas limitações dos supervisores impostas no comissionamento; embora não verificado nesta CCAM em 2016;
- redução dos níveis de rentabilidade nos títulos de dívida pública; sentida na CCAM de Mafra pela necessidade de redução da exposição a títulos de maturidade mais longa;
- volatilidade dos mercados monetário e financeiro.

Ao nível dos desafios que se deparam à Banca, não é possível ignorar as alterações que se vivem a nível social, nomeadamente no acréscimo dos níveis de desvinculação dos clientes, com um aumento exponencial da concorrência e da necessidade de inovação tecnológica constante, fruto da procura de novos canais de comercialização e de comunicação.

Os factos acima descritos têm levado a uma inevitável reformulação no contacto com os clientes, originando a redução de agências na Banca em geral. Contudo, esta realidade não se adequa a esta CCAM, por força da localização das agências em pontos estratégicos do Concelho, ajustadas às necessidades e procura dos nossos associados e clientes.



SECTOR AGRÍCOLA

2016 foi um ano agrícola difícil. O sector agrícola português terá tido em 2016 uma contribuição muito negativa para o crescimento do PIB, invertendo-se, assim, a tendência de evolução positiva verificada nos últimos cinco anos.

O produto agrícola bruto em volume, medido pelo valor acrescentado bruto a preços no produtor constantes, sofreu em 2016 um decréscimo de 11,7% em relação a 2015. Este decréscimo do VAB a preços constantes em 2016 foi, de acordo com os dados da estimativa do INE, consequência da redução de 4,7% no volume de produção agrícola, a qual resultou das correspondentes quebras verificadas para os cereais (-5%), vegetais e produtos hortícolas (-4,2%), batatas (-5,3%), frutos (-11,2%), leite (-3,5%) e vinho (-20%).

O produto agrícola bruto em valor, medido pelo valor acrescentado bruto a preços no produtor correntes nominais, decresceu 6,7% em 2016 face a 2015, quando no ano anterior a variação anual tinha sido de um acréscimo de 5,8% (Avillez, 2017).

Dada a particular importância dos frutos e do vinho no nosso concelho, perceber-se-á a dificuldade acrescida para os nossos associados e clientes.

Também o investimento no sector apresenta dados preocupantes. De acordo com a Autoridade de Gestão do PDR 2020, o apoio aos investimentos nas explorações agrícolas (acção 3.2), que representa cerca de 20% de toda a despesa pública do Programa, tem uma dotação global de cerca de 857 M€, apresentando uma taxa de compromisso de cerca de 71% e uma taxa de execução de apenas 20%. É aqui notória a discrepância entre compromisso e execução, ilustrando a morosidade em fazer chegar as verbas aos agricultores, particularmente se se considerar que não houve períodos de candidatura abertos ao longo de todo o ano de 2016.

Contudo, dada a forte procura que esta acção tem despertado, podemos considerar que o seu nível de compromisso real é dado não pelo valor de apoio comprometido para as candidaturas já aprovadas, mas sim pelo somatório das dotações de cada um dos concursos abertos (assumindo que estas serão integralmente utilizadas) e dos montantes transitados do PRODER. Seguindo esta análise, verificamos que a situação desta medida é bastante mais preocupante – a um valor transitado de cerca de 216 M€ temos que somar 625 M€ relativos aos concursos já abertos ou em curso (dos quais 370 M€ para jovens agricultores e 26 M€ para pequenos investimentos). Temos assim um nível de compromisso real de cerca de 98% para uma das medidas mais relevantes do Programa, quando estamos ainda a vários anos do seu final.

Situações semelhantes ocorrem noutras medidas também muito relevantes no Programa – o apoio aos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas (acção 3.3) tem, fazendo o mesmo exercício, uma taxa real de compromisso de 96% e os prémios à instalação de jovens agricultores (acção 3.1) de 82%.

No que respeita às Medidas Agro-Ambientais, e considerando apenas aquelas incluídas no pedido único anual de ajudas (PU), estima-se um nível de execução actual de cerca de 42%, correspondente a pagamentos de 237 M€ para uma dotação de 569 M€. Se considerarmos que estas medidas terão em média até 2020 um nível anual de pagamentos equivalente à média dos pagamentos relativos às campanhas de 2015 e 2016 (dados IFAP), estimada em cerca de 150 M€/ano, podemos concluir que a execução até 2020 se cifrará em cerca de 839 M€, o que significa um compromisso real de cerca de 148% (Serrano, 2017).

Este conjunto de dados levanta grandes preocupações quanto à capacidade de suporte ao investimento nos próximos anos, contrariando o que se passou nos últimos anos.

A Caixa continuou durante 2016 a apoiar os agricultores do concelho, quer directamente quer através das suas cooperativas e dos protocolos com estas estabelecidos.

2 – ATIVIDADE FINANCEIRA E COMERCIAL DA CCAM DE MAFRA

O exercício de 2016 continuou a pautar-se por uma política de gestão rigorosa, clara, bem definida, transparente, segura e coerente.

A CCAM apresenta uma situação confortável, salientando-se o rácio de *Core Tier 1* de 30,00% e o rácio de transformação de 38,59%, com base nos valores de balanço, demonstrativos de um historial de solidez e resiliência face às diversas crises económicas e financeiras que se têm feito sentir nas últimas décadas, com especial destaque para a de 2007/2008, da qual o país ainda se encontra a recuperar, e que foi mais uma demonstração da credibilidade que os associados e clientes da CCAM de Mafra depositam na gestão da Instituição, que ao longo dos anos tem garantido a segurança dos depositantes e sido merecedora da confiança destes.

No que se refere ao crédito total, verificou-se uma redução significativa, amplamente justificada pela diminuição de créditos em contencioso desde há vários anos, com a venda de bens em hasta pública, cujo valor foi superior a 2 M€.

De realçar que neste exercício registou-se uma contenção de entradas de processos de crédito para cobrança judicial, resultado da ação direta e atempada junto dos associados/clientes, mutuários e fiadores,



no sentido de ser encontrada uma solução que viabilize o cumprimento nomeadamente e sempre que se justifique aumento de prazo de reembolso e períodos, curtos, de carência de capital.

Relativamente ao crédito vivo, e num exercício em que se assistiu a uma diminuição no crédito ao consumo e deterioração de créditos para outros fins no mercado bancário em geral, congratulamo-nos com o aumento registado nesta CCAM durante o exercício de 2016.

Continuámos a atuar ativa e atentamente, adotando as soluções adequadas de forma a mantermos, tanto quanto possível, a nossa carteira de associados e clientes.

A margem financeira cresceu cerca de 12%, fruto das taxas de juros das aplicações nos ativos disponíveis para venda, por reconversão a partir de depósitos a prazo noutras instituições e sobretudo pelo maior volume de obtenção de recursos. Assistiu-se também a uma quebra generalizada nas taxas passivas, fruto do alinhamento com o mercado.

Realçamos com agrado os resultados obtidos com o acréscimo nas captações de recursos, neste exercício de 2016, de 17,28% (superior a 20 M€), valor amplamente superior à média nacional de 2,3%. Este acréscimo é justificado essencialmente pelo clima de turbulência que envolveu algumas das instituições bancárias a atuar no mercado nacional.

Congratulamo-nos com a demonstração da credibilidade que merecemos dos nossos associados e clientes.

A área de ação e rede comercial da nossa Caixa de Crédito, atuando em 6 agências, acrescida de um serviço de prospeção comercial direto e com 27 máquinas ATM instaladas à data de 31 de Dezembro de 2016, circunscreve todo o concelho, permitindo-nos deste modo a afirmação de sermos “o Banco do Concelho”.

Esta CCAM, que no seu papel de cooperativa, sempre apoiou o desenvolvimento agrícola, até pela sua inserção num concelho com raízes fortemente agrícolas, encontrando-se atenta ao crescimento e sustentabilidade de um sector económico indispensável para a recuperação económica do país.

Para além do sector primário, o nosso concelho apresenta uma grande diversidade de atividades.

2.1 - ATIVIDADE ECONÓMICA NO CONCELHO DE MAFRA

O concelho de Mafra mantém uma diversidade de atividades, do que resulta um equilíbrio económico sustentado pelo aumento populacional, essencialmente nas zonas urbanas, com um crescimento na ordem de 7% face aos Censos de 2011, ultrapassando a barreira dos 81.000 residentes. Relevamos a taxa de desemprego do Concelho, inferior a 6%.

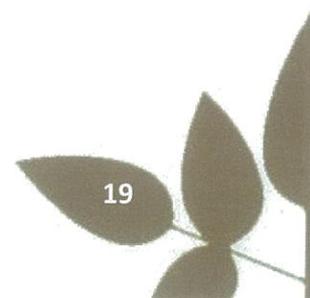
Nos vários sectores económicos, salientamos o Terciário "Comércio por grosso e retalho" e "serviços administrativos e de apoio", concretamente o "Turismo", cuja potencialidade abrange todo o concelho, com especial relevo para o Convento/Palácio Nacional de Mafra, incluindo na sua envolvente a Tapada Nacional de Mafra. A par, destaca-se o "surf" em toda a costa oceânica do Concelho (única reserva mundial da Europa), e bem assim a gastronomia.

Não podemos deixar de referenciar a importância do sector Primário, destacando-se a produção da "pêra rocha", "morangos", "limão", "vinha", "hortícolas" e de "leite", seguindo-se-lhe o sector Secundário destacando-se a panificação, já com marca registada; o vinho, com a recuperação de uma casta única, a indústria transformadora de carnes e a cerâmica.

A CCAM de Mafra continuará a apoiar os vários sectores, mantendo diversas parcerias e protocolos, nomeadamente com o Grupo de Ação Local (GAL) "A2S – Associação Para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia e com o Município de Mafra, neste último caso nos projetos "Mafra *Business Factory*", "Ericeira *Business Factory*" e "Mafra reQualifica".

No âmbito dos Protocolos, destaca-se ainda a manutenção das Linhas de Crédito existentes com as Cooperativas do Concelho, em vigor há mais de uma década, e das quais se tem observado um aumento da utilização, tendência que é esperada também em 2017. Realça-se o montante de crédito concedido ao setor vitivinícola, no âmbito destes Protocolos, que corresponde a mais de 50% do crédito concedido à agricultura, no exercício de 2016.

Com estas parcerias, reforçamos a nossa intervenção e posição como parceiro privilegiado no fornecimento de instrumentos financeiros necessários à concretização de projetos globais, nas zonas rurais e centros urbanos.

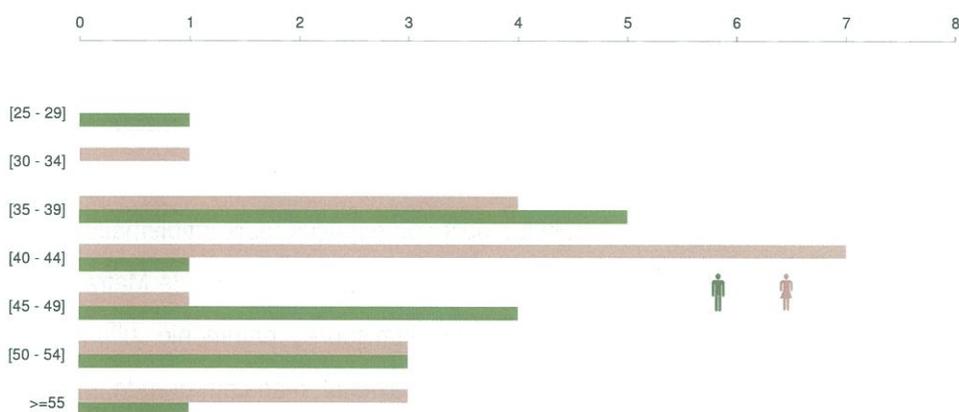


3 – RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos são um dos principais ativos de qualquer instituição, o que se confirma na nossa Caixa de Crédito, por esse facto são alvo de uma permanente atenção ao nível da formação e do desenvolvimento profissional com vista ao bom desempenho. Para tal aposta-se na formação adequada, de modo a constituírem-se equipas técnicas e comerciais bem preparadas, disponíveis, dedicadas e orientadas para o bom funcionamento da Instituição.

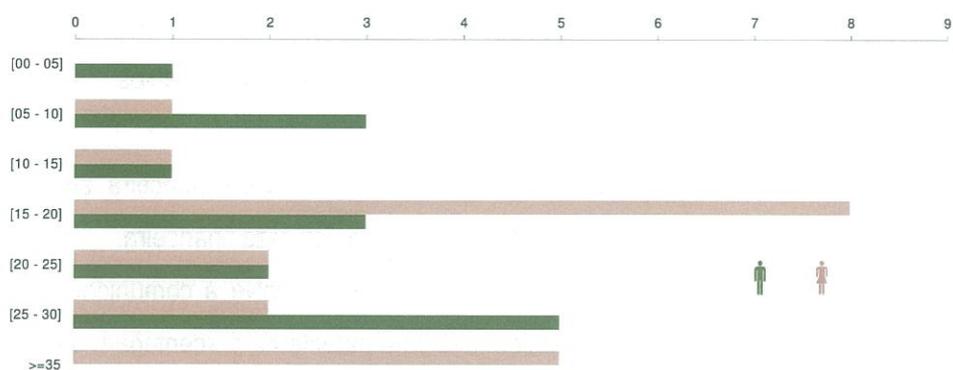
O quadro de pessoal é composto por 34 elementos administrativos, prevalecendo os elementos femininos que representam 57%.

A média etária situa-se nos 45 anos, sendo que é no escalão [35 – 39] onde se encontra o maior número (9) de colaboradores.



Antiguidade

A antiguidade nesta Caixa de Crédito é em média de 21 anos, o que revela uma experiência relevante dos Recursos Humanos, sendo que é no escalão [15 – 20] onde se encontra o maior número de colaboradores.



4 – AÇÃO SOCIAL

Atenta à realidade do Concelho, a CCAM Mafra apoia de forma significativa a comunidade onde está inserida. A instituição tenta permanentemente dar resposta às solicitações de que é alvo, sendo diversa a

natureza das entidades e os objetivos dos pedidos de apoio. No entanto, podemos afirmar que o apoio à comunidade se centra em quatro grandes áreas de ação: Idosos, Juventude, Cultura/Ambiente e Coletividades.

De forma resumida, cada área de acção abrange o seguinte tipo de organização:

- Idosos – nesta área são apoiadas, quer por solicitação quer por protocolo, as Misericórdias do concelho (Mafra, Ericeira e Venda do Pinheiro), na vertente dos seus Centros de Dia, e as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários e Associações de Socorros, através de protocolo para o transporte de idosos aos diversos serviços de saúde;
- Juventude – marcadamente, este apoio incide sobre os diversos agrupamentos escolares do concelho, bem como às suas associações de pais e encarregados de educação, e a tipos diversos de organizações tais como agrupamentos de escuteiros, escolas musicais e escalões de formação de clubes desportivos do concelho;
- Cultura/Ambiente – nesta área, são apoiados dois dos espaços mais emblemáticos do concelho, com projecção nacional – o Palácio Nacional de Mafra e a Tapada Nacional de Mafra. Por outro lado, são directamente apoiadas publicações literárias que incidem sobre o património cultural, natural e edificado do concelho e sobre a sua história. De forma mais ocasional, mas com grande impacto, são apoiados alguns projectos de reconstrução e restauro de edifícios marcantes (p.e. capelas e igrejas) e de obras de arte, sendo mais marcante o restauro da Berlinda de Nossa Senhora da Nazaré;
- Colectividades – a CCAM Mafra apoia inúmeras colectividades do concelho na prossecução dos seus objectivos. Desde grupos corais, bandas filarmónicas, ranchos folclóricos, clubes desportivos, associações recreativas e culturais, comissões de festas, etc. Dada a sua diversidade e número, é esta a área de acção a que fica adstrito um maior montante global de donativos.

Salientamos que estes donativos podem ser de natureza material ou financeira, em função das solicitações apresentadas, mas sendo na sua esmagadora maioria de natureza financeira.

Consideramos significativo o retorno que a CCAM Mafra devolve à comunidade onde está inserida. A demonstração da importância destes apoios está bem patente na percentagem do resultado líquido que a Instituição destina a esta ação social que, nos últimos dez anos tem rondado os 20%.

Projetos distintivos apoiados pela CCAM de Mafra

A CCAM de Mafra é uma IC com a natureza jurídica de cooperativa de responsabilidade limitada e em que estatutariamente não se encontra prevista a distribuição de dividendos pelos seus associados. Fruto da sua natureza mutualista e da forte integração que a instituição tem na comunidade onde exerce a sua atividade, os proveitos do seu negócio são, em parte considerável, revertidos para o apoio à comunidade, conforme abordámos no ponto anterior. Esta será, porventura, a vertente mais desenvolvida da responsabilidade social da instituição e aquela que é mais reconhecida pela comunidade local e mesmo pela sociedade em geral.

Dos projetos apoiados, aquele que consideramos ser mais distintivo relativamente aos restantes, e um dos que mais vincadamente pode ser considerado um apoio “com os olhos postos no futuro” é o pagamento integral do salário de uma Técnica em Psicologia que presta apoio à comunidade escolar, mais concretamente na Escola Básica de Mafra (2º e 3º ciclos de escolaridade), coadjuvando e apoiando as crianças e os adolescentes, monitorizando comportamentos e prevenindo o seu agravamento, avaliando e encaminhando o seu percurso escolar e futuro profissional e colaborando no levantamento das necessidades para a implementação de curso de formação e/ou de transição para a vida ativa em caso de sério risco de insucesso ou abandono escolar.

Os objetivos da atividade desta Técnica são:

- Prevenção de situações e comportamentos de risco, com principal enfoque nos fenómenos de absentismo, insucesso e abandono escolar precoce;
- Promoção e desenvolvimento das capacidades dos discentes, com propostas ajustadas a cada aluno;
- Participação em projectos transversais que abrangem toda a comunidade escolar (nomeadamente alunos, professores, familiares e demais agentes educativos);
- Avaliação e diagnóstico de problemáticas que possam condicionar o sucesso e percurso escolar dos alunos, propondo estratégias de actuação e intervenção.

Guiada por uma visão integradora e considerando as dimensões económicas, sociais, culturais e ambientais dos processos de integração dos vários grupos, esta Técnica tem tido uma crescente relevância na comunidade escolar, efetuando atualmente uma média de 140 processos de observação, acompanhamento e avaliação por ano letivo.

Este projeto é complementado com um programa de estágios profissionais, inicialmente celebrado com a Escola Técnica e Profissional de Mafra, mas que foi já estendido e outras Escolas Secundárias do Concelho e até já a algumas Universidades e Institutos Superiores de referência, com alunos residentes na área de atuação da CCAM de Mafra. Estes estágios têm uma duração média de 3 meses, integrando

os jovens na estrutura funcional da instituição, com a possibilidade de inserção em diversas unidades de estrutura, visando um conhecimento transversal da atividade da IC e uma experiência bastante completa e integrativa, sendo para muitos o primeiro contacto com o mercado de trabalho. Sem qualquer obrigatoriedade, aos estagiários é atribuído um subsídio com um montante igual à remuneração mínima mensal legalmente estabelecida e é privilegiada uma integração direcionada para a área de formação do jovem e que se traduza numa motivação e mais-valia futura na sua carreira profissional.

Estes projetos traduzem uma política integrativa da ação da responsabilidade social da CCAM de Mafra, visando uma melhoria da comunidade onde está inserida, nomeadamente no fornecimento de ferramentas e experiências a jovens que constituirão o futuro dessa mesma comunidade, contribuindo para o sucesso do seu percurso escolar e na sua integração na vida ativa.

Por outro lado, e dado serem considerados como estruturantes e marcantes para a atuação da CCAM junto da sua comunidade, em situação alguma foi considerada a possibilidade de alterar a política relativa à Técnica de Psicologia e ao programa de estágios profissionais.

Aliás, devemos salientar a crescente procura por parte de vários estabelecimentos de ensino do concelho por estes projetos. Esta é, quanto a nós, a maior prova da valia dos dois projetos.

5 - VISÃO, MISSÃO E VALORES

Visão - Instituição financeira cooperativa de âmbito regional, criando valor aos associados, aos clientes e à região.

Missão - Somos o motor de desenvolvimento do concelho, através de relações de proximidade com os associados e clientes, respondendo aos seus projetos financeiros, de acordo com os princípios que nos norteiam.

Valores

- solidez;
- confiança;
- honestidade;
- responsabilidade;
- rigor;
- transparência e profissionalismo.

6 – GESTÃO DE RISCOS

A unidade de estrutura de Gestão de Risco e Análise do Reporte Prudencial manteve no decurso de 2016 a função de definição de processos que assegurem apropriada compreensão da natureza e da magnitude dos riscos subjacentes à atividade da CCAM de Mafra, de forma a permitir uma implementação adequada da estratégia e do cumprimento dos objetivos delineados pela Instituição, e tendo por base as “*best practices*” emanadas pelas entidades reguladoras e de supervisão. Este é um processo transversal e integrado na instituição, agindo preventivamente nas situações que possam colocar em causa a situação financeira da instituição, criando e melhorando controlos e ferramentas eficazes para acompanhar, monitorizar, avaliar e controlar os riscos materialmente mais relevantes.

No seguimento da política de gestão de riscos exigida pelo Banco de Portugal, o exercício de 2016 foi marcado pela continuidade dos reportes ao órgão de supervisão, principalmente através da elaboração dos seguintes relatórios:

Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno – A existência de um Sistema de Controlo Interno adequado e eficaz assume uma importância fulcral na estabilidade e segurança das Instituições e consequentemente do próprio sistema financeiro, garantindo um efetivo cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que as Instituições se encontram sujeitas e uma apropriada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas. Assim, é elaborado anualmente um Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno vigente na Instituição.

Relatório de ICAAP – O cálculo do ICAAP (*Internal Capital Adequacy Assessment Process*), permite a determinação do nível de capital interno subjacente ao perfil de risco a que se encontra exposta a instituição.

Relatório da Disciplina de Mercado – Este relatório anual de divulgação pública de informação, é obrigatório e de possibilidade de consulta *online* no sítio da Internet. Apresenta um detalhe exaustivo sobre a solvabilidade da instituição, assim como das suas políticas e práticas de gestão, de acordo com o Regulamento (EU) nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013.

Relatório de Branqueamento de Capitais – Em matéria de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, procura-se minimizar eficazmente possíveis ocorrências, bem como os impactos que delas podem advir. O modelo de gestão de risco implementado na CCAM de Mafra nesta matéria assenta primordialmente no conhecimento dos seus clientes (*Know Your Customer*), fundamentado na relação de proximidade que a caracteriza e que se traduz numa expectativa sobre o seu comportamento futuro, tendo em consideração o tipo de cliente e a relação de negócio existente, pelo que desvios ao perfil conhecido do cliente são encarados como fatores de risco.

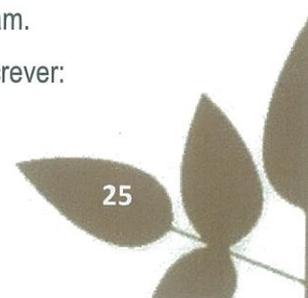
Relatório sobre Stress Tests – Embora se mantenha a obrigatoriedade de realização de *Stress Tests* de acordo com a Instrução nº 4/2011, que divulga as orientações para a realização de análises de sensibilidade, o Banco de Portugal isentou esta CCAM através da Carta Circular nº CC/2017/00000900-G de 03/02/2017. Não obstante esta não desvincula a CCAM de Mafra dos demais deveres a que estão sujeitas relativamente ao desenvolvimento de testes de esforço como ferramenta essencial de gestão de risco e planeamento de capital, verifica-se que os níveis de solvabilidade e liquidez são adequados, e que a instituição tem capacidade para absorver o impacto de acontecimentos adversos.

Relatório sobre Imparidade da Carteira de Crédito - O relatório sobre a imparidade da carteira de crédito da CCAM de Mafra tem por objetivo a obtenção de um grau de segurança aceitável de que as metodologias de cálculo de imparidade implementadas permitem uma avaliação do risco associado à carteira de crédito e uma quantificação das respetivas perdas incorridas, conforme previsto na Instrução n.º 5/2013 do Banco de Portugal. Nesta matéria foi também publicada a Carta-Circular n.º 2/14/DSPDR que procede à sistematização e divulgação dos critérios de referência, bem como dos princípios que suportam a avaliação das instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal que utilizam metodologias de cálculo de imparidade, nos termos previstos na Norma Internacional de Contabilidade 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" (IAS 39), para avaliação do risco associado à carteira de crédito e quantificação das respetivas perdas incorridas, e na sequência da Carta Circular CC/2016/00001717-G, foram prestadas informações adicionais, relativas à imparidade de exposições específicas da carteira de crédito e da carteira de imóveis reconhecidos por recuperação de crédito, o qual foi analisado à data de referência de 31 de Março de 2016.

Plano de Recuperação – O Plano de Recuperação, de acordo com o definido no Aviso n.º 3/2015 do BdP, visa identificar as medidas suscetíveis de serem adotadas em cenários de desequilíbrios de Capital e/ou Liquidez, de forma a garantir que as Instituições de Crédito estão em condições de reagir de forma mais célere, mas também mais estruturada, em situações de dificuldades financeiras. A CCAM de Mafra foi considerada pelo BdP uma Instituição com obrigações de reporte simplificadas nesta matéria (efetuado a cada 2 anos), pelo que no exercício de 2016, este Plano foi realizado.

Na sequência da elaboração destes relatórios, e com base no Modelo de Avaliação de Riscos (MAR) implementado, temos plena consciência que os riscos são fatores inerentes à atividade, pelo que continuamos atentos e desportos, atuando com rigor, profissionalismo, disponibilidade e dinamismo, de forma a garantir aos nossos associados e clientes a segurança dos valores que nos confiam.

Assim, os riscos materialmente relevantes para a instituição, são os que passamos a descrever:



RISCO DE CRÉDITO

Este risco corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a Instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

O Risco de crédito, pela relevância material de que se reveste, é o principal risco subjacente à atividade Bancária, não obstante a sua interligação com os restantes riscos.

A estratégia da CCAM de Mafra fundamenta-se no acompanhamento da sua carteira de clientes, atendendo à limitação geográfica associada ao seu objeto social. As principais linhas de negócio encontram-se relacionadas com o desenvolvimento do mundo rural, com créditos aos agricultores incluindo o seu bem-estar social, o crédito à habitação, créditos a PME e créditos de natureza individual, utilizando-se para o efeito os produtos disponíveis no mercado. O controlo das operações fundamenta-se num detalhado conhecimento das mesmas por parte do Conselho de Administração da CCAM de Mafra.

Sendo o risco de crédito o materialmente mais relevante na atividade da CCAM de Mafra, e aquele que consome mais capital interno, encontra-se devidamente implementada uma política de concessão de crédito assente em critérios rigorosos e de cariz conservadores.

Algumas das principais técnicas utilizadas na mitigação do risco de crédito incluem a obtenção de Garantias Reais (cauções-depósitos em numerário efetuados junto da Instituição, hipotecas de bens imóveis), provisionamento adequado do Crédito Vencido e a diversificação setorial da carteira de Crédito.

RISCO DE MERCADO

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações ou preços de mercadorias.

O controlo dos riscos de mercados enquadra-se no âmbito do exercício da atividade da Instituição e do cumprimento das regras e exigências aplicáveis.

Este risco resulta da conjugação de vários riscos, incluindo o risco de crédito, de taxa de juro, de liquidez, operacional e de "compliance", aos quais acrescem os impactos provocados pelas oscilações das variáveis macroeconómicas e o comportamento da concorrência.

Acompanhamos a evolução destes fatores de uma forma periódica, tempestiva e adequada à definição das nossas políticas, procurando minimizar os riscos de mercado, nomeadamente, no mercado específico onde atuamos e de onde provêm a maioria dos clientes que servimos, quer ao nível do crédito, quer ao nível da captação de recursos. Acompanhamos e avaliamos as tendências de mercado, mantendo, contudo, uma política própria, adequada ao mercado, à nossa estrutura e aos meios de que dispomos.

RISCO DE TAXA DE JURO

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.

Em concreto, a CCAM de Mafra pretende identificar e analisar atempadamente os impactos que a taxa de juro pode vir a sofrer no caso de um choque standard, medindo e controlando os riscos a que a Instituição está ou poderá vir a estar exposta, e em conformidade, afetar recursos e capital interno para a cobertura adequada desses riscos.

RISCO ESTRATÉGIA

Este risco encontra-se inerente aos demais tipos de risco, p.e. risco mercado, taxa de juro, de crédito, e em linha com os objetivos delineados pelo Conselho de Administração para a CCAM de Mafra e, para tal, os objetivos da Instituição passam pelo cumprimento integral do que é imposto, tendo como base as regras/normas existentes.

A CCAM de Mafra assume como principais eixos de desenvolvimento e diferenciação estratégicos a prestação de serviços caracterizados pela excelência e proximidade do cliente.

A atividade da Instituição encontra-se essencialmente assente na intermediação financeira através da captação de recursos dos associados e clientes e posterior aplicação dos mesmos, complementada através da comercialização de seguros e de fundos. Estas operações são efetuadas através da CA Seguros, CA Vida e Caixa Central, assumindo a CCAM de Mafra um papel de intermediário nas mesmas.

O crescimento sustentado da atividade é acompanhado por políticas de reforço continuado, com enfoque nos níveis de eficiência da Instituição e pela manutenção de uma rigorosa disciplina de capital.

A mitigação deste risco é efetuada através dos seguintes procedimentos:

- Clarificação das competências de cada funcionário;
- O cumprimento das normas internas;
- Utilização do conhecimento profundo do meio em que é desenvolvida a atividade/operações;
- A Formação profissional e Auto Formação.



RISCO CONCENTRAÇÃO

A concentração de riscos constitui um dos principais fatores potenciais de perda a que uma instituição de crédito se encontra sujeita. Num cenário de concentração, as perdas originadas por um número reduzido de exposições podem ter um efeito desproporcionado, confirmando o relevo da gestão deste risco na manutenção de níveis adequados de solvabilidade.

O risco de concentração é um dos tipos de risco a que a CCAM de Mafra se encontra exposta, nomeadamente em três vertentes:

Geográfica - Decorrente do RJCAM, o âmbito de ação da CCAM de Mafra encontra-se limitado geograficamente, pelo que o risco de concentração (vertente zona geográfica) assume alguma relevância na determinação do risco total.

Sectorial - Esta vertente do risco de concentração consiste na exposição significativa a grupos de contrapartes de um determinado sector de atividade.

O risco de concentração por sector de atividade é desde logo limitado pelas disposições constantes no RJCAM, uma vez que estas restringem o limite de concessão para operações de crédito com finalidades distintas das previstas no artigo 27º (fins não agrícolas) estabelecendo o limite de 35% do valor do respetivo ativo líquido, pelo que, fora dos fins agrícolas, a CCAM de Mafra encontra-se limitada na atividade de concessão de crédito.

Grandes riscos - Entende-se por "grupo de clientes ligados entre si" duas ou mais pessoas singulares ou coletivas que constituam uma única entidade do ponto de vista do risco assumido, por estarem de tal forma ligadas que, na eventualidade de uma delas se deparar com problemas financeiros, as demais consigo ligadas terão, provavelmente, dificuldades em cumprir as suas obrigações.

O Limite de exposições a riscos, perante um cliente ou grupo de clientes ligados entre si não pode ser superior a 25% dos fundos próprios, assim como, o limite de exposições perante Instituições não pode exceder o estipulado no Aviso nº 9/2014 do Banco de Portugal.

RISCO OPERACIONAL

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da atividade ser afetada devido à utilização de recursos em regime de "outsourcing", de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infraestruturas.

O Risco Operacional é gerido no âmbito do desenvolvimento regular da atividade, quer através da definição de normas, procedimentos, segregação de funções, delegação de competências, quer dos respetivos controlos operacionais implementados.

7 – INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃO SOCIAIS

A política de remunerações que vigorou durante o exercício de 2016 resulta da reunião da Assembleia Geral de 11 de Dezembro de 2015 a ser observada durante o mandato de 2016/2018, onde consta a composição das remunerações dos órgãos de Administração e de Fiscalização, que veio a ser aprovada por unanimidade.

Relativamente aos deveres de informação quantitativa descritas no art. 17º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, sobre a Política de Remunerações, o quadro anexo representa os valores discriminados, dos órgãos de Administração e Fiscalização, no seu montante bruto anual das remunerações auferidas.

INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS EM 2016/2015

	Rendimento Bruto Anual	
	2016	2015
Conselho de Administração		
<i><u>Administradores Executivos</u></i>		
Presidente	€ 94 361,05	€ 94 269,94
Vice- Presidente	€ 148 418,83	€ 148 443,40
<i><u>Administrador Não Executivo</u></i>		
Vice- Presidente	€ 45 961,58	€ 45 791,80
Conselho Fiscal		
Presidente	€ 14 704,80	€ 14 704,80
Secretário	€ 3 294,94	€ 3 594,48
Vogal	€ 2 995,40	€ 3 594,48

A remuneração do Conselho fiscal, tendo em atenção a natureza da função deste órgão, consiste numa contrapartida de montante fixo por presença, sem quaisquer acréscimos ou outras prestações.

Não existem remunerações variáveis com base em eventuais lucros da CCAM de Mafra.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é estabelecida com base nas práticas de mercado e definida no âmbito do contrato de prestação de serviços de revisão de contas, e no ano de 2016 foram pagos os montantes descritos na Nota 38, do anexo às Demonstrações Financeiras.

O montante da remuneração variável devida, resulta do desempenho individual dos colaboradores, é de € 65.500, e será distribuída pelos colaboradores em 2017, tendo em conta o seu desempenho durante o ano de 2016.

Não se registaram admissões ou rescisões do contrato de trabalho, no quadro de colaboradores que exercem funções de controlo.

8 - POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS TITULARES DE FUNÇÕES ESSENCIAIS E COLABORADORES

Dando cumprimento ao disposto no nº 3 do art. 16º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, é prestada a seguinte informação:

- Os colaboradores entendidos de acordo com o art. 2º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, auferem de uma remuneração fixa paga 14 vezes por ano, de acordo com as condições dispostas no ACTV do Crédito Agrícola;
- De acordo com as funções em que o nível de responsabilidade e exigência de disponibilidade assim o justifique é atribuída uma hora de isenção de horário de trabalho;
- Atendendo ao disposto no nº 3 do art. 17º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, são três os colaboradores abrangidos pelo art. 13º, isto é, que desempenham funções de controlo previstas no Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, que auferiram a remuneração global bruta de € 142.290,80.
- As remunerações totais dos restantes 31 colaboradores durante o exercício de 2016, foram de €930.832,60.

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVA À POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E DEMAIS DIRIGENTES DA CAIXA DE CREDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA CRL

O número 4 do artigo 115º-C do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras impõe que o Conselho de Administração submeta anualmente à aprovação da Assembleia Geral a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização.

Por sua vez a Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, prevê que anualmente o órgão de administração das entidades de interesse público, como é o caso da nossa Caixa, submeta à aprovação da assembleia

geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos respectivos órgãos de administração e de fiscalização.

Nos termos da lei e dos estatutos, a remuneração dos titulares dos órgãos sociais da Caixa só pode ser deliberada pela assembleia geral, não sendo exequível nem apropriada a existência de uma comissão de remunerações face à pequena dimensão, à natureza cooperativa e à pouca complexidade da actividade da instituição.

Não é aplicável à Caixa o disposto no artigo 7º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, porquanto não reúne nenhum dos critérios do seu nº1.

Assim, a política de remuneração, quanto aos órgãos de administração e fiscalização, é aprovada exclusivamente pela Assembleia Geral, e a dos restantes colaboradores é aprovada exclusivamente pelo Conselho de Administração.

Sem prejuízo do disposto no artigo 14º do Aviso nº 10/2011, cabe exclusivamente à assembleia geral a aprovação e avaliação da política de remuneração dos seus órgãos sociais.

No caso da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL, a remuneração dos membros dos órgãos sociais da Caixa, incluindo a dos membros dos seus órgãos de administração e de fiscalização, foi fixada na reunião da Assembleia Geral de 11 de Dezembro de 2015 a ser observada durante o mandato de 2016/2018, não se prevendo qualquer indemnização em caso de destituição por justa causa nem benefícios discricionários de pensão.

Face à pequena dimensão, natureza cooperativa e pouca complexidade da instituição, não é exequível nem apropriado que os colaboradores a que se refere o nº 2 do artigo 1º do Aviso nº 10/2011 recebam qualquer remuneração adicional (fixa ou variável) além da que recebem como colaboradores da Caixa.

Nenhum titular dos órgãos de administração e de fiscalização da Caixa recebe remuneração variável.

Quanto ao Revisor Oficial de Contas a sua remuneração é a fixada no contrato de acordo com as práticas de mercado.

Nos termos e para os efeitos do número 1 do artigo 16º do Aviso nº 10/2011, declara-se que:

- a) A política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização é definida pela Assembleia Geral, sem a intervenção de quaisquer consultores externos, cabendo à mesma revê-la periodicamente, pelo menos uma vez por ano, em sede da sua aprovação nos termos do nº 4 do artigo 115º-C do RGICSF.
- b) Não é contemplada a atribuição de qualquer remuneração variável.
- c) Dada a natureza e dimensão da Caixa, a inexistência de remuneração variável, o valor das remunerações pagas aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e o facto de não ser uma sociedade anónima lhe ser impossível pagar qualquer remuneração sobre a forma de acções ou instrumentos financeiros nos termos do nº 3º do artigo 115º-E do RGICSF, não é diferido o pagamento de qualquer parte da remuneração.

- d) A política de remuneração é propícia ao alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração, com os interesses a longo prazo da Caixa e igualmente consentânea com o desincentivo de uma assunção excessiva de riscos, na medida em que preconiza a atribuição de uma remuneração de valor moderado compatível com as tradições e com a natureza específica desta Caixa e das Caixas Agrícolas em geral.
- e) Atenta a natureza cooperativa da Caixa, o desempenho dos titulares dos órgãos de administração e de fiscalização é, em primeira linha, avaliado pelos associados em sede de Assembleia Geral, *maxime* em sede de eleições para os órgãos sociais, não podendo estes manter-se em funções contra a vontade dos associados, reflectindo tal avaliação não só o desempenho económico da Caixa, mas também outros critérios directamente relacionados com a referida natureza cooperativa, incluído a qualidade da relação estabelecida entre a administração e os associados e da informação prestada a estes sobre o andamento dos negócios sociais.

Mais se declara nos termos do nº 2 do artigo 16º do Aviso nº 10/2011:

- a) Uma vez que a remuneração dos administradores não inclui uma componente variável são inaplicáveis as alíneas b), c) d), e) f) g) h) e i) do nº do artigo 16º do Aviso nº 10/2011.
- b) No exercício de 2016 não foram pagas nem se mostram devidas compensações a membros do Conselho de Administração devido à cessação das suas funções.
- c) A Caixa não celebrou com os membros do Conselho de Administração qualquer contrato que lhes confira direito a compensações ou indemnizações em caso de destituição, incluindo pagamentos relacionados com a duração de um período de pré-aviso ou cláusula de não concorrência, pelo que o direito a tais compensações ou indemnizações se rege exclusivamente pelas normas legais aplicáveis, sendo desnecessários os instrumentos jurídicos a que alude o artigo 10º do Aviso nº 10/2011. Também não vigora na Caixa qualquer regime especial relativo a pagamentos relacionados com a cessação antecipada de funções, pelo que é igualmente inaplicável o nº 11 do artigo 115º-E do RGICSF.
- d) A Caixa não se encontra em relação de grupo com qualquer sociedade pelo que os membros do Conselho de Administração não auferiram, nem poderiam auferir, qualquer remuneração paga por sociedades em relação de domínio ou de grupo.
- e) Não vigoram na Caixa quaisquer regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.
- f) Não existem outros benefícios não pecuniários que possam ser considerados como remuneração.
- g) Os membros do Conselho de Administração não utilizam qualquer seguro de remuneração ou responsabilidade, ou qualquer outro mecanismo de cobertura de risco tendente a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerente às suas modalidades de remuneração.

Mafra, 1 de Março 2017

O Conselho de Administração,

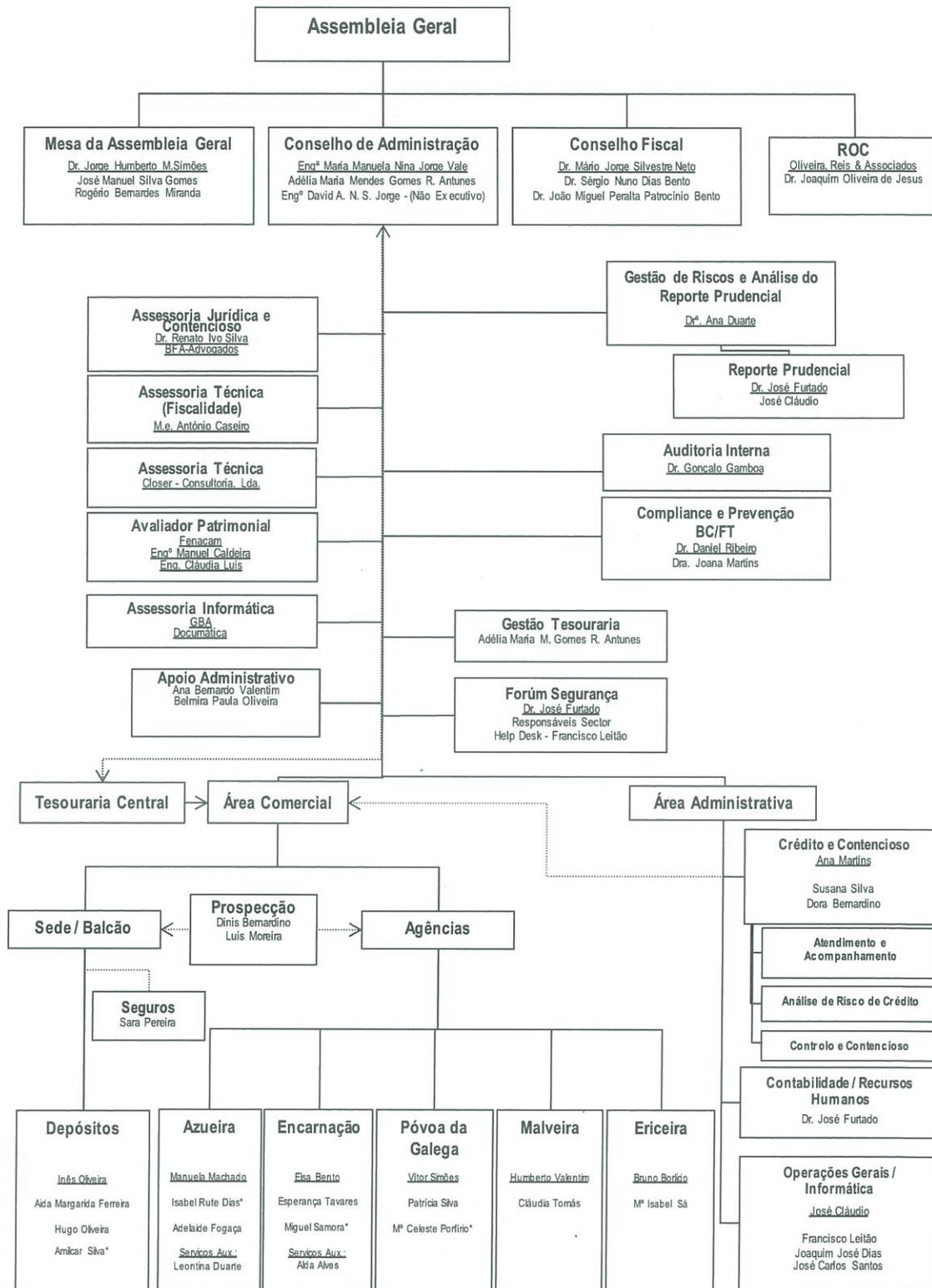
Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge Vale

Adélia Maria M. Gomes R. Antunes

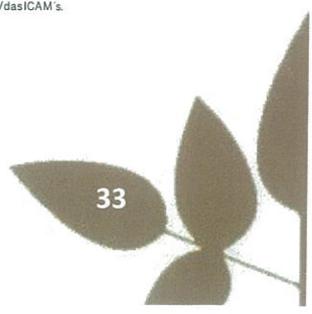
Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge

9 – ORGANOGRAMA DA CCAM DE MAFRA

ORGANOGRAMA



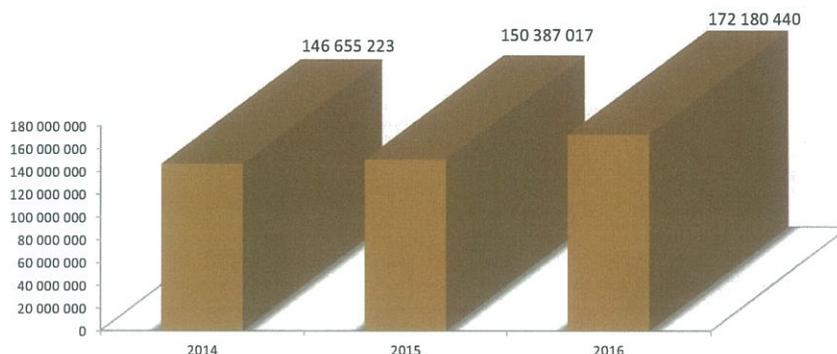
* - Elemento com funções rotativas, podendo em qualquer momento ser transferido(a) para quaisquer outras instalações dentro dos limites fixados para efeitos de referência na cláusula 30.ª do ACTV das ICAM's.



ANÁLISE DE GESTÃO

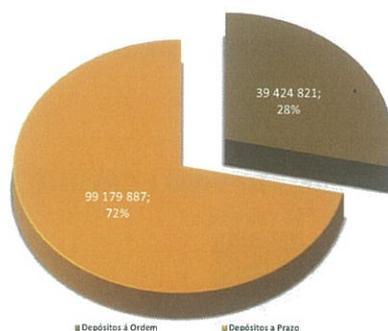
ATIVO LÍQUIDO

O ativo líquido da CCAM de Mafra é em 31 de Dezembro de 2016 de € 172.180.440, sendo que em 31 de Dezembro de 2015 era de € 150.387.017, verificando-se um aumento de 14,49% face ao exercício anterior.

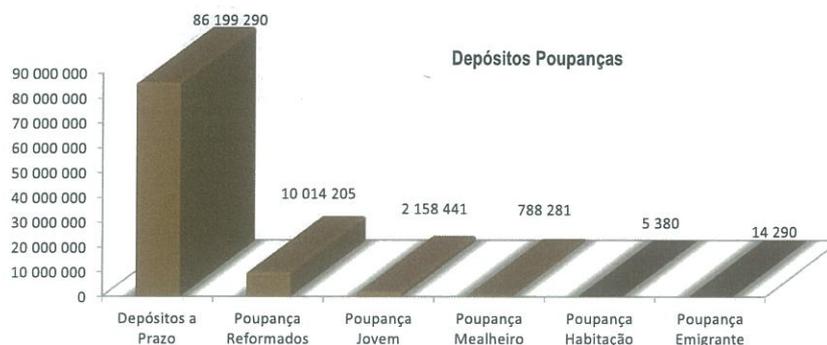


RECURSOS ALHEIOS

No ano de 2016 atingimos junto dos nossos clientes o montante de captações de € 138.604.708, observando-se um aumento de 17,45% face ao ano anterior. Nos Depósitos à Ordem ocorreu um aumento de 25,73% e nos Depósitos a Prazo de 14,45%.

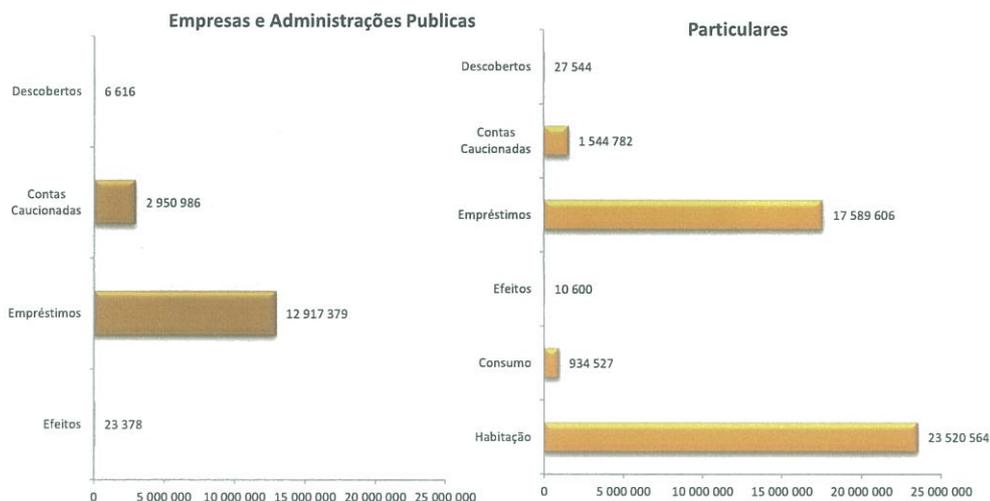


O montante de € 39.424.821 é referente aos Depósitos à Ordem e o montante de € 99.179.887 referente aos Depósitos a Prazo e a Depósitos de Poupanças, sendo que estes se decompõem da seguinte forma:

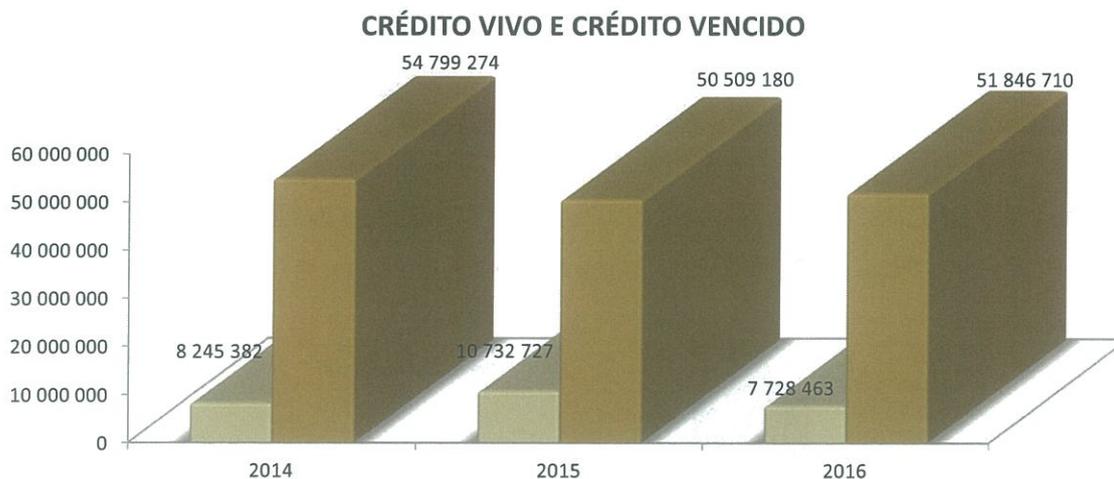


CRÉDITO CONCEDIDO

O Crédito Total sobre Clientes em 31 de Dezembro de 2016 cifra-se em € 59.575.173, tendo-se verificado uma diminuição de € 1.666.734, que se traduz numa diminuição de 2,64% face ao ano anterior.

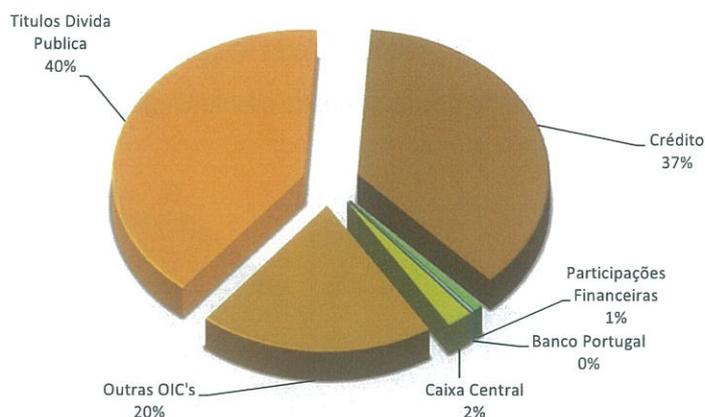


O valor da provisão para crédito vencido é de € 6.093.620, representando uma taxa de cobertura de 78,85% do total do Crédito Vencido no montante de € 7.728.463. Apresenta um rácio Crédito Vencido Líquido de Provisões / Crédito Total de 2,744%, tendo consubstanciado numa descida do rácio de crédito vencido sobre o crédito total de 4,5%.



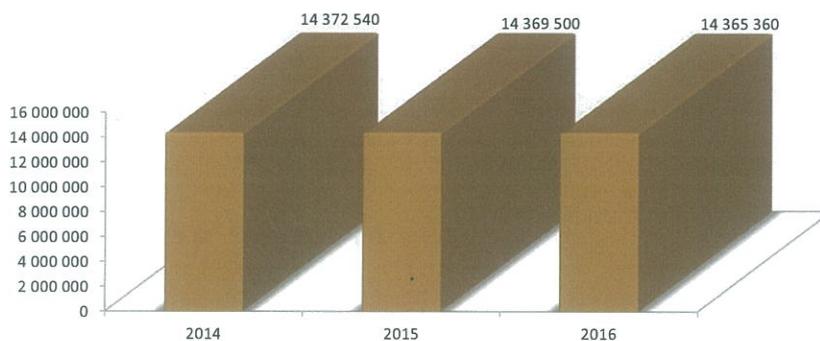
APLICAÇÕES

As Aplicações da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra no ano de 2016 atingiram o montante de € 161.925.185.



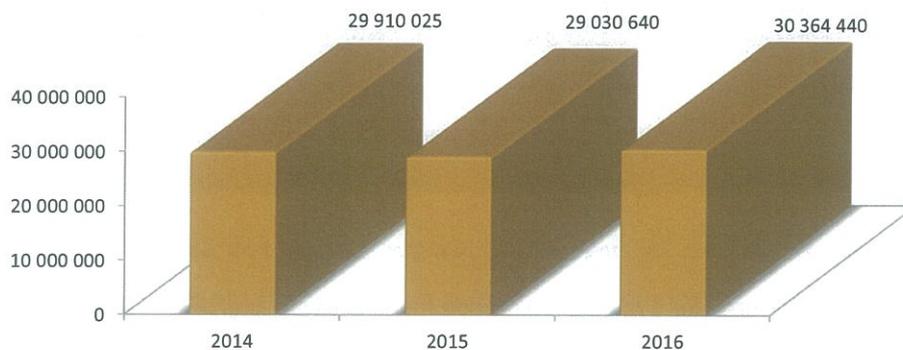
CAPITAL SUBSCRITO

O Capital subscrito da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, em 2016, atingiu o montante de € 14.365.360.



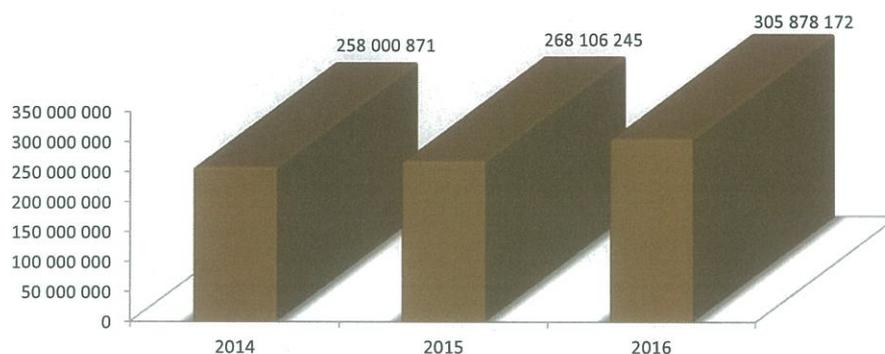
CAPITAL PRÓPRIO

O Capital Próprio da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra apresenta um montante em 31 de Dezembro de 2016 de € 30.364.440, tendo-se verificado um aumento de € 1.333.799 face a Dezembro de 2015. Este aumento deve-se ao montante do Resultado do Exercício, que compensou a redução líquida das reservas de reavaliação do justo valor.



VOLUME DE NEGÓCIOS

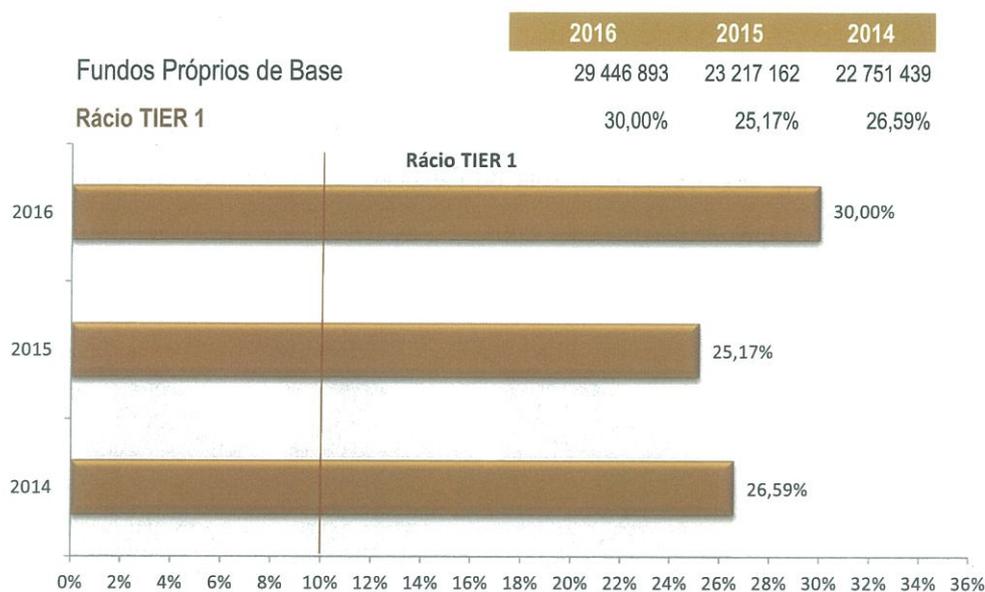
O Volume de Negócios da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra atingiu em 2016 o montante de € 305.878.172, derivado do aumento dos recursos de clientes registados no ano de 2016.



Varições do Volume de Negócios

ANOS	2016-2015	2015-2014	2014-2013
Aplicações em OIC's e Títulos Dívida Pública	18 394 579	7 303 483	18 880 844
Recursos de Clientes	16 965 859	9 100 886	2 797 278
Depósitos de outras OIC's	3 628 904	-3 749 068	3 750 006
Credito Vivo	1 337 530	-4 290 094	-1 491 008
Credito Vencido	-3 004 264	2 487 345	-377 501
Activos disponíveis para Venda	449 319	-747 177	-526 775
	37 771 926	10 105 375	23 032 845

SITUAÇÃO FINANCEIRA

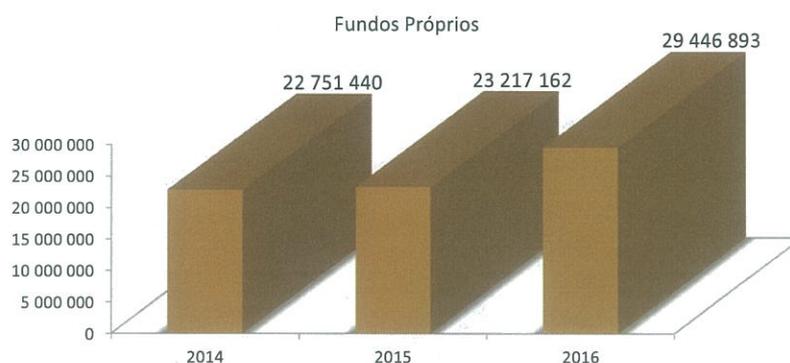


O aumento no Rácio Core Tier 1 resulta em grande medida do efeito do Resultado do Exercício. Salienta-se ainda a aplicação das disposições transitórias previstas no Aviso nº 6/2013 do BdP, que determinou

uma alteração no seu cálculo face aos anos anteriores, permitindo a aplicação faseada dos requisitos prudenciais instituídos pelo Regulamento EU nº 575/2013.

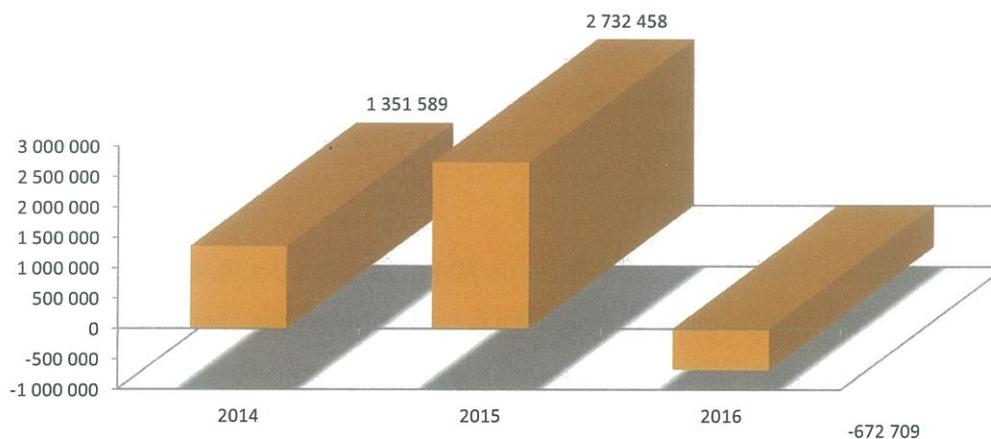
FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, em 2016, atingiram o montante de € 29.446.893 tendo aumentado € 6.229.731 face a 2015.



CASH FLOW

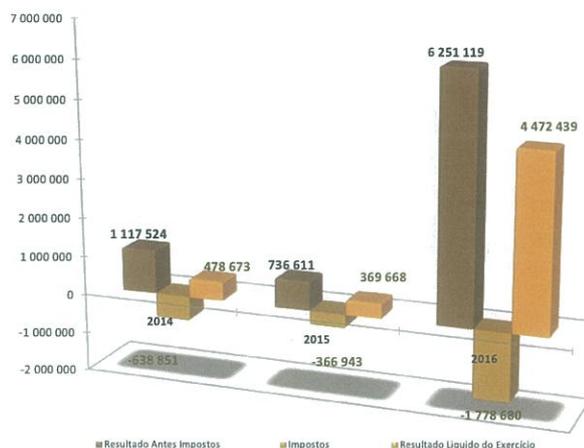
O "cash flow" cifrou-se em 31 de Dezembro de 2016 no montante negativo de € 672.709.



Cash Flow	2016	2015	2014
Resultado Líquido	4 472 439	369 668	478 673
Amortizações Exercício	379 435	374 537	375 543
Variações Provisões	-5 524 583	1 988 253	497 373
	-672 709	2 732 458	1 351 589

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

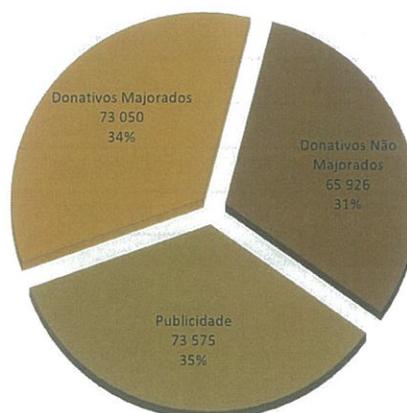
O Resultado Líquido do exercício atingiu € 4.472.439. Este Resultado é proveniente do Resultado antes de Imposto no montante de € 6.251.119, deduzido do montante € 1.778.680 referente a impostos, sendo € 163.027 correspondente ao IRC de 2016 e € 6.408 correspondente à Derrama e o montante dos impostos diferidos é de € 1.609.245.



O acréscimo no resultado antes de impostos comparativamente aos exercícios de 2015 e de 2014 resulta, essencialmente, da reversão das provisões adicionais que a CCAM de Mafra, em exercícios anteriores, efetuou em prol da solidez da Instituição e das imparidades dos ativos disponíveis para venda (notas 31 e 33), parcialmente reduzido pela constituição de imparidade para ativos financeiros, ações da SIBS (nota 14).

DONATIVOS / AÇÃO SOCIAL / PUBLICIDADE

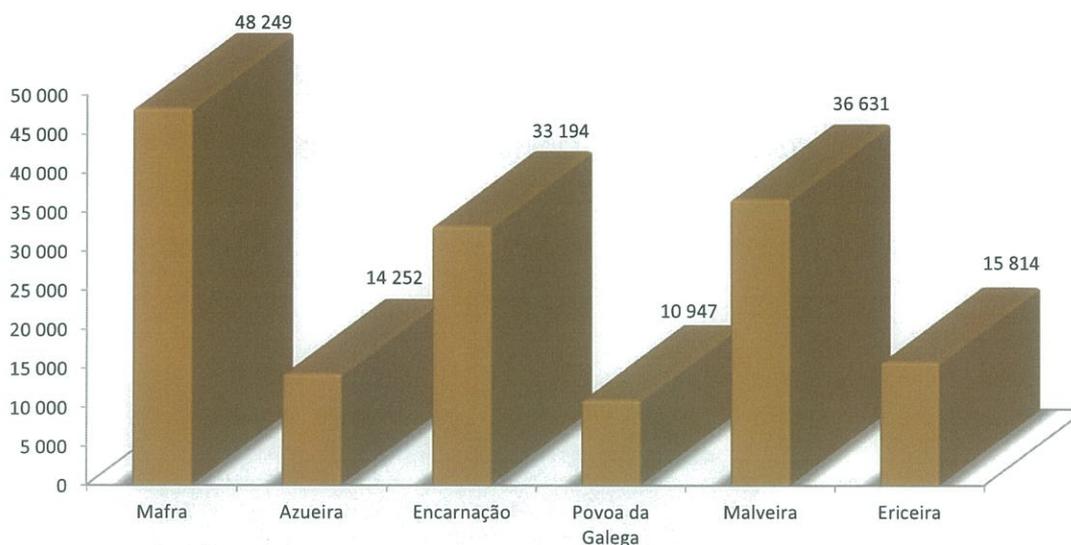
Em 2016, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra despendeu a título de donativos e publicidade a quantia de € 212.551, sendo que € 73.050 foram donativos majorados para efeitos fiscais. O seu leque de atuação centra-se no apoio às crianças e jovens sobretudo em material didático e nos lares de apoio aos idosos.



INTERMEDIÇÃO DE SEGUROS

CA SEGUROS

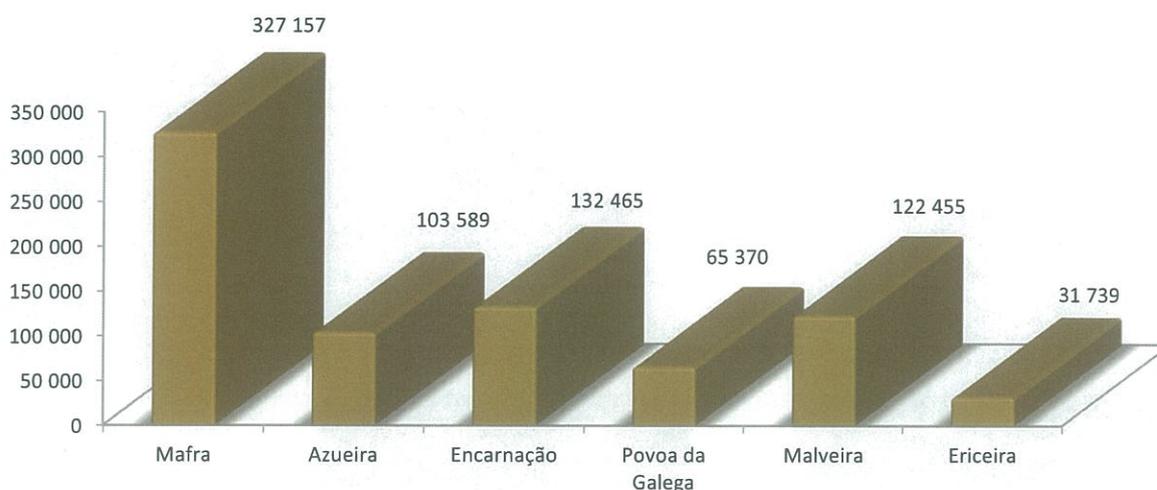
A CCAM de Mafra concretizou 102,51% dos objetivos propostos pela Companhia referentes à produção nova, num montante de € 159.086, conforme gráfico detalhado abaixo, atingindo-se no global, um montante de € 1.079.387 de prémios comerciais.



CA VIDA

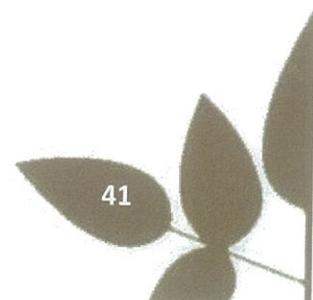
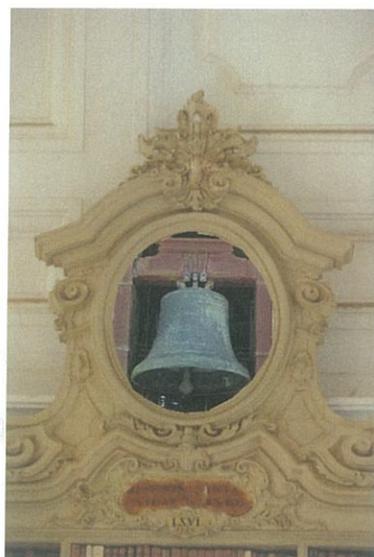
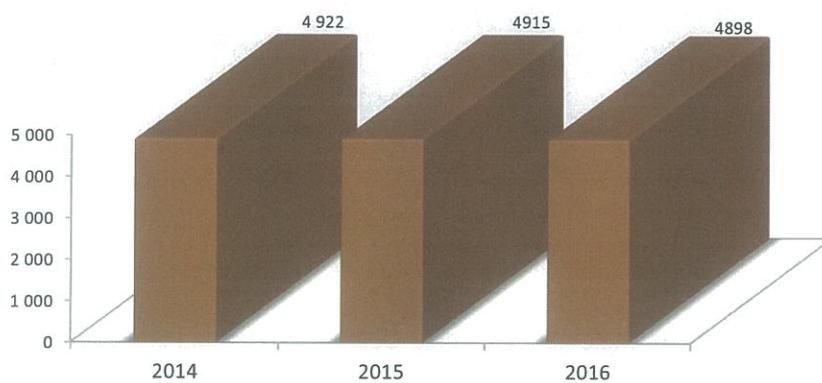
Em função das alterações implementadas pela Companhia, nomeadamente no que respeita à redução sistemática da rentabilidade e ainda à não renovação de alguns dos produtos de capitalização, os resultados obtidos ficaram muito aquém dos objetivos que nos propuseram.

De tal facto resultou um aumento dos recursos em Depósitos a Prazo.



MOVIMENTAÇÃO / SITUAÇÃO DOS SÓCIOS – 2016

Sócios Existentes em 31/12/2015	4.915
Sócios Admitidos em 2016	1
Sócios demitidos a seu pedido	- 15
Sócios falecidos	<u>- 3</u>
Total Sócios em 31/12/2016	4.898



INDICADORES

Situação em 31 de Dezembro de 2016

De Balanço	2016	2015	Variação	%
Aplicações em Instituições de Crédito	34 998 470	31 166 777	3 831 693	12,29%
Créditos a Clientes Líquido de Provisões	53 556 177	50 002 589	3 553 589	7,11%
Obrigações e Outros Títulos Rendimento Fixo	66 030 102	50 811 396	15 218 706	29,95%
Participações Financeiras	376 134	1 288 417	-912 282	-70,81%
Recurso de Clientes e Outras OICs	138 751 999	118 310 704	20 441 295	17,28%
Capitais Próprios	30 364 440	29 030 640	1 333 799	4,59%
Ativo Líquido	172 180 440	150 387 017	21 793 423	14,49%

De Exploração	2016	2015	Variação	%
Margem Financeira	4 491 778	4 009 360	482 418	12,0%
Produto Bancário	4 444 060	6 216 312	-1 772 252	-28,5%
Cash Flow *	-672 709	2 732 458	-3 405 167	-124,6%
Resultado Antes Imposto	6 251 119	736 611	5 514 508	748,6%
Imposto S/ Lucros	169 435	842 829	-673 393	-79,9%
Resultado Líquido do Exercício	4 472 439	369 668	4 102 771	1109,9%

* -Resultado Líquido + Amortizações Exercício + Variação provisões

Cash Flow	2016	2015	Variação	%
Resultado Líquido	4 472 439	369 668	4 102 771	1109,9%
Amortizações Exercício	379 435	374 537	4 898	1,3%
Variações Provisões	-5 524 583	1 988 253	-7 512 836	-377,9%
	-672 709	2 732 458		

Rácios	2016	2015	Variação	%
Rácio Tier 1	30,00%	25,17%	4,8%	19,2%
Crédito Vencido / Crédito Total	13,0%	17,5%	-4,5%	-25,9%
Crédito Vencido Líquido de Provisões / Crédito	2,7%	0,5%	2,2%	454,0%
Nº Funcionários	34	34		
Nº Agências	6	6		

ESTRUTURA E PRÁTICAS DE GOVERNO DA CCAM DE MAFRA

1 - ESTRUTURA DE CAPITAL

Nos termos do art.º 14.º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) o Capital Social das CCAM é variável, não podendo ser inferior a um mínimo fixado por portaria do Ministério das Finanças (i.e. € 7.500.000); prevê ainda no art.º 15.º um capital mínimo a subscrever e realizar integralmente na data de admissão, em títulos de capital por cada associado (i.e. € 500).

O capital pode ser reduzido por amortização dos títulos de capital nos termos do art.º 17.º do RJCAM e restantes condições estatutárias.

Em 31 de Dezembro de 2016, o capital da CCAM de Mafra corresponde a € 14.365.360, dividido em:

- a) Capital por conversão de reservas: € 13.925.465;
- b) Capital realizado em dinheiro: € 439.895, este montante encontra-se disperso por 4.898 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de € 1.000 (200 títulos de capital) no capital da CCAM de Mafra.

2 - EVENTUAIS RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DOS TÍTULOS DE CAPITAL, TAIS COMO CLÁUSULAS DE CONSENTIMENTO PARA A ALIENAÇÃO, OU LIMITAÇÕES À TITULARIDADE DE CAPITAL;

Os títulos de capital da CCAM de Mafra só são transmissíveis a outros associados se o Conselho de Administração o autorizar, conforme o descrito no nº 3 do art. 9º dos Estatutos da CCAM de Mafra.

3 - PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS NO CAPITAL SOCIAL DA CCAM DE MAFRA;

Não existem participações qualificadas.

4 - IDENTIFICAÇÃO DE DETENTORES DO CAPITAL TITULARES DE DIREITOS ESPECIAIS E DESCRIÇÃO DESSES DIREITOS;

Não existem direitos especiais atribuídos a detentores de títulos de capital.

5 - MECANISMOS DE CONTROLO PREVISTOS NUM EVENTUAL SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CAPITAL NA MEDIDA EM QUE OS DIREITOS DE VOTO NÃO SEJAM EXERCIDOS DIRETAMENTE POR ESTES;

Não existe nenhum mecanismo de controlo, nem um eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital.

6 - EVENTUAIS RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE DIREITO DE VOTO, TAIS COMO LIMITAÇÕES AO EXERCÍCIO DO VOTO DEPENDENTE DA TITULARIDADE DE UM NÚMERO OU PORCENTAGEM DE AÇÕES, PRAZOS IMPOSTOS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO OU SISTEMAS DE DESTAQUE DE DIREITOS DE CONTEÚDO PATRIMONIAL;

Conforme disposto no art. 27º dos Estatutos da CCAM de Mafra, cada associado dispõe de um voto, qualquer que seja a sua participação no capital social.

7 - ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA CCAM DE MAFRA E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE TÍTULOS DE CAPITAL OU DE DIREITOS DE VOTO;

Não existem acordos parassociais e as restrições em matéria de transmissão de títulos de capital, são as referidas acima.

8 - REGRAS APLICÁVEIS À NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA CCAM

A Administração da CCAM de Mafra é estruturada segundo as modalidades previstas no Código das Sociedades Comerciais, tendo optado por Conselho de Administração (composto por 3 (Três) elementos) eleito na Assembleia Geral de 11 de Dezembro de 2015.

A alteração dos estatutos da CCAM de Mafra está prevista nos artigos 23º e 24º dos Estatutos desta.

9 - PODERES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Sem prejuízo da competência da Assembleia Geral, a composição e as competências do órgão de Administração da CCAM de Mafra são as previstas no CSC para as sociedades anónimas, com as devidas adaptações e considerando ainda o estipulado no RJCAM e nos Estatutos da CCAM de Mafra.

10 - ACORDOS SIGNIFICATIVOS DE QUE A CCAM SEJA PARTE E QUE ENTREM EM VIGOR, SEJAM ALTERADOS OU CESSEM EM CASO DE MUDANÇA DE CONTROLO DA CCAM, BEM COMO OS EFEITOS RESPECTIVOS, SALVO SE, PELA SUA NATUREZA, A DIVULGAÇÃO DOS MESMOS FOR SERIAMENTE PREJUDICIAL PARA A CCAM, EXCETO SE A CCAM FOR ESPECIFICAMENTE OBRIGADA A DIVULGAR ESSAS INFORMAÇÕES POR FORÇA DE OUTROS IMPERATIVOS LEGAIS;

Não aplicável.

11 - ACORDOS ENTRE A SOCIEDADE E OS TITULARES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO OU TRABALHADORES QUE PREVEJAM INDEMNIZAÇÕES EM CASO DE PEDIDO DE DEMISSÃO DO TRABALHADOR, DESPEDIMENTO SEM JUSTA CAUSA OU CESSAÇÃO DA RELAÇÃO DE TRABALHO;

Não aplicável.

12 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DOS SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO IMPLEMENTADOS NA CCAM RELATIVAMENTE AO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

O sistema de Controlo Interno implementado na CCAM de Mafra abrange todas as áreas funcionais da Instituição, baseando-se primordialmente na interação das várias unidades de estrutura, nomeadamente o Conselho de Administração, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Compliance, cujas competências e funções estão devidamente identificadas no Relatório de Controlo Interno que foi remetido ao Banco de Portugal em Junho de 2016, com referência ao período de 1 de Junho de 2015 a 31 de Maio de 2016.

Para a elaboração do referido relatório foram presentes os relatórios de Gestão de Riscos, de Auditoria Interna, de Compliance e de Segurança, os quais são elementos cruciais, associados à divulgação de informação financeira.

O processo de divulgação de informação financeira assenta no respeito pelas exigências da entidade de supervisão (BdP), quer quanto a prazos quer quanto à qualidade da informação financeira. Periodicamente são remetidos os reportes à entidade de supervisão, no período de encerramento do exercício são preparadas as demonstrações financeiras e os documentos de prestação de contas e disponibilizados nas instalações da CCAM de Mafra e no sítio da Internet.

13- DECLARAÇÃO SOBRE O ACOLHIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES AO QUAL A CCAM SE ENCONTRE SUJEITA POR FORÇA DE DISPOSIÇÃO LEGAL OU REGULAMENTAR, ESPECIFICANDO AS EVENTUAIS PARTES DESSE CÓDIGO DE QUE DIVERGE E AS RAZÕES DA DIVERGÊNCIA;

Não aplicável.

14- DECLARAÇÃO SOBRE O ACOLHIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES AO QUAL A CCAM VOLUNTARIAMENTE SE SUJEITE, ESPECIFICANDO AS EVENTUAIS PARTES DESSE CÓDIGO DE QUE DIVERGE E AS RAZÕES DA DIVERGÊNCIA

Não aplicável.

15- LOCAL ONDE SE ENCONTRAM DISPONÍVEIS AO PÚBLICO OS TEXTOS DOS CÓDIGOS DE GOVERNO DAS SOCIEDADES AOS QUAIS A CCAM DE MAFRA SE ENCONTRE SUJEITA NOS TERMOS DOS PONTOS ANTERIORES;

Não obstante a CCAM de Mafra não ter acolhido nenhum código de governo das sociedades, respeita, neste contexto, alguns normativos, designadamente:

- Estatutos da CCAM de Mafra, disponíveis nas instalações da CCAM de Mafra;
- Disciplina de Mercado, disponível no sítio da internet da CCAM de Mafra;
- Código de Conduta, disponível no sítio da internet da CCAM de Mafra.

16 - COMPOSIÇÃO E DESCRIÇÃO DO MODO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA CCAM, BEM COMO DAS COMISSÕES QUE SEJAM CRIADAS NO SEU SEIO.

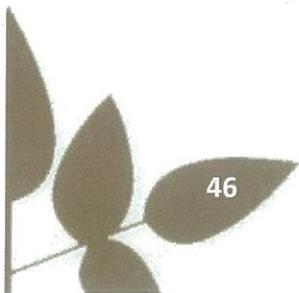
Os órgãos sociais da CCAM de Mafra incluem:

- i) o órgão de Administração, o Conselho de Administração (compostos por um mínimo de 3 (Três) elementos), reunindo com frequência Bissemanal e emitindo ata correspondente;
- ii) os órgãos de Fiscalização, o Conselho Fiscal (composto por 3 (Três) elementos), reunindo com periodicidade mínima Trimestral e com um mínimo de doze reuniões anuais e emite atas correspondentes e o Revisor

Oficial de Contas (ROC ou SROC), que efetua os trabalhos conducentes à emissão da Certificação Legal das Contas da CCAM de Mafra.

17 - O RELATÓRIO DETALHADO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO NÃO PODE CONTER REMISSÕES, EXCETO PARA O RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO.

Não foram feitas quaisquer remissões.



PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos dos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2016, no montante de € 4.472.439 tenha a seguinte aplicação:

Reserva Legal	€	894 488
Resultados Transitados	€	24 474
Reserva Especial Para Reinvestimento <small>(Decreto-Lei N.º162/2014, de 31 de Outubro)</small>	€	75 000
Reserva Especial	€	3 478 477
TOTAL		4 472 439

Após aprovação pela Assembleia Geral da proposta de aplicação do Resultado, os Capitais Próprios da Caixa Agrícola de Mafra passam a apresentar a seguinte situação:

Capital	€	14 365 360
Reserva Legal	€	10 386 080
Reserva de Reavaliação	€	729 587
Reserva Especial	€	4 446 980
Reserva Especial Para Reinvestimento	€	429 450
Reserva Form. E. Cooperativa	€	3 492
Reserva para Mutualismo	€	3 492
TOTAL		30 364 440

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CCAM de Mafra, com o intuito de proteger e garantir a estabilidade aos seus clientes, tem tido desde há longa data, uma política de provisionamento conservadora. Assim, sobre a base dos níveis mínimos de provisionamento regulamentares, previstos no Aviso n.º3/95 do Banco de Portugal (entretanto revogado), tendo em atenção as condições particulares de cada cliente, os julgamentos adaptados a cada situação, a redução significativa do valor de avaliação dos imóveis para garantia de crédito concedido e os momentos conturbados que a Banca nacional foi vivendo, justificaram o reforço adicional de provisões em exercícios anteriores, sempre suportadas por critérios de prudência adequados a tais circunstâncias.

Sempre que considerou essas provisões adicionais a CCAM de Mafra fê-lo em prol do reforço da solidez da Instituição, tendo tal prática conduzido a elevados níveis de cobertura do crédito vencido por provisões. Em paralelo, os cálculos de imparidade da carteira de crédito têm sido efetuados no âmbito da aplicação da carta circular 2/2014/DSP de 26/02/2014 do Banco de Portugal, como preparação da transição para as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC's), têm revelado, historicamente, valores de imparidade muito inferiores ao nível de provisionamento registado. Dada a necessidade de transitar em 2017 para aquele referencial contabilístico, entendeu o Conselho de Administração ser este o momento de aproximar estes níveis de provisionamento e ajustar, até 31 de dezembro de 2016, a política de provisionamento ao mínimo regulamentar. Adicionalmente esclarece-se que o valor total das provisões para cobertura de risco de crédito apuradas em 31/12/2016, isto é €6.551.907, regista ainda uma diferença de €286.196 face aos cálculos de imparidade efetuados no âmbito da Carta-Circular antes mencionada €6.265.712.

Esta alteração de estimativa no apuramento das provisões para o crédito concedido teve um significativo impacto no resultado do exercício, conforme se pode verificar na nota 31 do Anexo às Contas.

Continuámos a honrar o compromisso de uma gestão rigorosa, profissional, atenta e cuidada, garantindo em absoluto a segurança dos valores que nos foram confiados.

Mantivemos a aposta na formação e tecnologia, mantendo a dinamização da nossa atividade e do grupo profissional.

Mais uma vez foi demonstrada a credibilidade que merecemos dos nossos associados e clientes, num clima de turbulência que envolve algumas das instituições bancárias a atuar no mercado nacional.

Atentos à realidade do concelho, que continua a merecer-nos a atenção devida, exercemos com alguma prodigalidade o Mecenato sociocultural, prestando apoio continuado às iniciativas dos jovens, terceira

idade e também às várias associações, contudo mantivemos uma análise profícua, de forma a mantermos a abrangência no universo de um aumento significativo de solicitações. Respondemos às mesmas de forma mais rigorosa e seletiva, definindo prioridades.



Aos associados, clientes e a todas as Entidades com que nos relacionámos, prestamos o nosso reconhecimento pela confiança que lhes merecemos, aos Órgãos Sociais desta Instituição agradecemos pela colaboração prestada e aos colaboradores realçamos o empenho e dedicação demonstrados, fatores relevantes para os resultados obtidos.

Um voto de pesar pelos associados e clientes falecidos.

Conscientes de ter honrado os compromissos assumidos, apresenta o Conselho de Administração à Assembleia Geral o presente Relatório e Contas do Exercício de 2016, solicitando a sua aprovação.

Mafra, aos 01 de março de 2017

O Conselho de Administração

Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge Vale

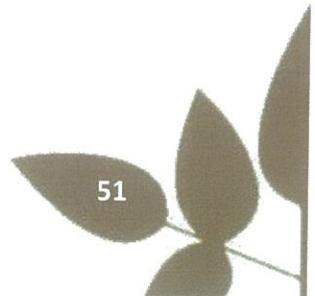
Adélia Maria M. Gomes R. Antunes

Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Balanço NCA'S (Contas Individuais)

31 de Dezembro de 2016

Rubricas da Instrução 23/2004 (referencias indicativas)	Notas / Quadros Anexos	31/12/2016			31/12/2015	
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações 1	Provisões, imparidade e amortizações 2	Valor Líquido 3 = 1-2		
Ativo						
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	11	2 578 613	2 578 613	2 472 536	
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	12	628 746	628 746	544 781	
152(1) + 1548(1) + 158(1) + 16 + 19(1) - 37(1)	Ativos financeiros detidos para negociação					
152(1) + 1548(1) + 158(1) + 17 + 19(1) - 37(1)	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	13	48	48		
153 + 1548(1) + 158(1) + 18 + 192 + 34888(1) - 3522(1) - 353(1) - 53888(1) - 37(1)	Ativos financeiros disponíveis para venda	14	66 411 183	917 229	52 099 812	
13 + 150 + 158(1) + 159(1) + 198(1) + 3303 + 33(1) + 340(1) + 3408(1) - 350 - 3520 - 52(1) - 3522(1) - 353(1) - 5300 - 53028(1) - 37(1)	Aplicações em Instituições de Crédito	15	34 998 470		31 166 777	
14 + 151 + 1540 + 158(1) + 190 + 3304 + 3305 + 33(1) + 34008 + 340(1) - 34880 - 35(1) - 35211 - 35221 - 3531 - 370 - 3711 - 37(1) - 52(1) - 530(1) - 530208 - 53880	Crédito a Clientes	16	59 649 797	6 093 620	50 002 589	
156 + 158(1) + 159(1) + 22 + 3307 + 33(1) + 3402 - 355 - 3524 - 37(1) - 52(1) - 53028(1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade					
155 + 15(1) + 159(1) + 20 + 3306 + 33(1) + 3408(1) - 354 - 3523 - 37(1) - 52(1) - 5308(1)	Ativos com acordo de compra					
21	Derivados de cobertura					
25 - 3580 - 37(1)	Ativos não correntes detidos para venda	17	7 281 283	1 664 225	4 265 016	
26 - 358(1) - 360(1)	Propriedades de Investimento					
27 - 358(1) - 360(1)	Outros ativos tangíveis	18	12 083 989	5 697 989	6 298 254	
29 - 3582 - 3583 - 361	Ativos Intangíveis	19	266 759	247 407	32 671	
24 - 357 - 37(1)	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	20	1 250	1 250	1 250	
300	Ativos por impostos correntes	37	544 601	544 601		
301	Ativos por impostos diferidos	34	1 865 311	1 865 311	3 040 982	
12 + 157 + 158(1) + 159(1) + 198(1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 33(1) - 338 + 340(1) - 3408(1) + 348(1) - 3584 - 3525 - 37(1) + 50(1)(2) - 52(1) - 53028(1) - 5304 - 5308(1) + 54(1)(3)	Outros ativos	21	490 860	490 860	462 347	
TOTAL DE ATIVO			186 800 910	14 620 471	172 180 440	150 387 017

(1) - Parte aplicável dos saldos destas rubricas

(2) - A Rubrica 50 deverá ser inscrita no ativo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor

(3) - Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no ativo e os saldos credores no passivo

Demonstração de Resultados NCA (Contas Individuais)

31/dez/16

Rubricas da Instrução 23/2004 (referencias indicativas)		Notas / Quadros Anexos	31/12/2016	31/12/2015
79 +80 +8120	Juros e rendimentos similares	2	5 010 292	4 894 236
66 +67 +6820	Juros e encargos similares	2	518 513	884 876
Margem Financeira			4 491 778	4 009 360
82	Rendimentos de Instrumentos de capital	3	55 977	27 329
81 - 8120	Rendimentos de serviços e comissões	4	1094 507	1016 203
68 - 6820	Encargos com serviços e comissões	4	-613 125	-495 924
-692-693- 695(1) -696(1) -698- 69900- 69910 +832 +833 +835(1)+836(1) +838 +83900 +83910	Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
-694+834	Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	5	-141401	1804 724
-690 +830	Resultados de reavaliação cambial	6	1924	1743
-691- 697 -699(1)- 725- 726(1) +831 +837 +839(1) +843 (1) +844(1)	Resultados de alienação de outros ativos	7	12 783	-40 205
-695(1)-696(1)-69901- 69911- 75 -720- 721-722 -723 -725 (1) -726(1) -728+ 835(1) +836(1) +83901+83911+840 +843 (1) +844(1)+848	Outros resultados de exploração	8	-458 384	-106 919
Produto Bancário			4 444 060	6 216 312
70	Custos com pessoal	9	1945 375	1868 567
71	Gastos gerais administrativos	10	1392 714	1248 345
77	Amortizações do exercício	18 e 19	379 435	374 537
781+783+784+785+786+788-881-883- 884-885-886-888	Provisões líquidas de reposições e anulações	30	-145 391	-142 885
78000+78001+78010+78011+7820+78 21+7822-88000-88001+88010-88011- 8820-8821-8822	Correções de valor associado ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	31	-5 221 934	2 300 638
760+7620+7618+7621+7622+7623+ 7624+7625+7630+7641+765+766+78 002(1)+78012(1)+7823+7828(1)-870- 8720-8718-8721+8722+8723-8724- 8726-8730-8741-875-876-88002(1)- 88012(1)-8823-8828(1)	Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	32	912 282	
768+769(1)+78002(1)+78012(1)+7828(1)- 877-878-88002(1)-88012(1)- 8828(1)	Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	33	-1069 541	-169 500
Resultado antes de impostos			6 251 119	736 611
65	Impostos Correntes	37	169 435	842 829
74-86	Diferidos	34	1609 245	-475 886
Resultado após impostos			4 472 439	369 668
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			

(1) - Parte aplicável dos saldos destas rubricas

O Responsável pela Contabilidade

Dr^a. Ana Sofia Duarte

O Conselho de Administração

Eng.^a Maria Manuela Nina Jorge Vale

Adélia Maria M. Gomes R. Antunes

Eng^o David Alexandre Neves Silva Jorge

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra
DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Outras Reservas e resultados transitados		Resultado do exercício	Total
				Outras Reservas	Resultados transitados		
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	14 372 540	0	5 057 317	10 029 942	-28 447	10 001 495	29 910 025
Aplicação de resultados do exercício de 2014							0
Transferência para reservas							0
Incorporação em Capital				450 227	28 447	478 674	-478 674
Aumento de capital por entrada de novos sócios							0
Pedidos de exoneração							0
Reembolsos de capital	-3 040						-3 040
Reservas resultantes da valorização de activos financeiros disponíveis para venda			-1 218 433				-1 218 433
Reservas por Impostos Diferidos			728				728
Reservas para Formação e Educação Cooperativa							0
Reservas para Mutualismo							0
Reserva Especial por Gratificação por Aplicação de Resultados							0
Reserva para reforço de benefícios							0
Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas							0
Responsabilidades com pensões					-35 121	-35 121	-35 121
Encargos com saúde					6 812	6 812	6 812
Resultado líquido do exercício de 2015							369 668
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	14 369 500	0	3 839 612	10 480 169	-28 309	10 451 860	29 030 640
Aplicação de resultados do exercício de 2015							0
Transferência para reservas							0
Incorporação em Capital				341 359	28 309	369 668	-369 668
Aumento de capital por entrada de novos sócios							1 000
Pedidos de exoneração							-5 140
Reembolsos de capital	1 000						0
Reservas resultantes da valorização de activos financeiros disponíveis para venda							0
Reservas por Impostos Diferidos			-3 055 490				-3 055 490
Reservas para Formação e Educação Cooperativa			-54 536				-54 536
Reservas para Mutualismo							0
Reserva Especial por Gratificação por Aplicação de Resultados							0
Reserva para reforço de benefícios							0
Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas							0
Responsabilidades com pensões					-35 115	-35 115	-35 115
Encargos com saúde					10 641	10 641	10 641
Resultado líquido do exercício de 2016							4 472 439
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	14 365 360	0	729 587	10 821 528	-24 474	10 797 054	30 364 439

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Dra. Ana Duarte

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge

Adélia Maria Mendes Gomes Rodrigues Antunes

Eng.º David Alexandre Neves da Silva Jorge

Demonstração de Fluxos de Caixa
31 de Dezembro de 2016

(em euros)

	Ano 31/12/2016	Ano Anterior 31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de juros e comissões	6 104 799	5 910 439
Pagamento de Juros e Comissões	-1 131 639	-1 380 800
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	-3 332 594	-3 116 911
Contribuições para o Fundo de Pensões	-5 495	0
Recebimento / (Pagamento) de imposto sobre o rendimento	-169 435	-842 829
Outros recebimentos / (Pagamentos) relativos à atividade Operacional	-456 459	-105 176
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais	1 009 176	464 724
(Aumentos) / Diminuições de activos operacionais		
Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos ao Justo Valor	48	0
Ativos disponíveis para venda	17 582 325	-201 765
Aplicações em instituições de Crédito	3 831 693	8 295 023
Crédito a clientes	-1 288 350	-1 686 159
Investimentos detidos até à maturidade	0	0
Derivados de Cobertura	0	0
Ativos não correntes detidos para venda	278 218	-485 901
Outros Ativos	1 994 229	498 166
(...)		
	22 398 163	6 419 364
(Aumentos) / Diminuições de passivos operacionais		
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	0	0
Recursos de outras instituições de Crédito	3 630 364	-3 753 559
Recursos de clientes e outros empréstimos	16 810 931	8 976 127
Outros passivos	1 531 257	482 285
(...)	0	0
	21 972 552	5 704 853
Caixa líquida das actividades operacionais	583 565	-249 787
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Variação de ativos tangíveis e intangíveis	445 361	122 203
Recebimento de dividendos	-55 977	-27 329
Variação de partes de capital de empresas filiais e associadas	0	0
(...)		
Caixa líquida de actividades de investimento	389 384	94 875
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Aumentos de capital	0	0
Diminuição de capital	-4 140	-3 040
Pagamento de dividendos	0	0
Variação de passivos subordinados	0	0
Reservas	0	0
Caixa líquida de actividades de financiamento	-4 140	-3 040
Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes	190 041	-347 702
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3 017 317	3 365 020
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3 207 359	3 017 317

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Dra. Ana Duarte

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge

Adélia Maria M. Gomes Rodrigues Antunes

Eng.º David Alexandre Neves da Silva Jorge

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA

O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

	2016	2015
Resultado Individual	4 472 439	369 668
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	-3 935 598	-1 431 421
Reservas por impostos diferidos	879 151	322 798
Reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda		
Impacto fiscal		
Pensões - regime transitório	-24 474	-28 309
Outros movimentos		
Total outro rendimento integral do exercício	-3 080 921	-1 136 932
Rendimento integral individual	1 391 518	-767 264

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Dra. Ana Duarte

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª. Maria Manuela Nina Jorge

Adélia Maria M. Gomes Rodrigues Antunes

Eng.º David Alexandre Neves da Silva Jorge



ANEXO ÀS CONTAS



CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, C.R.L.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – NCA's

NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra (adiante designada por CCAM) foi constituída em 4 de Abril de 1957, é uma instituição de crédito sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada que pratica todas as operações permitidas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM), aprovado pelo Decreto-Lei nº 24/91, de 11 de Janeiro, e alterado por vários diplomas subsequentes, tendo também obtido autorização para a prática de operações de crédito com não associados (nos termos do nº 2 do art.º 28º do RJCAM) e para a concessão de crédito para fins não agrícolas (nos termos do nº 6 do art.º 36º-A do RJCAM), nos limites e condições previstos no Aviso nº 6/99 e na Instrução nº 31/1999, do Banco de Portugal.

Volvidos mais de 20 anos sobre a aprovação do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola Mútuo, e pela experiência entretanto adquirida, bem como a evolução do sistema financeiro e, em particular, das caixas de crédito agrícola mútuo, era já manifesta a necessidade de uma revisão, pelo que no decurso do exercício de 2009, entrou em vigor o Decreto-Lei nº 142/2009, de 16 de Junho.

Este Diploma visa adaptar o modelo de governação das caixas de crédito agrícola às estruturas previstas no Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo das competências da Assembleia Geral que caracterizam o modelo cooperativo, ao mesmo tempo que autoriza um alargamento da respetiva base de associados, e da realização de operações de crédito com não associados ou com finalidades de âmbito não agrícola.

Todos os valores dos quadros seguintes são expressos em euros.

NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**A) Bases de Apresentação**

Para períodos até 31 de Dezembro de 2005, inclusive, as demonstrações financeiras da CCAM, foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário (“PCSB”) e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras da CCAM passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, no Aviso nº1/2005, de 21 de Fevereiro.

Em consequência, para as matérias reguladas no Aviso nº1/2005 e nos Avisos que determinam o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões, não são aplicáveis as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), sendo estas aplicáveis às restantes matérias.

Contudo, o Aviso nº 1/2005 foi revogado pelo Aviso nº 5/2015, com entrada em vigor em 31/12/2015, que veio implementar a obrigação de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) – *International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards* (IAS/IFRS), tal como adotadas, em cada momento, na União Europeia. Foi solicitado por esta CCAM um prazo de implementação desta nova obrigação, ao abrigo do nº 3 do Aviso nº 5/2015, até 31 de Dezembro de 2016, o qual foi concedido pelo Banco de Portugal, pelo que até à presente data, as demonstrações financeiras serão efetuadas de acordo com as normas de contabilidade anteriormente aplicáveis.

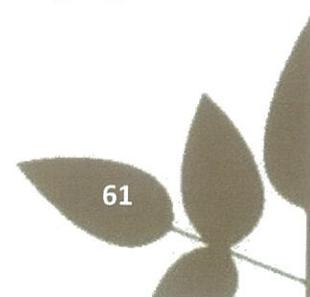
Face ao exposto, e continuando-se a aplicar a legislação anterior, as matérias reguladas no Aviso nº1/2005 são, em síntese, as seguintes:

A.1 - CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES

Entende-se por crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor, abrangendo a atividade típica da concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Na valorimetria dos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber), é observado o seguinte:

- a) Na data do reconhecimento inicial, os ativos financeiros são registados pelo valor nominal, não podendo, quer nessa data quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos em reclassificações para as restantes categorias de ativos financeiros;



- b) A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objeto de relevação contabilística autónoma nas respetivas contas de resultados;
- c) Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês;
- d) Sempre que aplicável as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos ativos incluídos nesta categoria são, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo a regra da alínea anterior;
- e) Os créditos e valores a receber de outros devedores são objeto de correção de acordo com o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões para risco específico, conforme determina o Banco de Portugal no Aviso nº 3/95, de 30 de Junho;
- f) Para efeitos da provisão para risco específico os créditos e juros vencidos são classificados por classe de risco, classes I a XII, de 3 a 60 meses, conforme Instrução do Banco de Portugal nº 6/2005, de 21 de Fevereiro. As prestações vencidas e não cobradas relativas a um mesmo contrato são consideradas na classe de risco da que se encontra por cobrar há mais tempo;
- g) A provisão para risco específico varia até atingir 100%, sendo que esta cobertura pode ser atingida na classe V ou na classe XII, consoante a natureza do crédito e a garantia adstrita;
- h) São também provisionados os créditos de cobrança duvidosa correspondentes a prestações vencidas de uma mesma operação de crédito, nas condições do nº 4 do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal;
- i) São ainda constituídas provisões genéricas para o total do crédito em carteira, incluindo o representado por aceites, garantias, compromissos irrevogáveis e outros instrumentos de natureza análoga, abatido do sujeito a provisões específicas. As provisões genéricas variam entre 0,5% e 1,5% dos créditos.

A.2 - RESTANTES ATIVOS FINANCEIROS

No âmbito da valorização (e cálculo da imparidade) dos restantes ativos financeiros é considerado o quadro mínimo de referência estabelecido no Aviso nº 3/95 e na Instrução nº 7/2005, 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

A.3 - ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verificarem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias daí resultantes serão incorporadas em sub-rubrica apropriada da conta "Reservas legais de reavaliação".

A.4 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

É previsto o estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios do IAS 19. As responsabilidades com os cuidados médicos pós-emprego e o impacto da alteração da tábua de mortalidade, ficaram obrigadas a ter de refletir as alterações à IAS 19.

B) Principais políticas contabilísticas

B1 - CRÉDITO A CLIENTES

O crédito a clientes (e os valores a receber de outros devedores) é registado de acordo com os critérios acima referidos nas bases de apresentação.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas às operações de crédito, por se considerarem imateriais, são diretamente reconhecidos em resultados do exercício.

A anulação contabilística de créditos é feita por utilização das provisões para crédito vencido quando estas correspondam a 100% do valor do crédito.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As garantias prestadas emitidas pela CCAM, são passivos eventuais uma vez que garantem o cumprimento perante terceiros das obrigações dos seus clientes no caso de estes falharem os compromissos assumidos.

Os compromissos irrevogáveis, na generalidade, são acordos contratuais de curto prazo para utilização de linhas de crédito que geralmente têm associado prazos fixos, ou outras cláusulas de expiração, e requerem o pagamento de uma comissão. Os compromissos da CCAM com linhas de crédito estão na sua maioria condicionados à manutenção pelo cliente de determinados parâmetros, à data de utilização dessa facilidade.

As garantias prestadas e os compromissos irrevogáveis são reconhecidos pelo valor em risco, sendo as comissões ou juros associados a estas operações registados em resultados ao longo da sua vida.

B2 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço na data de negociação ou contratação, salvo exceções de carácter contratual, legal ou regulamentar.

No momento inicial são reconhecidos ao justo valor acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, com exceção dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em que os custos de transação são de imediato reconhecidos em resultados.

B2.1 - ATIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO OU RECONHECIDOS AO JUSTO VALOR EM RESULTADOS E PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO

Estas rubricas incluem os ativos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

A CCAM regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo ou de rendimento variável transacionados em mercados ativos classificados como de negociação.

Estes ativos e passivos financeiros são avaliados ao justo valor, com os custos e proveitos associados às transações

registados em resultados, os ganhos e perdas resultantes das alterações do justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros corridos e não cobrados das obrigações e outros títulos de rendimento fixo são reconhecidos no valor de Balanço.

B2.2 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica inclui os ativos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou ativos financeiros pelo justo valor através da conta de resultados (i.e. instrumentos financeiros de negociação).

A CCAM regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação ou de crédito e os títulos de rendimento variável disponíveis para venda.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, os respetivos ganhos e perdas são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica “reservas de reavaliação de justo valor” (exceto no caso de perdas de imparidade) até que o ativo seja vendido. Nesse momento o ganho ou perda anteriormente reconhecida no capital próprio é revertido para resultados.

Os juros corridos de obrigações e de outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

B3 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes detidos para venda são aqui classificados quando se prevê que o seu valor de Balanço seja recuperado através de alienação. A sua valorização deve ser efetuada ao menor dos valores entre o custo de aquisição e o valor de avaliação periódica; caso exista uma perda por imparidade, na avaliação inicial ou subsequente esta deve ser registada em resultados. As mais-valias potenciais não são reconhecidas no Balanço. Estes ativos não são objeto de qualquer amortização.

Esta rubrica inclui imóveis, equipamento e outros bens recebidos em dação em cumprimento que passaram à posse da CCAM para regularização de crédito concedido.

B4 - ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis são registados ao custo de aquisição e a respetiva depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, aplicado ao custo histórico, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	4 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
Viaturas	4

As Beneficiações em edifícios arrendados são amortizadas em 10 anos, dado ser este o período que se considera refletir de forma mais aproximada a vida útil desses investimentos.

B5 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são compostos, essencialmente, por aquisição de software (sistemas de tratamento automático de dados) e outros ativos intangíveis, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados. Estes ativos são amortizados no período de 3 anos pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com o critério fiscal aplicável.

B6 - OUTROS ATIVOS

Esta rubrica inclui todos os ativos não enquadrados em outras rubricas, não existindo uma valorimetria específica; é observado o princípio definido na Instrução nº 7/2005 de que os ativos não financeiros estão em imparidade quando a sua quantia escriturada excede a quantia recuperável.

B7 - DEPÓSITOS E OUTROS RECURSOS

Os depósitos e recursos financeiros de clientes e instituições de crédito estão valorizados ao valor nominal, acrescido dos juros com base no método de taxa de juro efetiva.

A taxa de juro efetiva resulta do desconto dos pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do passivo financeiro para o valor líquido atual de Balanço. O cálculo inclui as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas aos depósitos e outros recursos, por se considerarem imateriais, são diretamente reconhecidas em resultados do exercício.

B8 - PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente, processos judiciais e outras perdas expectáveis decorrentes da atividade. O seu reconhecimento efetua-se sempre que exista uma obrigação presente, legal ou construtiva, seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

B9 - IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a CCAM, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à Instituição.

No exercício atual a CCAM foi tributada em base individual à taxa geral 21%.



Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no Balanço e a sua base tributável.

Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como impostos diferidos ativos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos até ao montante em que seja expectável existirem lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da CCAM durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda suscetíveis de revisão; no entanto, a CCAM entende que eventuais correções não terão efeito significativo face à Demonstrações Financeiras apresentadas.

B10- RESPONSABILIDADE COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

B10.1 – FUNDO DE PENSÕES

Face às responsabilidades assumidas para com os seus funcionários, a CCAM aderiu ao *Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo* que se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efetuadas pela Segurança Social, relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo Acordo Coletivo de Trabalho Vertical das *Instituições de Crédito Agrícola Mútuo (ACTV)*, sendo esses complementos calculados, por referência ao ACTV, de acordo com:

- (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma;
- (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo;
- (iii) o número total de anos de serviço à data de reforma.

A insuficiência ou excesso de dotação do Fundo de Pensões face às responsabilidades assumidas para com os funcionários da CCAM, encontra-se, consoante a respetiva natureza, registado em Outros Passivos ou em Outros Ativos.

Na sequência da adoção das normas internacionais de Contabilidade, nomeadamente passando o IAS 19 a regular os aspetos contabilístico, relativos ao reconhecimento das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência, os pressupostos atuariais, no que se refere à tábua de mortalidade e taxa de desconto, foram alterados.

O acréscimo de responsabilidades decorrentes da alteração da tábua de mortalidade bem como as responsabilidades com o SAMS decorrentes da introdução da IAS 19, ficaram obrigadas a ter de refletir as alterações às IAS 19.

B10.2 – PRÊMIOS DE ANTIGUIDADE

No termos do ACTV a CCAM assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados no ativo que completem os quinze, vinte e cinco e trinta anos de serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respetivamente, a um, dois e três meses de remuneração mensal no ano de atribuição.

A CCAM apresenta no seu balanço as responsabilidades máximas relativas aos prémios de antiguidade estimadas, tendo por base o histórico de permanência do seu quadro de pessoal, que a 31 de Dezembro de 2016 ascendiam ao montante de € 178.941 (€ 177 882 em 2015, € 175 486 em 2014, € 158 692 em 2013, € 174 629 em 2012 e € 175.603 em 2011)

De acordo com a Carta Circular nº 12/06/DSBDR de 20 de Janeiro de 2006 a CCAM reconheceu o acréscimo no exercício daquelas responsabilidades.

B11 – CAPITAL

Nos termos do art. 14º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) o Capital Social das CCAM é variável, não podendo ser inferior a um mínimo fixado por portaria do Ministério das Finanças (i.e. € 7.500.000 para CCAM fora do SICAM). Está previsto ainda um capital mínimo (i.e. até 1998.12.31 € 249, após 1998.12.31 € 498, após 16.06.2009 € 500) a subscrever em títulos de capital por cada associado.

O capital pode ser reduzido por amortização dos títulos de capital nos termos do art. 17º do RJCAM e restantes condições estatutárias.

B12 - FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS

Na sequência da exoneração do *Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM)* a CCAM aderiu ao *Fundo de Garantia de Depósitos*. Este foi constituído em Novembro de 1994 com o objetivo de garantir o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito aderentes.

A CCAM suportou em 2004 uma contribuição inicial de € 50.000, reconhecida como custo do exercício, anualmente é devida uma contribuição para aquele fundo.

Em 2016, a taxa contributiva de base aplicável foi de 0,0001%, fixada pela instrução do Banco de Portugal nº 21/2015, ajustada pelo fator multiplicativo estabelecido nos nºs 5 e 5-A do Aviso nº 11/94, a respetiva contribuição foi de €84,18, conforme indicado no quadro seguinte:

Anos	Limite Compromisso Irrevogável	Taxa Contributiva	Taxa Efectiva da CCAM	Contribuição da CCAM	Compromisso Irrevogável
2006	15%	0,030%	0,024%	24 398 €	- €
2007	15%	0,030%	0,024%	26 766 €	- €
2008	10%	0,030%	0,024%	27 562 €	2 756 €
2009	10%	0,030%	0,024%	27 572 €	2 757 €
2010	10%	0,030%	0,024%	28 430 €	2 843 €
2011	10%	0,030%	0,024%	28 824 €	-
2012	10%	0,030%	0,024%	26 698 €	
2013	10%	0,030%	0,024%	25 358 €	
2014	0%	0,030%	0,024%	25 444 €	
2015	0%	0,005%	0,004%	4 218 €	
2016	0%	0,0001%	0,0001%	84 €	

Em 31 de Dezembro de 2016, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a CCAM tinha dado em penhor as seguintes Obrigações do Tesouro:

Valor do Contrato de Compromisso	Código do Título no Mercado (ISIN)	Descrição	Nº Títulos	Data Vencimento	Justo Valor / Valor Balanço	Identificação do Mercado	Juros Decorridos	Valor Total
2 757,00 €	PTOTEMOE0027	OT Junho 2019	3 500	14/jun/19	3 853 €	MTS	91 €	3 944 €
28 152,44 €	PTOTEYOE0007	OT Abril 2021	105 500	15/abr/21	113 845 €	MTS	2 893 €	116 738 €
2 843,00 €	PTOTEYOE0007	OT Abril 2021	5 000	15/abr/21	5 396 €	MTS	137 €	5 533 €
2 756,00 €	PTOTE5OE0007	OT Abril 2037	3 500	15/abr/37	3 391 €	MTS	102 €	3 493 €
TOTAL								129 708 €

B12 A) - FUNDO DE RESOLUÇÃO

O Fundo de Resolução foi criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro.

As medidas previstas no novo regime visam, consoante os casos, recuperar ou preparar a liquidação ordenada de instituições de crédito e determinadas empresas de investimento em situação de dificuldade financeira, e contemplam três fases de intervenção pelo Banco de Portugal, designadamente as fases de intervenção corretiva, administração provisória e resolução. Neste contexto, a principal missão do Fundo de Resolução consiste em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adotadas pelo Banco de Portugal.

A CCAM suportou em 2013 uma contribuição inicial de € 5.000, reconhecida como custo do exercício.

Em 2016 a CCAM de Mafra contribuiu para este fundo com o montante de € 1.883,56 (€ 1.174 em 2015).

B12 B) - FUNDO ÚNICO DE RESOLUÇÃO

No âmbito da criação da União Bancária Europeia, e surgindo com um dos seus 3 pilares, o Mecanismo Único de Resolução terá como função decidir a forma como um banco em dificuldades será intervencionado, recuperado ou liquidado. Para tal, terá que ser dotado de fundos suficientes para atribuir confiança e credibilidade à União Bancária e para reforçar o carácter de independência do sector bancário face aos poderes políticos, aos Estados e aos seus contribuintes, vigorando já em Portugal, contribuições das IC para o efeito.

Assim, a CCAM suportou em 2016 uma contribuição de € 1.000, reconhecida como custo do exercício (€1.000 em 2015).

B13 - ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

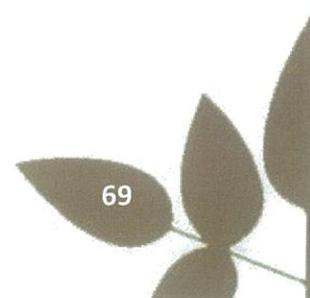
A CCAM segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento contabilístico dos juros das operações ativas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

B14 – OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

A compra e a venda de notas e moedas estrangeiras são convertidas para euros com base no câmbio médio à vista de referência à data de 31 de Dezembro de 2016 divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo *Banco de Portugal*. As restantes operações em moeda estrangeira, são realizadas por uma instituição bancária em regime de comissão (prestação de serviços).

B15 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS FILIAIS E ASSOCIADAS

As participações financeiras podem ser consideradas empresas filiais, sempre que a CCAM detém o controlo ou o poder para o controlo da gestão da entidade, ou empresas associadas, aquelas em que a CCAM exerce direta ou indiretamente uma influência significativa sobre a sua gestão mas não detém o controlo da empresa. Presume-se que existe influência significativa quando a participação no capital é superior a 20%.



NOTA 2 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2016	31/12/2015
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de disponibilidades em Bancos Centrais	141	502
Juros de disponibilidades e aplicações em Outras Instituições Crédito	198 377	405 869
Juros de Crédito a Clientes	2 479 651	2 496 716
Juros de Ativos Financeiros disponíveis para Venda	2 230 646	1 892 533
Outros Juros e Rendimentos Similares	17 442	19 045
Comissões de operações de Crédito	84 034	79 571
	5 010 292	4 894 236
Juros e Encargos Similares		
Juros de encargos em Bancos Centrais	47	17
Juros de Recursos de Outras Instituições de Crédito	7 769	13 154
Juros de Recursos de Clientes	510 698	871 705
	518 513	884 876
MARGEM FINANCEIRA	4 491 778	4 009 360

NOTA 3 – RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	55 977	27 329
	55 977	27 329

NOTA 4 – RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2016	31/12/2015
Rendimentos de Serviços e Comissões		
Por serviços prestados	590 840	521 539
Outros Proveitos de Serviços e Comissões	503 667	494 664
	1 094 507	1 016 203
Encargos com Serviços e Comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	293 091	251 888
Por operações realizadas por terceiros	235 557	229 136
Outras Comissões Pagas	84 476	14 900
	613 125	495 924
Total Ganhos/Perdas em Serviços e Comissões	481 382	520 280

NOTA 5 – RESULTADOS DE ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Instrumentos de Dívida						
De Dívida Pública						
Títulos de Dívida Pública	78 937	220 338	-141 401	1 895 357	90 633	1 804 724
			-141 401			1 804 724

NOTA 6 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação Cambial	3 234	1 310	1 924	2 781	1 038	1 743
			1 924			1 743

NOTA 7 – RESULTADO DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado de Alienação de Outros Activos		
Ativos Não Correntes Detidos para Venda	4 282	-77 205
Outros Ativos Tangíveis	8 501	37 000
	12 783	-40 205

NOTA 8 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2016	31/12/2015
Outros Proveitos Operacionais		
Outros Ganhos e Rendimentos Operacionais	173 192	169 273
	173 192	169 273
Outros Custos Operacionais		
Impostos Directos e Indirectos	51 600	81 297
Quotizações e Donativos	142 243	63 390
Contribuições para o FGD e FR	2 968	6 391
Outros Encargos e Gastos Operacionais	434 765	125 113
	631 576	276 192
	-458 384	-106 919

NOTA 9 – CUSTOS COM O PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2016	31/12/2015
Vencimentos e Salários		
Remuneração Órgãos de Gestão e Fiscalização	307 435	309 913
Remuneração Empregados	1 200 209	1 149 728
Encargos Sociais Obrigatórios		
Segurança Social	337 887	307 092
SAMS	62 750	70 252
Fundo Pensões	5 495	0
Outros Encargos Obrigatórios	30 071	30 403
Outros Custos com o Pessoal		
Outros Encargos	1 529	1 178
	1 945 375	1 868 567

NOTA 10 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2016	31/12/2015
Água, Energia e Combustíveis	102 340	98 255
Material de Consumo Corrente	76 258	61 237
Publicações	401	621
Material de Higiene e Limpeza	2 532	3 404
Outros Fornecimentos de Terceiros	10 025	11 150
Rendas e Alugueres	27 085	27 085
Comunicações	128 663	114 210
Deslocações Estadas e Representação	24 909	22 481
Publicidade e Edição de Publicações	73 574	66 062
Conservação e Reparação	90 913	54 133
Transportes	11 522	15 802
Formação Pessoal	3 615	12 995
Seguros	33 922	41 709
Serviços Especializados		
Avenças e Honorários	16 090	14 716
Judiciais Contencioso e Notariado	145 303	79 377
Informática	117 681	104 300
Segurança e Vigilância	66	0
Limpeza	24 645	25 680
Banco de Dados	3 826	3 362
Mão de Obra Eventual	897	2 802
Outros Serviços Especializados	401 522	417 159
Outros Serviços de Terceiros	96 923	71 805
	1 392 714	1 248 345

NOTA 11 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	1 338 249	1 448 987
Depósitos à Ordem em Bancos Centrais		
Banco de Portugal	1 240 364	1 023 549
	2 578 613	2 472 536

A rubrica Depósitos à Ordem em Bancos Centrais – Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

NOTA 12 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidade em Outras Instituições de Crédito no País		
Depósitos à ordem	628 746	544 781
	628 746	544 781

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2016	31/12/2015
Outros Ativos Financeiros Ao Justo Valor Através de Resultados		
Titulos		
Instrumentos de Capital		
Fundo de Compensação do Trabalho	48	0
	48	0

NOTA 14 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica inclui os ativos financeiros disponíveis para venda da CCAM de Mafra, que são registados ao justo valor e incluem Obrigações do Tesouro representando cerca de 6 % da carteira com vencimento até ao 3º Trimestre de 2017 os restantes 94% da carteira, com diversos prazos de vencimento, conforme quadro de maturidades.

Maturidade da Carteira	31/12/2016		31/12/2015	
	Montante	% Carteira	Montante	% Carteira
Até 1 Ano	3 809 828	5,85%	3 140 263	4,89%
1 Ano a 2 Anos	1 111 549	1,71%	0	5,71%
2 Anos a 5 Anos	19 311 860	29,66%	5 457 864	11,92%
Mais de 5 Anos	40 884 582	62,79%	42 213 269	77,48%
Total	65 117 820		50 811 396	

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016						Valor Balanço
	Ao Custo Histórico	Valor Mercado	Juros corridos	Reserva de Justo Valor		Imparidade	
				Positiva	Negativa		
Instrumentos de Dívida							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública		63 719 867	1 397 952	2 098 399	2 310 366		65 117 819
Instrumentos de Capital							
Participações Financeiras							
Ações	52 671						52 671
Outras	1 240 692					917 228	323 464
	1 293 363	63 719 867	1 397 952	2 098 399	2 310 366	917 228	65 493 954

Na rubrica "Instrumentos de Capital" foi registada uma perda por imparidade na sequência de informação sobre a última transação de 2016 por aquisição da SIBS de ações próprias pelo valor unitário de € 29,84.

	31/12/2015						Valor Balanço
	Ao Custo Histórico	Valor Mercado	Juros corridos	Reserva de Justo Valor		Imparidade	
				Positiva	Negativa		
Instrumentos de Dívida							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública		49 668 033	1 143 362	4 598 764	451 199		50 811 396
Instrumentos de Capital							
Participações Financeiras							
Ações	52 671					4 946	47 724
Outras	1 240 692						1 240 692
	1 293 363	49 668 033	1 143 362	4 598 764	451 199	4 946	52 099 812

NOTA 15 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações em Instituições de Crédito no País		
Depósitos	34 970 963	30 882 808
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de Aplicações em Instituições de Crédito	27 507	283 969
	34 998 470	31 166 777

NOTA 16 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Credito Interno + Juros		
Empresas e Administrações Públicas		
Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeitos	23 142	45 169
Empréstimos	9 421 388	8 779 492
Créditos em Conta Corrente	2 950 986	2 926 305
Descobertos em Depósitos a Ordem	6 616	10 854
Particulares		
Habitacao	22 800 615	22 032 575
Consumo	883 029	848 551
Outras Finalidades		
Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeito	10 600	14 863
Empréstimos	14 252 633	13 955 607
Créditos em Conta Corrente	1 544 782	1 938 106
Descobertos em Depósitos a Ordem	27 544	33 894
	51 921 334	50 585 416
Credito e Juros Vencidos		
Empresas e Administrações Públicas		
Empréstimos	3 515 642	5 231 574
Particulares		
Habitacao	745 684	1 190 083
Consumo	54 311	74 173
Outras Finalidades		
Empréstimos	3 363 635	4 174 917
Juros Vencidos	49 191	61 979
	7 728 463	10 732 727
	59 649 797	61 318 143
Provisões Acumuladas		
Para Crédito de Cobrança Duvidosa	6 470	886 164
Para Crédito Vencido	6 087 150	10 429 390
	6 093 620	11 315 554
	53 556 177	50 002 589

Os montantes de Crédito e Juros vencidos assim como as respetivas provisões acumuladas são os referidos nos seguintes mapas:

31/12/2016

GARANTIAS	Sem garantia	Garantia Pessoal	Penhor DP	Habitação Gar. Real Hipot < 75 % gar.	Habitação Gar Real Hipot => 75 % gar	Hipotecas para Outros Fins	TOTAIS
Crédito e Juros Vencidos							
Créditos Elegíveis	795 367	1 180 466	1 899	1 235 881	14 208	4 451 451	7 679 272
Provisões							
Provisão Regulamentar 1) (a)	(779 496)	(1 159 490)	(32)	(1 170 275)	(10 657)	(2 967 201)	(6 087 150)
Provisão Não Regulamentar (b) (*)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)
Provisão Existente (a+b)	(779 496)	(1 159 490)	(32)	(1 170 275)	(10 657)	(2 967 201)	(6 087 150)
Valor Crédito Vencido Líquido	15 872	20 976	1 867	65 607	3 552	1 484 249	1 592 122

31/12/2015

GARANTIAS	Sem garantia	Garantia Pessoal	Penhor DP	Habitação Gar. Real Hipot < 75 % gar.	Habitação Gar Real Hipot => 75 % gar	Hipotecas para Outros Fins	TOTAIS
Crédito e Juros Vencidos							
Créditos Elegíveis	862 012	595 161	387	2 144 937	37 441	7 092 789	10 732 727
Provisões							
Provisão Regulamentar 1) (a)	(834 441)	(578 997)	(3)	(1 738 351)	(31 116)	(4 450 778)	(7 633 687)
Provisão Não Regulamentar (b) (*)	(24 474)	(8 474)	(1)	(397 798)	(6 323)	(2 358 632)	(2 795 703)
Provisão Existente (a+b)	(858 916)	(587 471)	(4)	(2 136 149)	(37 440)	(6 809 410)	(10 429 390)
Valor Crédito Vencido Líquido	3 096	7 690	383	8 788	2	283 378	303 337

1 – Provisões Regulamentares de acordo com o n.º 3 do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, sendo os crédito enquadrados nas classes de risco em função do período decorrido após o respetivo vencimento

(*) - Foram constituídas provisões adicionais às regulamentares, para o crédito e juros vencidos das classes I a XII, de 3 a 60 meses, de acordo com a morosidade dos tribunais na resolução dos processos em contencioso.

Os movimentos ocorridos nas provisões para crédito e juros vencidos e cobrança duvidosa foram os seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	11 315 554	9 014 917
Dotações	3 438 526	3 749 628
Utilizações	0	0
Transferências	0	0
Reversões	8 660 460	1 448 991
Saldo Final	6 093 620	11 315 554

Face à necessidade de transitar para as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC's) a partir de 1 de Janeiro de 2017, a CCAM de Mafra, decidiu adotar como referencial de provisionamento os níveis mínimos regulamentares, previstos no Aviso n.º3/95 do Banco de Portugal, por forma a aproximar as provisões para risco de crédito aos critérios de imparidade definidos na Carta-Circular n.º 2/2014/DSP do Banco de Portugal. Desta forma foram revertidas €5.234.416 de provisões adicionais relativas a crédito vencido e de cobrança duvidosa que justificam o valor das reversões acima identificado e detalhado na nota 31.

NOTA 17 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos Não Correntes Detidos para Venda		
Imóveis	7 211 114	6 943 614
Outros Ativos Tangíveis	70 169	70 169
Provisões para Imparidade - Ativos Não Financeiros		
Imóveis	1 594 056	2 678 598
Outros Ativos Tangíveis	70 169	70 169
	5 617 057	4 265 016

O movimento ocorrido nas provisões desta rubrica:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	2 748 767	3 018 139
Dotações	872 456	0
Utilizações	15 000	99 872
Transferências	0	0
Reversões	1 941 998	169 500
Saldo Final	1 664 225	2 748 767

A redução do nível de imparidade para Imóveis resultou de um aumento da procura com o consequente aumento dos preços do mercado imobiliário que determinaram alterações nas avaliações que suportam a valorimetria dos imóveis detidos para venda no âmbito da recuperação de crédito, cujo efeito no resultado do exercício se encontra detalhado na nota 33.

NOTA 18 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Imóveis		
De Serviço Próprio	8 655 273	8 655 273
Equipamento		
Mobiliário e Material	340 781	340 781
Maquinas e Ferramentas	552 271	488 886
Equipamento Informático	1 513 952	1 191 473
Instalações Interiores	254 407	252 095
Material Transporte	229 724	221 793
Equipamento Segurança	418 342	418 342
Outro Equipamento	90 861	90 861
Outros Ativos Tangíveis em Curso		0
Outros Ativos Tangíveis		
Diversos	11 223	11 223
Património Artístico	17 155	17 155
	12 083 989	11 687 883

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Ativos Tangíveis em Curso	Outros Ativos Tangíveis	Total
Saldo Líquido a 31-Dez-2015	5 976 049	308 178	0	14 028	6 298 254
Compras		453 862			453 862
Abates / Vendas					0
Amortizações do Exercício	173 625	192 491			366 116
Transferências					0
Saldo Líquido a 31-Dez-2016	5 802 423	569 549	0	14 028	6 386 000

NOTA 19 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Outros Ativos Intangíveis		
Sistema de Tratamento Automático de Dados	250 769	250 769
Outros Ativos Intangíveis	15 990	15 990
	266 759	266 759

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de Tratamento Automático de Dados	Outros Ativos Intangíveis	Total
Saldo Líquido a 31-Dez-2015	32 589	82	32 671
Compras			0
Abates / Vendas			
Amortizações do Exercício	13 300	19	13 319
Transferências			
Saldo Líquido a 31-Dez-2015	19 289	63	19 352

NOTA 20 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Investimentos em Empreendimentos conjuntos		
Agrimutuo - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mutuo, F.C.R.L	1 250	1 250
Saldo Líquido	1 250	1 250

NOTA 21 – OUTROS ATIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Devedores e Outras Aplicações		
Outros Devedores Diversos	328 225	146 407
Outros Activos		
Ouro Metais Preciosos, Numismática e Moeda	125 897	117 724
Despesas com Encargos Diferidos		
Outras Despesas com Encargo Diferido	11 727	44 997
Outras Contas de Regularização		
Outras Contas de Regularização	12 835	93 145
Responsabilidades com pensões e Out. Benefícios		
Responsabilidades Totais	12 176	60 075
	490 860	462 347

NOTA 22 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Recursos de Instituições de Crédito no País		
Depósitos		
Depósitos à Ordem	29 842	938
Depósitos a Prazo	3 601 460	0
	3 631 302	938

NOTA 23 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos de Residentes		
Do Sector Publico Administrativo		
Depósitos à Ordem	612 586	265 677
Depósitos a Prazo	513 905	505 065
De Emigrantes		
Depósitos à Ordem	0	5 872
Depósitos de Poupança	0	1 049
De Outros Residentes		
Depósitos à Ordem	38 777 030	31 080 349
Depósitos a Prazo	82 221 100	74 060 138
Depósitos de Poupança		
Poupança Reformado	10 023 048	9 603 671
Poupança Outros	2 967 664	2 783 057
Outros Recursos de Clientes		
Cheques e Ordens a Pagar	5 363	4 888
	135 120 696	118 309 765

Esta rubrica inclui os saldos dos recursos de clientes e os respetivos juros mensuralizados até à data.

NOTA 24 – PROVISÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	Provisão para Riscos Gerais de Crédito 1)	Outras Provisões	TOTAL Provisões
Saldo a 31-Dez-2015	434 832	379 996	814 828
Dotações	47 772	0	47 772
Utilizações	0	211 150	211 150
Transferências	0	0	0
Reversões	24 316	168 846	193 162
Saldo a 31-Dez-2016	458 287	0	458 287

1) – Provisões Regulamentares de acordo com o ponto 7º, nº 3 do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal. Estas provisões para riscos gerais de crédito correspondem a 1% sobre o total do crédito concedido pela instituição, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga, sendo que para as operações de crédito ao consumo, as provisões constituídas correspondem a 1,5% dos respetivos valores. Para as operações de crédito garantidas por hipoteca sobre imóvel ou de operações de locação financeira imobiliária, quando o imóvel se destina a habitação do mutuário, foram constituídas provisões correspondentes a 0,5 % dos respetivos valores.

NOTA 25 – OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Credores e Outros Recursos		
Sector Publico Administrativo	86 587	104 049
Cobrança por Conta de Terceiros	4 113	3 705
Contribuições para Outros Sistemas Saude	5 775	5 675
Credores Diversos	164 700	144 709
Receitas Com Rendimento Diferidos		
Proveitos Diferidos	2 090	2 274
Encargos a Pagar		
Outros Encargos a Pagar	531 607	475 168
Outras Contas de Regularização		
Outras Contas de Regularização	1 198 956	66 722
	1 993 828	802 303

As Outras Contas de Regularização incluem em 2016, um montante relativo a liquidações financeiras cuja compensação se efectuou apenas no dia 2/01/2017.

NOTA 26 – CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte variação:

	Incorporação de reservas	Emissão/Restituição de títulos de capital	Total
Saldo em 31-Dez-2014	13 925 465	447 075	14 372 540
Incorporação de reservas			0
Emissão/Restituição de títulos de capital		-3 040	-3 040
Saldo em 31-Dez-2015	13 925 465	444 035	14 369 500
Incorporação de reservas			0
Emissão/Restituição de títulos de capital		-4 140	-4 140
Saldo em 31-Dez-2016	13 925 465	439 895	14 365 360

Em 31 de Dezembro de 2016, o capital da CCAM de Mafra encontra-se disperso por 4.898 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de € 1.000 (200 títulos de capital) no capital da CCAM.

NOTA 27 – RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	Reservas de Reavaliação do Justo Valor	Reservas de Reavaliação Legais	Outras Reservas de Reavaliação	Por Diferenças Temporárias	Por Prejuizos ou Creditos Fiscais	TOTAL
Saldo Final a 31-Dez-2015	4 147 565	370 732	228 065	-956 903	50 153	3 839 612
Constituições	1 647 200	0	9 431	-935 468	0	721 163
Anulações	-2 288 398	-10 641	-53 326	-55 360	0	-2 407 725
Transferências						0
Saldo Final a 31-Dez-2016	211 967	360 091	184 170	-76 794	50 153	729 587

Relatório e Contas 2016

As reservas de reavaliação do Justo valor são movimentadas de acordo com o que se encontra estipulado no §55 alínea b) da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, sendo calculados os impostos diferidos respeitantes aos montantes inscritos nestas reservas de reavaliação, conforme o estipulado na IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento.

Os movimentos na rubrica Reservas de Reavaliação respeitam à flutuação do justo valor (ganhos e perdas) dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, nomeadamente os Títulos de Dívida Pública mencionados na Nota 13.

Estas flutuações devem ser registadas nesta rubrica até que os respetivos ativos financeiros sejam desreconhecidos, altura em que são reconhecidos nos lucros ou prejuízos do exercício.

NOTA 28 – OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	Outras Reservas				Resultados Transitados	TOTAL
	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva Especial artº 32 DL 162/2014	Outras Reservas	Diferenças resultantes de Alteração de Políticas Contabilísticas	
Saldo Final a 31-Dez-2015	9 417 659	701 076	354 450	6 983	(28.309)	10 451 860
Constituições	73 933	267 426			10 641	352 001
Anulações					35 115	35 115
Transferências						0
Saldo Final a 31-Dez-2016	9 491 592	968 503	354 450	6 983	-24 474	10 797 054

NOTA 29 – COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Os compromissos associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	31/12/2016	31/12/2015
Garantias Prestadas e Outros Passivos Eventuais		
Empresas e Administrações Públicas	486 093	530 018
Particulares	316 868	330 538
	802 961	860 555
Garantias Recebidas		
Empresas e Administrações Públicas	3 298 095	3 368 203
Particulares	2 050 953	1 848 967
	5 349 048	5 217 169
Compromissos perante Terceiros		
Linhas de Crédito Irrevogáveis	6 362 542	4 876 747
Responsabilidades a prazo de contribuições para o FGD	36 508	36 508
Linhas de Crédito Revogáveis	10 926 859	10 651 575
	17 325 909	15 564 830
	31/12/2015	31/12/2015
Responsabilidades por prestação de Serviços		
Cobrança de Valores	579	4 976
	579	4 976
Outras Contas Extrapatrimoniais		
Créditos Abatidos ao Ativo	491 863	219 632
Juros Vencidos	197 443	220 804
Despesas de crédito vencido	323 576	215 994
	1 012 882	656 430

NOTA 30 – PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
Dotações	47 772	13 736
Utilizações	0	0
Reversões	193 162	156 621
Saldo Final	-145 391	-142 885

NOTA 31 – CORREÇÕES DE VALOR ASSOCIADO AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES

O valor desta rubrica apresenta a seguinte variação:

	31/12/2016	31/12/2015
Dotações	3 438 526	3 749 628
Utilizações	0	0
Reversões	8 660 460	1 448 991
Saldo Final	-5 221 934	2 300 638

Conforme mencionado na nota 16 foram revertidas as provisões adicionais relativas a crédito vencido e de cobrança duvidosa registadas em anos anteriores, face à necessidade de transitar para as NIC's a partir de 1 de Janeiro de 2017.

NOTA 32 – IMPARIDADE DE OUTROS ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES

O valor desta rubrica apresenta a seguinte variação:

	31/12/2016	31/12/2015
Dotações	912 282	0
Utilizações	0	0
Reversões	0	0
Saldo Final	912 282	0

Conforme mencionado na nota 14, esta variação respeita ao registo da perda por imparidade das ações da SIBS na sequência de uma transação dessas ações por valor inferior ao seu valor de aquisição.

NOTA 33 – IMPARIDADE DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	Outros Ativos	
	31/12/2016	31/12/2015
Dotações	872 456	0
Utilizações	0	0
Reversões	1 941 998	169 500
Saldo Final	-1 069 541	-169 500

Os ativos não correntes detidos para venda detalhados na nota 17, deram origem ao registo da reversão de provisões, como resultado da redução do nível das imparidades para Imóveis detidos para venda no âmbito da recuperação de crédito; sendo o montante de €1.464.398 relativo a novas avaliações e o restante relativo a vendas ocorridas no exercício.

NOTA 34 – IMPOSTOS DIFERIDOS

Em consequência da aplicação das NCA's a CCAM apurou impostos diferidos conforme detalhe seguinte:

	Balanco		DR	
	2016	2015	2016	2015
Ativos por impostos diferidos				
Provisões tributadas a deduzir em períodos futuros	1 059 630	2 310 514	1 829 402	225 247
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	535 092	101 520		
Benefícios fiscais (p.e. criação emprego a jovens)		0		
Outros	270 590	628 948	767 384	49 652
	1 865 311	3 040 982	2 596 787	274 899
Passivos por impostos diferidos				
Reservas de Reavaliações	22 743	23 701		
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	589 143	1 034 722		
Provisões tributadas a deduzir em períodos futuros			567 398	731 083
Outros			420 144	19 702
	611 886	1 058 422	987 542	750 785
Impacto total dos impostos diferidos	1 253 425	1 183 876	1 609 245	-475 886

NOTA 35 – INFORMAÇÃO SOBRE A COBERTURA DE RESPONSABILIDADES DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

De acordo com as Cláusulas 109^a, 110^a e 111^a do ACT, os participantes ao abrigo do Plano de Pensões terão direito a uma pensão de invalidez ou velhice, em função do nível e diuturnidades, calculados e atualizados com base na totalidade do tempo de serviço prestado até à data do evento.

Assim, o cálculo das pensões inclui as diuturnidades futuras até à aposentação definidas na Cláusula 81^a do ACT.

Foram consideradas as promoções obrigatórias por antiguidade estabelecidas pela Cláusula 15ª do ACT, ou seja, o salário pensionável, projetado para a idade de reforma, incorporou a evolução automática na carreira até à idade normal de reforma.

Porém, de acordo com o Aviso nº 12/2001 com as alterações introduzidas designadamente pelos avisos nº 4/2005, nº 12/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal, o reconhecimento do impacto que, a 30 de Junho de 2008, se encontrava por reconhecer ao abrigo do plano de amortização decorrente da transição para as normas internacionais de contabilidade pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2014.

Adicionalmente o reconhecimento do impacto que, a 30 de Junho de 2008, se encontrava por reconhecer decorrente da alteração da tábua de mortalidade bem como das responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego, pode ser reconhecido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes anuais até 31 de Dezembro de 2016.

De acordo com a cláusula 116ª do acordo coletivo de trabalho (ACT), constituem contribuições obrigatórias das instituições de crédito para os SAMS a verba correspondente a 6,5% das pensões de reforma e sobrevivência.

No final do exercício de 2008, as responsabilidades com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) passaram a ser financiados através do fundo de pensões.

Em 31 de Dezembro de 2013 foram publicados o Decreto-Lei nº 167-E/2013 e a Portaria nº 378-G/2013, produzindo efeitos a 1 de Janeiro de 2014, que vieram alterar a forma de determinação da idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral da Segurança Social, tendo como referência a evolução da esperança média de vida aos 65 anos. Assim foi fixada para 2014 e 2015 a idade normal de reforma de 66 anos, para 2016 a idade de 66 anos e 2 meses e futuramente a idade normal de reforma varia de acordo com a evolução da esperança média de vida aos 65 anos, verificada entre o 2º e 3º ano anteriores ao ano de início da pensão de velhice, na proporção de dois terços.

Adicionalmente, o Decreto-lei nº 167-E/2013 introduziu outras alterações no cálculo da pensão do regime geral da Segurança Social, designadamente a não aplicação do fator de sustentabilidade às pensões estatutárias dos beneficiários que passem à situação de pensionistas de velhice na idade normal de acesso à pensão ou em idade superior. O acima referido Decreto-Lei veio ainda alterar a fórmula de cálculo do fator de sustentabilidade através da alteração do ano de referência inicial da esperança média de vida aos 65 anos, do ano de 2006 para o ano 2000, passando a aplicar-se sobre o valor da pensão estatutária da Segurança Social dos beneficiários que acedam à pensão antes da idade normal de reforma.

O estudo atuarial que seguidamente se apresenta assenta em pressupostos considerados adequados para este esquema de reformas, enquadrados nos princípios estabelecidos na *International Accounting Standard (IAS) 19*.



As responsabilidades assumidas para com os seus funcionários estão cobertas, conforme referido na nota B 10.1) pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo.

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

POPULAÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
Ativos		
Número de Participantes	37i)	40 ii)
Idade Média	45,9	46,5
Antiguidade Média na Banca	21,5	21,6
Salário Médio Anual	35 706 €	31 169 €
Reformados		
Número de Participantes	13	11
Idade Média	70,8	70,5
Pensão Média Anual a Cargo do Fundo	1 306 €	1 345 €

- i) - Relativamente ao Relatório Atuarial do Fundo de Pensões, aguarda-se a inclusão de um elemento já reformado.
 ii) - Relativamente ao Relatório Atuarial do Fundo de Pensões, aguarda-se a inclusão de dois elementos já reformados.

MÉTODOS, PRESSUPOSTOS E HIPÓTESES USADOS NA AVALIAÇÃO ATUARIAL

PRESSUPOSTOS FINANCEIROS	2016	2015
Taxa de crescimento salarial futura	1,40%	1,40%
Taxa de Desconto	ii)	ii)
Taxa de crescimento das Pensões	1,00%	1,00%
Taxa de revalorização de salários para a Seg Social - nº 2 artº 27 do Decreto Lei 187/2007	1,40%	1,40%
Taxa de revalorização de salários para a Seg Social - nº 1 artº 27 do Decreto Lei 187/2007	1,40%	1,40%
PRESSUPOSTOS DEMOGRÁFICOS	2016	2015
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK 80	EVK 80
Idade de Reforma	de acordo com o Decreto Lei 167-E/2013	de acordo com o Decreto Lei 167-E/2013

iii) Quanto ao pressuposto da taxa de desconto foi utilizado o seguinte:

- a) Para os trabalhadores no ativo e licenças sem vencimento com idade atuarial inferior a 55 anos: 2,30% (2,70% em 2015; 3,25% 2014)
 b) Para os trabalhadores no ativo e licenças sem vencimento com idade atuarial igual ou superior a 55 anos: 2,10% (2,30% em 2015; 2,75% 2014)
 c) Para os pré-reformados, reformados e pensionistas: 1,75% (2,00% em 2015; 2,25% 2014)

RESPONSABILIDADES COM TRABALHADORES NO ATIVO

Em 31 de Dezembro de 2016 o valor atual das responsabilidades com pensões de reformas e sobrevivência e com o pagamento dos encargos pós-emprego com o SAMS na parte que cabe ao empregador (6,5% das pensões totais).

RESPONSABILIDADES COM REFORMADOS

Relativamente às pensões em pagamento aos atuais reformados, os valores das responsabilidades totais, incluindo as responsabilidades com o pagamento dos encargos com SAMS, são os que seguidamente se apresentam:

Valor atual das responsabilidades totais 471.719 €

RESPONSABILIDADES COM O PAGAMENTO DE PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

De acordo com a cláusula 127ª do acordo coletivo de trabalho (ACT) do Crédito Agrícola Mútuo, os trabalhadores têm direito, após o cumprimento de algumas condições definidas na referida cláusula, a um prémio de antiguidade.

O valor atual das responsabilidades com prémios de antiguidade futuros é apresentado no quadro que se segue (com referência a 31 de Dezembro de 2016):

Valor actual das Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2016	
Por Serviços Passados	178 942 €
Por Serviços Futuros	97 851 €

Em 31 de Dezembro de 2016, o valor do Património do Fundo de Pensões referente à quota-parte da CCAM era de €945.769 (em 2015 €931.292, em 2014 € 938.089, em 2013 era de € 866.890, em 2012 era de € 836.366 e em 2011 era de € 787.342), assim e para os parâmetros em vigor, o nível de financiamento da quota-parte desta Instituição era o seguinte:

	2016	2015	2014
Nível de Financiamento Global	101,3%	106,9%	120%
Nível de Financiamento Aviso 12/2001	103,9%	114,2%	134%

NOTA 36 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM), de Mafra está inscrita na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, com o estatuto de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei nº 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo a atividade de intermediação em exclusividade com as Seguradoras do Grupo Crédito Agrícola, designadamente, a Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, SA (CA Seguros), que se dedica ao exercício da atividade de seguros para todos os Ramos Não Vida e com a Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, SA (CA Vida), que se dedica ao exercício da atividade de seguros para o Ramo Vida e Fundos de Pensões.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros a CCAM efetua a venda de contratos de seguros e de adesões a Fundos de Pensões, presta apoio pós-venda aos segurados e participa no encaminhamento das participações de sinistros que sejam entregues nos Balcões da CCAM.

Como contrapartida dos serviços de mediação de seguros prestados às referidas seguradoras, a CCAM recebe remunerações pela mediação de seguros e pela colocação de adesões em Fundos de Pensões as quais estão definidas em Protocolo estabelecido entre a CCAM e as referidas Seguradoras.

As remunerações de mediação de seguros são reconhecidas como um rendimento na Demonstração de Resultados, na rubrica de Rendimentos de Serviços e Comissões. Os valores de remunerações a pagar pelas Seguradoras, à data de 31 de Dezembro de cada ano, estão reconhecidas como um ativo no Balanço, na rubrica de Outros Ativos. À data de emissão das presentes demonstrações financeiras, as remunerações de mediação que estavam por pagar em 31 de Dezembro de 2016, encontram-se já integralmente pagas pelas referidas Seguradoras.

O quadro seguinte evidencia o valor total das remunerações de mediação de seguros auferidas pela CCAM nos últimos 3 anos (valores em euros):

Origem	Seguradora	2014	2015	2016	% por Origem 2016
Ramos Não Vida	CA Seguros	205 274	206 343	299 620	79,1%
Ramo Vida	CA Vida	155 958	84 574	78 245	20,7%
Fundos de Pensões	CA Vida	916	847	825	0,2%
Total		362 148	291 764	378 690	

A CCAM não efetua a cobrança de prémios por conta das seguradoras, nem efetua a movimentação de quaisquer tipos de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou gasto a reportar, relativo à atividade de mediação de seguros exercida pela CCAM.

NOTA 37 – IMPOSTO CORRENTE SOBRE LUCROS

Em 31 de Dezembro de 2016 o imposto sobre lucros e a correspondente derrama, foram calculados de acordo com as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (CIRC), apurando-se o montante de €169.435 conforme detalhe da modelo 22:

Imposto Corrente sobre os Lucros

	31/12/16	31/12/15
Resultado Líquido do Exercício	4 472 439	369 668
Variações Patrimoniais positivas não reflectidas no resultado		
Variações Patrimoniais negativas não reflectidas no resultado	35 115	
Total	4 437 324	369 668
A Acrescer		
Depreciação e amortizações não aceites	24 871	23 195
Provisões não dedutíveis	4 251 882	3 213 440
IRC	169 435	842 829
Impostos Diferidos	2 596 787	274 899
Donativos não previstos ou além dos limites legais	65 926	39 197
Outros	188 946	209 240
Total	11 735 172	4 972 469
A Deduzir		
Reversão de provisões tributadas	10 284 197	1 002 026
Impostos Diferidos	987 542	750 785
Mais Valia Contabilística	8 500	64 575
Benefícios Fiscais	26 185	5 810
Outros	1 537	
Total	11 307 961	1 823 196
Matéria Coletável	427 211	3 149 274
	Regime Geral	Regime Geral
Prejuízo Fiscal		
Lucro Fiscal	427 211	3 149 274
Imposto à taxa normal (15.000. x 17,00%)	2 550	2 550
Imposto à taxa normal (Mat. Col. x 21,00%)	86 564	658 197
Colecta	89 114	660 747
Deduções		
Benefícios Fiscais	7 500	
Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico	20,86%	20,98%
Retenções na Fonte	1 086	3 157
Pagamentos por conta + Pagamentos Adicionais por Conta	712 950	469 497
Imposto a Pagar	81 614	660 747
Derrama	6 408	47 239
Derrama Estadual	0	49 478
IRC de períodos anteriores	0	0
Tributações Autónomas	81 413	85 309
IRC a pagar		-370 120
IRC a receber	544 601	
Excesso / Insuficiência de Estimativa de Imposto		
Imposto estimado no final do exercício	169 435	842 774

NOTA 38 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o previsto no artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se a seguinte informação:

a) Das operações não incluídas no balanço, aquelas em que o impacto nas contas tem maior relevância são as referidas nas Notas 16, 17, 14, 27. Para além dos impactos referidos nas Notas 4, 21 e 26, existe o risco da CCAM ter que assumir o cumprimento das obrigações dos seus clientes perante terceiros, no caso de estes falharem os seus compromissos, no entanto, em termos históricos, tais situações têm tido um impacto materialmente irrelevante;

b) O total de honorários faturados durante o exercício de 2016 sujeitos a IVA à taxa legal em vigor, pela sociedade de revisores oficiais de contas foi de:

- € 21.000, relativamente à revisão legal das contas anuais; e

- € 3.750, referentes a serviços de garantia e fiabilidade.

Mafra, 01 de março de 2017

O Conselho de Administração

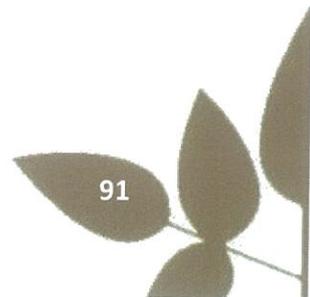
Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge Vale

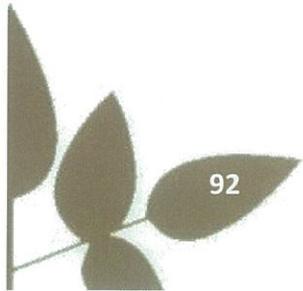
Adélia M. Gomes Rodrigues Antunes

Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge



INFORMAÇÃO CARTA-CIRCULAR Nº2/2014/DSPDR





A IFRS 7 determina que as instituições divulguem, no seu relatório e contas, informação que apoie os utilizadores das demonstrações financeiras a avaliar a natureza e extensão dos riscos decorrentes dos instrumentos financeiros a que a instituição se encontra exposta e a forma como estes riscos são geridos.

As instituições devem promover uma maior divulgação da informação sobre a qualidade dos ativos e a gestão do risco de crédito, sendo que as divulgações financeiras devem refletir as alterações na natureza dos riscos que as instituições enfrentam.

A informação a apresentar deve ser clara, objetiva e transparente, permitindo aos principais utilizadores da informação um melhor conhecimento do perfil de risco da instituição. Neste contexto, para efeitos de divulgação de contas, as instituições deverão incluir, entre outras que considerem relevantes, as seguintes informações:

Divulgações qualitativas:

a) Política de gestão de risco de crédito (incluindo gestão do risco de concentração).

O risco de crédito corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a Instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

É o risco com maior relevância material ao nível da alocação do capital interno da Instituição, pelo que o processo de aprovação de crédito encontra-se devidamente documentado no normativo interno da Instituição. A CCAM de Mafra utiliza uma diversidade de políticas e práticas mitigadoras deste tipo de risco, nomeadamente a obtenção de garantias colaterais aquando da concessão de crédito (com primazia para as garantias reais).

Também relativamente às técnicas de mitigação deste risco, efetuam-se Testes de Esforço sobre a carteira de crédito da CCAM de Mafra, simulando o aumento significativo do comportamento do incumprimento na carteira da CCAM de Mafra, aumentando a vulnerabilidade da carteira de crédito da CCAM de Mafra a ocorrências externas.

O risco de concentração decorre da concessão de créditos às mesmas contrapartes, a grupos de contrapartes ligadas entre si e a contrapartes que operam no mesmo sector económico ou na mesma região geográfica ou relativamente à mesma atividade ou mercadoria, ou ainda a aplicação de técnicas de redução do risco de crédito e, nomeadamente, do risco associado a grandes riscos indiretos.

Fruto da natureza da Instituição, o risco de concentração geográfica é aquele que representa uma maior relevância material para a CCAM de Mafra. Algumas das técnicas de mitigação deste risco passam pela diversificação da carteira de crédito por diferentes sectores de atividade, apesar das limitações legais impostas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, e pela dispersão das aplicações da CCAM de Mafra no

mercado, tendo sempre em atenção os limites estabelecidos no ofício do Banco de Portugal n.º 2192/13/DSPSD, ou seja, 60% dos fundos próprios desta Instituição.

b) Política de *Write-Off* de créditos.

Após terem sido tomadas pela CCAM de Mafra todas as diligências de recuperação razoáveis e já não seja expectável qualquer recuperação, com a autorização do Conselho de Administração, o crédito é abatido contabilisticamente ao ativo (*write-off*) e registado em rubricas extrapatrimoniais até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades.

Considera-se que um crédito reúne as condições para ser proposto o seu *write-off* ao Conselho de Administração sempre que os seguintes fatores se verifiquem simultaneamente:

- O crédito encontra-se em incumprimento, evidenciando pelo menos uma prestação com uma mora superior a 3 anos;
- Não existe qualquer garantia real associada;
- Não é conhecida a existência de património significativo (do cliente ou dos garantes) que possa ser usada para o reembolso do crédito; e
- Não se verificaram pagamentos significativos (de capital ou de juros) nos últimos 2 anos.

Periodicamente, o Conselho de Administração da CCAM procederá a uma análise dos créditos que satisfaçam as condições anteriormente referidas de forma a tomar uma decisão sobre os *write-offs* a efetuar.

c) Política de reversão de imparidade.

A política de reversão de imparidade apoia-se na quantificação dos indícios e evolução dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade. Até 31 de dezembro de 2016 os efeitos resultantes do cálculo não eram objeto de registo contabilístico, sendo os mesmos reportados apenas no âmbito da Instrução n.º 5/2013 do Banco de Portugal. Após 1 de janeiro de 2017 os valores resultantes do cálculo da imparidade da carteira de crédito passam a ter impacto contabilístico; desta forma, o valor das imparidades poderá variar entre períodos. Na análise individual estas variações resultam da observação casuística aplicada a cada contrato pertencentes às entidades sujeitas à análise trimestral; na análise colectiva estas variações resultam essencialmente da evolução mensal dos parâmetros (LGD, PD) que são utilizados para o referido cálculo.

d) Política de conversão de dívida em capital do devedor (se aplicável).

Não aplicável, uma vez que a CCAM de Mafra não utiliza este tipo de solução.

e) Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos.

Nesta matéria é relevante identificar e distinguir as reestruturações efetuadas em casos de dificuldades financeiras, sendo as mesmas objeto de classificação distinta na aplicação de gestão bancária. Neste âmbito, as reestruturações efetuadas a mutuários que sejam pessoas individuais são-no de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de Outubro.

Aos mutuários que sejam pessoas coletivas são propostas soluções semelhantes às propostas aos mutuários individuais, designadamente:

- renegociação das condições do crédito através da concessão de um período de carência de capital, conforme necessidades demonstradas pelo cliente;
- renegociação das condições do crédito através da prorrogação do prazo do mesmo, considerando nomeadamente a idade do cliente bancário e o prazo inicial do crédito.
- concessão de um empréstimo adicional autónomo destinado a suportar temporariamente o pagamento das prestações do crédito.

O risco mais relevante para os mutuários a quem foram aplicadas medidas de reestruturação, e uma vez que estes se podem encontrar em cenários de dificuldades financeiras, é a probabilidade de voltarem a incumprir as suas obrigações. Os controlos implementados decorrem do regime constante do Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de Outubro (PARI/PERSI), sobre o qual existe um reporte de periodicidade mensal ao Banco de Portugal e que serve de base a um processo de monitorização dos processos de crédito abrangidos.

f) Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais.

Os colaterais são avaliados por avaliador Imobiliário externo, de acordo com os métodos por estes aplicados e respeitando o disposto no Aviso nº 5/2006 do Banco de Portugal, devidamente identificado no normativo interno da Instituição.

São também respeitados os prazos de reavaliação dos imóveis dispostos no Regulamento (UE) n.º 575/2013, designadamente:

- uma vez de três em três anos para os bens imóveis destinados à habitação e,
- uma vez por ano para os bens imóveis para fins comerciais;
- são efetuadas verificações mais frequentes no caso de as condições de mercado estarem sujeitas a alterações significativas;
- a verificação do valor do bem imóvel é documentada de forma clara e rigorosa contendo a descrição dos critérios e da periodicidade de revisão;
- para efeitos da verificação do valor de bens imóveis, a instituição recorre a índices/métodos estatísticos considerados adequados.

O valor dos imóveis considerados para efeitos de colateral, e em casos onde a recuperação do crédito ocorra via execução judicial do colateral imobiliário, é ajustado à atual conjuntura, através da aplicação de *haircuts*.

g) Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade.

O cálculo das imparidades é efetuado através de duas análises distintas: coletiva e individual. Para que o modelo de imparidade se mantenha adequado e atualizado face ao contexto da sua atividade, a CCAM de Mafra efetua com periodicidade trimestral (ou menor em caso de alterações substanciais relativas aos mutuários que integrem a amostra) a revisão de imparidade aos clientes de análise individual e mensalmente aos de análise coletiva.

Ao nível da análise individual, a imparidade é apurada em função da capacidade de reembolso do devedor, ou dos colaterais que dispõe a garantir as operações de crédito, aplicando-se os critérios de referência constantes da Carta Circular nº 2/2014/DSP do Banco de Portugal.

No que se refere à análise coletiva da carteira de crédito, para efeitos de estimativa da LGD, são efetuados cálculos a partir do histórico de recuperações efetivas, assumindo pressupostos conservadores, definidos e aprovados pelo Conselho de Administração, para estimativas futuras.

h) Descrição das metodologias de cálculo da imparidade, incluindo a forma como os portefólios são segmentados para refletir as diferentes características dos créditos.

Os segmentos a utilizar na análise de imparidade coletiva levam em consideração dois níveis de segmentação:

- Tipo de Cliente (Particular vs Empresa)
- Tipo de Garantia associada (Pessoal vs Real)

A introdução de uma maior granularidade ao nível da segmentação da carteira seria conducente a segmentos com um número muito reduzido de ocorrências e onde, conseqüentemente, a calibração dos parâmetros do modelo (PD e LGD) não seria possível com o rigor desejado.

Contudo, de acordo com o instruído na Carta Circular nº 2/2014 do Banco de Portugal, foram também considerados segmentos específicos para clientes com indícios de dificuldades financeiras e clientes com créditos reestruturados ou com créditos curados / em período de quarentena (12 meses).

Análise individual de imparidade

Nesta análise importa concluir pela existência ou não de eventos de perda e que dará lugar a uma quantificação de uma eventual perda por imparidade, por via da estimativa dos fluxos de caixa que ainda venham a ser gerados pelo contrato.

Os mutuários que incluam a amostra obtida são analisados através de uma ficha que contém os critérios para a determinação dos intervalos de imparidade previstos na Carta-Circular nº 2/2014. São ainda considerados critérios adicionais relacionados com a categorização quanto ao nível de imparidade, nomeadamente os *ratings* interno e externo, litígios jurídicos, penhoras de depósitos bancários, execução de garantias bancárias, entre outros indícios de dificuldades financeiras.

Este modelo prevê três formas de recuperação do crédito:

- a) pela análise dos fluxos de caixa gerados pela atividade do devedor;
- b) pela análise dos fluxos de caixa do projeto (imobiliário);
- c) pela execução do colateral.

Formas de recuperação

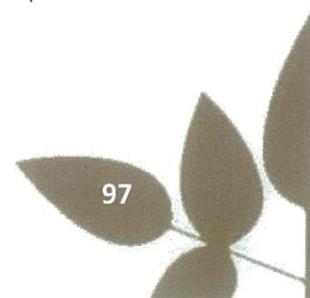
a) Pela análise dos fluxos de caixa gerados pela atividade do devedor

A recuperabilidade da dívida depende da capacidade de reembolso do devedor, considerando os fluxos de caixa gerados pelo seu negócio ou provenientes de outras entidades do grupo de clientes ligados entre si em que o devedor está inserido, desde que formalmente documentado o compromisso destas entidades, assumirem as responsabilidades do devedor.

Nos casos em que não existir informação que permita aferir sobre a existência de fluxos de caixa para o cumprimento do serviço da dívida, são aplicados os critérios definidos na tabela qualitativa constante do Anexo II da Carta-Circular nº 2/2014 e tidos em consideração eventuais colaterais.

No caso concreto das entidades particulares, e uma vez que o Anexo II da referida Carta-Circular se encontra mais dirigido para a análise de pessoas coletivas, é adotado um critério mais conservador que o disposto naquele diploma regulamentar, pelo que verificando-se a observação de duas condições (condições 1 a 4), será atribuído ao mutuário o nível médio do intervalo de imparidade correspondente.

Caso se verifique a condição anterior para mais do que um intervalo de imparidade, deverá aplicar-se o mais conservador, conforme disposto no ponto (ii) do Anexo II da Carta-Circular nº 2/2014.



b) Fluxos de caixa do projeto (imobiliário)

A recuperabilidade da dívida depende diretamente dos fluxos de caixa gerados por um projeto imobiliário específico. Neste cenário a determinação do valor recuperável deve ter por base a avaliação do projeto (efetuada por avaliador qualificado independente), tendo em consideração o seguinte:

- (i) O valor de avaliação do ativo (no seu estado atual) deverá ser o "Provável Valor de Transação" (PVT);
- (ii) Caso a avaliação do projeto tenha por base o método comparativo ou o método do custo, deverão ser considerados fatores de desconto temporal no apuramento do valor presente dos fluxos de caixa estimados, de acordo com os seguintes cenários de referência, exceto nos casos em que as instituições possuam dados devidamente verificáveis que justifiquem a aplicação de outros prazos:
 - Mínimo de 4 anos para projetos em desenvolvimento (grau de acabamento <50%) ou ainda não iniciados (incluindo terrenos);
 - Mínimo de 3 anos para projetos em desenvolvimento (grau de acabamento > 50%) ou já concluídos.
- (iii) Caso a avaliação do projeto tenha por base o método do rendimento ou método residual, e os pressupostos utilizados sejam considerados aceitáveis (de acordo com o estipulado na secção 1.3.2), não é necessário aplicar qualquer fator de desconto temporal;
- (iv) Caso a avaliação do projeto seja considerada desadequada (de acordo com o estipulado na secção 1.3.2):
 - a) Por via da antiguidade: Deverão considerar-se os descontos definidos no Anexo III da Carta-Circular nº 2/2014;
 - b) Por desadequação de pressupostos: Deverá proceder-se a uma nova avaliação, adequada à situação atual e/ou prevista para o ativo.

No caso da recuperação da dívida estar suportada complementarmente em outros fluxos gerados pela entidade, para essa componente deverão ser aplicados os critérios definidos na alínea a) "Fluxos de caixa do negócio" acima.

No caso da recuperabilidade da dívida depender da alienação (por parte do mutuário) de outros colaterais, nomeadamente carteira de títulos e/ou participações sociais, a determinação do valor recuperável deve ter em conta o presumível valor da transação, deduzido de eventuais custos de venda ou manutenção, descontado pelo período remanescente até à data prevista para o recebimento dos correspondentes fluxos de caixa.

c) Pela execução do colateral**c.1) se colateral for garantia real**

A estimativa do valor de recuperação é aplicável no caso em que o devedor apresente indícios de imparidade (inferior ao intervalo "G" previsto no Anexo II da Carta-Circular nº 2/2014).

A imparidade é apurada tendo por base o diferencial entre o valor atualizado da dívida do mutuário (tendo como referência o prazo médio de execução judicial e a taxa de juro do contrato – taxa de desconto) e a avaliação do imóvel, podendo este valor ser afetado pelos *haircuts*, caso a última avaliação do imóvel tenha sido realizada há mais de um ano. A este montante são ainda acrescidos os custos relacionados com a execução judicial e posterior colocação do imóvel no mercado.

c.2) se colateral for garantia pessoal

Estas garantias não são consideradas no cálculo de apuramento da imparidade, pelo que a imparidade calculada para este tipo de colateral é, no mínimo, igual ao montante total da dívida.

c.3) se colateral for sem Garantia

A imparidade calculada para este tipo de colateral é, no mínimo, igual ao montante total da dívida.

Os mutuários sujeitos a análise individual em que não forem identificados indícios de imparidade, ou não foi quantificada imparidade são posteriormente incorporados na análise coletiva.

Análise coletiva de imparidade

A abordagem implementada assenta num modelo de avaliação e quantificação de risco através da observação de histórico de comportamentos de incumprimentos na carteira de crédito em segmentos definidos, distintos e homogéneos, que permitam a extrapolação do seu comportamento.

Neste caso, tratando-se de uma abordagem estrutural a aferição do incumprimento é efetuada com base na observação do número de incumprimentos com uma série histórica de 5 anos para o cálculo da PD. Por sua vez, a série histórica usada para eventos de recuperação compreende 7 anos, usando com referência a data de resolução dos contratos, para o cálculo da LGD

Esta abordagem encontra-se alinhada com as diretrizes constantes nos regulamentos aplicáveis, nomeadamente as International Financial Reporting Standards (IFRS), a Norma IAS 39 e a Carta-Circular nº 2/2014/DSP do Banco de Portugal.

Este cálculo é efetuado de acordo com o disposto no ponto n).



i) Indicação dos indícios de imparidade por segmentos de crédito.

Para a identificação e agregação da carteira com indícios de imparidade, serão considerados os indícios identificados na Carta-Circular nº 2/2014 do Banco de Portugal:

- Cliente com pelo menos 1 crédito com atrasos no pagamento superior a 30 dias;
- Cliente com pelo menos 1 crédito em contencioso;
- Cliente com pelo menos 1 crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente ou perspectiva/pedido de reestruturação;
- Cliente com pelo menos 1 crédito no sistema bancário em situação de incumprimento, capital e juros abatidos/anulados ou contencioso, de acordo com a informação disponível na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal;
- Cliente com notação de *rating* correspondente ao quartil mais gravoso da escala de rating interno;
- Cliente com deterioração de notação de *rating* superior a 30% da escala de rating interno;
- Cliente com cheques devolvidos e/ou inibição de uso de cheques;
- Crédito com decréscimo material do valor da garantia real (superior a 20%), quando tal resulte num LTV superior a 80% (aplicável nos casos em que o crédito está associado a um projeto imobiliário específico);
- Clientes com efeitos protestados / não cobrados;
- Cliente com expectativa de insolvência ou objeto de Programas Especiais de Recuperação;
- Cliente com dívidas ao Fisco ou à Segurança Social em situação de incumprimento ou de penhora executada pelo Estado;
- Outros fatores que indiciem a deterioração da capacidade de cumprir com o serviço da dívida (v.g. a inexistência de um mercado ativo para os bens subjacentes ao financiamento, redução significativa do volume de negócios e/ou perda de um cliente relevante (para empresas), situações de desemprego (particulares) ou outros fatores conforme constante na Instrução nº 32/2013 do Banco de Portugal).

j) Indicação dos limiares definidos para análise individual.

A amostra de mutuários a quem é efectuada para análise individual é selecionada de forma a garantir o maior número de observações entre a aplicação de três critérios:

- 1 - mutuários que individualmente representem $\geq 0,5\%$ do total da carteira;
- 2 - créditos que perfaçam cumulativamente um mínimo de 20% da exposição total da carteira de entre os maiores mutuários;
- 3 - créditos com montante até 5% do Produto Bancário da CCAM de Mafra.

- ✓ é considerado como exposição total, para efeitos de seleção da amostra da carteira, a soma de crédito vencido e vincendo com os respetivos juros contabilizados;
- ✓ a análise de exposições relativas a limites atribuídos e não utilizados será efetuada para mutuários selecionados na amostra original em que seja detetada imparidade na soma de crédito vencido e vincendo;
- ✓ a existência de imparidade numa entidade da amostra que esteja incluída num grupo (grupo económico ou grupo de mutuários correlacionados a nível societário ou a nível das garantias hipotecárias) implica a análise de eventual imparidade em outras entidades pertencentes ao mesmo grupo.
- ✓ a amostra individual é gerada automaticamente pelo sistema produzindo um ficheiro com a listagem das entidades que cumprem os requisitos anteriores.

k) Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como em incumprimento.

Os procedimentos instituídos relativamente a mutuários particulares em incumprimento decorrem do regime constante do Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de Outubro (PARI/PERSI).

Inserido neste regime é também monitorizado o grau de risco interno, nomeadamente a existência de indícios de dificuldades financeiras, que podem justificar a necessidade e/ou pertinência de medidas de reestruturação ainda anteriores ao efetivo incumprimento.

Para os mutuários que sejam pessoas coletivas é efetuado o mesmo tipo de acompanhamento.

l) Descrição genérica da forma de cálculo do valor atual dos fluxos de caixas futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas individual e coletivamente.

De acordo com o modelo, um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está em imparidade se for identificada evidência objetiva de que ocorreu um evento que originou uma perda por imparidade, como resultado de um ou mais acontecimentos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (um "acontecimento de perda") e se esse acontecimento (ou acontecimentos) de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser fiavelmente estimado. O valor da perda deverá ser determinado como a diferença entre o valor de balanço e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados.

Os fluxos de caixa futuros estimados incluídos no cálculo dizem respeito aos montantes contratuais dos créditos, ajustados por eventuais valores que a CCAM espera não recuperar e pelo prazo temporal em que é expectável que os mesmos se venham a concretizar. A forma de cálculo do valor atual dos fluxos de caixa futuros no que concerne à avaliação individual e coletiva caracteriza-se como a seguir se descreve.



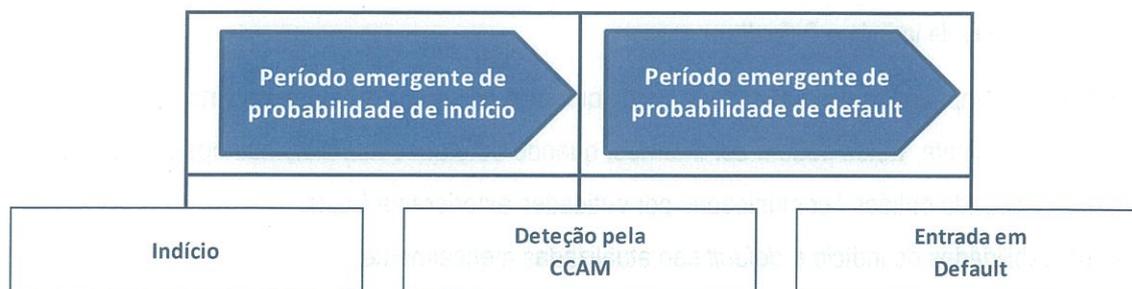
Na exposição objeto de análise individual importa concluir pela existência ou não de eventos de perda, os quais darão lugar à quantificação de uma eventual perda por imparidade, por via da estimativa dos fluxos de caixa que ainda venham a ser gerados pelo contrato. A imparidade é apurada tendo por base o diferencial entre o valor atualizado da dívida do mutuário (utilizando o prazo médio de execução judicial e a taxa de juro original do contrato – taxa de desconto) e a avaliação do imóvel, sendo este valor afetado pelos *haircuts* previstos na Carta Circular n.º 02/2014/DSP, do Banco de Portugal, em função da data da última avaliação do imóvel. A este montante ainda são acrescidos os custos relacionados com a execução judicial e posterior colocação do imóvel no mercado.

No caso da avaliação coletiva de imparidade, o cálculo da estimativa de cash-flows futuros tem por base a exposição para a qual não foi apurada imparidade em base individual, considerando a PD e a LGD, sendo excluídas do apuramento destes parâmetros, as exposições avaliadas em base individual. O cálculo da LGD incorpora um fator de atualização dos cash-flow recuperados, em função dos custos de recuperação e período estimado de recuperação, determinando o grau de perda verificada nos créditos em recuperação e contencioso, permitindo analisar o grau de eficiência (com base em fatores económicos e temporais) da Instituição na gestão do Crédito vencido.

m) Descrição do (s) período (s) emergente utilizado para os diferentes segmentos e justificação da sua adequação.

O período emergente representa o horizonte temporal que medeia entre o evento que origina a perda e a CCAM tomar conhecimento do mesmo. O período emergente encontra-se desagregado em:

- **Período emergente de probabilidade de indício** – tempo que decorre entre a ocorrência de um indício e a sua deteção pela Caixa. A utilização deste período é aplicável à carteira sem indícios de imparidade. Este período será de 12 meses, aplicável a todos os segmentos.
- **Período emergente de probabilidade de *default* condicionada à existência de indícios de imparidade** – tempo que decorre entre a deteção de um indício de imparidade e a entrada em *default*. A utilização deste período é aplicável à carteira com indícios de imparidade detetados. Este período será de 12 meses, aplicável a todos os segmentos.



n) **Descrição detalhada do custo associado ao risco de crédito, incluindo divulgação das PD, EAD, LGD e taxas de cura.**

O modelo implementado tem por objetivo a quantificação do custo associado ao risco de crédito, estimando para tal os parâmetros do risco de crédito PD (Probability of Default; Probabilidade de Incumprimento) e LGD (Loss given default; Perda económica, percentual, no incumprimento).

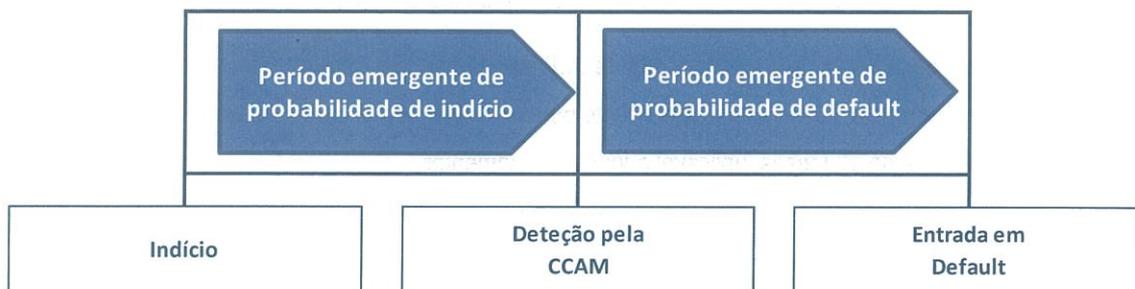
O modelo de imparidade coletiva assenta nos seguintes parâmetros:

Período Emergente

O período emergente representa o horizonte temporal que medeia entre o evento que origina a perda e a CCAM tomar conhecimento do mesmo. O período emergente encontra-se desagregado em:

Período emergente de probabilidade de indício – tempo que decorre entre a ocorrência de um indício e a sua deteção pela Caixa. A utilização deste período é aplicável à carteira sem indícios de imparidade. Este período será de 12 meses, aplicável a todos os segmentos.

Período emergente de probabilidade de *default* condicionada à existência de indícios de imparidade – tempo que decorre entre a deteção de um indício de imparidade e a entrada em *default*. A utilização deste período é aplicável à carteira com indícios de imparidade detetados. Este período será de 12 meses, aplicável a todos os segmentos.



Probabilidades de Indício e *Default*

O indício de imparidade é um evento de perda que pela sua natureza aumenta o risco de incumprimento da operação / Cliente. Estes podem ser internos, quando detetados nos sistemas operacionais da CCAM, ou externos quando obtidos / comunicadas por entidades exteriores à Caixa.

As probabilidades de indício e *default* são atualizadas mensalmente.

Probabilidade de indício (PI)

A PI consiste numa estimativa do número de operações que a determinado momento se encontravam sem indícios de imparidade, mas que durante o Período emergente de PI apresentaram algum indício de imparidade.

Para a identificação e agregação da carteira com indícios de imparidade, serão considerados os indícios identificados na Carta-Circular:

- Cliente com pelo menos 1 crédito com atrasos no pagamento superior a 30 dias;
- Cliente com pelo menos 1 crédito em contencioso;
- Cliente com pelo menos 1 crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente ou perspectiva/pedido de reestruturação;
- Cliente com pelo menos 1 crédito no sistema bancário em situação de incumprimento, capital e juros abatidos/anulados ou contencioso, de acordo com a informação disponível na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal;
- Cliente com notação de *rating* correspondente ao quartil mais gravoso da escala de rating interno;
- Cliente com deterioração de notação de *rating* superior a 30% da escala de rating interno;
- Cliente com cheques devolvidos e/ou inibição de uso de cheques;
- Crédito com decréscimo material do valor da garantia real (superior a 20%), quando tal resulte num LTV superior a 80% (aplicável nos casos em que o crédito está associado a um projeto imobiliário específico);
- Clientes com efeitos protestados / não cobrados;
- Cliente com expectativa de insolvência ou objeto de Programas Especiais de Recuperação;
- Cliente com dívidas ao Fisco ou à Segurança Social em situação de incumprimento ou de penhora executada pelo Estado;
- Outros fatores que indiciem a deterioração da capacidade de cumprir com o serviço da dívida (v.g. a inexistência de um mercado ativo para os bens subjacentes ao financiamento, redução significativa do volume de negócios e/ou perda de um cliente relevante (para empresas), situações de desemprego (particulares) ou outros fatores conforme constante na Instrução nº 32/2013 do Banco de Portugal).

Se o cliente ou grupo financeiro apresentar um valor de exposição em *default* abaixo de 20%, as suas operações associadas serão consideradas como apresentando indícios de imparidade.

O valor da PI por segmento é dado pelo número de operações que em algum dos 12 meses após “t” (base), passaram a ter indícios de imparidade, condicionadas ao facto de estarem sem indícios em “t”, sobre o número de operações sem indícios de imparidade em “t”, tendo por base os dados históricos da Caixa (5 anos) e uma frequência mensal.

PD (Probability of Default; Probabilidade de Incumprimento)

A determinação da PD fundamenta-se na observação do número de incumprimentos ocorridos na carteira de crédito ao longo do período em análise (definido contendo 5 anos de histórico). O processo da sua quantificação envolve as seguintes fases:

- Determinação do número de incumprimentos ocorrido no período em análise e da frequência da sua ocorrência e cálculo das probabilidades incondicionadas de incumprimento em função das frequências observadas, por comparação com o número de contratos ativos em cada período;
- A determinação da PD assenta no princípio de invariância da carteira atual pelo horizonte temporal considerado (um ano) e na viabilidade da extrapolação do comportamento observado na série histórica considerada através da seleção de um período temporal de análise que contém unicamente um ciclo económico, de acordo com o definido nas *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e a Norma IAS 39.
- A média das frequências de incumprimento observadas na série temporal analisada é então definida como PD. Para cada segmento considerado é definida uma PD distinta, através da separação das suas séries temporais.

Probabilidade de Default Condicionada à existência de indícios de imparidade (PDC)

A PDC consiste numa estimativa do número de operações que a determinado momento se encontravam com indícios de imparidade, e que entraram em *default* durante o período emergente de PDC.

Para a identificação e agregação da carteira em *default*, nos termos da Carta-circular, será considerado como crédito com incumprimento (em *default*):

- Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há mais de 90 dias; ou
- Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência, liquidação do devedor, entre outros.
- A renovação, refinanciamento, renegociação ou reestruturação de uma operação de crédito não deverá interromper a contagem do número de dias em atraso, exceto no caso de o devedor liquidar os juros vencidos sem recorrer a novo financiamento para esse propósito, direta ou indiretamente.

Adicionalmente, são considerados os seguintes critérios de contaminação de eventos de *default* verificados ao nível dos contratos:

- Toda a exposição do devedor será considerada em incumprimento, sempre que as exposições vencidas há mais de 90 dias excedam 20% do total da exposição do devedor;



- Se o total das exposições em *default* representar mais de 20% do total da exposição de um determinado grupo financeiro, as restantes operações são objeto de contaminação passando a ser consideradas como estando em *default*.

O valor da PDC por segmento é dado pelo número de operações que em algum dos 12 meses após “t” (base), entram em *default*, condicionadas ao facto de estarem com indícios em “t”, sobre o número de operações com indícios de imparidade em “t”, tendo por base os dados históricos da CCAM (5 anos) e uma frequência mensal.

Probabilidade de *Default Direta* (PDD)

A PDD consiste numa estimativa do número de operações que a determinado momento se encontravam sem indícios de imparidade, mas que entraram em *default* durante o período emergente de PI.

O valor da PDD por segmento é dado pelo número de operações que em algum dos 12 meses após “t” (base), entraram em *default*, condicionadas ao facto de estarem sem indícios de imparidade em “t”, sobre o número de operações sem indícios de imparidade em “t”, tendo por base os dados históricos da CCAM (5 anos) e uma frequência mensal.

O cliente / Operação deixam de ser classificados como estando em incumprimento quando não se verifique qualquer critério de ativação de incumprimento e tenham sido liquidados todos os juros vencidos.

LGD (Loss given default; Perda económica, percentual, no incumprimento)

Este parâmetro determina o grau de perda verificada nos créditos em recuperação e contencioso, permitindo analisar o grau de eficiência (com base em fatores económicos e temporais) da Instituição na gestão o Crédito vencido, sendo determinado da seguinte forma:

$$LGD = 1 - \left(\frac{\frac{D}{(1 + TxM)^{Pr}}}{B} \right)$$

A - Exposição na data de referência do cálculo relativa aos créditos para os quais foi detetado incumprimento

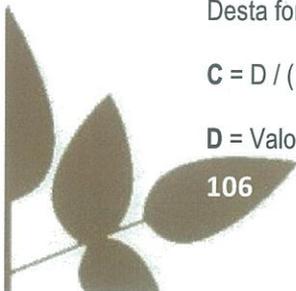
B - Exposição no momento do incumprimento

C - Valor recuperado à data de referência dos créditos entrados em incumprimento, é entendido como um valor atual, que visa estimar a atualização do valor recuperado para a data do incumprimento, através do desconto do período estimado de recuperação.

Desta forma:

$C = D / (1 + tx.juro\ média\ carteira)^{Pr}$ Período estimado de recuperação

$D = Valor\ recuperado = (B - A)$



TxM = Taxa de Juro Média de Contratos considerados para a LGD

Pr = Período estimado de recuperação

A análise coletiva é efetuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$IMPARIDADE_{colectiva} = MD * PD * LGD$$

A LGD consiste numa estimativa de perda dado o *default* de um contrato, tendo por base a informação histórica da Caixa (5 anos, sendo aumentado em mais 1 ano todos os anos até atingir 7 anos) considerando todos os contratos que entraram em incumprimento durante o período em análise.

O processo de recuperação considera-se concluído quando o incumprimento é sanado (seja por via do pagamento dos montantes em atraso, seja por via da recuperação e alienação do colateral associado) ou quando, após terem sido tomadas pela Caixa todas as diligências de recuperação razoáveis, já não forem esperadas quaisquer recuperações adicionais.

Contratos com processo de recuperação concluído

Deverão ser identificados todos os contratos cuja conclusão do processo de recuperação tenha ocorrido dentro do período de análise anteriormente referido. Para esses contratos, deverão ser apuradas as recuperações efetivamente verificadas entre o momento da entrada em *default* e a data da conclusão do processo de recuperação.

Para esse efeito deverá ser considerado:

- Identificação do mês em que o contrato entrou pela primeira vez em *default*.
- Identificação das recuperações efetivamente verificadas relacionadas com cada contrato, ocorridas entre o mês de entrada em *default* e a data de referência. Na identificação das recuperações deverá ser levado em consideração:
 - Abates do crédito ao ativo (*write-offs*) e estornos posteriores desses *write-offs*;
 - Quantias efetivamente recuperadas com a alienação dos ativos recebidos em garantia;
 - Perda na sequência do direito ao recebimento ter expirado, total ou parcialmente (por exemplo, devido a um perdão da dívida, insolvência decretada por um tribunal, etc.);



- o Quantias recuperadas (de capital e de juros) após a entrada em incumprimento (através do devedor ou através de um garante);
- o Quantias em dívida que à data de referência já não se encontrem em situação de incumprimento.

Contratos sem processo de recuperação concluído

Para os contratos que entraram em incumprimento durante o período de análise mas cujo processo de recuperação ainda não se encontra concluído à data de referência não são os mesmos considerados no cálculo da LGD.

Créditos garantidos por colateral

Para créditos garantidos por colateral deverá ser estimada a quantia que se espera recuperar através da obtenção e posterior alienação do colateral à data de referência.

Para isso, é necessário determinar o justo valor do colateral, deduzido dos custos estimados necessários para proceder à sua alienação.

O justo valor deverá ser determinado com base em avaliações elaboradas por avaliadores independentes registados na CMVM aplicando-se, quando necessário, as taxas previstas na Tabela de Descontos do Anexo III à Carta-circular 2/2014/DSP. Serão aplicados Haircuts sempre que a avaliação do imóvel tenha sido realizada há mais de um ano, aplicando as seguintes taxas de desvalorização:

Antiguidade da avaliação	Desconto	
	≥ 50% Obra concluída	<50 % Obra concluída
Inferior a 6 meses	Não aplicável	Não aplicável
6 meses	5%	5%
Entre 7 meses e 1 ano	10%	10%
Entre 1 e 2 anos	15%	20%
Entre 2 e 3 anos	25%	35%
Mais de 3 anos	50%	60%

(*) Os valores de desconto acima apresentados são referentes ao final do período indicado. Para períodos intermédios deverão ser aplicados descontos de forma proporcional.

Sobre esse montante deverá ser ainda considerada a percentagem média de perda histórica incorrida pela Caixa com as alienações dos colaterais recuperados.

Para tal, deverá ser comparado o montante atribuído a cada colateral na data em que o mesmo foi recuperado e a quantia obtida com a venda efetiva desse mesmo colateral. Se o período que decorreu entre a data de recuperação e a data da venda for significativo, a quantia obtida com a venda do colateral



deverá ser atualizada para a data da recuperação, considerando a taxa de juro original do contrato (taxa de juro/spread em vigor antes do evento de *default*).

Este apuramento deverá ser efetuado, dentro do possível, para todas as ocorrências, não existindo qualquer limitação temporal.

A percentagem média de perda histórica corresponde à média ponderada de cada uma das percentagens de perda determinadas da forma referida nos parágrafos anteriores.

Se a percentagem média de perda histórica for positiva (ganho), deverá ser considerada como zero.

Nos casos em que o colateral já foi recuperado pela Caixa mas, à data de referência ainda permanece em carteira, deverão ainda assim ser aplicadas, com as necessárias adaptações, os procedimentos evidenciados anteriormente.

Créditos garantidos por aval (garantia pessoal)

Para os créditos garantidos por aval (garantia pessoal), deverá ser estimada a quantia que se espera recuperar com recurso ao garante, à data de referência.

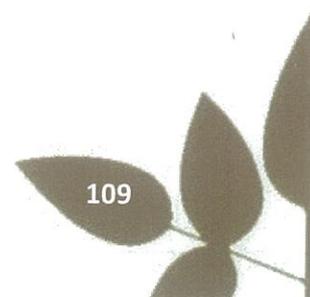
Para esse efeito, deverá ser determinada a percentagem média de perda histórica incorrida pela Caixa nos casos em que o garante se substituiu ao devedor para o cumprimento das suas responsabilidades.

Assim, deverá ser comparado o montante em dívida na data em que a mesma foi assumida pelo garante (voluntariamente ou com recurso a tribunal), com os reembolsos de capital e juros efetuados pelo garante após essa data. Cada um desses reembolsos deverá ser atualizado para a data em que o garante assumiu a responsabilidade pelo crédito, considerando a taxa de juro original do contrato (taxa de juro/spread em vigor antes do evento de *default*).

Este apuramento deverá ser efetuado, dentro do possível, para todas as ocorrências, não existindo qualquer limitação temporal.

A percentagem média de perda histórica corresponde à média ponderada de cada uma das percentagens de perda determinadas da forma referida nos parágrafos anteriores. Se a percentagem média de perda histórica for positiva (ganho), deverá ser considerada como zero.

Apenas deverão ser consideradas neste apuramento as situações em que o processo de recuperação através do fiador já foi concluído (independentemente de ter sido ou não possível de recuperar todo o crédito).



Créditos sem garantia

Para os créditos sem garantia deverá ser estimada a quantia que se espera recuperar do próprio mutuário, à data de referência.

Para esse efeito, deverá ser determinada a percentagem média de perda histórica incorrida pela Caixa nos créditos que se encontram nesta situação.

Assim, deverá ser comparado o montante em dívida na data em que o crédito entrou em incumprimento, com os reembolsos de capital e juros efetuados pelo mutuário após essa data. Caso esse reembolso ocorra com recurso a execução ou dação de património deverão ser aplicados os procedimentos descritos para os créditos com colateral. Cada um dos reembolsos deverá ser atualizado para a data do incumprimento, considerando a taxa de juro original do contrato (taxa de juro/spread em vigor antes do evento de *default*). Este apuramento deverá ser efetuado, dentro do possível, para todas as ocorrências, não existindo qualquer limitação temporal.

A percentagem média de perda histórica corresponde à média ponderada de cada uma das percentagens de perda determinadas da forma referida nos parágrafos anteriores. Se a percentagem média de perda histórica for positiva (ganho), deverá ser considerada como zero.

Apenas deverão ser consideradas neste apuramento as situações em que o processo de recuperação já foi concluído (independentemente de ter sido ou não possível de recuperar todo o crédito).

Cálculo das perdas (todos os contratos)

Para determinar o montante da perda efetivamente incorrida, esta deverá corresponder à diferença entre a quantia escriturada à data da entrada em incumprimento e a estimativa das quantias efetivamente recuperadas (determinadas nas formas descritas anteriormente), descontadas individualmente para a data do incumprimento, à taxa de juro original do contrato (taxa de juro/spread em vigor antes do evento de *default*).

Nos casos de reestruturações por dificuldades financeiras que tenham implicado reduções de taxa de juro que estejam relacionadas com a dificuldade financeira do devedor, a perda efetivamente incorrida deverá corresponder à diferença entre a quantia escriturada à data da reestruturação e as recuperações calculadas de acordo com os parâmetros anteriores.

Deverão ser também considerados na perda os custos efetivamente incorridos, relacionados com a recuperação do crédito, tais como, por exemplo:

- Custas com advogados, tribunais ou outros diretamente relacionados com a recuperação do crédito;
- Custos com a alienação dos ativos recebidos em garantia (p.e. comissão da agência imobiliária).

O valor da LGD de um contrato é dado pelo montante da perda efetivamente incorrida determinado da forma anteriormente descrita sobre o montante escriturado à data do evento de *default*.

O valor da LGD de cada segmento é dado pela média das LGD dos contratos enquadráveis nesse segmento, ponderada pelos saldos dos contratos.

As LGD são atualizadas de forma mensal, sendo que pressupostos utilizados para estimar a imparidade, são testados de forma a calibrar os pressupostos adotados, de forma a minimizar as diferenças entre as perdas estimadas e as perdas efetivamente incorridas (*Back-testing*).

Os valores estimados com referência a 31/12/2016 são os seguintes:

Exposição global analisada no âmbito do processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito

Data de referência - 31-12-2016		Em €
(1)	Conta 14 - Crédito a Clientes	€ 51 846 710
(2)	Conta 15 - Crédito e Juros Vencidos	€ 7 728 462
(3)	Conta 3304 - Rendimentos a receber de juros e créditos a clientes	€ 74 860
(4)	Conta 53 - Receitas com rendimento diferido associadas a operações de crédito a clientes	-€ 235
(5)	Exposição apresentada no Balanço - (1) + (2)+(3)+(4)	€ 59 649 797
(6)	Ajustamentos	
(+)	Conta 900 - Garantias Prestadas e outros passivos eventuais	€ 802 961
(+)	Conta 9203 - Linhas de Crédito Irrevogáveis	€ 6 362 542
(-)	Exposições Colateralizadas por cauções de depósito a prazo	-€ 1 202 019
(10)	Exposição global analisada	€ 65 613 280

Comparação com níveis de provisionamento para risco de crédito, específico e geral

(1)	Imparidade calculada em base Individual - Crédito Interno	€ 560 658
(2)	Imparidade calculada em base Individual - Crédito e Juros Vencidos	€ 1 685 588
(3)	Imparidade calculada em Base Colectiva - Crédito Interno	€ 2 217 965
(4)	Imparidade calculada em Base Colectiva - Crédito e Juros Vencidos	€ 1 736 929
(5)	Imparidade Garantias Prestadas (extrapatrimoniais)	€ 12 418
(6)	Imparidade Linhas Crédito Irrevogáveis (extrapatrimoniais)	€ 52 154
(7)	Imparidade Total - Σ (1:6)	€ 6 265 712
(8)	Provisões Específicas	€ 6 093 620
(9)	Provisões genéricas	€ 458 287
(10)	Provisões Regulamentares Totais (8) + (9)	€ 6 551 907
(11)	Diferença entre sistemas de provisionamento (7)-(10)	€ 286 196

o) **Conclusões sobre as análises de sensibilidade ao montante de imparidade a alterações nos principais pressupostos.**

O modelo de imparidade foi sujeito a alterações em vários pressupostos, pelo que até à presente data ainda não foram realizadas análises de sensibilidade ao mesmo.

Divulgações quantitativas:

As divulgações quantitativas apresentadas correspondem a dados do processo de quantificação de imparidade, conforme previsto no âmbito da Instrução nº 5/13 do BdP.

Estas divulgações tomam como referência os quadros apresentados no Anexo da Carta Circular nº 2/14 do BdP. Tais Quadros são Indicativos, sendo adaptados à realidade da Instituição.

a) **Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento.**

a.1)

Segmento	Exposição 31/12/2016						Exposição 31/12/2016		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Carteira de Retalho									
Finalidades:									
- Empresas	17 202 592 €	12 305 425 €	0 €	2 445 213 €	1 055 637 €	53 421 €	1 367 646 €	735 375 €	632 270 €
- Construção e CRE	4 562 001 €	1 504 985 €	0 €	723 323 €	2 465 615 €	2 159 964 €	1 218 998 €	59 603 €	1 159 396 €
- Habitação	23 614 824 €	22 808 670 €	0 €	1 913 397 €	751 155 €	25 346 €	1 409 563 €	1 087 933 €	321 630 €
- Consumo	913 065 €	859 182 €	0 €	25 205 €	53 883 €	322 €	10 980 €	7 302 €	3 678 €
- Outras	20 522 816 €	14 476 977 €	0 €	3 763 712 €	3 368 269 €	818 327 €	2 258 525 €	952 981 €	1 305 544 €
Total	66 815 300 €	51 955 238 €	0 €	8 870 850 €	7 694 559 €	3 057 381 €	6 265 711 €	2 843 194 €	3 422 517 €

Segmento	Exposição 31/12/2015						Exposição 31/12/2015		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Carteira de Retalho									
Finalidades:									
- Empresas	13 655 567 €	10 618 856 €	0 €	1 932 718 €	3 036 711 €	945 000 €	1 347 641 €	251 943 €	1 095 698 €
- Construção e CRE	3 035 941 €	853 148 €	0 €	177 085 €	2 182 793 €	1 559 250 €	571 776 €	15 103 €	556 673 €
- Habitação	23 243 438 €	22 072 782 €	0 €	1 849 620 €	1 170 657 €	0 €	1 082 982 €	610 713 €	472 269 €
- Consumo	923 403 €	851 101 €	0 €	31 367 €	72 302 €	0 €	50 596 €	16 308 €	34 288 €
- Outras	19 934 663 €	15 824 336 €	0 €	3 868 293 €	4 110 327 €	779 406 €	2 524 790 €	801 358 €	1 723 431 €
Total	60 793 012 €	50 220 223 €	0 €	7 859 083 €	10 572 790 €	3 283 656 €	5 577 785 €	1 695 426 €	3 882 359 €

a.2)

Segmento	Exposição Total 31/12/2016	Da Exposição Total 31/12/2016					Imparidade 31/12/2016	Da Imparidade Total 31/12/2016						
		Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento				
		Dias de atraso < 30			Dia de atraso	Dia de atraso		Dia de atraso	Dia de atraso	Dia de atraso	Dia de atraso			
		Sem indícios	Com indícios	Sub-total	<= 90 *	> 90 dias		< 30	entre 30 - 90	<= 90 *	> 90 dias			
Carteira de Retalho														
Finalidades:														
- Empresas	17 202 592 €	3 966 403 €	8 156 650 €	12 123 053 €	4 398 €	1 049 397 €	1 367 646 €	674 611 €	60 764 €	10 466 €	621 804 €			
- Construção e CRE	4 562 001 €	650 776 €	466 646 €	1 117 422 €	5 714 €	2 459 901 €	1 218 998 €	56 364 €	3 239 €	67 482 €	1 091 914 €			
- Habitação	23 614 824 €	10 940 935 €	10 543 864 €	21 484 799 €	11 235 €	737 629 €	1 409 563 €	610 356 €	477 577 €	98 514 €	223 115 €			
- Consumo	913 065 €	458 590 €	371 836 €	830 426 €	402 €	53 211 €	10 980 €	6 205 €	1 097 €	115 €	3 562 €			
- Outras	20 522 816 €	4 589 751 €	8 579 372 €	13 169 123 €	17 907 €	3 345 230 €	2 258 525 €	548 518 €	404 463 €	42 215 €	1 263 329 €			
Total	66 815 300 €	20 606 454 €	28 118 369 €	48 724 823 €	39 657 €	7 645 368 €	6 265 711 €	1 896 054 €	947 140 €	218 792 €	3 203 725 €			

* Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência, liquidação do devedor, entre outros.

Segmento	Exposição Total 31/12/2015	Da Exposição Total 31/12/2015					Imparidade 31/12/2015	Da Imparidade Total 31/12/2015						
		Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento				
		Dias de atraso < 30			Dia de atraso	Dia de atraso		Dia de atraso	Dia de atraso	Dia de atraso	Dia de atraso			
		Sem indícios	Com indícios	Sub-total	<= 90 *	> 90 dias		< 30	entre 30 - 90	<= 90 *	> 90 dias			
Carteira de Retalho														
Finalidades:														
- Empresas	13 655 567 €	7 764 687 €	1 222 889 €	8 987 577 €	0 €	3 036 711 €	1 347 641 €	239 495 €	12 448 €	0 €	1 095 698 €			
- Construção e CRE	3 035 941 €	671 547 €	0 €	671 547 €	0 €	2 182 793 €	571 776 €	14 652 €	451 €	0 €	556 673 €			
- Habitação	23 243 438 €	17 209 306 €	755 734 €	17 965 040 €	0 €	1 170 657 €	1 082 982 €	407 854 €	202 859 €	0 €	472 269 €			
- Consumo	923 403 €	761 941 €	40 277 €	802 218 €	0 €	72 302 €	50 596 €	14 757 €	1 551 €	0 €	34 288 €			
- Outras	19 934 663 €	10 108 061 €	1 529 769 €	11 637 831 €	0 €	4 110 327 €	2 524 790 €	471 561 €	329 797 €	0 €	1 723 431 €			
Total	60 793 012 €	36 515 544 €	3 548 669 €	40 064 213 €	0 €	10 572 790 €	5 577 785 €	1 148 320 €	547 106 €	0 €	3 882 359 €			

* Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência, liquidação do devedor, entre outros.

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção.

Finalidades	Segmento - Carteira de Retalho														
	Empresas			Construção e CRE			Habitação			Consumo			Outras		
Ano de Produção	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	56	1 444 132 €	155 622 €	3	22 562 €	1 230 €	183	5 031 889 €	339 311 €	4	16 107 €	827 €	301	2 237 831 €	321 542 €
2005	15	382 664 €	11 465 €	3	92 185 €	707 €	36	1 807 509 €	246 664 €				29	603 619 €	86 466 €
2006	26	842 485 €	62 175 €	6	0 €	0 €	37	2 370 172 €	298 047 €	1	1 284 €	66 €	56	1 605 200 €	235 587 €
2007	26	771 089 €	20 293 €	3	0 €	0 €	26	1 219 355 €	73 647 €	9	9 938 €	383 €	96	1 147 692 €	236 315 €
2008	30	1 351 042 €	41 741 €	8	69 005 €	897 €	30	1 900 969 €	41 609 €	2	0 €	0 €	97	1 015 040 €	150 830 €
2009	50	1 360 844 €	63 905 €	2	0 €	0 €	35	2 040 130 €	118 250 €	10	8 290 €	49 €	158	1 978 573 €	249 992 €
2010	56	2 414 693 €	720 852 €	9	793 792 €	315 207 €	37	2 363 114 €	73 239 €	30	15 708 €	1 061 €	121	1 556 417 €	108 144 €
2011	66	1 396 482 €	80 089 €	17	1 377 449 €	387 054 €	27	1 545 458 €	56 985 €	54	69 075 €	2 036 €	149	2 201 122 €	354 708 €
2012	80	981 229 €	67 793 €	14	1 062 131 €	500 778 €	14	806 466 €	35 198 €	34	30 845 €	274 €	158	1 868 553 €	173 264 €
2013	151	746 752 €	19 897 €	12	12 368 €	1 101 €	6	638 205 €	13 258 €	60	32 948 €	567 €	207	846 783 €	83 470 €
2014	87	629 747 €	6 413 €	10	43 898 €	304 €	13	595 517 €	15 306 €	58	116 333 €	797 €	166	1 368 107 €	103 548 €
2015	130	2 189 534 €	78 883 €	14	47 041 €	1 464 €	16	848 333 €	28 022 €	71	268 694 €	2 241 €	162	1 308 734 €	70 349 €
2016	153	2 691 900 €	38 518 €	15	1 041 571 €	10 257 €	22	2 447 706 €	70 026 €	66	343 843 €	2 679 €	390	2 785 146 €	84 310 €
Total	926	17 202 592 €	1 367 646 €	116	4 562 001 €	1 218 998 €	482	23 614 824 €	1 409 563 €	399	913 065 €	10 980 €	2090	20 522 816 €	2 258 525 €

c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, sector (CAE a dois dígitos) e geografia.

c.1) por segmento

31/12/2016												
Segmento - Carteira de Retalho												
Finalidades	Empresas		Construção e CRE		Habitação		Consumo		Outras		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação												
Individual	2 818 782 €	754 901 €	2 735 813 €	1 118 028 €	1 781 297 €	194 173 €	0 €		1 337 147 €	181 248 €	8 673 039 €	2 248 349 €
Colectiva	14 383 810 €	612 745 €	1 826 189 €	100 970 €	21 833 528 €	1 215 390 €	913 065 €	10 980 €	19 185 669 €	2 077 277 €	58 142 262 €	4 017 362 €
Total	17 202 592 €	1 367 646 €	4 562 001 €	1 218 998 €	23 614 824 €	1 409 563 €	913 065 €	10 980 €	20 522 816 €	2 258 525 €	66 815 300 €	6 265 711 €

31/12/2015												
Segmento - Carteira de Retalho												
Finalidades	Empresas		Construção e CRE		Habitação		Consumo		Outras		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação												
Individual	6 515 468 €	1 059 827 €	1 840 120 €	231 701 €	1 470 333 €	309 715 €	1 214 €	1 263 €	3 642 646 €	716 665 €	13 469 781 €	2 319 171 €
Colectiva	7 140 099 €	287 815 €	1 195 822 €	340 075 €	21 773 105 €	773 266 €	922 188 €	49 333 €	16 292 017 €	1 808 125 €	47 323 231 €	3 258 615 €
Total	13 655 567 €	1 347 641 €	3 035 941 €	571 776 €	23 243 438 €	1 082 982 €	923 403 €	50 596 €	19 934 663 €	2 524 790 €	60 793 012 €	5 577 785 €

c.2) por sector de atividade

31/12/2016											
Sector Atividade	Construção		Industria		Comércio		Outros		Total		
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	
Avaliação											
Individual	1 569 348 €	780 919 €	383 641 €	1 301 €	541 343 €	499 326 €	6 178 707 €	966 803 €	8 673 039 €	2 248 349 €	
Colectiva	3 874 395 €	383 643 €	3 798 487 €	388 001 €	13 843 328 €	1 143 865 €	36 626 052 €	2 101 852 €	58 142 262 €	4 017 362 €	
Total	5 443 743 €	1 164 562 €	4 182 128 €	389 303 €	14 384 670 €	1 643 191 €	42 804 759 €	3 068 655 €	66 815 300 €	6 265 711 €	

31/12/2015											
Sector Atividade	Construção		Industria		Comércio		Outros		Total		
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	
Avaliação											
Individual	1 564 595 €	112 691 €	618 323 €	10 946 €	1 821 212 €	601 889 €	9 465 651 €	1 593 644 €	13 469 781 €	2 319 171 €	
Colectiva	4 014 882 €	546 624 €	3 213 335 €	221 210 €	11 671 298 €	962 250 €	28 423 716 €	1 528 531 €	47 323 231 €	3 258 615 €	
Total	5 579 477 €	659 315 €	3 831 658 €	232 156 €	13 492 510 €	1 564 139 €	37 889 367 €	3 122 175 €	60 793 012 €	5 577 785 €	

c.3) por geografia

31/12/2016	Portugal		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação				
Individual	8 673 039 €	2 248 349 €	8 673 039 €	2 248 349 €
Colectiva	58 142 262 €	4 017 362 €	58 142 262 €	4 017 362 €
Total	66 815 300 €	6 265 711 €	66 815 300 €	6 265 711 €

31/12/2015	Portugal		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação				
Individual	13 469 781 €	2 319 171 €	13 469 781 €	2 319 171 €
Colectiva	47 323 231 €	3 258 615 €	47 323 231 €	3 258 615 €
Total	60 793 012 €	5 577 785 €	60 793 012 €	5 577 785 €

d) Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada.

Medida	Exposição 31/12/2016								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de Operações	Exposição	Imparidade	Número de Operações	Exposição	Imparidade	Número de Operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	69	€ 2 255 735	€ 301 494	10	€ 300 043	€ 108 859	79	€ 2 555 778	€ 410 354
Período de carência	27	€ 1 239 620	€ 179 348	1	€ 10 112	€ 2 018	28	€ 1 249 732	€ 181 367
Redução de taxa de juro	1	€ 57 087	€ 7 628		€ -		1	€ 57 087	€ 7 628
Outros	131	€ 5 318 408	€ 811 662	32	€ 2 747 226	€ 1 256 149	163	€ 8 065 634	€ 2 067 811
Total	228	€ 8 870 850	€ 1 300 132	43	€ 3 057 381	€ 1 367 027	271	€ 11 928 230	€ 2 667 159

Medida	Exposição 31/12/2015								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de Operações	Exposição	Imparidade	Número de Operações	Exposição	Imparidade	Número de Operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	123	€ 3 786 558	€ 67 033	10	€ 493 068	€ 233 829	133	€ 4 279 626	€ 300 862
Período de carência	57	€ 2 155 693	€ 38 162	15	€ 515 669	€ 244 547	72	€ 2 671 362	€ 282 709
Redução de taxa de juro	2	€ 396 871	€ 7 026	0	€ -	€ -	2	€ 396 871	€ 7 026
Outros	40	€ 705 597	€ 12 491	5	€ 95 669	€ 45 370	45	€ 801 266	€ 57 861
Total	222	€ 7 044 718	€ 124 712	30	€ 1 104 406	€ 523 746	252	€ 8 149 124	€ 648 458

e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado

	31/12/2014	31/12/2015
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade) 01-01-2014	€ 8 975 147	€ 8 432 955
Créditos reestruturados no período	€ 321 497	€ 525 917
Juros corridos da carteira reestruturada	€ 33 718	€ 41 063
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	-€ 419 916	-€ 398 112
Amortização do plano	-€ 477 492	-€ 452 698
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	€ -	€ -
Outros	€ -	€ -
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade) 31-12-2014	€ 8 432 955	€ 8 149 124

f) Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito, nomeadamente dos segmentos de Corporate, Construção e Commercial Real Estate (CRE) e Habitação.

31/12/2016		Segmento Carteira de Retalho							
Finalidades	Construção e CRE				Habitação				
	Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*		
Justo Valor	Número de Operações	Montante	Número de Operações	Montante	Número de Operações	Montante	Número de Operações	Montante	
<0.5 M€	32	€ 3 941 496	2	€ 110 709	382	€ 47 848 612			
>=0.5 M€ e <1 M€	2	€ 1 440 560			2	€ 1 182 891			
>=1 M€ e <5 M€									
>=5 M€ e <10 M€									
>=10 M€ e <20 M€									
>=20 M€ e <50 M€									
>=50 M€									
Total	34	€ 5 382 055	2	€ 110 709	384	€ 49 031 502	0	€ -	

*Exemplo: Ações, obrigações, depósitos, bens materiais
(Para efeitos de preenchimento deste quadro, considerar o PVT como justo valor)

31/12/2015		Segmento Carteira de Retalho							
Finalidades	Construção e CRE				Habitação				
	Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*		
Justo Valor	Número de Operações	Montante	Número de Operações	Montante	Número de Operações	Montante	Número de Operações	Montante	
<0.5 M€	18	€ 2 759 656	2	€ 9 000	395	€ 46 171 076			
>=0.5 M€ e <1 M€	2	€ 1 412 703			1	€ 612 000			
>=1 M€ e <5 M€	1	€ 1 182 296							
>=5 M€ e <10 M€									
>=10 M€ e <20 M€									
>=20 M€ e <50 M€									
>=50 M€									
Total	21	€ 5 354 656	2	€ 9 000	396	€ 46 783 076	0	€ -	

*Exemplo: Ações, obrigações, depósitos, bens materiais
(Para efeitos de preenchimento deste quadro, considerar o PVT como justo valor)

g) Rácio LTV dos segmentos de Corporate, Construção, CRE e Habitação.

Segmento / Rácio	Exposição 31/12/2016			
	Número de imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Carteira de Retalho				
Finalidades :				
Empresas				
Sem colateral associado	n.a	€ 2 985 320	€ 781 211	€ 591 451
< 60%	85	€ 3 608 998	€ 197 901	€ 313 941
>= 60% e < 80%	34	€ 2 386 418	€ 50 720	€ 164 551
>= 80% e < 100%	25	€ 2 202 011	€ 25 319	€ 208 496
>= 100%	22	€ 1 122 678	€ 486	€ 89 208
Construção e CRE				
Sem colateral associado	n.a	€ 144 009	€ 138 378	€ 13 475
< 60%	14	€ 394 233	€ 616	€ 12 627
>= 60% e < 80%	2	€ 354 692	€ 5 098	€ 68 806
>= 80% e < 100%	15	€ 612 050	€ 945 000	€ 340 560
>= 100%	3	€ -	€ 1 376 522	€ 783 530
Habitação				
Sem colateral associado	n.a	€ 144 437	€ 182 196	€ 37 483
< 60%	247	€ 10 123 297	€ 306 667	€ 461 372
>= 60% e < 80%	55	€ 5 149 923	€ 511	€ 149 618
>= 80% e < 100%	55	€ 4 565 989	€ 97 343	€ 432 906
>= 100%	27	€ 2 825 025	€ 164 438	€ 328 182
Consumo				
Sem colateral associado		€ 859 182	€ 53 883	€ 10 980
Outros				
Sem colateral associado	n.a	€ 2 129 242	€ 793 029	€ 254 743
< 60%	308	€ 7 413 492	€ 518 606	€ 599 284
>= 60% e < 80%	57	€ 2 047 834	€ 271 553	€ 357 509
>= 80% e < 100%	46	€ 1 858 878	€ 439 785	€ 373 893
>= 100%	38	€ 1 027 530	€ 1 345 296	€ 673 097

h) Detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e por antiguidade.

Ativo	Exposição 31/12/2016			Exposição 31/12/2015		
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Terreno						
Urbano	5	976 000 €	756 258 €	3	408 380 €	166 458 €
Rural	13	189 997 €	182 831 €	4	153 000 €	33 474 €
Edifícios em desenvolvimento						
Comerciais						
Habitação						
Outros						
Edifícios construídos						
Comerciais	6	541 003 €	541 003 €	5	314 500 €	265 932 €
Habitação	44	3 860 472 €	3 731 671 €	45	5 120 500 €	3 372 117 €
Outros				1	77 500 €	43 000 €
Outros	9	434 044 €	405 294 €	12	1 048 800 €	464 035 €
Total	77	6 001 516 €	5 617 057 €	70	7 122 680 €	4 345 016 €

Tempo decorrido desde a dação / execução	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 ano e < 5 anos	>= 5 anos	Total
Terreno					
Urbano	656 000 €			100 258 €	756 258 €
Rural	135 700 €		30 500 €	16 631 €	182 831 €
Edifícios em desenvolvimento					
Comerciais					
Habitação					
Outros					
Edifícios construídos					
Comerciais	34 800 €	66 782 €		439 421 €	541 003 €
Habitação	683 100 €	2 485 868 €	262 099 €	300 604 €	3 731 671 €
Outros					0 €
Outros	224 050 €	120 400 €	19 500 €	41 344 €	405 294 €

(Para efeitos de preenchimento deste quadro considerar o valor líquido contabilístico dos activos)

i) Distribuição da carteira de crédito medida por graus de risco internos.

31/12/2016		Grau de Risco Baixo			Grau de Risco Médio			Grau de Risco Elevado		
Segmento	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1
Carteira de Retalho										
Finalidades:										
- Empresas			€ 264 459	€ 3 176 706	€ 8 379 639	€ 2 451 859	€ 1 867 229	€ 889 396	€ 216 417	
- Construção e CRE				€ 1 063 848	€ 367 826	€ 400 326	€ 2 466 167	€ 274 069		
- Habitação			€ 273 153	€ 5 794 934	€ 11 104 420	€ 4 015 606	€ 1 643 410	€ 743 970	€ 162 080	
- Consumo			€ 19 032	€ 200 353	€ 408 485	€ 173 172	€ 67 768	€ 38 920	€ 24 793	
- Outras			€ 303 307	€ 4 445 908	€ 6 613 431	€ 3 389 784	€ 3 014 099	€ 2 575 212	€ 477 979	
Total	€ -	€ -	€ 859 951	€ 14 681 750	€ 26 873 802	€ 10 430 747	€ 9 058 672	€ 4 521 567	€ 881 270	€ -

31/12/2015		Grau de Risco Baixo			Grau de Risco Médio			Grau de Risco Elevado		
Segmento	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1
Carteira de Retalho										
Finalidades:										
- Empresas			€ 1 057 225	€ 2 500 365	€ 2 022 907	€ 2 055 461	€ 1 606 889	€ 3 615 216	€ 230 082	€ 567 422
- Construção e CRE			€ 6 175	€ 571 264	€ 211 909	€ 38 333	€ 142 272	€ 342 242	€ 1 265 003	€ 458 744
- Habitação			€ 1 837 404	€ 6 444 000	€ 5 252 105	€ 1 735 906	€ 2 460 006	€ 3 010 075	€ 1 878 155	€ 625 788
- Consumo			€ 80 803	€ 165 939	€ 272 347	€ 86 597	€ 84 181	€ 135 734	€ 58 867	€ 38 936
- Outras		€ 26	€ 1 083 450	€ 3 132 646	€ 2 934 207	€ 1 859 027	€ 2 679 297	€ 5 378 253	€ 2 024 366	€ 843 391
Total	€ -	€ 26	€ 4 065 057	€ 12 814 213	€ 10 693 474	€ 5 775 323	€ 6 972 646	€ 12 481 520	€ 5 456 473	€ 2 534 281

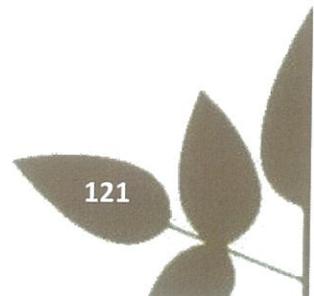
j) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade por segmento.

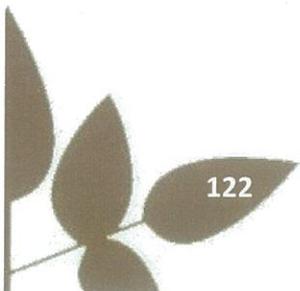
31/12/2016

Segmento	Imparidade			LGD (%)
	PD (%)			
	< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios	Reestruturados	
Colectivamente				
Particulares com Garantia Hipotecária	1,571%	11,698%	26,885%	48,862%
Particulares com Garantia Não Hipotecária	1,571%	11,698%	26,885%	5,083%
Particulares sem Garantia	1,571%	11,698%	26,885%	25,009%
Empresas com Garantia Hipotecária	1,811%	11,698%	26,885%	48,862%
Empresas com Garantia Não Hipotecária	1,811%	11,698%	26,885%	5,083%
Empresas sem Garantia	1,811%	11,698%	26,885%	25,009%



PARECER DO CONSELHO FISCAL





RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Introdução

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL (adiante designada por CCAM ou Instituição), o Conselho Fiscal apresenta o relatório sobre a ação fiscalizadora da CCAM no exercício de 2016 e emite o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados do referido exercício.

Responsabilidades

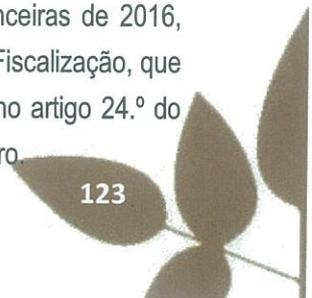
A preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a implementação e manutenção dum sistema de controlo interno no sentido de garantir a eficiente condução da atividade na base da aderência às políticas de gestão em cumprimento da lei, normas e regulamentos, internos e das Autoridades de Supervisão, são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Ao Conselho Fiscal incumbe a responsabilidade de examinar os registos contabilísticos das operações bem como as respetivas Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão, em conformidade com as disposições legais, estatutárias, normativas e regulamentares em vigor, e expressar uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras baseada no exame realizado.

Âmbito

No exercício de 2016, e no âmbito do desempenho das nossas atribuições e competências, acompanhámos a atividade da CCAM através de reuniões de trabalho com o Conselho de Administração e com os serviços, da participação nas reuniões alargadas, da informação regularmente disponibilizada e de outra diretamente solicitada aos serviços, tendo realizado várias reuniões periódicas.

Tomamos conhecimento dos trabalhos desenvolvidos e conclusões obtidas pelos Revisores Oficiais de Contas, no âmbito das suas funções, relativamente à auditoria das Demonstrações Financeiras de 2016, informações obtidas em reuniões de trabalho e através do Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização, que nos foi dirigido por esta entidade, em 9 de março de 2017, em cumprimento do disposto no artigo 24.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.



Comprovámos o cumprimento das normas aplicáveis à contabilização das operações, apreciamos a adequacidade das políticas contabilísticas adotadas e a respetiva divulgação e examinámos o Relatório de Gestão (Relatório do Conselho de Administração) e as Demonstrações Financeiras do exercício, que compreendem o Balanço (que evidencia um ativo líquido de 172 180 440 euros e um total de capital de 30 364 440 euros, incluindo um resultado do exercício de 4 472 439 euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo (Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras).

Ao terminar gostaríamos de expressar o nosso agradecimento pelo excelente, oportuno e continuado apoio que recebemos por parte do Conselho de Administração, dos Serviços e do Revisor Oficial de Contas.

Parecer

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício de 2016.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

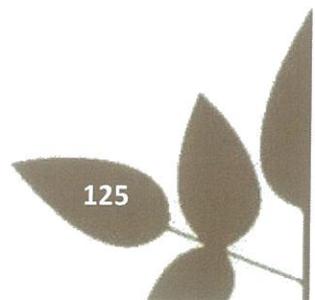
Mafra, 10 de março de 2017

O CONSELHO FISCAL

Dr. Mário Jorge Silvestre Neto – Presidente

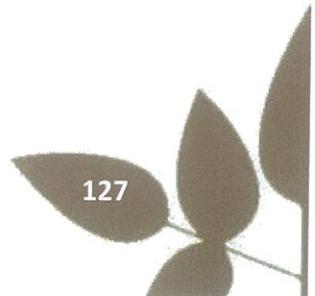
Dr. Sérgio Nuno Dias Bento - Secretário

Dr. João Miguel Peralta Patrocínio Bento - Vogal





CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

CONSELHO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
Membros: OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Presidente: OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Vice-Presidente: OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Membros: OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Membros: OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Membros: OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, C.R.L. (a "Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 172.180.440 euros e um total de capital próprio de 30.364.440 euros, incluindo um resultado líquido de 4.472.439 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, C.R.L. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ÊNFASE

No fecho do exercício, pela informação que lhe foi disponibilizada sobre transação de ações da participação detida na SIBS, a Entidade entendeu reconhecer uma perda por imparidade de 912 mil euros, conforme referido nas notas 14 e 32 do Anexo.

1 de 6

Inscrita no CRDC sob o n.º 23
Inscrita na CM/IVA sob o n.º 20161201
Capital Social € 15000
N.º de Matrícula/NIPC 501266209
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE - HEAD OFFICE
Avenida da Liberdade, n.º 245, 0.º A, B e C
1250-149 Lisboa, Portugal
T: +351 217 271 197 - F: +351 217 273 129
www.cesroc.pt - E-mail: geral@cesroc.pt

DELOGAÇÃO CENTRO - CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Esplanada 3
2415-346 Lisboa, Portugal
T: +351 244 822 170 - F: +351 244 822 170

DELOGAÇÃO NORTE - NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitalis
Av. de França, 256, A.º, Sala 8.4
4050-276 Porto, Portugal
T: +351 228 324 132



A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

As matérias relevantes de auditoria consideradas foram:

- (i) o Provisionamento da carteira de crédito (rubrica "Crédito a Clientes", notas 16 e 31 do Anexo).

Atendendo a que a concessão de crédito é o negócio principal da Entidade, com o risco de crédito inerente e, sabendo que as dificuldades dos devedores podem levar a incumprimentos, com impacto na redução dos valores a receber e com o conseqüente recurso à execução das garantias existentes, o risco de distorção material desta rubrica relaciona-se diretamente com o julgamento nas estimativas utilizadas para a constituição de provisões. Para mitigar os riscos de distorção nesta área do crédito e validar o nível de provisões constituídas foram efetuados diversos procedimentos de auditoria, em base de amostragem, que incluíram levantamentos de controlo interno, testes sobre a existência e a mensuração dos créditos e juros respetivos, a reconciliação da carteira de crédito com a contabilidade, e testes ao enquadramento das provisões reconhecidas.

Conforme descrito no Relatório de Gestão, a CCAM de Mafra durante vários exercícios anteriores, adotou uma estimativa de provisionamento mais conservadora que o exigido pelos níveis mínimos determinados pelo Banco de Portugal, o que implicou reconhecimentos adicionais de provisões. Em paralelo, o nível de provisões reconhecido comparado com os cálculos de imparidade da carteira de crédito, sempre registou, historicamente, um excedente significativo, o qual em 31 de dezembro de 2015 ascendia a mais de 6 milhões euros. Assim, face ao conhecimento da carteira de crédito e dada a necessidade de transitar em 2017 para o referencial contabilístico de normas internacionais de contabilidade (NIC), entendeu o Conselho de Administração ser este o momento de aproximar os níveis de provisionamento ao regulamentarmente exigido. Esta aproximação, conduziu à reversão de provisões com os impactos referidos na nota 31 do Anexo às demonstrações financeiras (Anexo). Em 31 de dezembro de 2016, o nível de provisionamento reconhecido apresenta-se ainda superior ao cálculo da imparidade em montante inferior a trezentos mil euros, sendo pois de relevar que o nível de provisionamento cumpre os mínimos regulamentares definidos no Aviso n.º3/95 do Banco de Portugal;

2 de 6



- (ii) os Ativos por impostos diferidos (rubrica "Ativos por impostos diferidos", nota 34 do Anexo).

Estes ativos são reconhecidos em função de diferenças temporárias entre a ótica contabilística e a fiscal. A parte significativa da base de cálculo apura-se na determinação de provisões não aceites do "Crédito a clientes" e outras estimativas, que envolvem julgamentos diversos, em que o risco de distorção material se relaciona com esse apuramento da base de cálculo, e a expectativa de recuperabilidade, ao que acresce algum risco operacional inerente, dado que a sua determinação é substancialmente manual. Para mitigar este risco foram feitos procedimentos de auditoria que incluíram testes e recálculos da base de apuramento, bem como a análise da estimativa do imposto sobre o rendimento (IRC), e foi tido em consideração a recuperabilidade ocorrida em períodos anteriores. O montante destes ativos encontra-se adequadamente suportado e a sua recuperabilidade, operada com a reversão das provisões não aceites, afigura-se nos razoavelmente expectável;

- (iii) os Ativos não correntes detidos para venda (rubrica "Ativos não correntes detidos para venda, notas 17 e 33 do Anexo).

Estes são resultantes da execução de garantias nos casos de incumprimento do devedor, área em que o risco de distorção material resulta de existirem julgamentos diversos nas estimativas e avaliações aos bens, por norma imóveis, e de ocorrerem vendas com impactos em ganhos ou perdas. Para mitigar este risco foi analisada a lista de patrimónios detidos, os normativos internos existentes quanto às avaliações (incluindo a independência e qualificação dos avaliadores envolvidos) e ao reconhecimento contabilístico, os suportes dos movimentos mais significativos ocorridos no exercício, e avaliado o montante da imparidade e/ou provisões reconhecidas, que se considerou adequado.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal e aceites em Portugal;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo um ponto no relatório sobre "Estrutura e práticas de governo societário, e declaração da política de remuneração", nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

5 de 6



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

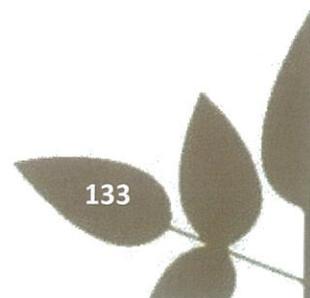
Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

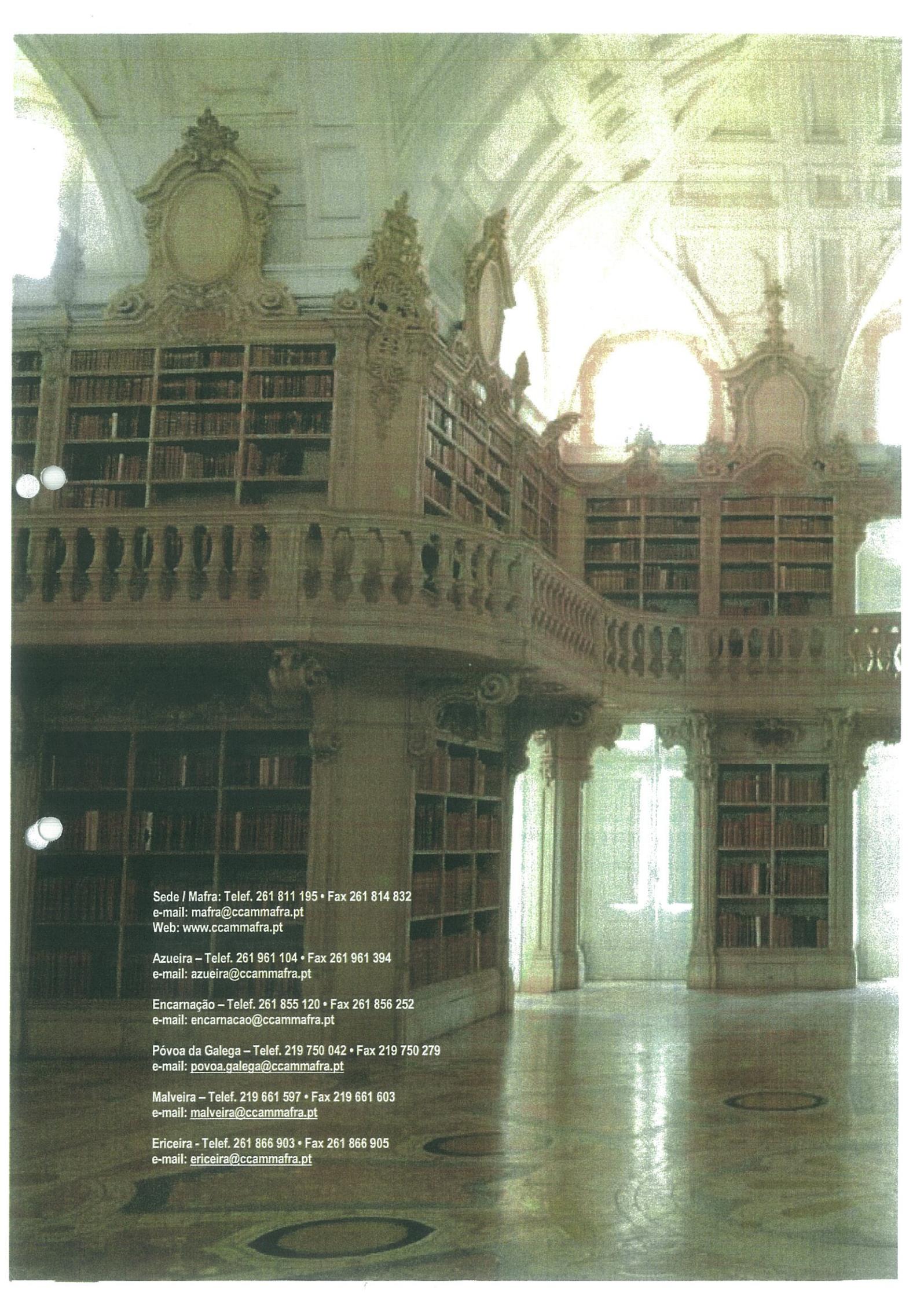
- Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de associados, realizada em 28 de novembro de 2009, para um mandato compreendido entre 2010 e 2012.
- Fomos eleitos na assembleia geral de associados, realizada em 8 de dezembro de 2012, para um segundo mandato compreendido entre 2013 e 2015.
- Fomos eleitos na assembleia geral de associados, realizada em 11 de dezembro de 2015, para um terceiro mandato compreendido entre 2016 e 2018.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 9 de março de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 9 de março de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056





Sede / Maфра: Telef. 261 811 195 • Fax 261 814 832
e-mail: mafra@ccammafra.pt
Web: www.ccammafra.pt

Azueira – Telef. 261 961 104 • Fax 261 961 394
e-mail: azueira@ccammafra.pt

Encarnação – Telef. 261 855 120 • Fax 261 856 252
e-mail: encarnacao@ccammafra.pt

Póvoa da Galega – Telef. 219 750 042 • Fax 219 750 279
e-mail: povoa.galega@ccammafra.pt

Malveira – Telef. 219 661 597 • Fax 219 661 603
e-mail: malveira@ccammafra.pt

Ericeira - Telef. 261 866 903 • Fax 261 866 905
e-mail: ericeira@ccammafra.pt



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos

DESPACHO

À reunião de A.M.

23, 06, 17

O Presidente da Câmara

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/9285

ASSUNTO:

Exmo. Senhor Presidente

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 35.º e alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que determina que deve ser presente, em cada sessão ordinária da Assembleia Municipal, informação escrita do Presidente da Câmara Municipal designadamente, e, entre outras, sobre as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, proponho que seja enviada a informação anexa, a qual traduz a evolução que os referidos processos sentiu, identificando os que sofreram alterações.

A Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças

(Ana Viana)

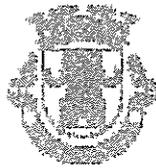
2017/06/23



Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos
Listagem de Recursos/Acções contra o Município

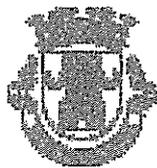
N.º de Processo	Tipo de Acção	Autor	Processo Tribunal	Fase
9.2.5/2013/4	Ação Administrativa Principal intentada no TAC Lx, sobre anulação do despacho que determinou a suspensão preventiva do Agente David Mateus	Sindicato Nacional das Policias Municipais	3140/12.0BELSB	Por Acórdão de 2/03/2017, o TCAS negou provimento ao recurso apresentado pelo Município
9.2.7/2016/1	Ação de Processo Comum para apuramento da Responsabilidade Civil Extracontratual, quanto ao acidente ocorrido no Parque Desportivo Municipal de Mafra	Carla Susana Grosso Campos	161/16.7T8MFR	Por sentença de 2/5/2017, foi determinada a incompetência dos tribunais cíveis para esta ação





ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)
Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico
(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

Atividade Desenvolvida
(15 de março a 15 junho de 2017)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA E DESPORTO

1. TURISMO

Entre o dia 15 de março e 15 de junho foram atendidos nos postos de turismo do concelho 13.422 visitantes (4.897 visitantes em Mafra e 8.525 visitantes na Ericeira), provenientes na sua maioria do mercado interno, seguido pela categoria "Outros" que engloba visitantes provenientes de variadíssimas nacionalidades, nomeadamente, russa, japonesa, chinesa, polaca, argentina e peruana, cujo número por si só não é expressivo. Na terceira posição surge o mercado francês, seguido dos visitantes provenientes de Espanha.

O centro de interpretação da reserva mundial de surf registou um total de 3.948 visitantes, provenientes, na sua maioria, do mercado português, imediatamente seguido pela categoria "Outros", que conforme referido anteriormente engloba diversas nacionalidades.

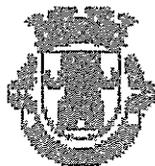
Realizaram-se 17 visitas guiadas ao centro de interpretação da reserva mundial de surf, num total de 389 pessoas.

De 24 a 26 de março decorreu o GREENFEST, em Torres Vedras, onde o Município foi representado em *stand* próprio com a função de promover a Reserva Mundial de Surf e da orla costeira, com destaque para o Centro de Interpretação da RMSE.

Decorreram, ainda, as mostras gastronómicas da raia (22 e 23 abril), do polvo (13 e 14 maio), do mexilhão (27 e 28 maio) e da cavala (10 e 11 junho).

Os serviços de turismo apoiaram, ainda, a realização de diversos eventos relacionados com o surf:

- 24 de março – Liga Moche, Ribeira d'Ilhas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

- 29 e 30 abril e 1 de maio – 2.^a Etapa do Circuito Regional de Bodyboard do Centro, Praia da Empa;
- 6 e 7 de maio – 4.^a Etapa do Circuito Regional de Surf do Centro, Ribeira d'Ilhas;
- 13 e 14 de maio – BodySurf, Ribeira d'Ilhas;
- 20 e 21 de maio – 1.^a Etapa do Circuito Intersócios do Ericeira Surf Clube, Ribeira d'Ilhas;
- 27 e 28 de maio – 3.^a e 2.^a Etapa, respetivamente, dos CN de Longboard e SUPWave + Beach Market, Ribeira d'Ilhas;
- 3 e 4 de junho - Campeonato de Surf Universitário, Ribeira d'Ilhas;
- 10 e 11 de junho – 3.^a Etapa do C.N. de Bodyboard Esperanças, Praia da Empa;
- 15, 17 e 18 de junho- 2.^a Etapa do Circuito Intersócios do Ericeira Surf Clube, Ribeira d'Ilhas/Praia da Empa.

Realizaram-se ainda, no âmbito do gabinete de apoio ao empresário turístico, 71 vistorias e 28 atendimentos telefónicos e presenciais.

2. CULTURA

No âmbito das Comemorações dos 300 Anos, foi inaugurada, a 26 de março, na Galilé do Palácio Nacional de Mafra, a exposição documental sobre a obra do Memorial do Convento, de José Saramago, constituída pelas diversas edições bilingues da referida obra e pinturas da autoria de Santa Bárbara.

Após o primeiro espetáculo realizado no dia 3 de março, com a atuação de Zé Soares Trio, foram realizados no período em apreço, os três últimos espetáculos no âmbito da 2.^a edição do "Ciclo de Música Jazz", com a atuação no dia 7 de abril de Charlie & The Blues Cats, no dia 5 de maio de Moisés Standard Trio e, finalmente, no dia 2 de junho, de Marta Plantier.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

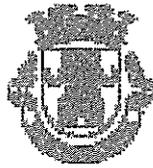
No dia 7 de maio, teve lugar no Claustro Sul do Palácio Nacional de Mafra, o lançamento do DVD/Livro resultante da gravação do concerto de Natal de 2016, que juntou a sonoridade dos órgãos da Basílica do Palácio Nacional de Mafra, ao canto dos alunos da Academia de Música de Santa Cecília.

“A Luz no Sagrado: a primeira pedra” foi um espetáculo de multimédia, que combinou um percurso de luz e teatro, contando com diversas sessões que se realizaram nas noites dos dias 19 e 20 de maio, no âmbito das Comemorações do Tricentenário.

A reunião anual da ECHO – European Cities of Historical Organs decorreu em Mafra, entre 23 e 28 maio, no ano em que se assinala o 20.º aniversário desta rede que reúne representantes de cidades europeias cujo património identitário inclui a existência de órgãos históricos: para além de Mafra (Portugal), que em 2017 assume a presidência, fazem parte Alkmaar (Holanda), Bruxelas (Bélgica), Freiberg (Alemanha), Fribourg (Suíça), Innsbruck (Áustria), Toulouse (França), Treviso (Itália) e Trondheim (Noruega).

A par desta reunião anual, Mafra recebeu o prestigiado Festival Internacional de Órgão, promovido no âmbito da *European Cities of Historical Organs* (ECHO). Do programa fizeram parte concertos gratuitos por consagrados organistas realizados na Basílica do Palácio Nacional de Mafra e nas Igrejas de Nossa Senhora do Livramento, Nossa Senhora da Encarnação, São Pedro da Ericeira e São Silvestre do Gradil, bem como um concerto de apresentação das obras distinguidas com o “Prémio Internacional de Composição Órgãos do Palácio Nacional de Mafra 2017”, este promovido pelo Ministério da Cultura e pelo Município de Mafra.

Realizou-se, ainda, um “Youth Camp” destinado a jovens estudantes de órgão de nível superior, integrando *masterclasses* ministradas pelos organistas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

diretores artísticos das referidas cidades europeias, foi, igualmente, organizada a logística, de forma a assegurar a sua presença nos concertos, nas visitas aos órgãos Machado e Cerveira, na visita ao *workshop* do construtor de órgãos, Mestre Dinarte Machado e na visita ao Palácio Nacional de Mafra.

O dia do Município, este ano celebrado no dia 25 de maio, contou com o lançamento do livro "Órgãos históricos de Mafra", publicação bilingue, com textos do organista e diretor artístico João Vaz e fotografias de Luís Ramos.

Na sua 2.^a edição, teve lugar no dia 3 de junho, no Claustro Sul, o concerto inaugural do Festival de Música de Mafra – Filipe de Sousa, o qual contou com a participação da pianista portuguesa Teresa da Palma Pereira, laureada em vários concursos nacionais e internacionais, que se fez acompanhar pela Orquestra do Atlântico, que se estreou sob a direção do maestro Artur Pinho Maria. No dia 10 de junho foi a vez de Alon Goldstein, um dos mais originais e sensíveis pianistas da sua geração, que se apresentou pela primeira vez em Portugal na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira.

Durante o período em questão, as galerias municipais tiveram 4.428 visitantes, tendo sido inauguradas 6 exposições. Na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva estiveram patentes as seguintes exposições: "Amare # Atlantis", exposição de pintura M^a de Fátima Silva; "Percurso e Repercussão" exposição de pintura de Ana Nobre; "Oceano-Mar é Vida", exposição de pintura e escultura de Associação David Melgueiro; "Trajectórias Juvenis- Diários Gráficos", exposição de desenho e pintura dos alunos da escola EB 23 Professor Armando Lucena"; "Entre Telas", exposição de pintura de António Casimiro. Na Sala Atlântico do Parque de Santa Marta estiveram patentes as seguintes exposições: "Reentry", exposição de pintura de Ricardo Boavida, "Relevos de Cor", exposição de pintura de Jorge Santos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

Entre 16 de março e 15 de junho, os cinco auditórios municipais tiveram uma ocupação com 7.012 utentes, referentes a 104 cedências.

2.1. ARQUIVO

No período em apreço e no âmbito da organização arquivística registou-se um total de 15.626 documentos, sendo que 2.152 registos decorrem do processo de integração entre aplicação de gestão documental com a aplicação do Arquivo.

Procedeu-se à transferência para o Arquivo Municipal 11 U.I. /96 ml (metros lineares) sob a forma de caixas, pastas e processos.

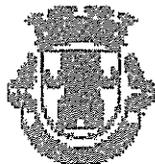
Procedeu-se a disponibilização *online* através do catálogo do Arquivo de 14.463 ficheiros.

Selecionaram-se fotografias e organizaram-se os conteúdos e a parte gráfica dos painéis para exposição os *Tesouros fotográficos de Mafra Antiga* a inaugurar no dia 1 de julho, no Largo Coronel Brito Gorjão, em Mafra.

2.2. BIBLIOTECAS

Nos meses de março, abril e maio, nas oito bibliotecas municipais, registaram-se 10.139 atendimentos, dos quais 2.497 utilizaram os serviços multimédia e audiovisuais. Foram contabilizadas 17.341 requisições, sendo que 2.498 correspondem a consultas de material não livro e *internet*. Por sua vez, as visitas de grupo, provenientes de escolas EB1 e Jardins de Infância do Concelho, trouxeram às bibliotecas municipais 738 crianças.

As atividades de promoção da leitura contaram com 1.299 participantes. A equipa das bibliotecas realizou duas sessões da atividade Hora do Conto, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

base em livros infantis de diferentes títulos; uma sessão do *atelier* "Imaginando", 22 sessões do projeto "Brincar nas ondas"; seis sessões de "O mar... um tesouro a descobrir"; quinze sessões de "Era uma vez uma semente!"; uma sessão de "Histórias que a minha avó me contava".

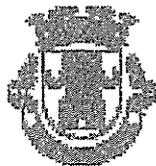
Foram ainda levadas a efeito as apresentações dos seguintes livros: "Coração de leão", por Vanda Furtado Marques e Myrthe Pieksma; "Hiroki: o livro mágico", por Paula Ruivo (2 sessões); "A mochila de viagem II", por Luís Pedro Brites.

Neste período, foram também organizadas nas bibliotecas municipais exposições documentais temáticas, de pequenas dimensões, a saber: em Mafra, "150 Anos da abolição da pena de morte em Portugal"; na Ericeira, "Ano internacional do Turismo: locais a visitar"; na Malveira, "Dia Mundial da Poesia" e "Júlio Verne"; na Encarnação, "Ano Internacional do Turismo – Ásia".

2.3. ATELIER DE ARTES PLÁSTICAS

Relativamente ao Atelier de Artes Plásticas, o mês de maio marcou o encerramento das aulas. Todos os alunos das classes adultas que participaram com alguma regularidade nas aulas terminaram as suas obras. Apenas os alunos que estiveram maioritariamente ausentes não concluíram as obras. A temática das obras finais foram os 300 anos do Palácio Nacional de Mafra, havendo diferentes tipos de representações que remetem para o tema do Palácio.

As classes infantis e juvenis trabalharam também em torno da mesma temática, com uma abordagem mais criativa e abstrata.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

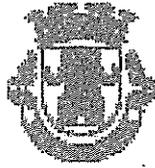
O *Atelier* colaborou com a Escola José Saramago para a iniciativa: *ESJS – Colaboração Projeto Erasmus+*, em termos de organização e contactos com vários artistas do concelho, no desenvolvimento de conferências e na realização de *workshops* de cariz artístico.

2.4. ANTROPOLOGIA

No quadro das comemorações do Tricentenário do Palácio Nacional de Mafra, a área de Antropologia desenvolveu diversas ações, nomeadamente para a realização da conferência “As Cerimónias de Quaresma em Mafra”, a 18 de março. Ainda neste âmbito, no átrio da Loja do Cidadão, desde o Dia do Município, a efeméride ficou assinalada pela exposição de uma maquete do Monumento, um trabalho artesanal executado em fósforos por um munícipe.

No que concerne à divulgação do património cultural, de carácter etnográfico, foram postos em curso diversos projetos e iniciativas, tais como: comemoração das efemérides culturais, nomeadamente, no Dia Nacional dos Moinhos (7 abril), que contemplou visitas aos moinhos do Milharado e no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios (18 de abril), uma visita e oficina interativa de modelação de barro, na Aldeia – Museu José Franco; o Dia Internacional dos Museus no Museu Popular Beatriz Costa (18 de maio). Em simultâneo, teve início o projeto regular, “À Descoberta do Património Etnográfico: A memória das pedras”, tendo sido realizados dois percursos de descoberta da aldeia de Broas (8 de abril e 13 de maio).

Este ano o Município aderiu à iniciativa europeia “Bom Dia Cerâmica”, de 2 a 4 de junho, assinalada com diversas iniciativas, com especial destaque para a criação de um polo dedicado ao trabalho do barro com as crianças, no evento “Há Festa no Parque”, que elencou a participação de oleiros e barristas concelhios.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

2.5. ARQUEOLOGIA

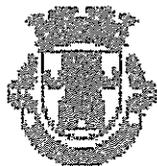
A 31 de março docorrente tomaram posse os membros da direção e secretariado da Rota Histórica das Linhas de Torres – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras, dando assim início a um novo ciclo de trabalhos.

O mês de abril, tal como em anos transatos, foi marcado pelas Comemorações do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, desta vez uma iniciativa conjunta dos Municípios pertencentes à RHLT e da AIDGlobal.

Com o objetivo de aliar as Linhas de Torres aos temas da defesa dos Direitos Humanos e ao Geocaching, no dia 22 de abril os seis municípios realizaram diversas ações distintas. A iniciativa de Mafra intitulou-se: “Descobrir o Forte do Zambujal através do Geocaching”. Participar numa caça ao tesouro e em simultâneo descobrir o Forte do Zambujal foi o desafio. E a atividade compreendeu a iniciação ao Geocaching e uma “Viagem ao Passado”, explorando uma das 152 obras militares que fizeram parte das Linhas de Torres Vedras, realizadas no século XIX para defesa de Portugal.

Em maio e comemorando o Dia Internacional dos Museus, assim como os 300 anos do Lançamento da Primeira Pedra da Basílica do Palácio Nacional de Mafra, concebeu-se uma atividade para o 4.º ano de escolaridade da EB1 Hélia Correia. A atividade intitulada “Papel, pedra e madeira: para um convento construir”, permitiu que as crianças, por um dia, fossem aprendizes de arquitetos, carpinteiros ou cantoneiros. Esta ação realizou-se no Pátio da Basílica e teve o apoio de alguns Técnicos do Palácio.

Ainda em maio e ao nível dos trabalhos arqueológicos de campo, deu-se por concluído o acompanhamento arqueológico da obra do Parque Intermodal do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

Alto da Vela (trabalho de campo) que não conduziu à descoberta de quaisquer artefactos arqueológicos.

O mês de junho começou com a iniciativa "Bom dia Cerâmica", evento que se realizou em diversas vilas e cidades europeias, de 2 a 4 de junho, com o qual se pretendeu promover e divulgar a cerâmica nas suas demais vertentes.

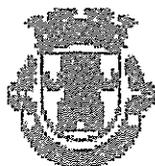
No caso da arqueologia, em Mafra, no dia 2 de junho, realizou-se uma atividade dedicada à cerâmica pré-histórica com crianças do ensino pré-escolar e do 1.º ano de escolaridade de Mafra. Visitando a simulação da casa com 5000 anos, observaram os diversos artefactos de barro que existiam no calcolítico e executaram réplicas dos mesmos.

Ao nível da investigação foi apresentado no "Encontro de Zooarqueologia Ibérica" e na "5.ª Reunião Científica de Arqueomalacologia da Península Ibérica", um poster sobre a microfauna do Penedo do Lexim, intitulado "Small vertebrates from Chalcolithic contexts in Penedo do Lexim (Mafra, Lisboa): the case study of "Abrigo Locus 3".

Este trabalho foi o resultado da colaboração entre a Câmara Municipal de Mafra, a UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, a LARC - Laboratório de Arqueociências da Direção Geral do Património Cultural e a Universidade Nova de Lisboa, no estudo dos materiais faunísticos recolhidos durante as campanhas de escavação do Penedo do Lexim.

3. DESPORTO

Durante este período de tempo, apoiaram-se várias atividades, no Estádio do Parque Desportivo Municipal de Mafra: estão a realizar-se semanalmente os treinos da equipa de Rugby dos Amigos do Rugby da Ericeira (Grupo Desportivo União Ericeirense), no dia 18 março, teve lugar um jogo no

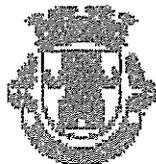


ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

escalão sub-16, a contar para a Taça de Portugal, ERICEIRENSE X St JULIANS e ainda no mesmo dia no escalão sub 14, realizaram-se jogos amigáveis entre os SKERRIES e AGRONOMIA, totalizando um número aproximado de 150 atletas participantes e uma assistência de cerca 400 pessoas; também no relvado do Estádio do PDM, realizaram-se nos dias 17 e 19 de março, dois jogos de futebol com uma equipa de veteranos da Suíça, com a presença de 50 atletas aproximadamente; ainda a Federação Portuguesa de Futebol a 30 de março, realizou o 10.º UEFA European Women's Under-17 Championship 2016/17 Elite Round – Group 6 ESPANHA X ISLÂNDIA, com a presença de 40 atletas e 150 espetadores; no dia 2 de abril, apoiou-se a realização da 34ª Corrida dos Sinos, onde participaram aproximadamente 4.100 atletas; a 29 de abril a equipa de Juniores do Clube Desportivo de Mafra defrontou o Carregado, contando com 40 atletas e 83 espetadores; a 13 de maio o mesmo CDM com a sua equipa de juniores defrontou o Vila-Franquense, onde participaram cerca de 40 atletas; a 20 de maio teve lugar no mesmo espaço, o encerramento da atividade "Mafra Foot", uma organização do Município de Mafra, em colaboração com a Associação de Futebol de Lisboa e os clubes de futebol do Concelho de Mafra, um conjunto de encontros de futebol para os escalões de Traquinas e Petizes (dos 6 aos 9 anos), contando com a participação de cerca de 380 crianças; a 1 de junho, também no Estádio do PDM, o Agrupamento de Escolas de Mafra festejou o dia do Atletismo, contando com diversas provas dentro da modalidade com cerca de 400 alunos participantes; a 14 de junho, no Estádio do PDM realizou-se ainda um jogo de futebol entre as equipas do Japão e os EUA, integrado no 23.º Torneio Internacional Lisboa S18, onde estiveram presentes cerca de 40 atletas e 60 espetadores; diariamente estão também a utilizar a Pista de Atletismo deste Estádio para realização de treinos, os atletas dos Amigos do Atletismo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

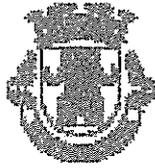
Mafra (70 atletas), a Escola das Armas (30 atletas), o Clube Desportivo de Mafra (12 atletas) e a Escola Secundária de Mafra (75 alunos);

Nas Instalações do Parque Desportivo Municipal de Mafra, a 4 de junho comemorou-se o Dia Mundial da Criança, atividade denominada "Há Festa no Parque", que trouxe ao Parque Desportivo Municipal cerca de 20.000 pessoas, onde puderam desfrutar de forma gratuita de insufláveis, carros e barcos telecomandados, concertos, ateliers de maquilhagem, cabeleireiro e manicure, horas do conto, Karts, atividades desportivas, ateliers de olaria e das profissões, ou seja, inúmeras atividades dirigidas aos mais pequenos.

Ainda nos Espaços Verdes do Parque Desportivo Municipal de Mafra, a 14 de junho, nos teve lugar o Mafra Sénior, um encontro entre os grupos do "Movimento é Vida", Ginástica para Idosos, onde se realizaram várias atividades direcionadas para esta faixa etária, no qual se contou com a presença de 250 praticantes seniores.

Na Piscina interior do Parque Desportivo Municipal, a 27 de abril realizou-se uma aula aberta de hidroginástica, destinada ao público em geral e aos utentes das instalações desportivas municipais, intituladas por Megahidro, com o intuito de dinamizar uma das modalidades existentes nas nossas Piscinas Municipais, contando com aproximadamente 80 participantes; ainda na mesma instalação, festejou-se o dia do pai a 18 de março e o dia da mãe a 6 de maio, com a participação dos pais das crianças inscritas nas diferentes classes de natação.

No Pavilhão do Parque Desportivo Municipal de Mafra, a Federação Portuguesa de Ténis de Mesa realizou a 18 de março o Torneio DMR, com a presença de 204 atletas; nos dias 7, 8 e 9 de abril o núcleo de ginástica de Mafra realizou um Acantonamento Gímnico com 116 crianças; ainda durante os meses de abril, maio e junho nesta instalação realizaram-se os jogos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

Basquetebol da APAIS Mafra, disputando as equipas ESTORIL BASKET, CEBI, AC MOSCAVIDE, UNIÃO DO FORTE e GDEMAM (170 atletas); no dia 14 de maio a Associação de Ténis de Mesa de Lisboa realizou nesta instalação o Campeonato Distrital de Singulares e Pares - Iniciados, masculinos e femininos, Campeonato Distrital de Singulares e Pares - Veteranos, masculinos e Pink Pong Fitness com a presença de 160 atletas;

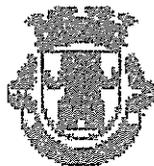
Ainda nas instalações do Parque Desportivo Municipal de Mafra, a Federação Portuguesa de Pentatlo Moderno, realizou a prova Lusitânia International Trophy / Campeonato Nacional de Seniores, com cerca de 70 participantes.

Nas Piscinas da Ericeira, a 13 de maio, realizou-se o Torneio de natação com as crianças inscritas nos núcleos de natação das Piscinas Municipais, num total de 140 participantes.

No Pavilhão Municipal da Ericeira, realizou-se a 6 de maio, um jogo de basquetebol com a equipa da Apais Mafra, com 30 atletas; realizou-se ainda na mesma instalação a 13 de maio, o Estágio de Karaté com 95 atletas.

No Pavilhão Municipal da Malveira, a equipa de basquetebol do Hiper-Activo da Malveira disputou várias equipas, durante os meses de março, abril e maio, contando com a presença de aproximadamente 3.000 atletas; ainda na mesma instalação, a 31 de maio a equipa de basquetebol Apais Mafra, realizou vários jogos da modalidade referida com a presença de 163 atletas.

Nas Piscinas Municipais da Venda do Pinheiro, realizou-se o 16.º Torneio de Natação Adaptada da APERCIM, com 278 participantes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

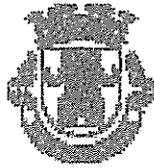
DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL E APOIO INSTITUCIONAL

1. AÇÃO SOCIAL

Do conjunto das atividades desenvolvidas pela Divisão de Ação Social e Apoio Institucional no período em apreço, destaca-se a Mostra Solidária. A quarta edição do evento ficou marcada pela mudança de local, tendo lugar este ano no Jardim do Cerco, mudança recebida com muito agrado por todos os parceiros e público em geral. A Mostra Solidária teve lugar entre 23 de fevereiro e 21 de maio, integrando dois momentos: o Ciclo de Conferências sociALMAfra, com o objetivo de promover a crescente capacitação dos Técnicos que atuam na esfera social e mobilizar o interesse de toda a comunidade, em especial dos cuidadores, informais ou formais; a Feira da Solidariedade, que decorreu ao longo de dois dias, no Jardim do Cerco, em Mafra, e que contou com a presença de 29 entidades, duas exposições, "Gestos Solidários – Mãos e Olhares" e "Árvores coloridas", workshops e jogos de família e vários momentos de animação. A iniciativa encerrou com um concerto pelo prestigiado cantor André Sardet, acompanhado pela Orquestra Sinfónica da PSP.

Decorrente da habitual atividade dos Serviços de Ação Social, complementada com atividades de intervenção institucional e comunitária realizaram-se 121 atendimentos de avaliação socioeconómica a munícipes, em resposta a solicitações várias, entre elas, o apoio em géneros, resposta materializada através do AjuDAR, a qual, desse total, movimentou 87 atendimentos.

Também no período em apreço, procedeu-se à análise e tratamento de 19 requerimentos à Tarifa Social e Tarifa Famílias Numerosas, dos tarifários de Água, Saneamento e RSU, no âmbito das Medidas de Apoio à Família.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

O Espaço Além Fronteiras contemplou 8 ações, quatro de iniciação e quatro de aperfeiçoamento, que decorreram na Junta de Freguesia de Santo Isidoro, na Junta de Freguesia da Carvoeira, na União de Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés e Junta de Freguesia da Encarnação, tendo cada Freguesia acolhido duas ações que integraram um total de 80 munícipes com mais de 55 anos.

No que às Parcerias concerne, referir que o Gabinete de Inserção Profissional (GIP), serviço protocolado com o Instituto do Emprego e Formação Profissional - IEFP, IP., registou um total de 2143 atendimentos. Da atividade deste gabinete, destaque também para a divulgação das medidas ativas de emprego, por via do atendimento individual e através de sessões coletivas, bem como da mediação nos processos de colocação em vagas de emprego e/ou formação, serviço este, que desde de Abril, conta com a presença de um posto de atendimento do Centro de Emprego de Loures.

Por fim, integrado também numa perspetiva de parceria, os Serviços de Ação Social foi submetida candidatura do território de Mafra ao POAPMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, no âmbito do FEAC – Fundo Europeu de Apoio a Carenciados. Esta candidatura visa operacionalizar a distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade junto dos munícipes em situação de carência económica, de forma articulada com os Parceiros Institucionais locais que prestam serviços de apoio social à comunidade, e rege-se pelo disposto na Portaria n.º 51/2017, de 2 de fevereiro, que introduz por um lado a primeira alteração ao regulamento geral do FEAC, regulamentado pela Portaria n.º 190-B/2015, de 26 de junho, e, por outro, procede à regulamentação específica do POAPMC.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

2. APOIO INSTITUCIONAL

No período em apreço destacamos a abertura das candidaturas ao Programa de Apoio ao Associativismo nas vertentes Juvenil, Cultural e Desportiva, tendo sido recebidas um total de 55 candidaturas, cujas participações financeiras foram objeto de deliberação em reunião de Câmara e que se concretizou num apoio financeiro global no valor de 92 796€.

Destacam-se ainda os três concertos no âmbito do "Ciclo de Música – Bandas Filarmónicas e Orquestra do Concelho de Mafra" que decorreram nos dias 26 de março e 09 e 23 de abril, com notável receptividade pelo público.

Em 17 de Junho, terá lugar o desfile das Marchas Populares, no Terreiro, que envolverá marchantes das várias freguesias do Concelho, visando este evento, entre outras, estimular o associativismo, promover a divulgação de tradições e fomentar o convívio.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

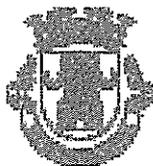
1. EDUCAÇÃO

No período em apreço, no âmbito dos serviços da Componente de Apoio à Família, encontram-se inscritas 4.992 crianças/dia no serviço de refeição (1.598 crianças na educação pré-escolar e 3.394 alunos no 1.º ciclo do ensino básico) e 1.191 crianças/dia nas atividades de prolongamento de horário (737 crianças na educação pré-escolar e 454 alunos no 1.º ciclo do ensino básico). No prolongamento de horário da manhã (das 7h30 às 8h00) encontram-se, atualmente, inscritas 198 crianças em 12 estabelecimentos de educação e ensino (89 a frequentar a educação pré-escolar e 109 a frequentar o 1.º ciclo do ensino básico).

Ainda no âmbito da Componente de Apoio à Família, foram levadas a cabo as Atividades na Interrupção Letiva da Páscoa. As referidas atividades desenvolveram-se em três turnos, o primeiro de 5 a 7 de abril, com o tema "Comemorações do Tricentenário do Palácio Nacional de Mafra", o segundo de 10 a 13 de abril, subordinado ao tema "Páscoa em ação" e o terceiro de 17 a 18 de abril, segundo a temática "À descoberta de ...". O primeiro, segundo e terceiro turnos contaram, respetivamente, com 325, 291 e 268 crianças e alunos inscritos, por dia.

Foi efetuada a preparação das Atividades na Interrupção Letiva do verão. As referidas atividades desenvolver-se-ão em 11 turnos de uma semana cada, entre os dias 26 de junho e 8 de setembro, e encontram-se subordinadas a temáticas previamente definidas.

Em termos de Ação Social Escolar, ainda relativamente ao presente ano letivo 2016/2017, no 1.º ciclo do ensino básico, até ao período em apreço, foram emitidos um total de 1.218 vales-oferta para aquisição de material escolar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

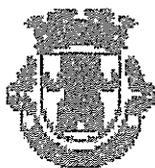
(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

conforme previsto no Despacho n.º 8452-A/2015, de 30 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 148, de 31 de julho, (34% do número total de alunos matriculados no 1.º ciclo do ensino básico), dos quais 641 correspondem ao Escalão A (18%) e 577 ao Escalão B (16%), perfazendo um montante total de 13.479,40€. Em termos de refeições, aos alunos posicionados no escalão A (652; 18%) é concedida a gratuidade, ao passo que aos alunos do escalão B (566; 16%) é reduzido o seu pagamento em 50%. Na educação pré-escolar, conta-se um total de 535 crianças (33% do número total de crianças matriculadas na educação pré-escolar), das quais 273 beneficiam do Escalão A (14%) e, portanto, é-lhes concedida a gratuidade das refeições e 262 beneficiam do Escalão B (16%) e, como tal, é-lhes reduzido o pagamento das refeições em 50%.

No que concerne aos Transportes Escolares encontram-se inscritos 3.116 alunos (25% do número total de crianças e alunos matriculados nos estabelecimentos de educação e ensino) dos quais 745 frequentam as Escolas Básicas do 1.º Ciclo e os Jardins de Infância (14%); 1.679 frequentam as Escolas Básicas do 2.º e 3.º ciclo (34%) e 652 as Escolas Secundárias do Concelho de Mafra (26%). Existem, ainda, 40 alunos, apoiados com transporte escolar, a frequentar escolas fora do Concelho.

No âmbito dos serviços de educação, foram realizadas, nos dias 7 de abril e 19 de maio, duas reuniões explicativas do processo de inscrições e de reinscrições para o ano letivo de 2017/2018, que contaram com a presença de representantes dos Agrupamentos de Escolas, Escola Secundária José Saramago- Mafra, Colégios Miramar e Santo André e Escolas Profissionais de Mafra e da Ericeira.

À semelhança do que aconteceu com o pessoal docente da educação pré-escolar, em dezembro de 2016, realizou-se o 1.º encontro do pessoal não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

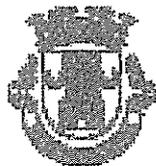
(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

docente do Concelho de Mafra, no dia 11 de abril, organizado pelo Centro de Formação da Associação de Escolas Rómulo de Carvalho (CFAERC), dirigido aos assistentes operacionais e técnicos afetos aos estabelecimentos de educação e ensino do Concelho de Mafra. Contou com um total de 230 participantes.

Foi levada a cabo uma formação, na interrupção letiva da Páscoa, com a duração de 50 horas, dirigida a assistentes técnicos afetos aos estabelecimentos de educação e ensino (animadores socioculturais), intitulada "Processo de Comunicação – comportamentos comunicacionais e comunicação pedagógica da criança", cujos objetivos foram os seguintes: enunciar os principais conceitos inerentes ao processo de comunicação; caracterizar o processo psicológico da comunicação; interpretar e analisar os comportamentos comunicacionais da criança; caracterizar as diferentes formas de comunicação pedagógica. Contou com um total de 20 participantes.

Foi levada a cabo uma ação de sensibilização, no dia 5 de abril, para assistentes operacionais que exercem a função de vigilantes de transportes escolares, com a duração de quatro horas, visando consolidar os procedimentos a adotar pelas mesmas e ministrar estratégias de atuação para controlo do grupo de alunos. Contou com um total de 80 participantes.

Realizaram-se, também, duas ações de sensibilização sobre "Como Gerir Comportamentos nos Transportes Escolares", no dia 6 de abril, nas Escolas Básicas Hélia Correia – Mafra e da Malveira, com o objetivo de permitir às Vigilantes dos Transportes Escolares desenvolver e melhorar as suas competências e técnicas quanto ao controlo comportamental dos alunos, destinadas a 78 trabalhadores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

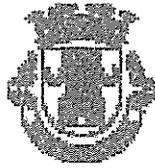
Com o objetivo de sensibilizar sobre as atitudes e os comportamentos a adotar e a evitar no contacto com os alunos, sobre a postura e os comportamentos não-verbais e sobre estratégias de modificação comportamental, no recreio e no refeitório, foram realizadas, nos dias 7 e 10 de abril, nas Escolas Básicas da Ericeira e das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros, duas ações de sensibilização intituladas "Atitudes, comportamentos e postura na relação com as crianças e alunos", destinada a 45 trabalhadores.

No que se refere à Creche de Mafra, encontram-se inscritas, atualmente, 57 crianças: 9 na valência de Berçário e 48 na valência de Creche. O processo relativo à inscrição para frequência da Creche de Mafra, no ano letivo 2017/2018, decorreu entre os dias 15 e 31 de Maio, e contou com a inscrição de 56 crianças.

No âmbito do *Regulamento para Atribuição de Apoios Sociais do Município de Mafra*, no período em apreço, foram realizados 27 atendimentos sociais referentes a apoios no âmbito da Componente de Apoio à Família (refeições, prolongamento de horário e atividades nas interrupções letivas).

Deu-se continuidade à distribuição de cerca de 40 pequenos-almoços diários pelas crianças e alunos oriundos de famílias com carências socioeconómicas.

A Câmara Municipal acolheu o Vaivém Oceanário, entre os dias 29 de maio e 4 de junho, no Parque Desportivo Municipal de Mafra. O Vaivém Oceanário, habilitado para receber grupos/turmas desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, recebeu um total de 866 crianças e alunos, mas também 51 idosos, previamente inscritos. Os temas explorados nas sessões de educação ambiental foram os seguintes: "Profissões dos Oceanos" e "Portugal é Mar".



ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

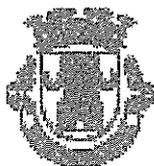
No dia 2 de junho, 50 "Jovens Repórteres para o Ambiente", estiveram na Ericeira em missão jornalística para investigar sobre a sustentabilidade local: ambiental, social e económica. Organizada pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), em parceria com a Câmara Municipal, esta atividade integra-se no projeto internacional "*Litter Less Campaign*", coordenado pela *Foundation for Environmental Education* (FEE), que desafia os jovens a interpretar, reportar e encontrar soluções mais sustentáveis para a problemática dos resíduos.

No período em apreço, em regime de itinerância, foi disponibilizado aos alunos de todas as turmas do 1.º ciclo do ensino básico, a oportunidade de experimentarem cinema imersivo a 360º, num "playnetário", onde puderam assistir ao visionamento de filmes didáticos no domínio da natureza, animais, corpo humano, história de Portugal, origem da vida, entre outros

No âmbito do Projeto Educativo Municipal de Mafra, realizou-se uma reunião de trabalho da Comissão de Acompanhamento e Monitorização no dia 17 de maio.

Efetuiu-se a monitorização das Atividades de Enriquecimento Curricular, através da 19.ª reunião da "Comissão de Monitorização e Avaliação", conforme prevê a Cláusula 11.ª dos Acordos de Colaboração celebrados entre a Câmara Municipal, os Agrupamentos de Escolas, a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e as Associações de Pais e Encarregados de Educação, realizada no dia 8 de junho.

De referir, por último, a participação em diversas reuniões de Conselhos Gerais, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 30 de junho, na sua atual redação: 5 e 27 de abril, 5 e 8 de junho (Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro); 24 e 26 de abril, 5 de junho (Escola Secundária José Saramago – Mafra); 27 de abril, 16, 22 e 29 de maio (Agrupamento de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

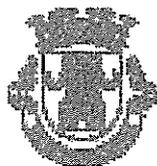
Escolas de Mafra); 4 de abril (Agrupamento de Escolas prof. Armando de Lucena - Malveira); e 4 de maio (Agrupamento de Escolas da Ericeira).

2. JUVENTUDE

Foram levadas a cabo as *Férias (Cri)Ativas*. Estas atividades desenvolveram-se em dois turnos, de 10 a 18 de abril, no Parque Desportivo Municipal de Mafra/Escola Básica Hélia Correia - Mafra e na Escola Básica n.º 1 da Venda do Pinheiro, cujo programa contempla um conjunto de atividades lúdicas, desportivas e pedagógicas direcionadas aos jovens dos 10 aos 15 anos de idade. A primeira e segunda semana de atividades contaram, respetivamente, com 24 e 21 jovens inscritos, por dia.

Deu-se, também, continuidade à preparação do projeto *Férias (Cri)Ativas*, a realizar na interrupção letiva do verão (de 19 de junho a 28 de julho).

No dia 21 de abril, a Câmara Municipal promoveu a abertura do *GO – o teu Espaço*, espaço dedicado à juventude. O Espaço GO, localizado no edifício da Administração do Parque Desportivo Municipal, disponibiliza as seguintes valências: "GO Atendimento" (linha de apoio ao jovem e informação presencial sobre projetos e atividades municipais); "GO Ciber" (acesso a equipamentos informáticos e à Internet (*wireless*)); "GO Lazer" (área de jogos e zona *lounge*); "GO Saúde" (em parceria com o Centro de Saúde de Mafra - informação sobre saúde na sexualidade, planeamento familiar, consumos nocivos, anorexia, obesidade e nutrição); "GO Formação & Emprego" (em parceria com o CLDS 3G Mafra – Consigo - informação sobre percurso profissional: orientação vocacional, formação e qualificação); "GO Arte" (zona de exposição para jovens artistas); "GO Estudo & Associativismo" (espaço polivalente: estudo, trabalhos de grupo e reunião).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

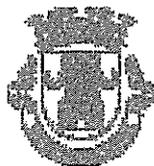
(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

Realizou-se a atividade escutista *ACAMAFRA*, entre os dias 29 de abril e 1 de maio, no Parque Desportivo Municipal de Mafra, que envolveu todos os agrupamentos de escuteiros e grupo de escoteiros do Concelho de Mafra, num total de 608 participantes, sob o tema "Solidariedade - 110 Anos de Esco(u)tismo Solidário".

No dia 21 de abril procedeu-se ao encerramento do programa das *Jornadas da Juventude*, o qual teve início no dia 27 de março, possibilitando que, neste lapso de tempo, os jovens tivessem a oportunidade de usufruir de uma panóplia de *workshops* temáticos ("Suporte Básico de Vida"; "Constrói a tua Estação meteorológica sem Fios"; "Sabores de Mafra"; "Automaquilhagem") e de outras atividades em diversas áreas como a orientação vocacional e profissional ou a música e o teatro, entre outras. No total, contaram-se 2.317 participantes e 1.016 elementos no público.

Neste âmbito, destaca-se a realização da 4.^a edição da *Mafra LAN Party*, nos dias 1 e 2 de abril, no Pavilhão do Parque Desportivo Municipal de Mafra, um evento destinado aos jovens e ao público geral, apaixonados por videojogos e jogos de computador. Os 169 participantes tiveram ainda a oportunidade de participar em quatro torneios e, por sua vez, os cerca de 1.000 visitantes puderam experimentar as mais variadas ofertas de jogos disponibilizados pela indústria do entretenimento digital.

De realçar, também, a realização de mais uma edição da *Feira das Profissões*, no dia 21 de abril, no Parque Desportivo Municipal de Mafra e que visou a promoção e divulgação dos cursos e atividades das entidades participantes, proporcionando dessa forma, aos jovens, um melhor conhecimento da oferta escolar e profissional após a conclusão do 9.º ano de escolaridade. Este ano contabilizou-se a participação de 46 entidades expositoras e de 1.165 jovens estudantes.



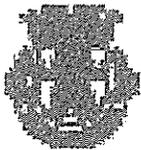
ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2017)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(15 DE MARÇO A 15 DE JUNHO DE 2017)

Realizou-se, no dia 9 de junho, no Parque Desportivo Municipal de Mafra, o *Youth Fest*, festival de juventude que pretende promover a música e as bandas de garagem do Concelho. Contou com a participação de cinco bandas e com a presença de cerca de 500 pessoas no público.

Deu-se continuidade à preparação da 4.^a edição do projeto *Geração On*, destinado aos jovens dos 16 aos 25 anos, residentes no Concelho de Mafra e que tenham, pelo menos, o 9.^o ano de escolaridade. O referido projeto, que ocorrerá entre 3 de julho e 10 de setembro, pretende ocupar o tempo livre dos jovens e, simultaneamente, possibilitar um contacto com o mundo laboral, através da realização de diversas tarefas nos serviços municipais e outras entidades de acolhimento aderentes ao projeto.

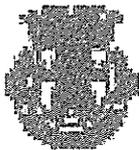


DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

RELATÓRIO DE ATIVIDADE MUNICIPAL

Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

(1 de abril a 31 de maio de 2017)



DIVISÃO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL E GESTÃO URBANÍSTICA

CAP. I – EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

1.1 – Reabilitação da antiga moradia da família Canas (edifício municipal) para Casa de Cultura na Malveira

Elaboração do projeto base de arquitetura para a reabilitação da moradia existente para Casa de Cultura.

CAP. II – EDUCAÇÃO

2.1 – Ampliação do Edifício da Escola (antiga) do Sobral da Abelheira

Continuação do apoio técnico e acompanhamento na execução da obra.

2.2 – Escola E.B. 2,3 de Mafra

Conclusão do projeto base e de execução da proposta de ampliação da escola.

2.3 – Escola E.B. 2,3 da Ericeira

Foram efetuadas consultas às entidades externas que mereceram parecer favorável.

2.4 – Escola E.B. 2,3 da Malveira

Continuação do apoio técnico e acompanhamento na execução da obra.

CAP. III – SAÚDE

3.1 – Unidade de Saúde de Mafra Leste

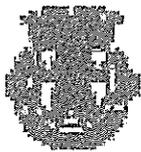
Continuação do acompanhamento da obra, Malveira.

CAP. IV – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

4.1 – Monitorização e avaliação do Plano Diretor Municipal

Definição de indicadores e objetivos de monitorização do PDM, nos termos do art.º 57.º da Lei de Bases (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio) e do art.º 189.º do RJIGT (DL n.º 80/2015, de 14 de maio).

Preparação da proposta de alteração do PDM para efeitos de transposição das normas do POOC Alcobaça-Mafra, nos termos do art.º 78.º e 79.º da Lei de Bases (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio).



4.1.1 - Portal Geográfico GeoMafra – SIG Municipal

Estão em pleno funcionamento os portais geográficos do Município, denominados por GeoMafra, que apresentam: 32 temas internos e 10 externos facilitando o acesso dos funcionários da autarquia e dos munícipes em geral a um considerável número de informação geográfica, apresentada de uma forma clara e intuitiva – o serviço mantém todas as tarefas de manutenção tanto dos portais, como das bases de dados que lhes estão associadas.

Salienta-se que no GeoMafra – Portal Geográfico (portal externo) existem temas técnicos e temas de informação geral, sendo que os de carácter técnico permitem muitas funcionalidades, entre elas a visualização dinâmica do Plano Diretor Municipal, a impressão de Plantas de Localização e ainda a verificação das características dos edifícios existentes na Área de Reabilitação Urbana de Mafra.

4.2 – Requalificação de Diversos Espaços Urbanos

4.2.1 – Largo do Coreto em Vila Franca do Rosário

Alterações ao projeto de requalificação do Largo do Coreto.

4.2.2 – Operação de Reabilitação da ARU da Ericeira

Continuação dos trabalhos de levantamento de campo do edificado na área da ARU da Ericeira, com vista à execução da Operação de Reabilitação Urbana, nos termos do art.º 15.º do RJRU (Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto).

4.2.3 – Intervenções na área do Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Alcobaça-Mafra

Preparação da consulta de comunicação prévia à CCDRLVT, na Foz do Lizandro, nos termos do regime jurídico da REN.

4.3 – Passeios Pedonais

4.3.1 - Construção de passeio na Venda do Valador, ao longo da EN 8

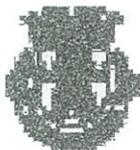
Estudo prévio do projeto de requalificação do espaço público ao longo da EN 8, entre a Venda do Valador e o entroncamento EN 116, Malveira/ Venda do Pinheiro.

CAP. V – PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

5.1 – Arranjos Paisagísticos – Zonas Verdes

5.1.1 – Arranjo Urbanístico do largo da Ermida de São Julião – Carvoeira

Conclusão do estudo prévio com uma nova proposta de arranjo urbanístico. Aguardam-se indicações superiores para avançar com o projeto.



CAP. VI – TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

6.1 – Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares

6.1.1 – Requalificação de um Arruamento entre a E.N. 8 e a Rua da Industria em Vila Franca do Rosário

Conclusão do projeto base e de execução de uma proposta para alargamento da via e construção de passeio, incluindo medições e orçamento.

6.2 – Construção e ampliação de Estacionamentos

6.2.1 – Parque de Estacionamento e Intermodal – Ericeira

Desenvolvimento dos projetos base e de execução do parque de estacionamento e intermodal (continuação).

6.1.4 – Parque Intermodal Alto da Vela– Mafra

Continuação do apoio técnico e acompanhamento na execução da obra.

CAP. VII – DIVERSOS

7.1 - Projeto Climadapt.local

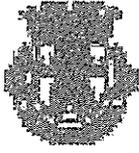
Acompanhamento pontual ao projeto de adaptações às alterações climáticas.

7.2 - Indicadores de Processos Informados pela Área de Projeto

Descrição	01.04.2017 - 31.05.2017
Processos Obras Particulares	17
Total	17

7.3 - Indicadores de Processos analisados pela Área de Gestão Urbanística

Descrição	01.04.2017 - 31.05.2017
DD - Diversos	5
EE - Entidades Externas	1
I - Indústrias	1
LP - Loteamentos	28
M - Multas	6
OP - Obras Particulares	325
P - Produtos Derivados de Petróleo	4
RD - Requerimentos Diversos	81
RO - Requerimentos de Obras	14
VO - Viabilidade de Obras	18
VP - Trabalhos da Via Pública	1
Total	484



DIVISÃO DE OBRAS E MANUTENÇÃO

CAP. I – EDUCAÇÃO

1.1 – Escolas – Ensino Pré-escolar e Básico do 1.º Ciclo

Na sequência do levantamento das necessidades dos trabalhos de reparação e de manutenção, está na fase final a organização do processo de concurso, referente aos trabalhos a realizar durante as férias do verão, de forma a preparar o próximo ano letivo.

Foram também executados diversos trabalhos pelas equipas de manutenção.

1.2 – Requalificação do Jardim de Infância e da Escola Básica do 1.º Ciclo do Sobral da Abelheira

Estão a decorrer os trabalhos referentes à execução de alvenarias e às especialidades de eletricidade, AVAC e águas e esgotos.

1.3 – Requalificação da Escola Básica, 2.º e 3.º Ciclo, Professor Armando de Lucena - Malveira

Estão a decorrer os trabalhos de requalificação desta escola.

1.4 – Ampliação da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclo de Mafra

Foi concluído o processo de concurso e adjudicou-se a empreitada; devendo o início dos trabalhos ocorrer na segunda quinzena de junho.

1.5 – Substituição da cobertura do Pavilhão Desportivo da Escola Básica de 2.º e 3.º Ciclo - Mafra

Está a decorrer o concurso.

1.6 – Requalificação do antigo edifício da Escola Básica do 1.º Ciclo da Murgeira

Foi elaborado o processo de concurso e aberto o respetivo concurso.

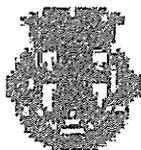
CAP. II – SAÚDE

2.1– Unidade de Saúde Mafra Leste

As obras estão a entrar na fase final de acabamentos.

2.2– Unidade de Saúde Mafra Norte

Prevê-se o início da obra no início de Julho.



CAP. III – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

3.1. Requalificação de Diversos Espaços Urbanos

3.1.1 – Parque Ecológico e Parque Intermodal da Venda do Pinheiro

Aguarda-se o visto do Tribunal de Contas, para se poder dar início aos trabalhos.

3.1.2 - Reabilitação Sócio-Urbana dos Bairros Sociais de Mafra

Foram iniciadas as obras de reabilitação / remodelação.

3.1.3 - Requalificação Urbana do Largo do Coreto - Vila Franca do Rosário

Foi elaborado concurso.

3.2 – Passeios Pedonais

3.2.1 - Construção de passeio na Venda do Valador, ao longo da EN 8

A obra foi adjudicada.

3.2.2 - Execução de passeio pedonal/ ciclovia entre a Cabeça Alta e o cruzamento para a Rua das Formigas - Sobreiro

A obra foi adjudicada.

3.2.3 – Construção de um troço de passeio pedonal entre a Senhora do Ó e a localidade e sede de freguesia da Carvoeira

Está a decorrer o respetivo procedimento concursal.

CAP. IV – DESPORTO, RECREIO E LAZER

4.1 – Construção, Reparação e Beneficiação

Foram executados diversos trabalhos pelas equipas de manutenção.

CAP. V – INDÚSTRIA E ENERGIA

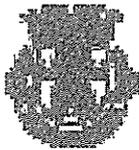
5.1 – Iluminação Pública

5.1.1 – Construção e Infraestruturas

5.1.1.1 – Manutenção e remodelação da rede de baixa tensão e de iluminação pública do Concelho

Foram efetuadas 22 comunicações à EDP Distribuição a solicitar a reparação de luminárias de Iluminação Pública que se encontravam avariadas.

Foi atualizado o levantamento de necessidades de instalação de novas luminárias, em ruas do Concelho e foi solicitado o respetivo orçamento à EDP Distribuição, sendo que as novas luminárias foram inseridas no Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão no Município de Mafra.



CAP. VI – TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

6.1 – Sinalização e trânsito

Foram realizadas as seguintes tarefas:

- Elaboração de propostas de sinalização vertical e horizontal em diversos locais;
- Emissão de pareceres relativos a cortes de trânsito, ou condicionamentos para a realização de eventos culturais e desportivos e obras na via pública;
- Planeamento de cortes/ condicionamentos de trânsito e de estacionamento, resultantes de eventos culturais e desportivos;

6.2 – Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares

6.2.1 - Construção e Ampliação de Estacionamento

6.2.1.1 – Parque Intermodal Alto da Vela – Mafra

Foram concluídas as obras e procedeu-se à abertura ao público.

CAP. VII – TURISMO

7.1 – Arranjos das Zonas Balneares

7.1.1 - Preparação da época balnear

Procedeu-se à preparação da época balnear.

CAP. VIII – OBRAS COERCIVAS

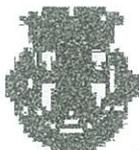
8.1 Reparação das Infraestruturas da Operação de Loteamento – LP 53/2000 - Casais de São Lourenço

Estão a decorrer as respetivas obras.

CAP. IX – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

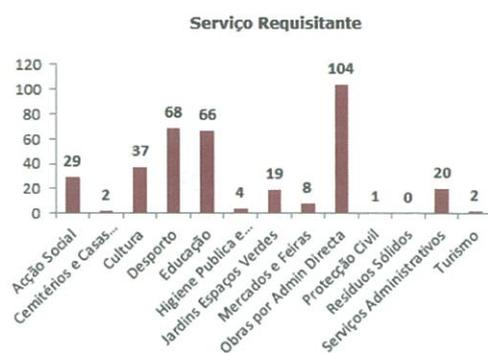
Área de Obras por Administração Direta

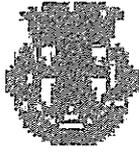
No âmbito da administração direta, foram executadas, por cada área de intervenção, as tarefas a seguir indicadas:



DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

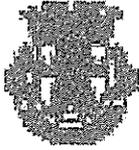
Serviço Requisitante	Armazém	Canalizador	Carpintaria	Electricista	Pedreiros	Pintura	Serralharia	Total	Taxa S.Req.
Ação Social		9	2	7	4	5	2	29	8,06%
Cemitérios e Casas Mortuárias		1	0	0	0	0	1	2	0,56%
Cultura		1	15	7	1	9	4	37	10,28%
Desporto	5	18	11	22	1	4	7	68	18,89%
Educação		30	10	7	5	0	14	66	18,33%
Higiene Publica e Sanidade Veterinária		0	0	1	0	1	2	4	1,11%
Jardins Espaços Verdes		4	5	3	4	2	1	19	5,28%
Mercados e Feiras		3	3	2	0	0	0	8	2,22%
Obras por Admin Directa	17	11	39	21	5	11	0	104	28,89%
Protecção Civil		1	0	0	0	0	0	1	0,28%
Resíduos Sólidos		0	0	0	0	0	0	0	0,00%
Serviços Administrativos		1	3	15	0	0	1	20	5,56%
Turismo		1	1	0	0	0	0	2	0,56%
Trab. Executados Entre 03/04/2017 a 14/06/2017	22	80	89	85	20	32	32	360	
Taxa de Execução	6,11%	22,22%	25%	23,61%	5,56%	8,89%	8,89%		





CAP. X – ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA GIATUL, E.M.,S.A.

Rubricas do Plano de Atividades		
Diversas Estradas e Caminhos - "Conservação da Rede Rodoviária no Concelho de Mafra"		
(pavimentações)	1583,4 ton	Concluído
(bermas e valetas)	3,83 km	Concluído
Idem (ceifa de ervas)	3,83 km	Concluído
Espaços Verdes e Jardins		
Construção de Parque Intergeracional de Ribamar		Em execução
Obras de Saneamento em diversas Freguesias do Concelho		
Remodelação de troço de conduta adutora gravítica de abastecimento a Montemuro		Concluído
Infraestruturas Diversas		
Execução de passeio pedonal em Santo Isidoro		Em execução
Construção de Estrutura em Pedra para Suporte de Talude - Venda do Pinheiro		Concluído
Arruamentos		
Requalificação de pavimentos em diversas Estradas e Caminhos do Concelho		Concluído
Pavimentação do C.M. 1178 - Outeirinho		Concluído
Pavimentação da E.M. 546 - entre Baleia e S. Julião		Concluído
Execução em valetas em betão na E.M. 536 - Vila Franca do Rosário		Concluído
Pavimentação da estrada de Vila Franca do Rosário a Vila Pouca		Concluído
Trabalhos de pavimentação na estrada velha junto ao nó da A8 - Enxara dos Cavaleiros		Concluído



DIVISÃO DE AMBIENTE, ESPAÇOS URBANOS E RURAIS

CAP. I – EMPREITADAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

A - “Prestação de Serviços de Limpeza Urbana”

A 16 de fevereiro de 2017 foi celebrado o contrato de “Prestação de Serviço de Limpeza Urbana com Varredora Mecânica” que tem como objetivo, em complemento com a varredura manual, realizar a limpeza urbana com uma varredora mecânica, não só ao longo do eixo urbano, mas também nas localidades que se encontram afastadas do eixo urbano, de modo a suprimir as necessidades atualmente existentes. A DAEUR encontra-se a fiscalizar esta prestação de serviços.

B - “Limpeza e desobstrução de Linhas de Água do Concelho de Mafra”

“Rio Trancão”

A empreitada foi recebida provisoriamente a 27 de abril de 2017

“Ribeira de Cheleiros”

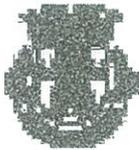
Encontra-se a decorrer a fase de audiência prévia no âmbito do relatório preliminar.

“Rio Safarujo, Ribeira do Casal Novo e Ribeira de Pedrulhos”

Encontram-se em fase de finalização os elementos referentes ao procedimento de concurso público, por lotes, para a limpeza destas 3 linhas de água, estando previsto o lançamento do concurso ainda durante o decorrer do presente mês de junho.

“Rio do Sobral, Rio Pequeno, Rio Cuco, Ribeira do Muchalforro e Ribeira da Vidigueira”

Encontra-se a decorrer o levantamento das necessidades de intervenção com vista ao lançamento de concurso público, por lotes, para limpeza destas linhas de água.



C - "Projeto ValorRio - Aviso n.º LISBOA-14-2016-01 - Valorização do Rio Trancão"

Encontra-se a decorrer o desenvolvimento do projeto através de equipa multidisciplinar da C.M. Mafra, em parceria com a C.M. Loures.

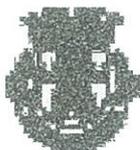
CAP. II – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÁREA DE ESGOTOS

- No período em apreço as principais tarefas levadas a cabo pelos serviços na Área de Esgotos prenderam-se com a normal exploração e manutenção das redes de drenagem concelhias sob tutela da C.M. Mafra que, desde fevereiro de 2009, são apenas as Redes Coletoras Pluviais e cuja atividade inclui tarefas tão diversas como desentupimentos, reparações e pesquisa ou ampliação de coletores para ligação de novas edificações às redes existentes, sobrelevação das tampas de caixas de visita em vias recentemente pavimentadas, etc..
- Foram realizadas com recurso à Administração Direta, as seguintes obras por tipologia de intervenção:

OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRECTA/TIPOLOGIA NA ÁREA DE ESGOTOS	
TIPO DE OBRA	TOTAL OBRAS
Reparação de Rede Pública de Drenagem de águas pluviais	5
Total de Obras	5

- Foram também prestadas informações, quer em processos de obras particulares, quer relativas a diversas queixas/ exposições no âmbito da Área de Esgotos (águas residuais domésticas e pluviais);
- A finalizar este capítulo, importa salientar que:
 - ❖ A empresa municipal GIATUL, E.M. também desenvolveu atividades ao nível da construção de infraestruturas municipais de águas residuais e pluviais, as quais se encontram explicitadas no respetivo Capítulo;
 - ❖ As tarefas de gestão e manutenção dos Sistemas de Águas Residuais Municipais, a cargo da concessionária BE WATER – Águas de Mafra, S.A. e das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., a qual foi, a 24 de março, constituída nas Águas do Tejo Atlântico, S. A., encontram-se explicitadas nos respetivos Capítulos.

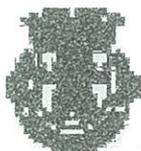


ÁREA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

- A atividade desenvolvida pelos serviços municipais, no que à Área de Resíduos Sólidos diz respeito, resumiu-se à execução dos seguintes serviços:
 - Limpeza Urbana da Vila Sede do Concelho, no âmbito da qual se procede à varredura manual, estando a cargo da empresa municipal GIATUL EM, a varredura e limpeza mecânicas;
 - Nas localidades de Ericeira, Malveira, Venda do Pinheiro, Milharado e Póvoa da Galega, o serviço é gerido e executado diretamente pelas respetivas Juntas de Freguesia, com a colaboração da Câmara Municipal sempre que solicitada ou necessária;
 - Acompanhamento do contrato de Prestação de Serviço de Limpeza Urbana com Varredora Mecânica nos principais núcleos urbanos do concelho;
 - Foram realizadas com recurso à Administração Direta, as seguintes obras por tipologia de intervenção:

OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRECTA POR TIPOLOGIA NA ÁREA RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	
TIPO DE OBRA	TOTAL OBRAS
Colocação/Reparação de Proteções Metálicas para Contentorização	17
Colocação/Reparação do Cais de Contentorização	14
Total de Obras	32

- Foram também prestadas informações, quer em processos de obras particulares, quer relativas a diversas queixas/exposições no âmbito da Área de Resíduos Urbanos;
- No âmbito dos pedidos para colocação de contentorização para deposição diferenciada de resíduos recicláveis, no período em apreço, foram instalados pelos Serviços Municipais, dois ecopontos completos de superfície, de tipologia "Clyma", na Freguesia da Ericeira, e um ecoponto completo subterrâneo de tipologia "Molok" na Freguesia de Mafra. No âmbito de obras particulares, foram instalados três ecopontos completos de superfície, de tipologia "Clyma", nas Freguesias da Ericeira e Santo Isidoro e um ecoponto completo subterrâneo, de tipologia "MBE-Sotkon" na Freguesia da Ericeira;
- Para dar apoio a diversos eventos de caráter lúdico que ocorreram no Município no período em apreço, foram fornecidos a título de empréstimo, contentores para deposição de resíduos indiferenciados e resíduos valorizáveis (papel, embalagens e vidro) em diversos locais;
- Recolha de contentorização para deposição diferenciada de resíduos, nas fileiras de Papel/ Cartão e Embalagem, sendo que no período a que respeita o presente relatório, foram efetuadas um total de 4.951 recolhas;



DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

- Recolha de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB's), em produtores significativos (estabelecimentos de ensino, lares e estabelecimentos comerciais), sendo que no período em apreço foram efetuadas um total de 2.190 recolhas;
- Referência final para a habitual e recorrente tarefa de fiscalização da atividade da empresa ECOAMBIENTE, Lda., no âmbito dos serviços de Recolha e Transporte de RU e de Fornecimento e Colocação, Manutenção e Reparação, Lavagem e Desinfecção de Contentores no Concelho de Mafra, o qual se processou normalmente sem que haja algo de significativo a registar. No período em apreço, foram efetuadas um total de 53 fiscalizações, que resultaram num total de 817 reportes à adjudicatária.

O Relatório síntese, da atividade desenvolvida nos meses em análise, pela empresa adjudicatária ECOAMBIENTE, Lda., é apresentado no respetivo Capítulo.

ÁREA DE HIGIENE PÚBLICA E SANIDADE VETERINÁRIA

Centro Recolha Oficial de Animais do Município de Mafra (CROAMM)

MOVIMENTOS NO CROAMM (N.º de Canídeos)			
ENTRADAS	Capturados	13	
	Vigilâncias Clínicas	0	
	Entregues por Particulares	11	
	Entregues por Entidades Oficiais	2	
Total de Entradas		26	
SAÍDAS	Restituídos	6	
	Adotados	7	
	Outras	5	
Total de Saídas		18	
População no CROAMM a 31/05/2017			46



DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

MOVIMENTOS NO CROAMM (N.º de Gatídeos)

ENTRADAS	Capturados	1
	Vigilâncias Clínicas	0
	Entregues por Particulares	2
	Entregues por Entidades Oficiais	0

SAÍDAS	Restituídos	0
	Adotados	0
	Outras	1

Total de Entradas	3
--------------------------	----------

Total de Saídas	1
------------------------	----------

População no CROAMM a 31/05/2017	2
---	----------

Outras atividades:

- Controlo de requisitos legais de sanidade veterinária e bem-estar animal em explorações pecuárias: 6
- Diversas ações de colaboração com a G.N.R., S.P.M. e entidades externas (Autoridade de Saúde Concelhia): 14
- Campanha de vacinação antirrábica: sem informação
- Aplicação de microship's: sem informação
- Monitorização e controlo da segurança alimentar nas cozinhas e refeitórios nos estabelecimentos de ensino: 52

ÁREA DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES

JARDIM DO CERCO

- A Vigilância do Jardim do Cerco é assegurada por a escala rotativa, por 6 elementos (zona da Portaria, poço, nora, parterres, parque infantil, parque de merendas, mata); 7 dias por semana das 09h00 às 19h00.

VIVEIROS MUNICIPAIS

- Conservação e manutenção de plantas ornamentais de interior e exterior para utilização em eventos e nas instalações municipais;
- Recuperação de plantas ornamentais, de interior ou exterior, atacadas por doenças ou pragas;
- Execução de propagação (158) e de envasamentos (1 643) de plantas de interior e exterior.

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO JARDIM:



DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

A manutenção e Conservação do Jardim do Cerco numa área total de 8 ha, é assegurada pelos jardineiros municipais tendo sido efetuados os seguintes trabalhos:

- Controle do sistema hidráulico do conjunto formado pelos lagos, poço, nora e aqueduto;
- Limpeza dos canteiros da mata, com a respetiva remoção de material combustível;
- Limpeza do jardim e das instalações;
- Manutenção das gaiolas, alimentação dos pássaros;
- Manutenção e conservação dos relvados;
- Plantação de plantas anuais;
- Sacha, monda, rega, adubação;
- Limpeza das bermas, travessias e aquedutos da mata;
- Mondas e aparar do buxo dos canteiros do Jardim do Cerco.

OBRAS EXECUTADAS NO JARDIM DO CERCO POR OUTROS SERVIÇOS, MAS QUE TIVERAM A COLABORAÇÃO DO SECTOR DE PARQUES E JARDINS:

- Manutenção de equipamentos, deteção de danos e sua reparação por carpinteiros, pedreiros, calceteiros, canalizadores, eletricitas e/ou serralheiros municipais.

PARQUE INFANTIL/PARQUE DE MERENDAS:

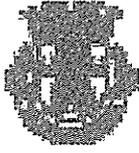
- Limpeza e vigilância permanente destas áreas;
- Manutenção dos equipamentos, deteção de danos e reparação por carpinteiros e/ou serralheiros municipais.

CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE ESPAÇOS VERDES MUNICIPAIS

- Realização de todos os trabalhos inerentes à conservação e manutenção dos espaços verdes em todas as instalações municipais e áreas integradas no domínio público. Foram utilizadas na manutenção dos espaços 1.261 plantas propagadas nos Viveiros Municipais.

CONSERVAÇÃO MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE FLOREIRAS

- Manutenção, tratamentos fitossanitários e nalguns casos, reformulação completa de floreiras de interior/ exterior das seguintes instalações municipais:
 - Paços do Município;
 - Postos de Turismo;
 - Auditório Municipal Beatriz Costa;



DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

- Bibliotecas Municipais de Mafra, Ericeira e Venda do Pinheiro;
 - Museu Soares Branco;
 - Casas de Cultura;
 - Proteção Civil;
 - Business Factory da Ericeira e Mafra;
 - Loja do Cidadão;
 - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (C.L.A.I.I.).
- Manutenção de floreiras de exterior em passeios (rega, adubação, monda, poda, tratamentos fitossanitários e reformulação).
 - Manutenção de taças de flores suspensas nos candeeiros da Praça da República, Rua Elias Garcia, Largo General Humberto Delgado e da Av.ª 25 de Abril.

ORNAMENTAÇÕES

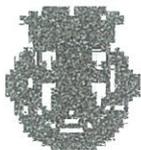
- Cedência temporária e remoção de floreiras de plantas ornamentais para apoio de eventos municipais e a outras entidades. Foram movimentados 320 vasos em 13 ornamentações.

CEDÊNCIA DE MATERIAL VEGETAL

- Utilização de material vegetal para a execução de zonas verdes, retanchas nos vários jardins no Concelho;
- Saíram durante este período da produção dos Viveiros Municipais um total de 2 861 plantas para aplicação nos diversos jardins do Concelho que foram distribuídas da seguinte forma:
 - 105 Plantas nas Obras por Administração Direta;
 - 1005 Plantas utilizadas nas manutenções efetuadas pelos serviços municipais;
 - 646 Plantas utilizadas nas manutenções efetuadas pelos serviços municipais no Jardim do Cerco;
 - 982 Plantas utilizadas na manutenção dos Espaços Verdes efetuada por Entidade Externa;
 - 72 Plantas disponibilizadas para as Juntas de Freguesia;
 - 50 Plantas aplicadas no Parque Desportivo Municipal.

GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARBÓREO

- Limpeza dos canteiros da mata do Jardim do Cerco com eliminação de espécies infestantes (acácias), bem como limpeza da mata e remoção de 2 carvalhos que caíram;
- Limpeza de ramos ladrões e remoção de material combustível.



GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARBÓREO

- Limpeza dos canteiros da mata do Jardim do Cerco com eliminação de espécies infestantes (acácias), bem como limpeza da mata e remoção de 2 carvalhos que caíram;
- Limpeza de ramos ladrões e remoção de material combustível.

OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRECTA

OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRECTA POR TIPOLOGIA NA ÁREA DE ESPAÇOS VERDES	
TIPO DE OBRA	TOTAL OBRAS
Limpeza de terrenos	1
TOTAL OBRAS	1

REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES DE DOMÍNIO PÚBLICO

- Reformulação das taças das luminárias da Vila de Mafra com petúnias;

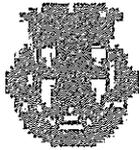
EMPREITADAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇO

- Acompanhamento e Fiscalização do "Serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes/ logradouros das instalações escolares, complexos desportivos e complexos culturais do concelho de Mafra " ADBS 124/2016 – EDOC/ 2016/ 61318 contrato n.º 71/2017) - Início do contrato em 10 de Maio de 2017, com término em Abril de 2018.

OUTROS

Apoio na realização dos eventos promovidos pelo Município e/ou por entidades privadas com a colaboração do Município (festas e romarias populares, atividades desportivas, educativas e/ou culturais, etc.):

- Diversos eventos da Escola das Armas, com cedência de plantas;
- Apoio no evento "Há Festa no Parque", com cedência de plantas ornamentais a título devolutivo e cedência de plantas para ornamentação da zona da entrada;
- Apoio nos eventos no Mercado Municipal da Ericeira, com cedência de plantas ornamentais a título devolutivo;
- Apoio em algumas atividades desenvolvidas no Business com cedência de plantas ornamentais e arranjos florais a título devolutivo;



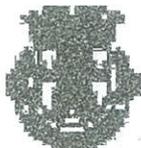
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

- Apoio à atividade de "A luz no Sagrado";
- Apoio à atividade de "Mostra Solidária", com cedência de plantas ornamentais a título devolutivo, Ornamentações diversas e gestão do espaço;
- Apoio à atividade de "Dia Municipal do Bombeiro", com cedência de plantas ornamentais a título devolutivo;
- Apoio à missa campal "N.ª Sra. de Fátima" realizada em Casais de Monte Bom - Sto. Isidoro, com cedência de plantas ornamentais a título devolutivo;
- Apoio ao evento do Dia do Município, com plantas ornamentais a título devolutivo e execução de raminhos de espiga e de arranjos,
- Apoio no evento da feira das profissões, com plantas ornamentais a título devolutivo;
- Apoio em atividades realizadas na Loja do Cidadão/ Sala da Assembleia, com plantas ornamentais a título devolutivo;
- Apoio em atividades realizadas na Escola da Música, com cedência de plantas ornamentais a título devolutivo.
- Diversos eventos da Escola das Armas, com cedência de plantas.
- Apoio a juntas de Freguesia
- Participação no Projeto PT0027/ Rota Histórica das Linhas Defensivas de Torres Vedras, do Gabinete de Arqueologia, do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico: manutenção dos fortes do Zambujal, forte da Feira- Malveira e da Enxara do Bispo.
- Melhoramentos de equipamento municipal integrado no SGQ;
- Acompanhamento do processo de SGQ – Subprocesso Espaços Verdes;
- Requalificação de algumas floreiras da Vila de Mafra;
- Acompanhamento dos trabalhos de ajardinamento no novo Intermodal;
- Limpeza do espaço a tardoz da Basílica;
- Plantação das rotundas do Hospital e do PDM.

CAP. III – ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELA BE WATER, S.A.

A atividade da empresa tem prosseguido normalmente assegurando o funcionamento das instalações de forma a garantir o fornecimento de Água e a recolha e tratamento das Águas Residuais Domésticas denominadas "em baixa". De seguida apresentam-se os valores relevantes da atividade desenvolvida até ao dia 31 de maio de 2017.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

**DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE**

INDICADORES	2017
Número de consumidores	40.675 un
Volume de água adquirida	2.238.237 m ³
Volume de água faturada	1.800.248 m ³
Comprimento da rede	960 km
Novos Ramais	74 un
Avarias na rede	117 un
Avarias em ramais	300 un
N.º Colheitas p/ aferição Qualidade da Água	132 un
N.º de determinações da Qualidade da Água	1.189 un
N.º contadores substituídos por antiguidade	1.375 un
N.º contadores substituídos por avaria	126 un

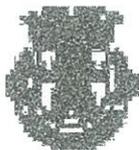
LIMPEZA E DESINFEÇÃO DE RESERVATÓRIOS - A primeira fase do plano anual de limpeza e desinfeção de reservatórios teve início a 22 de março de 2017 e foi concluída a 20 de abril de 2017, tendo sido intervencionadas 25 células. O início da segunda fase está previsto para outubro de 2017.

ANÁLISES DE ÁGUA - No ano de 2017, até à data e que tenhamos conhecimento dos resultados, todas as análises se encontram em conformidade com a legislação em vigor.

SUBSTITUIÇÃO DE CONTADORES POR ANTIGUIDADE - Para 2017 encontra-se prevista a substituição de 2.939 contadores que se encontram instalados há mais de 12 anos.

INVESTIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL - Obras inseridas no Plano de Atividades da Câmara Municipal, cujos Projetos e Processos de Concurso foram elaborados pela Be Water, S.A., e que tem efetuado o acompanhamento técnico, a fiscalização, a ligação ao sistema existente e das quais a concessionária será responsável pela exploração após a sua entrada ao serviço.

Remodelação da conduta adutora da Zona Alta de Mafra (desde o reservatório até à Rua do Canal)



DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

A Concedente lançou em maio de 2016 um concurso público para a construção do Parque Intermodal do Alto da Vela, em Mafra.

A área da intervenção é atravessada pela conduta adutora de saída do reservatório da Alta Nova de Mafra que se encontra instalada a uma profundidade reduzida e que inviabilizava a construção do parque.

Para ultrapassar esta questão, foi proposto pela Concessionária a remodelação e desvio desta infraestrutura desde o reservatório até à Rua do Canal, com recurso à instalação de 210 metros de tubagem em PEAD de diâmetro nominal 450mm. Dado que a obra da Concedente irá incluir a construção de uma nova rotunda e requalificação da CRIMA nesse local (em toda a largura da faixa de rodagem), foi também proposta a remodelação do troço da conduta que abastece Almada e Pedrogos e que atravessa a CRIMA (troço em fibrocimento de diâmetro nominal 80mm instalado na década de 70), por forma a evitar futuramente nova intervenção no local.

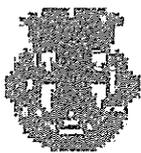
A obra foi iniciada em outubro de 2016.

A 8 de março de 2017 foi executada a ligação da nova conduta desde o reservatório até à Rua do Canal.

Já se encontra instalada a nova conduta de abastecimento a Almada e Pedrogos, estando-se a aguardar o agendamento por parte do empreiteiro da ligação desta infraestrutura à rede existente.

SISTEMA DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS

INDICADORES	2017
Número de consumidores	34.064 un
Comprimento da rede (<i>em funcionamento</i>)	446 km
Novos ramais (<i>extra Plano de Investimentos</i>)	38 un
N.º de Fossas esvaziadas	579 un
Tempo médio de resposta para esvaziamento de fossas	5,2 dias
N.º de desobstruções da rede	79 un
N.º de limpezas preventivas da rede	5 un
N.º de desobstruções de ramais	52 un
N.º Colheitas para aferição da Qualidade das Águas Residuais	40 un*



DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

N.º de determinações da Qualidade das Águas Residuais	232 un*
Taxa de cumprimento dos VLE's (<i>Valores Limites de Emissão - resultados já conhecidos</i>)	88,24 %*

* - Valores referentes ao 1.º trimestre

CAP. IV – ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELAS ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A.

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório, referente à atividade desenvolvida pelas Águas de Lisboa e Vale do Tejo S.A., nos Subsistemas do Município de Mafra, de 1 de março a 31 de maio de 2017.

Salienta-se que em 24 de março de 2017 foi publicado o Decreto-Lei n.º 34/2017 que procede à criação, por cisão, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e à constituição da sociedade Águas do Tejo Atlântico, S. A. que assegurará a exploração e a gestão do Sistema.

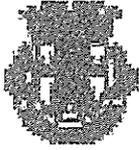
O novo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste tem como utilizadores os municípios que eram utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril e do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, e ainda os municípios utilizadores da vertente de saneamento de águas residuais do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste.

O sistema resulta de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

O sistema integra como utilizadores os municípios de Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odívetas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

Neste período a gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste é ainda assegurada pela EPAL ao abrigo do nº 3 do art.º 61 do Decreto-lei n.º 34/2017 de 24 de março.

2. DESCRIÇÃO DO SUBSISTEMA



O Subsistema do Município de Mafra engloba, atualmente, os seguintes subsistemas: A-da-Pêrra; Barril; Cheleiros; Encarnação; Ericeira; Foz do Lizandro; Gradil/Caneira Nova/Caneira Velha; Igreja Nova; Mafra; Malveira/Venda do Pinheiro; Lagoa; Milharado; Póvoa da Galega; São Sebastião e Sobral da Abelheira.

Neste âmbito estão em exploração 33 (trinta e três) Estações Elevatórias, 15 (quinze) Estações de Tratamento de Águas Residuais e 4 (quatro) Descarregadores de Tempestade.

3. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA POR SUBSISTEMA

SUBSISTEMA DA ERICEIRA

TRABALHOS EM FASE DE CONCURSO

Empreitada de Emissários Gravíticos e Sistemas Elevatórios do Subsistema da Ericeira Fase II

Em 22 de março de 2017 foi aprovado pelo Conselho de Administração o lançamento do concurso público da Empreitada de Emissários Gravíticos e Sistemas Elevatórios do Subsistema da Ericeira Fase II.

Em 7 de abril de 2017 foi publicado o respetivo anúncio no Diário da República, encontrando atualmente o procedimento em fase de análise de Erros e Omissões.

SUBSISTEMA DA FOZ DO LIZANDRO

TRABALHOS EM CURSO

Empreitada de Construção do Intercetor do Zambujal

Em 12 de outubro de 2016 foi adjudicada a empreitada à empresa SADE – CGTH com o prazo de execução de 180 dias.

O contrato de empreitada foi celebrado em 16 de fevereiro de 2017.

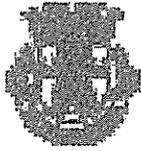
A consignação da empreitada ocorreu no dia 3 de abril de 2017, encontrando-se a mesma em curso.

Empreitada de Construção da Estação Elevatória da Carvoeira - Fase II

Em 3 de novembro de 2016 a empreitada foi adjudicada à empresa SADE – CGTH com o prazo de execução de 240 dias.

O contrato de empreitada foi celebrado no dia 26 de abril de 2017.

Empreitada de Construção dos Intercetores e Sistemas Elevatórios do Subsistema da Foz do Lizandro Fase III - restantes intervenções



O projeto existente será objeto de revisão tendo por base a solução que será definida em articulação com o Município de Mafra.

SUBSISTEMA DE MAFRA

TRABALHOS CONCLUÍDOS

Fornecimento de grupos eletrobomba para Estações Elevatórias do Subsistema de Mafra.

A empreitada foi adjudicada em 8 de fevereiro de 2017 à empresa HIDMA com o prazo de execução de 140 dias.

O contrato foi celebrado em 8 de março de 2017, encontrando-se o fornecimento no subsistema de Mafra concluído.

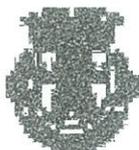
4. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA - EXPLORAÇÃO

Durante os meses de março, abril e maio de 2017 o caudal tratado foi 1.218.110 m³.

CAP. V – ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELA ECOAMBIENTE, SA

No presente relatório sintetiza-se a informação considerada relevante sobre a atividade que foi desenvolvida por esta empresa privada que, contratualmente tem a responsabilidade da execução e gestão técnica dos seguintes serviços na área dos resíduos sólidos no Concelho de Mafra:

- Recolha e transporte de R.S.U. a destino final para a Central de Valorização Orgânica (CVO) no Ecoparque da Abrunheira em Mafra;
 - Transporte a destino final para o Ecoparque de Trajouce, em Cascais, de contentores de grande capacidade provenientes do EcoCentro, ou locais isolados nas freguesias do concelho;
 - Fornecimento, manutenção e reparação de contentores;
 - Lavagem, desinfeção e desodorização de contentores.
- **Fornecimento e Colocação de Contentores**
Conforme indicado no Quadro 1 abaixo, foram colocados **38** novos contentores de 800L e **2** contentores de 110L para substituição de existentes bem como para satisfação de ordens emanadas pela Câmara Municipal de Mafra.



DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

Mês	Contentores 800L	Contentores 110L
Março 2017	15	0
Abril 2017	11	1
Mai 2017	12	1
Total	38	2

- **Lavagem e Desinfecção de Contentores**

No período em apreço, foram efetuadas **5 660** operações de lavagem e desinfecção de contentores, apresentando-se no Quadro 2 a respetiva distribuição do mês pelos diversos tipos de contentores instalados no concelho.

Quadro 2 – Lavagem de contentores

Mês	Contentores Deposição Indiferenciada				Contentores Deposição Diferenciada					
					Superfície			Semi-enterrados		
	800 L	110 L	MOLOK	MBE-SOTKON	Vidrões	Papelões	Embalões	Vidrões	Papelões	Embalões
Mar-17	1.665	27	135	35	81	81	82	7	6	6
Abr-17	1.205	19	93	56	84	83	84	8	5	6
Mai-17	1.447	16	115	56	79	80	80	8	6	5
Total	4.317	62	343	147	244	244	246	23	17	17

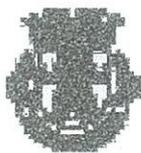
- **Recolha e Transporte a destino final**

Globalmente os resíduos que foram recolhidos e transferidos, no período em apreço, são os que se indicam no quadro 3 que se apresenta de seguida.

Quadro 3 – Quantidade (ton) de RSU recolhidos e transferidos para destino final

Quantidade Total de RSU		
Mês	Recolha	Transferência
Mar-17	2980,515	455,8
Abr-17	2968,91	416,10
Mai-17	3267,675	503,14
Total	9217,10	1375,04

- **RSU Indiferenciado:**



DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

Apresentam-se os dados quantitativos (em toneladas) sobre os resíduos sólidos urbanos indiferenciados que foram recolhidos nos vários circuitos de recolha do concelho de Mafra e depositados na Central de Valorização Orgânica (CVO) da TRATOLIXO, E.I.M., no Ecoparque da Abrunheira, Mafra. Conforme indicado no Quadro 4, neste período, a quantidade total de RSU indiferenciado recolhido no Concelho foi de **7 648,64** ton a que corresponde um valor médio diário de **83,14** ton/dia.

Quadro 4 – Quantidade (ton) de RSU recolhidos

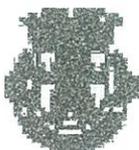
Mês	Recolha
Mar-17	2455,66
Abr-17	2492,44
Mai-17	2700,54
TOTAL	7648,64

○ **Resíduos provenientes do Ecocentro da Abrunheira e Juntas de Freguesia:**

Foram ainda recolhidas e transferidas as seguintes quantidades de resíduos valorizáveis e outros (Quadro 5 e Gráfico 3):

Quadro 5 – Quantidade (ton) de resíduos recolhidos e transferidos

Tipo de Resíduo	Quantidades (ton)		
	mar-17	abr-17	mai-17
Sucata	5,54	2,08	3,84
Papel	13,60	10,64	9,50
Embalagens	15,46	11,54	18,66
Vidro	70,14	85,50	74,98
Esferovite	0,00	0,00	0,00
RSU s/c	23,80	34,96	49,30
Limpezas	203,60	131,74	180,28
Verdes	200,16	175,05	202,90
Pneus	0,00	0,00	0,00
REEE	0,00	0,00	0,00
Monstros	22,04	20,20	24,58



DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

Madeira	93,62	76,92	112,92
Total	647,96	548,63	676,96

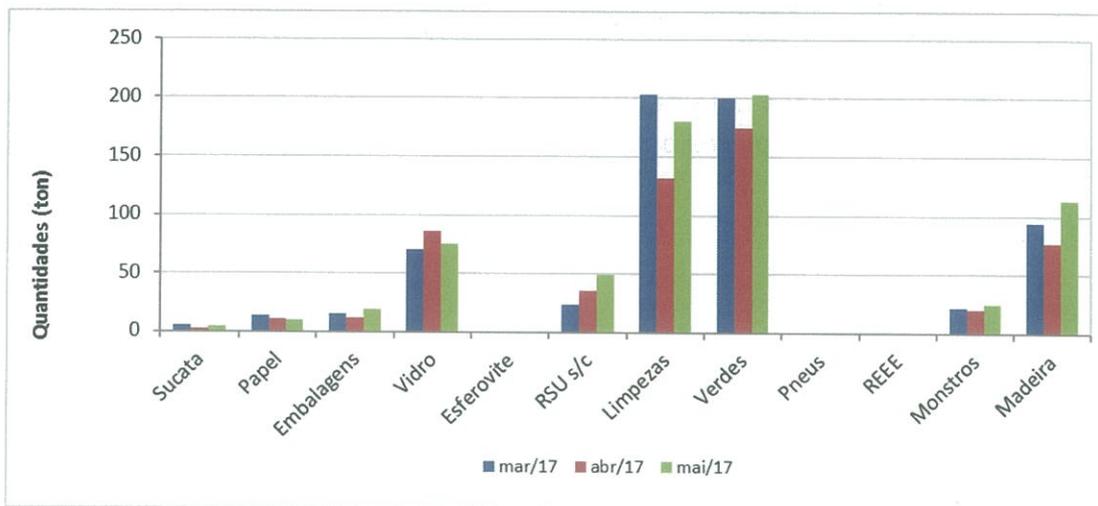
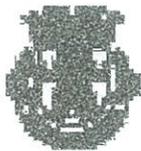


Gráfico 3 - Quantidade (ton) de resíduos recicláveis recolhidos e transferidos

- **Transportes a destino final de Contentores abertos de grande capacidade unitária (15m³ - 30m³):**
Encontrando-se instalados contentores deste tipo nas Freguesias concelhias (isolados ou integrados em Ecocentros) e em instalações da Câmara Municipal, para transferência dos resíduos neles depositados para a Central de Tratamento da TRATOLIXO, em Trajouce (Cascais). Foram efetuadas **46** operações de transporte, apresentando-se no Quadro 6 a respetiva distribuição mensal.

Quadro 6 - Transporte de contentores abertos de 15m³ a 30m³

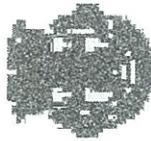
Local	Operações de Transporte efetuadas		
	mar-17	abr-17	mai-17
Ecocentro Abrunheira	7	8	9
UF Malveira e São Miguel de Alcainça	5	3	6
UF Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	11	6	12
UF Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	7	7	9
Parque Desportivo de Mafra	0	0	0
Parque e Oficinas	3	2	1
UF Azeira e Sobral de Abelheira	1	0	0
Núcleo Empresarial de Mafra	18	12	11



DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

UF Igreja Nova e Cheleiros	0	0	1
JF Santo Isidoro	0	0	2
JF Encarnação	1	1	1
Total	53	39	52

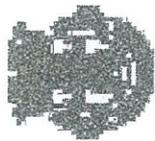
O Quadro 7 apresenta detalhadamente a proveniência, o total e a quantidade transportada dos vários resíduos para destino final, no período em análise.



DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

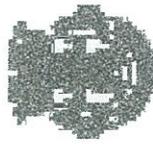


Subsistema	Tipo Trabalho	Designação	Adjudicatário	Situação
Foz do Lizandro	E	Empreitada de Construção do Sistema de Drenagem do Subsistema da Foz do Lizandro - Fase I	MonteAdriano	Concluída
Foz do Lizandro	E	Empreitada de Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Foz do Lizandro	Aquino & Rodrigues/Hidrocontrato	Posse administrativa
Foz do Lizandro	E	Empreitada de Construção do Sistema de Drenagem do Subsistema da Foz do Lizandro - Fase II	Oliveiras	Concluída
Gradil	E	Empreitada de Construção da ETAR do Subsistema do Gradil/Caneira Nova/Caneira Velha	Degremont/Graviner	Concluída
Ericeira	E	Empreitada de Emissários Gravíticos e Sistemas Elevatórios do Subsistema da Ericeira Fase II	-	Em concurso
Barril	E	Empreitada de Beneficiação e Ampliação do Subsistema do Barril	-	Em preparação
Foz do Lizandro	E	Empreitada de Fornecimento e Montagem de Equipamentos da ETAR da Foz do Lizandro	Tekboc/PLC/Magnokbuilding	Concluída
Gradil	E	Empreitada de Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais do Subsistema do Gradil/Caneira Nova/Caneira Velha	Oliveiras,SA	Concluída
Póvoa da Galega	E	Empreitada de execução dos sistemas de filtração e Desinfecção das ETAR de Bucelas e Póvoa da Galega	Degrémont/OGB	Concluída
Póvoa da Galega	E	Empreitada de Conceção/construção para a Remodelação da ETAR da Póvoa da Galega	Ecofmeq	Concluída
Ericeira	E	Empreitada de Construção do Subsistema da Ericeira Fase III	Tecnórem	Concluída



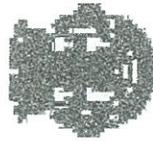
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

Subsistema	Tipo Trabalho	Designação	Adjudicatário	Situação
Foz do Lizandro	E	Empreitada de Construção da Estação Elevatória da Carvoeira - Fase II	Sade - CGTH	Contrato
Ericeira	E	Emissário de descarga do efluente tratado da ETAR da Ericeira	Irmãos Cavaco	Concluída
Igreja Nova/Cheleiros/Encarnação	E	Empreitada de beneficiação e ampliação dos subsistemas de Igreja-Nova, Cheleiros e Encarnação	Socopul	Concluída
Mafra/Malveira/Ericeira	E	Fornecimento e montagem de equipamentos de silos de lamas para as ETAR de Mafra, Malveira e Ericeira	SITEL	Concluída
Mafra/Ericeira	E	Empreitada de Benfeitorias das Estações Elevatórias dos Subsistemas de Mafra e Ericeira	Poluic	Concluída
Foz do Lizandro	E	Empreitada de Acabamentos de Construção Civil na ETAR da Foz do Lizandro	Constragraço	Concluída
Igreja Nova	E	Empreitada de construção da estação elevatória de Arrifana	SADE - CGTH	Concluída
Mafra	E	Empreitada de Construção do sistema de ligação de Murgeira - Barrealva ao emissário de Vale Picão	Construteze/Sitel	Concluída
Ericeira	E	Empreitada de Benfeitorias na ETAR da Ericeira	-	Em preparação
Mafra	E	Empreitada de Beneficiação da ETAR de Mafra - Fase I	Tecnorém, S.A	Concluída
Ericeira	E	Empreitada de Beneficiação da Estação Elevatória I da Ericeira	Assis & Gabriel	Concluída
Mafra-Geral	E	Empreitada de Benfeitorias de Instalações de Elevação e Tratamento de Águas Residuais dos subsistemas dos Municípios de Mafra e Vila Franca de Xira	Assis & Gabriel	Concluída
Malveira	E	Empreitada de construção da EE2 de Alcaínça	Poluic	Concluída

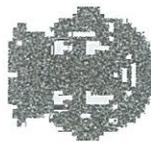


DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

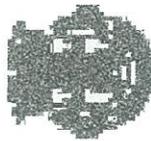
Subsistema	Tipo Trabalho	Designação	Adjudicatário	Situação
Mafra	E	Fornecimento de grupos eletrobomba para Estações Elevatórias dos Subsistemas de Alcântara, Beirolas e Mafra	Hidma	Concluída
Foz do Lizandro	E	Empreitada de Construção do Intercetor do Zambujal	Sade - CGTH	Em curso
Mafra/Póvoa da Galega	E	Empreitada de Beneficiação de edifícios e arruamentos na ETAR da Póvoa Galega, EE3 e EE5 de Mafra	Assis & Gabriel	Concluída
Malveira	E	Empreitada de beneficiação da obra de entrada da ETAR da Malveira	Contragraço	Concluída
Malveira	E	Empreitada de construção da conduta elevatória da EE2 de Alcaínça	Protecnici	Concluída
Mafra - Geral	E	Reparações de Construção Civil nos Subsistemas do Município de Mafra	Neopul	Concluída
Póvoa da Galega	E	Empreitada de ampliação e beneficiação do subsistema da Póvoa da Galega – fase I – descarregadores de tempestade	Sanestradas	Concluída
Mafra	E	Empreitada de Beneficiação da Segurança nas Instalações dos Subsistemas de Alverca, Vila Franca de Xira, Mafra, Beirolas e Chelas	Construções Borges & Cantante	Concluída
Foz do Lizandro	E	Empreitada de Construção da Estação Elevatória da Carvoeira	SADE	Concluída
Ericeira	E	Empreitada para fornecimento e montagem de um novo quadro elétrico e de um grupo gerador de emergência na EE1 da Ericeira	Ominstal - Eletricidade, S.A.,	Concluída
Foz do Lizandro	E	Empreitada de construção do emissário dos Salgados	SADE	Concluída
Mafra	E	Empreitada de Beneficiação dos Emissários de Mafra	SADE - Compagnie Générale de Travaux d'Hydraulique	Concluída
Malveira	E	Empreitada de beneficiação dos descarregadores do Subsistema da Malveira	Sanestradas	Concluída
Foz do Lizandro	E	Empreitada de Execução de Serralharias da ETAR da Foz do Lizandro	Frade – Oficina Metalúrgica	Concluída

**DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE**

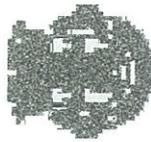
Subsistema	Tipo Trabalho	Designação	Adjudicatário	Situação
Ericeira	E	Empreitada de fornecimento e montagem de grupos geradores de socorro nas EE1 e EE2 de Alcântara e EE9 da Ericeira	J.A. Ramos	Concluída
Mafra - Geral	E	Empreitada de beneficiação da segurança nas instalações dos subsistemas de Beirolas, Chelas, Buceias, Mafra e Vila Franca de Xira	Assis & Gabriel	Concluída
Foz do Lizandro	E	Empreitada de Alteração do Circuito Hidráulico do SBR da ETAR da Foz do Lizandro	TEKbox	Concluída
Foz do Lizandro	E	Empreitada de Construção da Estação Elevatória de Valbom - Construção Civil	Oliveiras, S.A.	Concluída
Malveira	E	Fornecimento e montagem de grade mecânica na Obra de Entrada da ETAR da Malveira	SotecnoGao	Concluída
Foz do Lizandro	E	Empreitada de construção da estação elevatória de Valbom - equipamento eletromecânico e instalações elétricas	Ecotécnica	Concluída
Foz do Lizandro	E	Empreitada de Pavimentação da ETAR da Foz do Lizandro	Estrela do Norte	Concluída
Ericeira	E	Empreitada de Implementação de um Sistema de Telegestão para as Estações Elevatórias da Ericeira	Nessie	Concluída
Foz do Lizandro	E	Fornecimento e Montagem de um Grupo Gerador de Socorro na EE de Valbom	Himoinsa	Concluída
Ericeira	E	Empreitada de fornecimento e montagem de um novo quadro elétrico na EE4 da Ericeira	SQE, Sociedade de Quadros Elétricos	Concluída
Ericeira	E	Empreitada de fornecimento e montagem de um novo quadro elétrico na EE2 da Ericeira	Ponto Neutro	Concluída
Foz do Lizandro	OT	Fiscalização e Coordenação de Segurança - Empreitada de Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Foz do Lisandro	W5 Atkins/Cenor	Concluída
Mafra - Geral	OT	Prestação de Serviços de Monitorização Ambiental da Qualidade da Água dos Meios Recetores na Área de Concessão da Simtejo e Simarsul: 2015-2017 (Ribeiras do Oeste e Costa Oceânica da Ericeira)	AmbiPar Control	Em curso
Gradil	OT	Fiscalização gestão qualidade e coordenação segurança - Subistema Gradil	Coba	Concluída

**DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE**

Subsistema	Tipo Trabalho	Designação	Adjudicatário	Situação
Foz do Lizandro	OT	Fiscalização e Coordenação de Segurança - Empreitada de Construção do Sistema de Drenagem do Subsistema da Foz do Lizandro - Fase II	GSET	Concluída
Mafra - Geral	OT	Campanhas de Monitorização na Costa Oceânica da Ericeira e nas Ribeiras do Município de Mafra (9+2 campanhas) - 2011-2012	Quimiteste	Concluída
Mafra	OT	Fiscalização gestão qualidade e coordenação segurança POLVT(*)	Cenor	Concluída
Ericeira	OT	Fiscalização e Coordenação de Segurança - Empreitada de Construção do Subsistema da Ericeira Fase III	Hidroprojecto	Concluída
Foz do Lizandro	OT	Prestação de Serviços de Apoio Técnico ao Arranque do SBR da ETAR da Foz do Lizandro	Xylem Water Solutions Portugal	Concluída
Malveira	OT	Levantamento cadastral e inspeção do sistema interceptor da Malveira	Linha d'Água	Concluída
Foz do Lizandro	OT	Prestação de Serviços de Vigilância na ETAR da Foz do Lizandro	Securitas	Concluída
Póvoa Galega	OT	Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental das Empreitadas de Controlo de Caudais Pluviais de Frieiras - Fases I e II, e Remodelação da ETAR da Póvoa da Galega	PROMAN	Concluída
Foz do Lizandro	OT	Prestação de Serviços de Televisão e portaria na ETAR da Foz do Lizandro 2013/2014	Securitas	Concluída
Mafra - Geral	OT	Campanhas de Monitorização na Costa Oceânica da Ericeira e nas Ribeiras do Município de Mafra (9+12 campanhas)	Quimiteste	Concluída
Ericeira	OT	Fornecimento e montagem de grupos geradores (socorro) nas estações elevatórias designadas por EE2, EE3 e EE4 do sistema interceptor de águas residuais da Ericeira	Turbomar, SA	Concluída
Foz do Lizandro	OT	Prestação de Serviços de CCTV e Portaria na ETAR da Foz do Lizandro	Servisecuritas	Concluída
Foz do Lizandro	OT	Prestação de Serviços de Vigilância na ETAR da Foz do Lizandro	Servisecuritas	Concluída

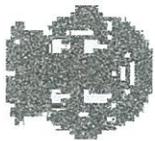
**DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE**

Subsistema	Tipo Trabalho	Designação	Adjudicatário	Situação
Ericeira/Mafra/Póvoa da Galega	OT	Levantamento Cadastral e a Inspeção Vídeio de Troços dos Subistemas de Ericeira, Mafra e Póvoa da Galega	Linha d'água	Concluída
Ericeira	OT	Transmissão de alarmes das estações elevatórias da Ericeira	Tritec	Concluída
Mafra - Geral	OT	Campanhas de Monitorização nas Ribeiras do Município de Mafra (3 campanhas)	Laboratório IST	Concluída
Mafra - Geral	OT	Campanhas de Monitorização nas Ribeiras do Município de Mafra (5 campanhas)	Quimiteste	Concluída
Foz do Lizandro	OT	Prestação de Serviços de Vigilância na ETAR da Foz do Lizandro	Prosegur	Concluída
Foz do Lizandro	OT	Fiscalização, gestão da qualidade, coordenação de segurança em obra e coordenação de gestão ambiental da conclusão da ETAR da Foz do Lizandro	Ripórtico	Concluída
Ericeira/Mafra/Malveira-Venda do Pinheiro	OT	Recuperação do equipamento de desinfeção por raios ultra violetas nas ETAR da Ericeira, Mafra e Malveira/Venda do Pinheiro	Equipur - Tecnologias do ambiente,Lda	Concluída
Foz do Lizandro	OT	Prospecção Geológica-geotécnica relativa à ETAR da Foz do Lizandro	Tecnasol FGE	Concluída
Ericeira	OT	Fornecimento e montagem de equipamento para as infraestruturas telefónicas das Estações Elevatórias 1,2,3 e 4	José Alberto Rodrigues,Lda	Concluída
Ericeira	OT	Fornecimento de materiais e execução de projeto de licenciamento do grupo gerador da EE2, EE3 e EE4	José Alberto Rodrigues,Lda	Concluída
Mafra - Geral	OT	Campanhas de Monitorização na Costa Oceânica da Ericeira (12 campanhas)	Quimiteste	Concluída
Mafra - Geral	OT	Campanhas de Monitorização na Costa Oceânica da Ericeira (11 campanhas)	Laboratório IST	Concluída
Gradil	OT	Prospecção Geológica-geotécnica relativa à ETAR do Gradil/Caneira Nova /Caneira Velha	Geocontrol	Concluída
Ericeira	OT	Sistema de desodorização para a ETAR da Ericeira	Megacontrol	Concluída



DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

Subsistema	Tipo Trabalho	Designação	Adjudicatário	Situação
Mafra	OT	ETAR de Mafra - Correção do factor de potência	Tritec	Concluída
Ericeira	OT	ETAR da Ericeira - Correção do factor de potência	Tritec	Concluída
Mafra	OT	Quadros elétricos da ETAR e das EE do subsistema de Mafra	José Alberto Rodrigues	Concluída
Ericeira	OT	Trabalhos de apoio à montagem de grupos geradores nas estações elevatórias do subsistema da Ericeira	Turbomar	Concluída
Ericeira	OT	Substituição dos 6 relés de análise de tensão mínima instalados nos quadros elétricos das EE 2, 3, e 4 e montagem de duas UPS de 2000 VA na EE 3 e 4	Tritec	Concluída
Ericeira	OT	Fornecimento de Bombas doseadoras - ETAR da Ericeira	Megacontrol	Concluída
Póvoa da Galega/Milharado	P	Estudo de Erradicação de Descargas da Bacia de Drenagem do Subsistema da Póvoa da Galega/Milharado	Procesl	Concluída
Ericeira	P	Estudo de Erradicação de Descargas da Bacia de Drenagem do Subsistema da Ericeira entre a Praia dos Coxos e a Praia da Baleia	Prostistemas	Concluída
Malveira	P	Estudo de Erradicação de Descargas da Bacia da Ribeira do Casal Novo	Procesl	Concluída
Mafra	P	Estudo de Erradicação da Bacia de Drenagem do Subsistema de Mafra	Engidro	Concluída
Foz do Lizandro	P	projetos de Execução da Foz do Lizandro - fase II	Hidroprojecto	Concluída
Foz do Lizandro	P	Elaboração do Estudo Prévio e projeto Base da ETAR da Foz do Lizandro	DHV-FBO	Concluída
Mafra	P	Estudo prévio de saneamento do concelho de Mafra	Engidro	Concluída
Foz do Lizandro	P	Subsistema de Foz do Lizandro - projeto de Execução do Emissário de Descarga do Efluente Tratado da ETAR da Foz do Lizandro	Cenor/ WW	Concluída
Foz do Lizandro	P	Projeto de execução do subsistema da Foz do Lizandro - fase I	Engidro	Concluída
Mafra-Frielas	P	Projeto de Saneamento do Subsistema de Frielas – Santo Estêvão das Galés	DTC	Concluída
Foz do Lizandro	P	Adaptação do projeto de execução do subsistema da Foz do Lizandro - fase III	Hidra	Concluída



DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

Subsistema	Tipo Trabalho	Designação	Adjudicatário	Situação
Ericeira	P	Projeto de Saneamento do Subsistema da Ericeira - Intercetor, Emissários e Sistemas Elevatórios	Hidroprojecto	Concluída
Carvalhal	P	Adaptação do Projeto de Saneamento do Subsistema do Carvalhal	DTC	Concluída
Barril	P	Projeto de beneficiação e ampliação do Subsistema de Barril/Azenhas dos Tanoeiros	Prostistemas	Concluída
Póvoa Da Galega	P	Projeto de beneficiação e ampliação do Subsistema de Póvoa da Galega	Aqualogos	Concluída
Malveira	P	Projeto de execução dos descarregadores do subsistema da Malveira	Procesl	Concluída
Carvalhal	P	Elaboração do projeto de execução do subsistema do Carvalhal	HIDRA	Concluída
Gradil	P	Elaboração do projeto de execução do subsistema do Gradil/Caneira Nova/Caneira Velha	Hidroprojecto	Concluída
Foz do Lizandro	P	Estudo de dispersão da pluma de efluente do emissário da ETAR da Foz do Lizandro	Hidromod	Concluída
Malveira	P	Projeto de Execução da EE2 de Alcaíça	Procesl	Concluída
Ericeira	P	Reformulação do projeto de execução dos Emissários gravíticos e sistemas elevatórios do Subsistema da Ericeira-fase II	Cenor	Concluída
Igreja Nova/A-da-Pêrra/Cheleiros/Encarnação	P	Projeto de beneficiação e ampliação dos Subsistemas de Igreja Nova, A-da-Pêrra, Cheleiros e Encarnação	Prostistemas	Concluída
Mafra-Frietas	P	Projeto de Saneamento do Subsistema de Frietas - Santo Estevão das Galés	FBO	Concluída
Igreja Nova	P	Adaptação do projeto de execução da EE da Arrifana	TPF Planege – Consultores de Engenharia e Gestão, S.A	Concluída
Ericeira	P	Estudo Numérico do Impacte Ambiental do Emissário de Ribeira d'Ilhas	HIDROMOD	Concluída
Foz do Lizandro	P	Projeto de execução do subsistema da Foz do Lizandro - fase I - Trabalhos adicionais	Engidro	Concluída



PROPOSTA

Considerando que:

1. A Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) é uma Associação de direito privado, constituída em 07 de maio de 2016, ao abrigo do disposto no artigo 253.º da Constituição da República Portuguesa e do disposto na Lei n.º 54/98 de 18 de agosto, diploma que prevê a possibilidade dos municípios se poderem associar, designadamente, para efeitos da sua representação institucional junto dos órgãos de soberania e da administração central e da cooperação com esta na participação em organizações internacionais;
2. A ANAM tem por objeto a valorização do *"papel das assembleias municipais na organização democrática dos municípios, apoiando e promovendo para o efeito estudos, seminários, congressos e publicações"*, conforme o artigo 2.º dos seus Estatutos;
3. Nos termos do disposto no artigo 3.º dos Estatutos da ANAM, *"são associados da ANAM os municípios, representados pelos respetivos presidentes de assembleia municipal, cujas assembleias municipais hajam deliberado a sua adesão a esta associação"*, aos quais incumbe o pagamento de uma quota anual, fixada anualmente pelo Conselho Geral sob proposta da Direção, estando a mesma fixada, para o ano de 2017, em € 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta euros), para os Municípios com mais de 40.000 eleitores, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 4.º dos Estatutos, conforme documento em anexo, que se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais;
4. Foi rececionada uma comunicação da ANAM, subscrita pelo Presidente da Direção, através da qual é dado a conhecer que, no passado dia 31 de maio do corrente ano, foi realizada escritura pública de alteração de Estatutos da ANAM, aprovada na assembleia-geral de 25 de março de 2017, bem como da possibilidade da expectada adesão do Município de Mafra à ANAM, conforme documentação em anexo, que se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;



5. A ANAM defende que, em primeira linha, a Assembleia Municipal recomende à Câmara Municipal que esta delibere sobre a participação do Município no projeto, propondo à Assembleia Municipal que esta delibere definitivamente a adesão à ANAM;
6. Compete à Assembleia Municipal "*pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município*", conforme previsto no artigo 25.º, n.º 2, alínea k), do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual,

PROPONHO, ao abrigo do disposto no artigo 253.º da Constituição da República Portuguesa, no artigo 1.º e seguintes da Lei n.º 54/98, de 18 de agosto e no artigo 25.º, n.º 2, alínea k), do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, **que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara Municipal que esta elabore e submeta ao órgão deliberativo proposta no sentido da adesão do Município de Mafra à Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM).**

Atendendo a que adesão do Município de Mafra à ANAM implica o pagamento de uma quota anual que para o ano de 2017 foi fixada no valor de € 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta euros), valor este que não se encontra previsto no orçamento municipal, **mais proponho que a Assembleia Municipal delibere, ainda, recomendar à Câmara Municipal que a proposta de adesão do Município de Mafra à ANAM seja apresentada pelo órgão executivo à Assembleia Municipal após a aprovação do próximo orçamento municipal que preveja a despesa em causa.**

Mafra, 26 de junho de 2017.

O Presidente da Assembleia Municipal,

(José Alves Bizarro Duarte)



MINUTA

(n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro)

13
PM

**DEPARTAMENTO ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**

REUNIÃO DE 2017/09/06

ASSUNTO: Proposta de Constituição do Júri do Procedimento de Concurso para Chefe de Divisão Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais. -----

INFORMAÇÕES/PARECERES: Presente Informação Rechumanos/2017/3130, datada de 02 de junho corrente, onde, de acordo com artigo 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, propõe a designação dos membros do júri do procedimento concursal para provimento do cargo de dirigente intermédio de 2º grau, com vista à nomeação em comissão de serviço, pelo período de 3 anos. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, deliberou, emitir parecer favorável à proposta apresentada de designação de membros do júri do procedimento concursal para provimento de cargo de dirigente, determinando que a mesma seja submetida à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos do n.º1 do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade / Maioria.-----

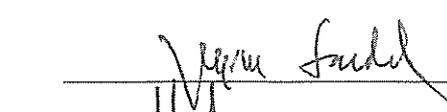
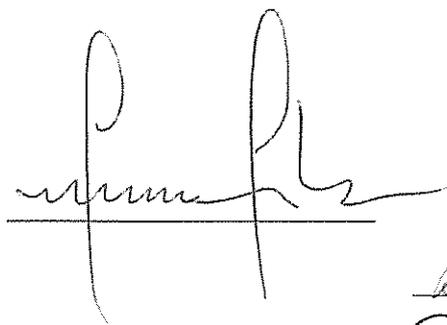
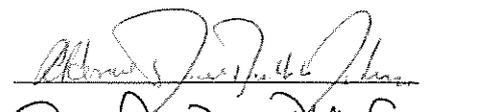
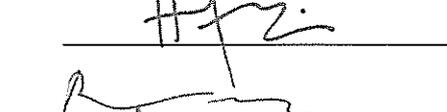
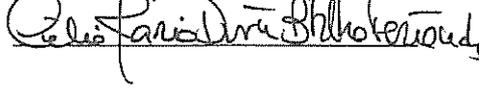
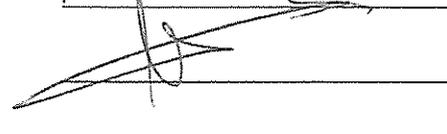
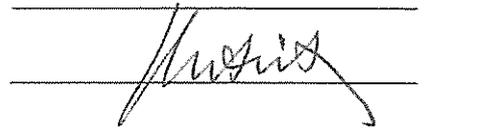
Votos a favor: 103 VOTANTES PRESENTES E 008 MAIORIA.....

Votos contra: ---.....

Abstenções:.....

Declarações de voto: ---.....

ASSINATURAS:





CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Recursos Humanos

PARECER

DESPACHO

...../...../.....

O(A) Vereador(a),

...../...../.....

O(A) Diretor(a) de Departamento,

...../...../.....

O(A) Chefe de Divisão

À Reunião de Câmara.

02/06/2017

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO RecHumanos/2017/3130

ASSUNTO: Proposta de Constituição do Júri do Procedimento de Concurso para Chefe de Divisão Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais.

Na sequência do despacho n.º 11/2017 PCM, de 15 de março, do Exmo Sr. Presidente, de nomeação em regime de substituição do dirigente da Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais, com efeitos a 01.04.2017, torna-se premente, proceder a abertura de procedimento concursal, com vista à nomeação em comissão de serviço, pelo período de 3 anos.

A área de atuação do cargo a prover é a constante do artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto e dos artigos 16.º, 18.º e 32.º do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais - Estrutura e competências (ROSMEC), publicado pelo Despacho n.º 354/2014, na 2.ª série, do Diário da República, n.º 5, de 8 de Janeiro.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Recursos Humanos

De acordo com o disposto no artigo 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, conjugado com o artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, os candidatos terão de reunir os seguintes requisitos de provimento:

- a) Ser trabalhador em funções públicas, dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo;
- b) Possuir Licenciatura em Engenharia Civil;
- c) Ter quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias, para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.
- d) O candidato deve ainda deter competências técnicas para desempenhar funções no âmbito das áreas genéricas e específicas da Divisão, nos termos dos artigos 16.º, 18º e 32.º, do ROSMEC.

Métodos de seleção: Avaliação Curricular e Entrevista Pública de Seleção.

Os critérios da avaliação curricular serão definidos pelo júri em ata de critérios, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

Determina o artigo 13º da Lei n.º 49/2012 de 29 de Agosto, que:

“1-O júri de recrutamento é designado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, e é composto por um presidente e dois vogais.

2 - O presidente é designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal.

3 - Os vogais são designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica.

4 - Aos membros do júri que não sejam vinculados à Administração Pública é devida remuneração, a fixar pela câmara municipal, cujo montante não pode ser superior ao fixado nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.”



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Recursos Humanos

Assim, **proponho que a composição do júri do procedimento de concurso** seja a seguinte:

Presidente: Bruno Manuel Franco Miranda - Diretor do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente;

1ª Vogal Efetivo: Pedro Miguel do Amaral Martins - Chefe da Divisão Planeamento Territorial e Gestão Urbanística, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos;

2º Vogal Efetivo: Milene Alexandra Mourato Leitão Vieira - Chefe da Divisão de Recursos Humanos.

À consideração do Sr. Presidente, o envio a deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.

Mafra, 2 de junho de 2017

A Diretora do Departamento

Ana Viana



MINUTA

(n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro)

12
01

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS
DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO REUNIÃO DE 2017/06/23
ASSUNTO: 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2017. -----

INFORMAÇÕES/PARECERES: Presente a informação interno/2017/9027, elaborada na Área de Estudos e Planeamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, datados de 20 de junho corrente. -
DELIBERAÇÃO: Analisados os documentos a que se refere a informação supra mencionada, a Câmara Municipal deliberou, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 4.ª Revisão ao Orçamento da Receita, a 4.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, a 4.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal e a 4.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, apresentando o Orçamento da Receita "diminuições/anulações" no valor de € 236.275,00 (duzentos e trinta e seis mil duzentos e setenta e cinco euros); o Orçamento da Despesa apresenta "inscrições/reforços" no valor de € 363.725,00 (trezentos e sessenta e três mil setecentos e vinte e cinco euros) e "diminuições/anulações" no valor de € 600.000,00 (seiscentos mil euros); o Plano Plurianual de Investimentos apresenta "inscrições/reforços" no valor de € 363.725,00 (trezentos e sessenta e três mil setecentos e vinte e cinco euros) e "diminuições/anulações" no valor de € 600.000,00 (seiscentos mil euros). -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade / Maioria. -----

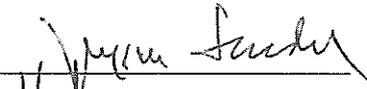
Votos a favor: 20 VEREADORES DO PSD, PSD e DO PP (PRESIDENTE) -----

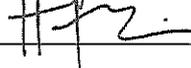
Votos contra: -----

Abstenções: 20 VEREADORES DO PS e DO CDU -----

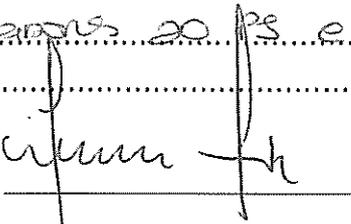
Declarações de voto: -----

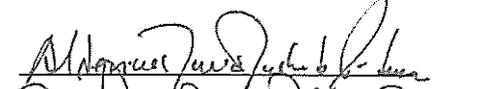
ASSINATURAS:

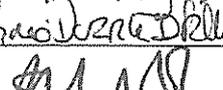


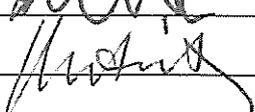














**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

DESPACHO

...../...../.....

O Vereador,

*concordo com a informação**20./06./2017*A Diretora de Departamento, *prezados,**concordo com a informação
submetida à consideração superior**20./06./2017*

A Chefe de Divisão

*[Signature]**[Signature]**20./06/17*

O Presidente da Câmara,

[Signature]
(Hélder Sousa Silva)**INFORMAÇÃO Interno/2017/9027****ASSUNTO:** 7.ª Modificação - 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2017

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano são dois instrumentos de gestão previsionais, pelo que, dada a sua natureza, a lei prevê, nos pontos 8.3.1 e 8.3.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, a realização das modificações consideradas necessárias para que, durante a sua execução, tais instrumentos se coadunem com a realidade do Município.

Os documentos previsionais continuam a observar o princípio do equilíbrio orçamental que determina que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

Concedo. Proposta que o
aumento seja acrescentado à
receita do Orç. Executivo.

2017, 06, 20

O Vereador,

concordo com a interpretação

20, 6, 2017

A Diretora de Departamento, *maria*

concordo com a informação
submetida à consideração superior

20, 06, 2017

A Chefe de Divisão

[Signature]

DESPACHO

[Signature]

20, 06, 17

O Presidente da Câmara,

[Signature]
(Hélder Sousa Silva)**INFORMAÇÃO Interno/2017/9027****ASSUNTO:** 7.^a Modificação - 4.^a Revisão aos Documentos Previsionais de 2017

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano são dois instrumentos de gestão previsionais, pelo que, dada a sua natureza, a lei prevê, nos pontos 8.3.1 e 8.3.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, a realização das modificações consideradas necessárias para que, durante a sua execução, tais instrumentos se coadunem com a realidade do Município.

Os documentos previsionais continuam a observar o princípio do equilíbrio orçamental que determina que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

Verifica-se a necessidade de reprogramar a ação 2015/I/9 – Centro de Saúde Mafra Norte - com uma diminuição no valor da despesa no montante de 600.000,00€, que transitou para o ano de 2018, e a consequente diminuição no Orçamento da Receita na rubrica 10030199 - Outras Transferências de Capital no montante de 241.620,00€ e na rubrica 10030702 - FEDER no montante de 335.185,00€.

Verifica-se ainda a necessidade de reforçar o Orçamento da Receita na rubrica 10030199- Outras Transferências de Capital relativa à aprovação da candidatura de “Substituição de veículos de serviços urbanos ambientais por veículos elétricos” no montante de 23.765,00€ e na rubrica 10030702 - FEDER relativa à aprovação da candidatura do “Parque Ecológico da Venda do Pinheiro” no montante de 316.765,00€.

Verifica-se ainda a necessidade de inscrever a seguinte ação:

- Plano Plurianual de Investimentos - Objetivo 1.1. Serviços Gerais designado como Investimentos Incorpóreos no montante de 73.800,00€.

Face ao supra referido, o projeto da 4.ª Revisão dos Documentos Previsionais do corrente ano, conforme documentos em anexo, resulta em:

- Orçamento da Receita - “diminuições/anulações” no valor de 236.275,00€;
- Orçamento da Despesa - “inscrições/reforços” no valor de 363.725,00€ e “diminuições/anulações” no valor de 600.000,00€.
- Plano Plurianual de Investimentos - “inscrições/reforços” no valor de 363.725,00€ e “diminuições/anulações” no valor de 600.000,00€.

À Consideração Superior,

A Técnica Superior

Marta Lemos

(Marta Lemos)

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA				Página: 1
MUNICIPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NUMERO : 7		NUMERO 4	DO ANO CONTABILISTICO DE 2017	DATA DE APROVAÇÃO
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DOTAÇÕES DA RECEITA			OBSERVAÇÕES	
CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS			DOTAÇÃO SEGUINTE
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL					
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					
100301	Estado					
10030199	Outras	1.952.695,00		217.855,00	1.734.840,00	
100307	Estado-Participações Comunitárias em Projetos					
	Co-Financiados					
10030702	FEDER	1.696.845,00		18.420,00	1.678.425,00	
	TOTAL ...	3.649.540,00		236.275,00	3.413.265,00	
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES					
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL ...	3.649.540,00		236.275,00	3.413.265,00	
	TOTAL DE OUTRAS RECEITAS					

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ____

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DESPESA				O B S
		DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA		DESCRIÇÃO	INSCRIÇÕES / REFORÇOS		DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES
01	0102	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA				
	02	CÂMARA MUNICIPAL				
	0202	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
	020220	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
	07	Outros Trabalhos Especializados	672.575,00			672.575,00
	0701	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL				
	070113	INVESTIMENTOS				
	070113	Investimentos Incorpóreos	20,00	73.800,00		73.820,00
03	0301	DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNIC. E AMBIENTE				
	07	DIVISÃO DE OBRAS E MANUTENÇÃO				
	0701	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL				
	070103	INVESTIMENTOS				
	070103	EDIFÍCIOS				
	07010399	Outros	3.368.560,00		600.000,00	2.768.560,00
	070106	MATERIAL DE TRANSPORTE				
	07010699	Outro	111.455,00	21.000,00		132.455,00
	0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO				
	070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS				
	07030301	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	3.696.085,00	268.925,00		3.965.010,00
04	0402	DEPARTAMENTO SÓCIO-ECONÓMICO				
	04	DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL E APOIO INSTITUCIONAL				
	0408	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
	040802	FAMÍLIAS				
	040802	Outras	111.400,00			111.400,00
TOTAL ...			7.960.095,00	363.725,00	600.000,00	7.723.820,00

TOTAL DE DESPESAS CORRENTES

TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...

363.725,00	600.000,00

ÓRGÃO EXECUTIVO
Em ___ de _____ de ____

ÓRGÃO DELIBERATIVO
Em ___ de _____ de ____

ENTRADA PARTICIPIO DE PÁGINA MODIFICAÇÃO Nº 7 DO ANO CONTABILÍSTICO 2017 MODIFICAÇÕES DO PLANO DATA DE APROVAÇÃO

OBJETIVO / PROGRAMA / PROJETO / AÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. / AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DOTAÇÃO DEVEDIDA		VALIAÇÃO DA DOTAÇÃO			VALIAÇÃO PARA ANOS SEQUENTES			DOTAÇÃO SEQUENTE				
						ANO EM CURSO / FINANCIAMENTO DEFINITIVO	DOTAÇÃO TOTAL	EXERCÍCIOS / RECORRIDOS	EXERCÍCIOS / ANULAÇÕES	2018	2019	2020	SEQUENTES	DEFERIDA	NÃO DEFERIDA	DOTAÇÃO TOTAL					
1.1.1.1.1.1.02	2017 A 7	Funções gerais da administração pública	CA	020220		116.850,00	116.850,00	73.400,00		54.400,00				116.850,00						116.850,00	
1.1.1.1.1.1.03	2017 I 5	Administração geral	CA	020113						40.000,00				73.300,00						73.300,00	
2.2.1.1.1.1.01	2015	Investimentos Incorporados																			
2.2.1.1.1.1.01	2015	Serviços individuais de saúde																			
2.2.1.1.1.1.01	2015	Construção, reparação e manutenção																			
2.2.1.1.1.1.01	2015 I 9	Centro Saúde Infra - Infra	0000A	0901 07000339	73.674,23	1.361.020,00	1.361.020,00	600.000,00						761.020,00						761.020,00	
2.3.1.1.1.1.01	2015	Segurança e Ação Social																			
2.3.1.1.1.1.01	2015	Ação social																			
2.3.1.1.1.1.01	2015 A 2	Medidas de Apoio Social																			
2.3.1.1.1.1.01	2015 A 2	Apoio ao Cidadão	0205E	0402 040502	105.838,00	85.000,00	85.000,00			28.000,00				85.000,00						85.000,00	
3.3.1.1.1.1.01	2014	Funções econômicas																			
3.3.1.1.1.1.01	2014	Transportes e comunicações																			
3.3.1.1.1.1.01	2014 I 9	Transportes rodoviários																			
3.3.1.1.1.1.01	2014	Construção, reparação e manutenção																			
3.3.1.1.1.1.01	2014 I 9	Benefícios	0000A	0901 07000301	10.211.807,32	3.100.000,00	3.100.000,00	260.925,00						3.376.925,00						3.376.925,00	
3.3.1.1.1.1.01	2014	Viajantes, Arranjos e obras																			
3.3.1.1.1.1.01	2014 I 63	Complementares																			
3.3.1.1.1.1.01	2014 I 63	Aquisição e reparação de bens																			
3.3.1.1.1.1.01	2014 I 63	Equipamento de Transporte	0000A	0901 07000699	185.106,11	111.455,00	111.455,00	21.000,00						132.455,00						132.455,00	
TOTAL ...					11.206.400,74	4.960.870,00	4.960.870,00	363.715,00	600.000,00	122.400,00				4.596.000,00						4.596.000,00	4.714.555,00

O USUÁRIO DECLARATIVO
 Em ___ de _____ de _____

O USUÁRIO EXECUTIVO
 Em ___ de _____ de _____

MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ENTIDADE
MUNICÍPIO DE MAFRA

MODIFICAÇÃO NÚMERO : 7
REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS

NÚMERO 4 DO ANO CONTABILÍSTICO 2017

DATA DE APROVAÇÃO

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA ORGANICA	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	DATAS		VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTES	
					INÍCIO	FIM		EX	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	ANULAÇÕES		
									DEFINIDO	NÃO DEFINIDO				ANOS SEQUITES
TRANSPORTE														
1.1.1.1.1.1.1.	2017 5	Funções gerais Serviços gerais da administração pública Administração geral Investimentos Incorpóreos	0102	070113	2017/06/20	2018/12/31	73.800,23				73.800,00		73.800,00	
2.2.1.1.1.1.1.	2015 9	Saúde Serviços individuais de saúde Construção, reparação e Beneficiação Centro Saúde Mafra - Mafra Norte	0301	07010399	2015/01/01	2018/12/31 0	10.921.807,32	1.351.020,00	1.351.020,00	1.351.015,00	600.000,00		761.020,00	
3.3.1.1.1.1.1.	2014 59	Funções económicas Transportes e comunicações Transportes rodoviários Viadutos, Reparação e Beneficiação Coculherentes Armazéns e Obras	0301	07030301	2014/01/01	2017/12/31 4	185.106,11	3.108.000,00	3.108.000,00		268.925,00		3.376.925,00	
3.3.1.1.1.1.1.	2014 63	Aquisição e reparação de Bens de Investimento Equipamento de Transporte	0301	07010699	2014/01/01	2018/12/31 0	11.180.591,66	290.000,00	111.455,00	178.545,00	21.000,00		132.455,00	
TOTAL ...								4.759.020,00	4.580.475,00	178.545,00	1.421.015,00	363.725,00	600.000,00	4.344.200,00

O ÓRGÃO EXECUTIVO
Em ___ de _____ de _____

O ÓRGÃO DELIBERATIVO
Em ___ de _____ de _____

MODIFICAÇÕES AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS

ENTIDADE
MUNICÍPIO DE VAFRA

Modificação Número: 7
REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES

NÚMERO 4 DO ANO CONTABILÍSTICO 2017

DATA DE APROVAÇÃO

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC.	DATAS		VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEQUINTE
				INÍCIO	FIM		TOTAL	ANO EM CURSO		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DEMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
								DEFINIDO	NAO DEFEITIVO			
1. 1.1. 1.1.1. 1.1.1.1.	2017 7	Funções gerais Serviços gerais da administração pública Administração geral Trabalhos Especializados	0102 020220	2017/03/28	2018/12/31	116.850,00	116.850,00		24.600,00			116.850,00
2. 2.1. 2.1.2. 2.1.2.1. 2.1.2.2.	2015 01 2015 2 0101	Funções sociais Segurança e Acção Social Acção social Medidas de Apoio Social Apoio ao Cidadão	0402 040802	2015/01/01	2018/12/31	85.000,00	85.000,00					85.000,00
				TOTAL ...		201.850,00	201.850,00		24.600,00			201.850,00

O ÓRGÃO EXECUTIVO
Em ___ de _____ de _____

O ÓRGÃO DELIBERATIVO
Em ___ de _____ de _____



MINUTA

(n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro)

13
a

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS
DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO REUNIÃO DE 2017/06/23
ASSUNTO: Consolidação de Contas de 2016. -----

INFORMAÇÕES/PARECERES: Presente, em anexo, a Informação Interno/2017/8964, elaborada na Área de Estudos e Planeamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças, bem como despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, todos datados de 20 de junho de 2017, devidamente instruída com a documentação a que a mesma se refere.-----

DELIBERAÇÃO: Considerando a informação prestada e documentação anexa, que se dão por integralmente reproduzidas, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a consolidação de contas do Município e submetê-las à apreciação da Assembleia Municipal. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade / Maioria. -----

Votos a favor: 20 VEREADORES DO PPSD E DO PP INDEPENDENTE

Votos contra: -----

Abstenções: 20 VEREADORES DO PS E DO CDU

Declarações de voto: -----

ASSINATURAS:

[Handwritten Signature]





1.3

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

De acordo com a proposta apresentada. Submeter ao Órgão Executivo para aprovação.

2017/06/20

O Vereador,

concordo com a presente informação.

20/6/2017

A Diretora de Departamento,

Concordo com a informação.

Submeto à consideração superior.

20/06/2017

A Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião

20/06/17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/8964

ASSUNTO: Consolidação de Contas de 2016

De acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios apresentam as contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Informa-se que de acordo com o n.º 2 do art.º 76.º da citada lei os documentos de prestação de contas consolidadas são elaborados e aprovados pelo Órgão Executivo de modo a serem submetidos à apreciação do Órgão Deliberativo, durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

Mais se informa que, de acordo com o determinado no n.º 4 do artigo 52.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), os referidos documentos devem ser remetidos, ao Tribunal de Contas, até ao final do mês de junho.

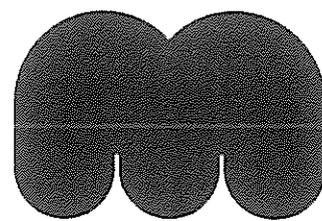
Submete-se à consideração superior submeter os Documentos de Contas Consolidadas do ano de 2016 para aprovação do Órgão Executivo e respetiva apreciação do Órgão Deliberativo.

À Consideração Superior,

A Técnica Superior

Cândida Jacinto

(Cândida Jacinto)



Mafra

Contas Consolidadas

2016



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA



RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADOS

- EXERCÍCIO 2016-

ÍNDICE

RELATÓRIO ANUAL CONSOLIDADO	3
APRESENTAÇÃO	3
ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	3
SUMÁRIO EXECUTIVO	5
BALANÇO CONSOLIDADO	8
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	10
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	11
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	12
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	31
RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO DAS CONTAS CONSOLIDADAS	35
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	37



RELATÓRIO ANUAL CONSOLIDADO

APRESENTAÇÃO

O Município de Mafra apresentou demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez em 31 de dezembro de 2010, conforme estabelecido inicialmente no n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro de 2007, e posteriormente pelo n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais em vigor.

Uma vez que, o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 13 de setembro, não estabeleceu os princípios que devem estar subjacentes a uma adequada consolidação de contas, e cabe à Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP) deliberar sobre todas as matérias necessárias à aplicação e aperfeiçoamento do (POCP), foi aprovada a orientação n.º 1/2010, pela Portaria n.º 474/2010, a 1 junho de 2010, em que apresenta um conjunto de princípios enquadradores que devem de estar subjacentes à consolidação de contas.

O perímetro de consolidação do Município de Mafra engloba as empresas municipais, MATADOURO Regional de Mafra, S.A., detido a 93,33% e GIATUL E.M. S.A., detida a 100%.

Face ao exercício de 2015, e em conformidade com o artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o perímetro de consolidação da Câmara Municipal de Mafra mantém-se inalterado, havendo total comparabilidade das Contas consolidadas.

A documentação a seguir apresentada explicita as orientações seguidas relativamente à elaboração das Contas consolidadas do Município de Mafra do exercício de 2016.

ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Matadouro Regional de Mafra, S.A.

O MATADOURO Regional de Mafra, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 2001, com sede na Rua do Matadouro, n.º 1, Fontainhas - 2644-002 São Miguel de Alcaíça. A sociedade tem por objeto o comércio e indústria transformadora de gado e carnes verdes e produtos provenientes do abate.



O seu Capital Social é de 750.000,00 euros, representado por 150.000 ações e os acionistas são:

- Município de Mafra, com 140.000 ações correspondente a 700.000 euros;
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, Cooperativa de Responsabilidade Limitada, S.A. com 6.000 ações correspondente a 30.000 euros;
- Cooperativa de Produtores e Comerciantes Agropecuários do Concelho de Mafra, Cooperativa de Responsabilidade Limitada, com 1.000 ações correspondente a 5.000 euros;
- Associação de Agricultores do Concelho de Mafra, com 1.000 ações correspondente a 5.000 euros;
- Matadouro Regional de Mafra, S.A. - com 2.000 ações próprias correspondentes a 10.000 euros;
- Associação de Defesa Sanitária do Concelho de Mafra, com 1.000 ações correspondente a 5.000 euros.

GIATUL E.M. S.A

A GIATUL, E.M.S.A. é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, a qual tem por objeto social o exercício de atividades de interesses público municipal de natureza turística e recreativa, em particular no que se refere ao Parque de Campismo Mil Regos ou Ericeira Camping, infraestrutura que justificou a criação desta sociedade.

Foi constituída em junho de 2004 com o Capital Social de 500.000,00 €, pelos acionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital.

Em março de 2005 o parceiro Orbitur, S.A., cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Atividades Turísticas, Lda., mantendo-se o valor das quotas com a mesma distribuição.

Em março de 2008 a Bluematrix, Lda., cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A., mantendo-se o valor nominal das quotas.

Em agosto de 2010 a Imoestrela, S.A., cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M.S.A..

Em 10 de Abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias



E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para “Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A..

A empresa tem como objeto, o exercício das seguintes atividades de interesse público municipal:

- a) Exploração do Parque de Campismo de Mil Regos;
- b) Conservação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos do Parque de Campismo;
- c) Realização de investimentos para a expansão da atividade do Parque de Campismo, de acordo com a vocação e dentro dos limites do terreno que ocupa;
- d) Conceção, construção, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal urbana ou rural de acordo com a programação aprovada pelo Município sob proposta da empresa;
- e) Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos ou de utilização coletiva que sejam de propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano;
- f) Conservação, restauração, reparação ou beneficiação do parque imobiliário do concelho de Mafra que seja propriedade do Município;
- g) Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município;
- h) Gestão da concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e respetivas infraestruturas, no Município de Mafra.

A título acessório, a empresa poderá exercer outras atividades, de âmbito municipal, nas áreas da cultura, do desporto e da educação, designadamente a prestação de serviços, bem como a exploração de outras atividades de turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O método de consolidação utilizado foi o de integração global, que consiste na soma das rubricas de Balanço e da Demonstração dos Resultados, eliminando-se os saldos e transações intragrupo, incluindo os investimentos financeiros da empresa-mãe e os Capitais próprios das suas participadas.



Foi elaborado o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados consolidados e a Demonstração consolidadas dos Fluxos de Caixa, recorrendo a informações dos anexos e fluxos de caixa das contas individuais, das próprias demonstrações financeiras e de outras informações externas obtidas.

De seguida, em termos consolidados, apresentamos uma breve análise aos valores obtidos na elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas, ao nível do seu Balanço e da sua Demonstração dos resultados.

Relatório - Síntese das Demonstrações Financeiras Consolidadas do ano 2016

Balanço Consolidado 2016

O Balanço Consolidado agrega, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações do "Grupo" Municipal, sobre os quais incidirá a respetiva análise.

- O Balanço Municipal Consolidado evidencia um Ativo Líquido total de 263 milhões de euros, constituído maioritariamente por ativos imobilizados que ascendem a 226,3 milhões de euros (86,1% do total do balanço), com a representação do Município de 98,6%;
- O ativo circulante corresponde a 4,8% do ativo líquido, com destaque para os depósitos e caixa (4,2%);
- Os Fundos Próprios Municipais consolidados cifram-se em 196,9 milhões de euros, registando um aumento de 1,1 milhões de euros, fundamentalmente devido ao aumento do Património (3,3 milhões de euros);
- O total do Passivo do Balanço Municipal soma 65,9 milhões de euros, representados por:
 - Empréstimos contraídos representam cerca de 11,8% do passivo consolidado, os quais se referem a empréstimos do Município e da GIATUL;
 - 55,2% correspondem a acréscimos e diferimentos, sendo que 50% equivalem a proveitos diferidos de subsídios para investimentos;
 - cerca de 12% representam as provisões registadas pelo "Grupo" Municipal, no valor de 7,7 milhões de euros.



Demonstração Consolidada dos Resultados 2016

Os Resultados Operacionais de 2016, no valor negativo de 3,1 milhões de euros, registam uma diminuição significativa de 5,1 milhões de euros, relativamente ao ano anterior, por via do aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos e Custos com o Pessoal, no valor total de 5,1 milhões de euros.

Os resultados financeiros consolidados de 2016, negativos no valor de 286 milhares de euros, apresentam-se muito idênticos face a 2015.

Os resultados líquidos consolidados registam uma diminuição de 5,1 milhões de euros, justificado essencialmente pela diminuição dos Resultados operacionais pelos motivos acima enunciados.



BALANÇO CONSOLIDADO

ATIVO	31-Dezembro-2016			31-Dezembro-2015
	AB	A/P	AL	AL
Imobilizado:				
<u>Bens de domínio público</u>				
Terrenos e recursos naturais	7.186.817		7.186.817	7.158.394
Outras Construções e infraestruturas	236.020.362	134.547.956	101.472.405	107.186.221
Bens do património histórico, artístico e cultural	127.347	13.980	113.367	78.526
Imobilizações em curso	2.768		2.768	0
27	243.337.293	134.561.936	108.775.356	114.423.140
<u>Imobilizações incorpóreas</u>				
Propriedade industrial e outros direitos	107.538	71.791	35.747	70.799
27	107.538	71.791	35.747	70.799
<u>Imobilizações corpóreas</u>				
Terrenos e recursos naturais	28.705.448		28.705.448	23.910.945
Edifícios e outras construções	100.222.762	20.971.252	79.251.510	77.959.635
Equipamento básico	27.994.317	23.189.649	4.804.669	5.196.890
Equipamento de transporte	2.338.148	2.048.764	289.384	220.650
Ferramentas e utensílios	490.888	472.867	18.021	24.023
Equipamento Administrativo	4.302.633	4.053.103	249.530	274.208
Outras imobilizações corpóreas	938.504	831.808	106.696	87.783
Imobilizações em curso	1.856.043		1.856.043	1.767.006
27	166.848.743	51.567.443	115.281.301	109.441.139
<u>Investimentos financeiros</u>				
Partes de capital	153.074		153.074	153.074
Outras aplicações financeiras	2.058.068		2.058.068	2.057.416
27	2.211.143	0	2,211.143	2,210.490
Circulante:				
<u>Existências</u>				
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	90.446		90.446	80.154
Produtos e trabalhos em curso	0		0	0
	90.446	0	90.446	80.154
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
	0	0	0	0
<u>Dívidas de terceiros - curto prazo:</u>				
Empréstimos concedidos			0	
Clientes c/c	622.067		622.067	1.153.901
Contribuintes c/c	36.403		36.403	27.538
Utentes c/c	101.960		101.960	90.879
Clientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	736.312	736.312	0	5.251
Adiantamentos a fornecedores	1.924		1.924	0
Estado e outros entes públicos	441.168		441.168	263.748
Outros devedores	270.308		270.308	1.034.592
32	2,210.143	736.312	1,473.831	2,575.909
<u>Títulos negociáveis</u>				
	0	0	0	0
<u>Depósitos em instituições financeiras e Caixa:</u>				
Depósitos em instituições financeiras	11.090.855		11.090.855	8.958.155
Caixa	6.690		6.690	63.570
	11.097.545	0	11.097.545	9.021.725
<u>Acréscimos e diferimentos</u>				
Acréscimos de proveitos	23.964.033		23.964.033	26.598.713
Custos diferidos	25.621		25.621	37.447
	23.989.655	0	23.989.655	26.636.159
Total de amortizações		186.201.170		
Total de provisões		736.312		
Total do ativo	449.892.504	186.937.483	262.955.022	264.459.515



FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	31-Dezembro-2016	31-Dezembro-2015
Fundos Próprios		
Património	186.434.627	183.135.256
Ajustamento de partes de capital em empresas	-31.520	12.693
Reservas legais	1.485.070	1.485.070
Doações	4.237.052	4.172.050
Reservas decorrentes de transferência de ativos	-8.314.830	-8.372.360
Resultados transitados	13.814.685	11.034.101
Resultado líquido em exercício	-706.728	4.356.319
Total fundos próprios	196.918.354	195.823.129
Interesses Minoritários	97.920	97.897
Passivo		
Provisões para riscos e encargos e outras	7.736.234	7.585.912
	7.736.234	7.585.912
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo		
Empréstimos obtidos	7.187.102	9.468.004
Fornecedores de imobilizado - c/c	6.098.784	5.678.415
Outros credores	2.158.946	3.236.714
Fornecedores	272.967	456.080
	15.717.800	18.839.213
Dívidas a terceiros curto prazo		
Empréstimos	621.316	585.008
Fornecedores c/c	2.740.830	1.975.099
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	170.325	388.736
Fornecedores de imobilizado c/c	931.726	1.440.221
Estado e outros entes públicos	266.991	253.557
Outros credores	458.583	941.631
Garantias e Cauções	895.807	17.389
	6.085.577	5.601.641
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	2.738.937	2.641.087
Proveitos diferidos	33.660.198	33.870.636
	36.399.135	36.511.723
Total do passivo	65.938.747	68.538.489
Total do capital próprio e do passivo	262.955.022	264.459.515



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

CUSTOS E PERDAS	2016		2015	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas				
Mercadorias	846.661		913.203	
Matérias	710.729		987.336	
		1.557.390		1.900.539
Fornecimentos e serviços externos	25.245.311		20.762.549	
Custos com pessoal				
Remunerações	13.187.007		12.652.849	
Encargos sociais	2.938.072		2.846.148	
		41.370.391		36.261.546
Transferências e subsídio correntes conced. e prest. sociais	0	0	0	0
Amortizações do exercício	14.657.365		14.564.012	
Provisões do exercício	0	14.657.365	91.295	14.655.307
Outros custos e perdas operacionais	2.797.680	2.797.680	2.756.899	2.756.899
	(A)	60.382.826		55.574.292
Custos e perdas financeiras	388.372	388.372	501.683	501.683
	(C)	60.771.198		56.075.975
Custos e perdas extraordinárias	1.401.865	1.401.865	414.565	414.565
	(E)	62.173.062		56.490.540
Imposto sobre o rendimento	39.716	39.716	85.078	85.078
		62.212.779		56.575.618
Interesses minoritários		-7.459		-12.017
Resultado líquido exercício		-706.728		4.356.319
PROVEITOS E GANHOS		2016		2015
Vendas e prestações de serviços				
Vendas de mercadorias	1.186.973		1.403.971	
Vendas de produtos	0		0	
Prestações de serviços	14.125.435		13.053.729	
		15.312.408		14.457.701
Impostos e taxas	29.552.042		30.492.150	
Trabalhos para a própria entidade	0		0	
Proveitos suplementares	205.950		172.235	
Transferências e subsídios correntes obtidos	12.442.990		12.464.466	
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.346	42.202.328	1.980	43.130.832
	(B)	57.514.736		57.588.533
Proveitos e ganhos financeiros	102.720	102.720	214.657	214.657
	(D)	57.617.456		57.803.190
Proveitos e ganhos extraordinários	3.896.054	3.896.054	3.140.763	3.140.763
	(F)	61.513.510		60.943.954
Resultado operacional		-2.868.089		2.014.240
Resultados financeiros		-285.652		-287.025
Resultados correntes		-3.153.741		1.727.215
Resultados antes impostos		-659.552		4.453.414
Resultado exercício (Exc. Interesses minoritários)		-699.269		4.368.336



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

RECEBIMENTOS	2016	2015
Saldo da gerência anterior	8.966.693	3.655.130
Execução orçamental	7.643.589	1.914.306
Operações de tesouraria	1.323.103	1.740.824
Total das receitas orçamentais	65.736.835	64.456.227
Receitas correntes	61.686.844	59.866.521
Receitas capital	3.973.574	4.330.650
Receitas outras	76.417	259.056
Operações de tesouraria	2.885.595	2.598.587
Total	77.589.123	70.709.944
PAGAMENTOS	2016	2015
Total das despesas orçamentais	63.689.575	58.484.807
Despesas correntes	46.776.050	44.350.184
Despesas capital	16.913.524	14.134.622
Operações de tesouraria	2.802.210	3.203.413
Saldo da gerência seguinte	11.097.338	9.021.725
Execução orçamental	10.034.611	8.124.184
Operações de tesouraria	1.062.727	897.541
Total	77.589.123	70.709.944



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O MUNICÍPIO DE MAFRA (adiante designado apenas por CMM) apresenta demonstrações financeiras consolidadas segundo as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, a qual aprovou a Orientação n.º 1/2010 "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo", uma vez que o POCAL não estabeleceu os princípios que devem de estar subjacentes a uma adequada consolidação de contas.

No perímetro de consolidação definido do conjunto das Empresas englobadas foram seguidos os planos de contabilização POCAL e SNC (Sistemas de Normalização Contabilística), situação que, na estrutura final dos resultados apresentados, limita, ainda que de forma residual, a comparabilidade das Demonstrações financeiras consolidadas.

Todos os valores são apresentados em euros.



I - INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

NOTA 1 – ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção	% do capital detido	Incl.
				31 Dez 2016	
Município de Mafra	Praça do Município 2644-001 Mafra	Prossecação dos interesses próprios da população do concelho de Mafra.			a) c)
Matadouro Regional de Mafra, S.A.	Rua do Matadouro, n.º 1, Fontainhas 2644-002 São Miguel de Alcaíça	Comércio e indústria transformadora de gado, carnes verdes e produtos provenientes do abate.	CMM	93,33%	b) c) d)
GIATUL - Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.	Parque de Campismo de Mil Regos - Estrada Nacional 247, km 49,4 2655-319 Ericeira	Exercício de atividades de interesse público municipal de natureza turística e recreativa, em particular no que se refere ao Parque de Campismo de Mil Regos ou Ericeira Camping, conceção, construção e manutenção de infraestruturas urbanas, bem como a instalação e manutenção de espaços e equipamentos públicos de utilização coletiva.	CMM	100,00%	b) c) d)

- a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, conforme o estabelecido no n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.
- b) Entidade controlada pela Câmara Municipal de Mafra.
- c) Daqui em diante, CMM, Matadouro e GIATUL.



d) Nos anos de 2013 e 2014 o Município de Mafra, face às alterações ao Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, desenvolveu procedimentos para proceder à alienação integral ou parcial da participação no capital social do Matadouro Regional de Mafra, S.A., quanto à participação detida na Giatul. E. M., S.A. na Mafreduca, S.A., o Município continua a acompanhar as ações em curso, visando a resolução desta situação.

Não obstante, continua o Município a pugnar por encontrar uma solução que permita resolver as duas questões acima referidas.

NOTA 2 – ENTIDADES EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Não aplicável.

NOTA 3 – ENTIDADES ASSOCIADAS CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do capital detido	Obs.
				31 Dez 2016	
Coop. Tapada Nacional de Mafra, CIPRL	Portão do Codeçal 2640-602 Mafra	Investigação e preservação da fauna e da flora, educação ambiental, atividade cinegética e a prestação de serviços de turismo rural.	CMM	21,97%	a)

a) A participação financeira detida pelo Município na “Tapada Nacional de Mafra” apresenta nas demonstrações financeiras consolidadas o valor de 76.725,52 euros. Esta participação encontra-se registada pelo método de equivalência patrimonial, que não foi possível atualizar em 2016, uma vez que, até à data de encerramento das contas individuais do Município, não nos foi disponibilizado em tempo útil o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2016.

NOTA 4 – ENTIDADES ASSOCIADAS NÃO CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Não aplicável.



NOTA 5 – ENTIDADES OBJETO DE CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL

Não aplicável.

NOTA 6 – OUTRAS PARTICIPAÇÕES – ENTIDADES NÃO CONSOLIDADAS E NÃO INCLUÍDAS NAS NOTAS 1 A 4

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do capital detido	Obs.
				31 Dez 2016	
MUNICÍPIA – Empresa Cart. Sist. Informação, S.A.	Tagusparque Ed. Ciência II, nº 11, 3B 2740-120 Porto Salvo	Operações nas áreas da Fotografia Aérea, Cadastro, Cartografia, Formação, Consultoria, SIG e Desenvolvimento de Aplicações.	CMM	2,31%	a)
Caixa de Crédito agrícola Mútuo de Mafra	Terreiro D. João V - Mafra	Crédito Agrícola.	Matadouro CMM	0,008% 0,003%	a)

a) Mensurada ao custo de aquisição.

NOTA 7 – NÚMERO MÉDIO DE TRABALHADORES AO SERVIÇO

O número médio de trabalhadores das entidades incluídas no perímetro de consolidação foi de 1.023 em 31 de dezembro 2016, decomposto da seguinte forma:

Firma	Número de funcionários
Município de Mafra	916
Matadouro Regional de Mafra, SA	35
GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.	72
Total	1.023



II - INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

NOTA 8 – INSUFICIÊNCIA DAS NORMAS DE CONSOLIDAÇÃO PARA UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

Não aplicável.

NOTA 9 – AFASTAMENTO DAS NORMAS DE CONSOLIDAÇÃO PARA SE OBTER UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

Não aplicável.

III - INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

NOTA 10 – DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

O método de consolidação utilizado é o método de consolidação integral. Este método consiste na integração no Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa de operações orçamentais da entidade consolidante com os elementos respetivos dos Balanços, Demonstração dos Resultados e Fluxos de Caixa de operações orçamentais das entidades consolidadas.

Foi adotado o Método de Consolidação Integral, pelo facto da entidade-mãe ter contabilizado na sua conta patrimonial 41 – “Investimentos financeiros” o valor da participação dos capitais próprios das participadas.

Rubrica “Diferença de Consolidação”:

Sendo o valor da participação na entidade mãe igual ao valor da fração dos capitais próprios das empresas participadas, não há lugar ao reconhecimento da diferença de consolidação.

NOTA 11 – DERROGAÇÃO ÀS REGRAS GERAIS DE PREPARAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As amortizações de diversos bens do imobilizado das empresas municipais são calculadas com base em taxas de amortização diferentes das utilizadas pela CMM. Com efeito as empresas municipais utilizam as taxas de acordo com a vida útil estimada como indicado no normativo contabilístico Sistema de Normalização Contabilística (SNC)



e a CMM amortiza de acordo com as taxas prescritas no CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado).

Optou-se por não proceder à harmonização das amortizações das empresas municipais com as da CMM, uma vez que julgamos as taxas de amortização utilizadas pelas empresas municipais mais adequadas tendo em conta as suas atividades, ficando desta forma os imobilizados nas demonstrações financeiras consolidadas com uma mensuração que entendemos como mais verdadeira e apropriada.

NOTA 12 – ELIMINAÇÕES NÃO EFETUADAS POR SEREM MATERIALMENTE IRRELEVANTES

Não aplicável.

NOTA 13 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTEGRADAS NA CONSOLIDAÇÃO ELABORADAS EM DATA DIFERENTE DAS DA ENTIDADE-MÃE E ACONTECIMENTOS IMPORTANTES OCORRIDOS ENTRE A DATA DOS BALANÇOS DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E O BALANÇO CONSOLIDADO

Não aplicável.

NOTA 14 – COMPARABILIDADE E ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO

Face ao exercício de 2015, o perímetro de consolidação da Câmara Municipal de Mafra manteve-se inalterado, havendo a total comparabilidade das Contas consolidadas entre os dois exercícios.

NOTA 15 – UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS DIFERENTES DOS UTILIZADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Não aplicável.

NOTA 16 – AJUSTAMENTOS EXCECIONAIS EFECTUADOS COM FINS FISCAIS

Não aplicável.



NOTA 17 – AMORTIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO PARA ALÉM DE CINCO ANOS

Não aplicável.

NOTA 18 – CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

As participações financeiras em entidades associadas estão mensuradas ao valor de aquisição.

NOTA 19 – DISCRIMINAÇÃO DAS DIFERENÇAS DE AQUISIÇÃO PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL QUANDO NÃO REFLETIDAS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Não aplicável.

NOTA 20 – CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS DAS ASSOCIADAS DIFERENTES DOS UTILIZADOS NA CONSOLIDAÇÃO

Não aplicável.

IV - INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

NOTA 21 – COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO EVIDENCIADOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Não aplicável.

NOTA 22 – RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

Registámos e divulgámos, consoante o apropriado, todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, incluindo naquelas as respeitantes a benefícios concedidos aos funcionários e aos membros dos órgãos executivos, assim como todas as garantias prestadas a terceiros.

As responsabilidades da CMM por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança podem ser consultadas no anexo individual da CMM.



Os empréstimos de financiamento obtidos pelas Giatul junto da Caixa Geral de Depósitos estão sujeitos a uma garantia que consiste nas receitas previstas no contrato-programa entre a empresa e a CM Mafra e as relativas às participações, dotações, subsídios e indemnizações compensatórias a que aludem os artigos n.º 27.º e 31.º da Lei 58/98, de 18 de agosto.

V - INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado foram registados ao custo de aquisição, considerando-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

As amortizações são calculadas a partir da entrada em funcionamento ou início da utilização dos bens, pelo método das quotas constantes e às taxas fixadas na Portaria n.º 671/2000, publicada no Diário da República II Série, n.º 91, de 17 de abril – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado e do Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de janeiro.

Ainda de acordo com o CIBE, são totalmente amortizados no ano de aquisição os bens sujeitos a depreciação, em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, reportado ao ano de aquisição.

No caso da avaliação do património da CMM efetuado pela SIGHT®, reportada às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2002, conforme relatório realizado pela empresa, a reconciliação, a avaliação e a amortização dos bens foi efetuada pelos métodos previstos no POCAL, em que perante a impossibilidade de apuramento do custo histórico, foi utilizado o método do custo e o valor de mercado.

No caso das empresas municipais, as amortizações são efetuadas utilizando-se taxas de acordo com a vida útil estimada (Sistema de Normalização Contabilística).

Investimentos financeiros

As entidades associadas estão contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. As restantes participações financeiras estão registadas ao custo de aquisição.



Existências

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

As provisões para cobranças duvidosas são estabelecidas quando há evidência objetiva de que a entidade empresarial não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

No caso específico das dívidas associadas à atividade da CMM, consideram-se de cobrança duvidosa as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, sendo o seu montante anual acumulado, determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Especialização de exercícios

As entidades incluídas na consolidação, registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "Acréscimos e Diferimentos".

NOTA 24 – COTAÇÕES PARA CONVERSÃO EM MOEDA NACIONAL DAS DÍVIDAS A PAGAR EM MOEDA ESTRANGEIRA

Não aplicável.



VI - INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

NOTA 25 – DESPESAS DE INSTALAÇÃO E DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Não aplicável.

NOTA 26 – AMORTIZAÇÃO DE "TRESPASSES" PARA ALÉM DE CINCO ANOS

Não aplicável.

NOTA 27 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DE ATIVO IMOBILIZADO

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço podem ser resumidos como segue:

Ativo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates/Ajustamentos	Saldo final
De bens de domínio público					
Terrenos e recursos naturais	7.158.394	28.733	0	-310	7.186.817
Outras Construções e infraestruturas	231.010.596	5.339.376	0	-329.610	236.020.362
Bens do patrimônio histórico artístico e cultural	90.816	36.530	0	0	127.347
Imobilizações em curso	0	307.118	0	(304.351)	2.767
	238.259.807	5.711.757	0	(634.271)	243.337.293
De imobilizações incorpóreas					
Propriedade industrial e outros direitos	107.165	373	0	0	107.538
	107.165	373	0	0	107.538
De imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	23.910.945	4.966.036	(87.877)	(83.656)	28.705.448
Edifícios e outras construções	97.307.984	4.972.768	(66.412)	(1.991.578)	100.222.762
Equipamento básico	27.075.585	1.364.425	(111.921)	(333.771)	27.994.317
Equipamento de transporte	2.407.132	160.589	(229.573)	0	2.338.147,72
Ferramentas e utensílios	483.445	8.295	0	(852)	490.888
Equipamento administrativo	4.209.885	130.323	0	(37.576)	4.302.633
Outros imobilizações corpóreas	963.947	0	(8.182)	(17.261)	938.504
Imobilizações em curso	1.767.006	2.705.287	0	(2.616.249)	1.856.043
	158.125.928	14.307.723	(503.966)	(5.080.942)	166.848.743,28
De investimentos financeiros					
Partes de capital	153.074	0	0	0	153.074
Outras aplicações financeiras	2.057.416	652	0	0	2.058.068
	2.210.490	652	0	0	2.211.143
	398.703.390	20.019.852	(503.966)	(5.715.213)	412.504.716



Amortizações e Ajustamentos

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Outras Construções e infraestruturas	123.824.375	10.764.019	(40.438)	134.547.956
Bens do património histórico artístico e cultural	12.291	1.689	0	13.980
	123.836.666	10.765.708	(40.438)	134.561.936
De imobilizações incorpóreas				
Propriedade industrial e outros direitos	36.366	35.425	0	71.791
	36.366	35.425	0	71.791
De imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	19.348.349	1.827.111	(204.209)	20.971.252
Equipamento básico	21.878.695	1.715.119	(404.165)	23.189.649
Equipamento de transporte	2.186.481	95.612	(233.329)	2.048.764
Ferramentas e utensílios	459.422	14.297	(852)	472.867
Equipamento administrativo	3.935.678	162.808	(45.383)	4.053.103
Outros imobilizações corpóreas	876.164	41.284	(85.640)	831.808
	48.684.789	3.856.231	(973.578)	51.567.443
	172.557.822	14.657.365	(1.014.016)	186.201.170

Relativamente às Imobilizações incorpóreas, designadamente no que respeita a Propriedade industrial e outros direitos, no âmbito dos ajustamentos de consolidação, foram regularizados, por contrapartida de Proveitos diferidos (2.400.000 euros) e Resultados transitados (6.012.308 euros), os direitos de superfície de imóveis cedidos, em 2004 e entre 2007 e 2008, pelo Município de Mafra à Giatul, no valor global líquido de 8.412.308 euros.

NOTA 28 – CUSTOS FINANCEIROS CAPITALIZADOS NO EXERCÍCIO

Não aplicável.

NOTA 29 – AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS EXTRAORDINÁRIOS FEITOS EXCLUSIVAMENTE PARA FINS FISCAIS

Não aplicável.

NOTA 30 – DIFERENÇAS ENTRE OS CUSTOS DOS ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE E RESPECTIVOS PREÇOS DE MERCADO

Não aplicável.



NOTA 31 – ATRIBUIÇÃO A ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE DE UM VALOR INFERIOR AO MAIS BAIXO DO CUSTO OU DO MERCADO

Não aplicável.

NOTA 32 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DE ATIVO CIRCULANTE

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Saldo final
Clientes c/c	1.153.901	75.921	(607.755)	622.067
Contribuintes c/c	27.538	8.865	0	36.403
Utentes c/c	90.879	11.082	0	101.960
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	822.542	0	(86.230)	736.312
Adiantamento a fornecedores	0	1.924	0	1.924
Estado e outros entes públicos	263.748	192.806	(15.387)	441.168
Outros devedores	1.034.592	0	(764.283)	270.308
	<u>3.393.200</u>	<u>290.598</u>	<u>(1.473.655)</u>	<u>2.210.143</u>

Ajustamentos

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Saldo final
Clientes c/c	817.291		(80.978)	736.312
	<u>817.291</u>	<u>0</u>	<u>(80.978)</u>	<u>736.312</u>

NOTA 33 – DÍVIDAS A TERCEIROS VENCÍVEIS A MAIS DE CINCO ANOS

Relativamente ao Banco Português de Investimento, do valor de 3.296.327 euros em dívida à data do Balanço a 31 de dezembro de 2016, registado em Fornecedores de imobilizado, 1.618.623 euros são vencíveis a mais de 5 anos.

NOTA 34 – DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

Não aplicável.

NOTA 35 – DIFERENÇAS ENTRE AS IMPORTÂNCIAS DAS DÍVIDAS A PAGAR E CORRESPONDENTES QUANTIAS ARRECADADAS

Não aplicável.



NOTA 36 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ATIVIDADES E MERCADOS GEOGRÁFICOS +

Rubrica	Dez-2016	
	Mercado Interno	Mercado Externo
Vendas	1.186.973	0,00
Prestações de serviços	14.125.435	0,00

NOTA 37 – EFEITOS NO RESULTADO CONSOLIDADO DE CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS COM VISTA A OBTER VANTAGENS FISCAIS

Não aplicável.

NOTA 38 – SITUAÇÕES QUE AFETEM SIGNIFICATIVAMENTE OS IMPOSTOS FUTUROS

Não aplicável.

NOTA 39 – REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS DA ENTIDADE-MÃE

Informação detalhada no anexo individual do relatório e contas do Município.

NOTA 40 – ADIANTAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS DA ENTIDADE-MÃE

Não aplicável.

NOTA 41 – DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS OU DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Não aplicável.

NOTA 42 – REAVALIAÇÕES

Não aplicável.



NOTA 43 – COMPARABILIDADE DOS EXERCÍCIOS

Face ao exercício de 2015, e em conformidade com o artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o perímetro de consolidação da Câmara Municipal de Mafra mantém-se inalterado, havendo total comparabilidade das Contas consolidadas.

NOTA 44 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e perdas financeiras	2016	2015
Juros suportados	247.930	332.216
Perdas em empresas do grupo e associadas	0	0
Descontos de pronto pagamento concedidos	66.113	0
Outros custos e perdas financeiras	74.330	169.467
	388.372	501.683
Proveitos e ganhos financeiros	2016	2015
Juros obtidos	2.338	10.420
Ganhos em empresas do grupo e associadas	0	9.250
Rendimentos de imóveis	99.537	96.890
Rendimentos de participações de capital	794	98.032
Descontos de pronto pagamento obtidos	51	14
Outros proveitos e ganhos financeiros	-1	52
	102.720	214.657
Resultados financeiros	-285.652	-287.025



NOTA 45 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e perdas extraordinários	2016	2015
Transferências de capital concedidas	659.606	0
Donativos	0	112.879
Dívidas incobráveis	0	0
Perdas em existências	20	11
Perdas em imobilizado	476.296	73.272
Multas e penalidades	0	0
Correções relativas a exercícios anteriores	158.542	44.337
Outros custos e perdas extraordinárias	107.401	184.066
Total	1.401.865	414.565

Proveitos e ganhos extraordinários	2016	2015
Ganhos em existências	19	11
Ganhos em imobilizado	1.049.866	156.282
Benefícios de penalidades contratuais	445.452	259.210
Reduções de amortizações e provisões	348.873	360.339
Correções relativas a exercícios anteriores	316.235	277.253
Outros proveitos e ganhos extraordinárias	1.935.608	2.087.668
Total	4.096.054	3.140.763

Resultados extraordinários	2.694.189	2.726.199
-----------------------------------	------------------	------------------

NOTA 46 – DESDOBRAMENTO DA CONTA DE PROVISÕES E MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO

Provisões	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	817.291	1.890	(82.869)	736.312
Provisões para riscos e encargos	7.585.912	439.628	(289.305)	7.736.234
	8.403.203	441.518	(372.174)	8.472.547

O valor global dos pedidos de indemnização, em função dos processos judiciais cuja resolução se encontra pendente, ascende a 7.586.091 €. Para este valor concorrem também os processos relativos à expropriação dos prédios necessários à construção da A21, os quais, face à dissolução da Mafratlântico - Vias rodoviárias, EM, em 31 de dezembro de 2013 e o acordo celebrado entre a EP – Estradas de Portugal, SA, o



Município de Mafra e a aludida empresa, são da responsabilidade do Município, competindo-lhe pagar os montantes indemnizatórios que vierem a ser fixados judicialmente.

Para definir o valor de provisão relativo aos processos expropriativos, considerou-se o valor fixado em relatório pericial mais recente nos processos em curso, adotando-se, no caso de a posição dos peritos não ser unânime, à posição dominante, o que totaliza, no final de 2016, para estes processos o montante de 3.982.240 €.

Relativamente ao montante de 3.592.909 € correspondente aos demais processos judiciais em curso, que têm vindo a ser acompanhados pelos serviços do Município, pelo seu Departamento Jurídico e pela sociedade de Advogados externa, há que referir que este montante estimado totaliza o valor máximo expectável pelo qual o Município pode eventualmente vir a ter de responder.

NOTA 47 – BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA - VALORES CONTABILÍSTICOS

Não aplicável.

NOTA 48 – DÍVIDAS TITULADAS NÃO EVIDENCIADAS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Não aplicável.

VII - INFORMAÇÕES DIVERSAS

NOTA 49 – OUTRAS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não aplicável.

NOTA 50 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

- 50.1** A informação relativa aos imóveis sobre os quais foram constituídos direitos de superfície encontra-se detalhada no anexo individual do relatório e contas do Município.



50.2 Resgate da concessão do serviço de águas e reversão do serviço público do saneamento de águas residuais

Na reunião de Câmara de 9 de dezembro de 2016 e tal como consta da Ata n.º 23/2016, foi submetido a discussão o ponto “Contrato de concessão da exploração e Gestão do Sistema Municipal de Águas e Saneamento do Concelho de Mafra”, tendo sido proposto “o resgate da concessão do serviço público de abastecimento de água, por justificado interesse público, e também a reversão do serviço público de saneamento de águas residuais (em baixa), atendendo à nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao contrato”.

Relativamente ao acionamento do resgate do contrato de concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água do Concelho de Mafra, bem como à declaração de nulidade do contrato relativo ao sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, há a referir que se encontrava a decorrer o prazo de audiência prévia para a concessionária Be Water se pronunciar, terminando no dia 7 de abril de 2017. Nesta sequência e após pronuncia da “ERSAR”, no dia 18 de Maio de 2017 a Assembleia Municipal deliberou:

Declarar a nulidade dos segundo e terceiros aditamentos ao contrato de concessão;

Acionar o resgate da Concessão;

Pagar, sem prejuízo do valor definitivo que vier a ser apurado após a quantificação dos valores contabilísticos em falta e da data concreta da produção de efeitos das decisões tomadas, uma compensação pelo resgate da concessão no montante de 7.116.224 euros e uma indemnização pela declaração de nulidade no montante de 9.224.384 euros, sob a condição de serem visados previamente pelo Tribunal de Contas os contratos de financiamento requeridos;

Adotar o modelo de gestão direta dos serviços de água e saneamento através de subsequente criação dos Serviços Municipalizados de Águas e saneamento de Mafra;

Aprovar a contração de um empréstimo ao Banco Português de Investimento, S.A. para o financiamento do programa de investimento na rede de água e saneamento do Município, que comporta também a remuneração da Concessionária pela reversão da Concessão por força da



declaração de nulidade dos segundos e terceiros aditamentos ao contrato de concessão, no montante de 15.000.000 euros;

Aprovar a contração de um empréstimo ao Banco Santander TOTTA, S.A. para o financiamento dos custos do resgate da concessão, no montante de 7.116.224 euros;

Autorizar a realização de despesa de investimentos superior a 10% da despesa de investimento prevista no orçamento do exercício;

Assumir os compromissos plurianuais resultantes da contração dos empréstimos;

Rever os documentos previsionais em conformidade com a decisão tomada.

Na sequência da referida deliberação, o processo foi remetido para o Tribunal de Contas, para sujeição a processo de fiscalização prévia.

NOTA 51 – SALDOS E TRANSACÇÕES INTRAGRUPU

À data de 31 de dezembro de 2016 os saldos e transações financeiras intragrupo existentes, e anulados no processo de consolidação de contas, são os seguintes:

Saldos	Município Mafra	Giatul	Total
<u>Município Mafra</u>			
Clientes		30.556	30.556
Outros Credores		-179.375	-179.375
<u>Giatul</u>			
Clientes	179.375		179.375
Fornecedores	-30.556		-30.556
Total	148.819	-148.819	0
<u>Transações</u>			
<u>Município Mafra</u>			
Proveitos Financeiros		20.967	20.967
Proveitos Extraordinários		3.199	3.199
Prestação Serviços		156.795	156.795
FSE		-914.783	-914.783
<u>Giatul</u>			
Prestação Serviços	914.783		914.783
FSE	-180.961		-180.961
Total	733.822	-733.822	0



NOTA 52 – DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA

A dívida bruta consolidada do Município de Mafra é como se segue:

Saldos	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo	Total
Fornecedores	2.911.155	272.967	3.184.122
Fornecedores Imobilizado	931.726	6.098.784	7.030.510
Empréstimos bancários	621.316	7.187.102	7.808.418
Outros credores	1.354.390	2.158.946	3.513.337
Total	5.818.587	15.717.800	21.536.387

NOTA 53 – ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO MÉDIO/LONGO PRAZO

O endividamento consolidado a médio/longo prazo decompõe-se da seguinte forma:

Credor	Entidade	Montante	Taxa Juro	Início	Fim
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	95.041,18 €	Euribor 6 meses + 0,875%	15-09-1995	12-10-2022
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	216.150,12 €	Euribor 6 meses + 0,875%	22-01-1998	13-06-2024
Banco BPI, S.A.	Município de Mafra	479.613,39 €	Euribor 6 meses	08-01-1999	20-03-2019
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	375.589,59 €	Euribor 6 meses	23-06-2000	02-10-2020
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	563.247,32 €	Euribor 6 meses + 0,39%	08-06-2001	21-08-2021
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	563.247,32 €	Euribor 6 meses + 0,39%	08-06-2001	21-08-2021
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	208.286,23 €	Euribor 6 meses + 0,39%	27-07-2001	13-08-2021
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	101.829,95 €	Euribor 6 meses + 0,39%	27-07-2001	13-08-2021
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	198.747,14 €	Euribor 6 meses + 0,475%	04-10-2001	01-03-2027
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	69.668,15 €	Euribor 6 meses + 0,475%	04-10-2001	01-03-2027
Novo Banco, S.A.	Município de Mafra	356.103,01 €	Euribor 3 meses + 0,6%	30-12-2003	12-11-2023
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	436.453,57 €	Euribor 3 meses + 0,153%	05-07-2005	05-07-2025
Banco Santander Totta, S.A.	Município de Mafra	2.419.262,30 €	Euribor 6 meses + 2,10%	24-04-2015	31-12-2021
Banco BPI, S.A.	Município de Mafra	3.296.327,33 €	Euribor 3 meses + 3%	21-11-2014	21-11-2024
Epaf, S.A.	Município de Mafra	69.671,92 €	4%	31-01-2015	31-12-2018
Epaf, S.A.	Município de Mafra	203.295,05 €	3%	31-10-2015	30-09-2019
Santander-Totta	Giatul	257.535,82 €	3,18%	12/2014	12/2018
Caixa Geral de Depósitos	Giatul	2.600.000,00 €	3,50%	12/2004	12/2021
Caixa Geral de Depósitos	Giatul	1.107.323,69 €	3,02%	01/2005	01/2022
Mileniumm BCP	Giatul	179.375,00 €	6,50%	08/2013	07/2017
Total		13.796.768,08 €			

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo

Ênfases:

1. Conforme referido na Nota 50.2 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Município, e na Acta n.º 23/2016 da reunião de Câmara, de 9 de Dezembro de 2016, decorrente do "Contrato de concessão da exploração e Gestão do sistema municipal de águas e saneamento do Concelho de Mafra", e uma vez que a concessionária do referido contrato formulou um pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro do contrato, cuja proposta implicava aumentos médios das tarifas na ordem dos 30%, foi proposto e aprovado "o resgate da concessão do serviço público de abastecimento de água, por Justificado Interesse público, e também a reversão do serviço público de saneamento de águas residuais (em balxa), atendendo à nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao contrato". O objectivo desta orientação é a assunção da gestão integral dos referidos serviços pelo Município. Foi também deliberado na mesma reunião de Câmara, submeter este assunto a discussão em Assembleia Municipal, tendo terminado o prazo de audiência prévia em 7 de Abril de 2017, para a concessionária "Be Water" se pronunciar".

Nesta sequência, e após pronúncia da "ERSAR", em Assembleia Municipal de 18 de Maio foi deliberado, entre outros assuntos: declarar a nulidade dos segundo e terceiros aditamentos ao contrato de concessão, acionar o resgate da Concessão, pagar, sem prejuízo do valor definitivo, uma compensação pelo resgate da concessão (7.116.224 euros) e uma indemnização pela declaração de nulidade (9.224.384 euros), sob condição de serem visados pelo Tribunal de Contas os contratos de financiamento requeridos, adoção do modelo de gestão direta dos serviços de águas e saneamento com a criação subsequente dos serviços municipalizados de águas e saneamento, aprovar a contratação de um empréstimo para financiamento do programa de Investimento na rede de água e saneamento do Município e remuneração da Concessionária pela reversão da Concessão (15.000.000 euros), e outro para o financiamento dos custos do resgate da Concessão (7.116.224 euros). Com esta deliberação serão revistos, em tempo útil, os documentos previsionais em conformidade com a decisão tomada.

Após a referida deliberação, este processo foi remetido para o Tribunal de Contas, para sujeição a processo de fiscalização prévia.

2. As demonstrações financeiras da Empresa Municipal "Giatul, E.M., S.A.", referentes ao exercício de 2016, foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, apresentando na respectiva Certificação Legal das Contas a Ênfase, que se transcreve:

"A "Giatul, E.M." detém uma participação financeira na empresa "Mafreduca, S.A.", em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2015 a "Mafreduca, S.A." apresentou Capitais Próprios negativos de 17.730.415 euros. Até à presente data ainda não foi disponibilizado o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2016. A "Giatul, E.M." tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a Empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Temos conhecimento que a Administração da "Giatul, E.M." encontra-se a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei".

3. Em conformidade com o referido no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, no perímetro de consolidação do conjunto das Empresas englobadas definido, foram seguidos os planos de contabilização POCAL e SNC (Sistema de Normalização Contabilística), situação que, na estrutura final dos resultados apresentados, limita, ainda que de forma residual, a comparabilidade das Demonstrações Financeiras Consolidadas.
4. De acordo com a Nota 1 do Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas do Município, as alterações ao Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local e das Participações Locais previstas na Lei N.º 50/2012, de 31 de Agosto, na sua maioria foram aplicadas, continuando em curso, por parte do Município, o desenvolvimento dos procedimentos necessários para o cumprimento das alterações previstas na referida Lei, nomeadamente, visando a alienação integral ou parcial da participação no capital social do "Hospital Regional de Mafra, S.A.", e acompanhamento das ações em curso visando a resolução da situação referente à participação financeira detida na "Mafreduca, S.A.", pela "Giatul, E.M., S.A."



5. A participação financeira detida pelo Município na "Tapada Nacional de Mafra", apresenta nas demonstrações financeiras o valor de 76.726 euros, sendo a participação de 21,97%. Esta participação encontra-se registada pelo método de equivalência patrimonial, que não foi possível actualizar em 2016, uma vez que à data de encerramento das contas do Município, não foi disponibilizado em tempo útil o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2016, conforme mencionado na Nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras

O órgão de executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POICAL;
- elaboração do relatório de anual consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

A handwritten signature in dark ink, consisting of stylized, overlapping letters, likely representing the auditor's name.

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer Incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma Incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à Informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da Informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório anual

Em nossa opinião, o relatório de anual consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a Informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 23 de Junho de 2017



RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC nº320)

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15 - 11749-112 Lisboa(Sede)

T: +351 21 3553 590 F: +351 21 3561 952 E: geral@lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132 - 314150-682 Porto

T: +351 22 2074 360 F: +351 22 2091 477 E: geral@porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO

Contas Consolidadas

Exercício de 2016

1. Nos termos do n.º 2 do Artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, que estabelece regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e em conformidade com as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 1 de Julho, que aprovou a orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do Sector Público Administrativo, procedemos ao exame do Relatório de Anual Consolidado e das contas consolidadas das entidades pertencentes à entidade consolidante – Município de Mafra.
2. De acordo com o mencionado no Relatório de Anual Consolidado, as contas consolidadas agora apresentadas expressam o resultado das operações registadas no exercício.
3. Com base nas análises a que procedemos, na documentação que nos foi disponibilizada e o referido na Certificação Legal das Contas Consolidadas, que também emitimos, e que faz parte integrante deste Relatório, é nosso

PARECER

- a) que os referidos elementos de prestações de contas consolidadas estão elaborados de acordo com os preceitos legais aplicáveis; e
- b) que reflectem a situação financeira em 31 de Dezembro de 2016 do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação.

Lisboa, 23 de Junho 2017



De V. Exas.

Atentamente

RSM & ASSOCIADOS – SROC., LDA.

representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)



Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas consolidadas da gerência/exercício de 2016 do Município de Mafra declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) Não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) Identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) Não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) Evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) Incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) Evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) Evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;



h) Foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Os responsáveis subscritores:

O Presidente da Câmara

O Vereador com Pelouro



Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas consolidadas da gerência/exercício de 2016 do Município de Maфра declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) Não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) Identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) Não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) Evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) Incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) Evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) Evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;



Contas Consolidadas 2016

ENCERRAMENTO

O presente documento que é composto pelo Relatório Anual Consolidado, Balanço Consolidado, Demonstração dos Resultados Consolidados, Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, Certificação Legal das Contas Consolidadas, Relatório e Parecer do Auditor Externo das Contas Consolidadas e Declaração de Responsabilidade para o ano económico de 2016, contém 41 páginas, devidamente numeradas, foi aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Mafra, realizada no dia vinte e três de junho de dois mil e dezassete.

O Presidente da Câmara

Os Vereadores

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____



MINUTA

(n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro)

14
pe

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS
DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO REUNIÃO DE 2017/06/23
ÁREA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO
ASSUNTO: Assunção de Compromissos Plurianuais. -----

INFORMAÇÕES/PARECERES: Presente a Informação Interno/2017/9056, elaborada na Área de Contratação Pública e Aprovisionamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças, despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, todos datados de 20 de junho de 2017, bem como o despacho do Senhor Presidente da Câmara de encaminhamento para o órgão executivo no sentido de ser submetido ao órgão deliberativo para obtenção das aprovações em apreço.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, a assunção dos compromissos plurianuais, constantes do mapa plasmado na informação em apreço, nos termos conjugados do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que foi regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, com o n.º 15 do artigo 49.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (LOE 2017). -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade / Maioria. -----

Votos a favor: 25 Vereadores do PS/PSD e do M. Presidente

Votos contra: -----

Abstencões: 20 Vereadores do PS e da CDU -----

Declarações de voto: -----

ASSINATURAS:

[Handwritten signatures and names of council members and officials]





14.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

Concordo. Proponho que o presente assunto seja rementido ao Órgão Executivo

_____/_____/_____

O Vereador

(Hugo Moreira Luís)

Concordo com o teor da informação. À consideração superior.

20 / 6 / 2017

A Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças.

Ana Viana

(Ana Viana)

Concordo. Propõe-se que o assunto seja submetido ao Órgão Executivo e Deliberativo, para autorização prévia.

20 / 06 / 2017

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património.

Dulce Lourenço

(Dulce Lourenço)

DESPACHO

Concordo com a presente informação passando os seus fundamentos de facto e de direito a fazer parte integrante do presente despacho, por se encontrarem observados os requisitos de que depende a possibilidade de celebração do contrato de serviços em apreço.

À reunião de Câmara para encaminhamento no sentido de se obter a autorização prévia da Assembleia Municipal, dado que se trata da assunção de compromissos plurianuais.

20, 06, 17

O Presidente da Câmara,

Helder Sousa Silva

(Helder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/9056

ASSUNTO: Assunção de compromissos plurianuais

Atendendo ao disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que foi regulamentada pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho (estabelece o regime aplicável à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas), que determina que a **assunção de compromissos plurianuais**, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a



14.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

Concordo. Proponho que o presente assunto seja rementido ao Órgão Executivo

20/06/2017

O Vereador

(Hugo Moreira Luís)

Concordo com o teor da informação. À consideração superior.

20/6/2017

A Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças.

(Ana Viana)

Concordo. Propõe-se que o assunto seja submetido ao Órgão Executivo e Deliberativo, para autorização prévia.

20,06,2017

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património.

(Dulce Lourenço)

DESPACHO

Concordo com a presente informação passando os seus fundamentos de facto e de direito a fazer parte integrante do presente despacho, por se encontrarem observados os requisitos de que depende a possibilidade de celebração do contrato de serviços em apreço.

À reunião de Câmara para encaminhamento no sentido de se obter a autorização prévia da Assembleia Municipal, dado que se trata da assunção de compromissos plurianuais.

20,06,17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/9056

ASSUNTO: Assunção de compromissos plurianuais

Atendendo ao disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que foi regulamentada pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho (estabelece o regime aplicável à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas), que determina que **a assunção de compromissos plurianuais**, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público privadas, **está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal.**

Estabelece o n.º 15 do art.º 49.º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro (Orçamento de Estado para 2017), que sempre que os contratos de ***aquisição de serviços*** estejam sujeitas a autorização de encargos plurianuais o respetivo processo de autorização deve ser instruído nos termos dos n.ºs 3 e 5 ou com a fundamentação e justificação nos termos do n.º 2 do referido artigo, mencionando o n.º 4 do art.º 51.º sempre que os contratos de prestação de serviços na modalidade de tarefa e avença estejam sujeitas a autorização para assunção de encargos plurianuais, o processo de autorização deve ser instruído como Parecer Prévio Vinculativo a que se refere o n.º 1 deste artigo.

Sendo que menciona o **n.º 2 do referido artigo** que os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar os valores pagos em 2016;

Bem como, menciona o **n.º 3 do referido artigo** que em situações excecionais, prévia e devidamente fundamentadas pode ser autorizada a dispensa do cumprimento do referido n.º2;

Ainda menciona o **n.º 5 do referido artigo** que a celebração de contrato com diferente objeto e contraparte de contrato vigente em 2016 implica a existência de uma autorização prévia acompanhada de compensação para efeitos de demonstração de que os encargos globais de 2017 não ultrapassam os encargos globais de 2016.

Nestes termos, considerando o mapa constante da presente informação, que reflete, à presente data, as necessidades aquisitivas das diversas áreas funcionais do Município cujo procedimento pré contratual implicará um compromisso plurianual (não previsto em sede de plano de atividades municipais espelhadas nas Grandes Opções do Plano do Orçamento do Município de Mafra para 2017), no que concerne a contratos de **aquisição de serviços** cumpre informar:



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público privadas, **está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal.**

Estabelece o n.º 15 do art.º 49.º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro (Orçamento de Estado para 2017), que sempre que os contratos de ***aquisição de serviços*** estejam sujeitas a autorização de encargos plurianuais o respetivo processo de autorização deve ser instruído nos termos dos n.ºs 3 e 5 ou com a fundamentação e justificação nos termos do n.º 2 do referido artigo, mencionando o n.º 4 do art.º 51.º sempre que os contratos de prestação de serviços na modalidade de tarefa e avença estejam sujeitas a autorização para assunção de encargos plurianuais, o processo de autorização deve ser instruído como Parecer Prévio Vinculativo a que se refere o n.º 1 deste artigo.

Sendo que menciona o **n.º 2 do referido artigo** que os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar os valores pagos em 2016;

Bem como, menciona o **n.º 3 do referido artigo** que em situações excecionais, prévia e devidamente fundamentada pode ser autorizada a dispensa do cumprimento do referido n.º2;

Ainda menciona o **n.º 5 do referido artigo** que a celebração de contrato com diferente objeto e contraparte de contrato vigente em 2016 implica a existência de uma autorização prévia acompanhada de compensação para efeitos de demonstração de que os encargos globais de 2017 não ultrapassam os encargos globais de 2016.

Nestes termos, considerando o mapa constante da presente informação, que reflete, à presente data, as necessidades aquisitivas das diversas áreas funcionais do Município cujo procedimento pré contratual implicará um compromisso plurianual (não previsto em sede de plano de atividades municipais espelhadas nas Grandes Opções do Plano do Orçamento do Município de Mafra para 2017), no que concerne a contratos de **aquisição de serviços** cumpre informar:



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

- ❖ **Serviços de Comunicações Fixas, Móveis e Dados Para as Instalações Municipais e Manutenção da Central Telefónica dos Paços do Concelho (2017-2020):** nos termos da alínea a) do n.º 8 do art.º 49.º da LOE a celebração de serviços essenciais não está sujeito ao cumprimento do referido n.º2;

- ❖ **Prestação de Serviços na área da medicina do trabalho (PSA):** conforme informação da Divisão de Recursos Humanos constante do Mod. PECO 10_3 constante da distribuição **EDOC/2017/24816** verifica-se um aumento do valor anual de 1.713,50€ (mil setecentos e treze euros e cinquenta cêntimos) para 2622,40€ (dois mil seiscentos e vinte e dois euros) resultante do aumento do n.º de colaboradores a quem será efetuada a análise em apreço, de 115 para 176, mantendo-se o custo unitário da análise inalterado (14,90€) o que demonstra o cumprimento da b) do n.º 2 do art.º 49.º da LOE;

- ❖ **Prestação de serviços na área da cultura (história de arte) em regime de avença:** Obtido parecer prévio vinculativo da competência do Exmo. Sr. Presidente da Câmara conforme despacho exarado sobre a informação **Interno/2017/9055** em anexo à presente informação;

- ❖ **Prestação de Serviços de análises bacteriológicas no âmbito das refeições escolares:** nos termos do n.º 6 do art.º 44.º do DL 25/2017 de 3 de março, a celebração de contratos de aquisição de serviços até ao montante global de 10.000€ está excecionada da autorização prévia prevista no referido n.º 5 do art.º 49.º da LOE;

- ❖ **Serviços de Wi-Fi nos centros históricos de Mafra e Ericeira:** nos termos do n.º 6 do art.º 44.º do DL 25/2017 de 3 de março, a celebração de contratos de aquisição de serviços até ao montante global de 10.000€ está excecionada da autorização prévia prevista no referido n.º 5 do art.º 49.º da LOE;

Face ao exposto, propõe-se a submissão da presente informação a deliberação do Executivo Municipal, tendo em vista a posterior aprovação da Assembleia Municipal dos compromissos plurianuais elencados.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património
Assunção de Compromissos Plurianuais

Designação do Procedimento Aquisitivo	Prazo Contratual	Valor Estimado Total (Com IVA)	Valor Estimado por Ano			
			2017	2018	2019	2020
Serviços de Comunicações Fixas, Móveis e Dados Para as Instalações Municipais e Manutenção da Central Telefónica dos Paços do Concelho (2017-2020)	36 meses	295 200,00 €	41 000,00 €	98 400,00 €	98 400,00 €	57 400,00 €
Prestação de Serviços na área da medicina do trabalho -PSA (Rastreio do Tumor da Próstata)	36 meses	7 867,20 €	437,07 €	2 622,40 €	2 622,40 €	2 185,33 €
Prestação de serviços na área da cultura (história de arte) em regime de avença	36 meses	51 364,80 €	8 560,80 €	17 121,60 €	17 121,60 €	8 560,80 €
Prestação de Serviços de análises bacteriológicas no âmbito das refeições escolares	10 meses	4 000,00 €	2 000,00€	2 000,00€	-	-
Serviços de Wi-Fi nos centros históricos de Mafra e Ericeira	36 meses	774,90€	129,15€	258,30€	258,30€	129,55€

À consideração superior

O Técnico Superior

(Vasco Mota)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

Concordo com o teor da informação. À consideração superior a obtenção do parecer prévio vinculativo e abertura de procedimento nos termos elencados.

Ana Viana
Diretora de Departamento

Concordo. À consideração superior a obtenção do devido parecer prévio e despacho de abertura.

Dulce Lourenço
Chefe de Divisão

DESPACHO

Concordo com a presente informação, passando os seus fundamentos de facto e de direito a fazer parte integrante do presente despacho, por se encontrarem observados os requisitos de que depende a possibilidade de celebração do contrato de serviços em apreço. Dispensando conforme fundamentado a compensação espelhada no n.º 5 do art.º 49.º da LOE. Emito, o devido parecer prévio vinculativo, nos termos conjugados do art.º 51.º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro (LOE) com o n.º 4 do art.º 44.º do DL 25/2017 de 3 de março, na sua atual redação, para a contratação em apreço, bem como, determino, vindo-se a obter a autorização prévia do Órgão Deliberativo para assunção de compromisso plurianuais, a abertura de procedimento por Ajuste Direto Regime Normal, nos termos alínea a) do n.º1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, para a "**Prestação de serviços na área da cultura (história de arte) em regime de avença.**", conforme proposto e termos elencados pelos serviços.

Hélder Sousa Silva
Presidente da Câmara

INFORMAÇÃO Interno/2017/9055

ASSUNTO: "Prestação de serviços na área da cultura (história de arte) em regime de avença." - Parecer Prévio Vinculativo

Atento o conjunto de elementos constantes da distribuição **EDOC/2017/26262**, exarada pelo Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, onde se elenca um conjunto de considerandos sobre o âmbito das regulares atividades da DTCD, nomeadamente no apoio técnico à área da Cultura na efetivação e operacionalização de projetos e eventos nomeadamente a criação e dinamização do espaço do Museu Raul de Almeida, e a carência de colaboradores com aptidões especializadas para o efeito particularmente habilitações



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

concernentes a História da Arte, o que remete para a necessidade de garantir a contratação de serviços especializados e assim o despoletar o devido procedimento concursal nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para a **“Prestação de serviços na área da cultura (história de arte) em regime de avença”, pelo prazo de 36 meses** considerando para o efeito um preço base de 41.760,00€ (quarenta e um mil setecentos e sessenta euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor a que corresponde um valor mensal de 1.160,00 € (mil cento e sessenta euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor

Considerando que a aquisição de serviços é, mais uma vez, objeto de regulação no **Orçamento de Estado para 2017 (Lei 42/2016, de 28 de dezembro)**, pelo que há que verificar se todos os requisitos de que a mesma depende, se encontram observados.

Assim, e como requisitos comuns a todo o tipo de prestação de serviços, estabelece o **n.º 1 do artigo 49.º** que os encargos globais com contratos de aquisição de serviços (com exceção dos contratos cofinanciados) não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016, o que, tal como consta da informação proveniente do Serviço de Contabilidade (informação de cabimento n.º 1934) para a qual se remete, se encontra observado.

Ainda, nos termos das disposições conjugadas dos **n.ºs 5 e 12 do artigo 49.º**, a celebração de novo contrato de aquisição de serviços com diferente objeto e contraparte de contrato vigente em 2016 carece de autorização prévia do Presidente do Órgão Executivo, devendo o pedido ser acompanhado de indicação, por parte do dirigente máximo do serviço com competência para contratar, da compensação a efetuar para efeitos de cumprimento do requisito de não ultrapassagem dos encargos globais previstos no referido n.º 1 do art.º 49.º.

Ora, não obstante, conforme atrás informado, se encontrar demonstrado o referido cumprimento do **n.º 1 do artigo 49.º**, importa vincar, atenta a fundamentação do serviço requisitante, remetendo a contratação em apreço para um novo contrato de aquisição de serviços com diferente objeto e contraparte de contrato vigente em 2016, o carácter excecional devido ao elevado volume de tarefas concernentes às atividades da responsabilidade da área da cultura nomeadamente no controlo e gestão do *espólio do Mestre escultor “Domingos Soares Branco”* e levantamento do património histórico artístico do concelho que acarreta um conjunto de iniciativas que requerem conhecimento técnico especializado.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

Já no que diz respeito à contratação de serviços na modalidade de tarefa e avença, tal possibilidade fica, de acordo com o prescrito no artigo 51.º da LOE, dependente da emissão de parecer prévio vinculativo, da competência do presidente do órgão executivo nos termos do n.º 4 do art.º 44.º do decreto-lei 25/201 de 3 de março, na sua atual redação, o qual verificará, no caso das autarquias locais, o caráter não subordinado da prestação, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e a emissão de declaração de cabimentação orçamental

Ora a prestação de serviços pretendida configura, pela sua própria natureza e características, execução de trabalho não subordinado e foi garantido o devido cabimento (conforme informação de cabimento n.º 1934), pelo que estão reunidos os requisitos de que depende a emissão do parecer prévio vinculativo para a contratação pretendida.

Propõe-se, **ainda** que se proceda à abertura de procedimento Ajuste Direto Regime Normal nos termos da alínea do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para a “**Prestação de serviços na área da cultura (história de arte) em regime de avença**”, conforme peças procedimentais em anexo, nos seguintes termos:

1. Preço Base: Considerar como preço base, para o procedimento supramencionado um valor total de **41.760,00€ (quarenta e um mil setecentos e sessenta euros)** acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor;
2. Prazo para a prestação do serviço: 36 meses
3. Prazo para a apresentação das propostas: 2 (dois) dias.
4. Dever-se-á convidar a apresentar proposta, de acordo com o proposto pelos serviços, a seguinte entidade:

❖ **Ana Sofia Correia Machado** (NIF: 200986660), com domicílio na Rua da Rabeja, nº2, Salgados, 2640-577 Mafra / e-mail: asofiacmachado@hotmail.com

Pelo que, se submete à consideração superior a abertura de procedimento nos termos elencados.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património

X

Vasco Mota
Técnico Superior

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2017						
Classificação Orgânica 0401		DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA E DESPORTO				
Classificação Económica 010107		Remunerações Certas e Permanentes Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença				
Classificação Funcional						
N.º Rubrica do Plano						
		Ano Corrente	2018	2019	2020	Seguintes
1	Orçamento Inicial	200.000,00				
2	Reforços / Anulações	30.000,00				
3	Congel. / Descongela. (não aplicável)					
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido	230.000,00				
5	Encargos Assumidos (a)	213.545,48				
6 = 4 - 5	Saldo Disponível	16.454,52				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	8.560,80				
8 = 6 - 7	Saldo Residual	7.893,72				

Data: 2017/06/20 Numero de lançamento no diário do orçamento: 6700

Proposta de Cabimento n.º 2017/1934

AJUSTE DIRECTO - A), N.º1, ART.º20º - SERVIÇOS - CONFORME O PEDIDO DE AQUISIÇÃO N. 1037/2017 - PCO ADBS 62/2017 "Prestação de serviços na área da cultura (história de arte) em regime de avença" - EDOC/2017/26262 - ANA MARTINS\Para efeitos do estipulado no n.º 1 do art.º 49.º da Lei 42/2016 de 28 de dezembro informa-se que o valor cabimentado até ao momento no que concerne à aquisição de serviços, (não cofinanciados), cumpre o exigido em tal clausulado.

DULCE MARIA DUARTE LOURENÇO
2017.06.20 15:51:25 +01'00'



31
P.

MINUTA

(n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro)

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA REUNIÃO DE 2017/06/23

PROC.º 16.1.3/2017/1

ASSUNTO: Proposta de alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Mafra, no âmbito da transposição das normas do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Alcobaca – Mafra. -----

INFORMAÇÕES/PARECERES: Presente, em anexo, a Informação Interno/2017/8941, elaborada a 19 de maio de 2016, na Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe da Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística e do Diretor do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente, ambos datados da mesma data, bem como o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

DELIBERAÇÃO: Atenta a informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo do n.º 3 do art.º 121.º do atual regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, o Dec. Lei n.º 80/2015, de 14 maio, conjugado com o art.º 78.º da Lei de Base Gerais da política Pública de Solos, de ordenamento do território e de Urbanismo, a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, concordar com a alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal, em cumprimento da transposição das normas do POOC Alcobaca-Mafra, e que incide sobre o regulamento (art.º 1.º; art.º 2.º; art.º 3.º; art.º 4.º, art.º 12.º; art.º 15.º; art.º 16.º; art.º 17.º; art.º 18.º; art.º 19.º; art.º 20.º; art.º 21.º; art.º 22.º, art.º 23.º; art.º 24.º; art.º 25.º; art.º 26.º; art.º 48.º; art.º 53.º, art.º 54.º; art.º 61.º; art.º 68.º-A; art.º 68.º-B; art.º 73.º; art.º 109.º; art.º 113.º; Anexo V – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão) e planta de ordenamento (carta de classificação e qualificação do solo; regime da zona de proteção e salvaguarda na orla costeira). -----

ASSINATURAS:





MINUTA

(n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro)

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA REUNIÃO DE 2017/06/23

PROC.º 16.1.3/2017/1

ASSUNTO: Proposta de alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Mafra, no âmbito da transposição das normas do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Alcobaça – Mafra. -----

DELIBERAÇÃO (CONTINUAÇÃO): Deliberou, ainda, enviar a declaração da alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal, à Assembleia Municipal, à CCDRLVT e ao diário da república, 2.ª série, nos termos do art.º 121.º do RJIGT, conjugado com o art.º 191.º do mesmo regime jurídico. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade-/ Maioria. -----

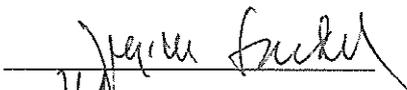
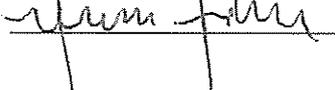
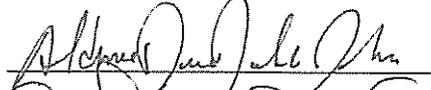
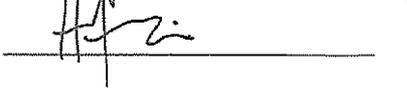
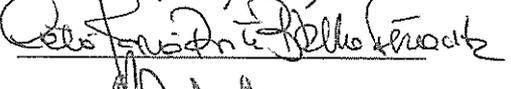
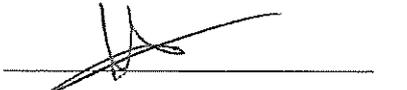
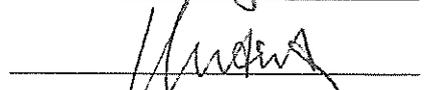
Votos a favor: D.º VEREADORES DO PROPSO, DA COM. E DO M. RESIDENC

Votos contra: -----

Abstencões: DO VEREADORES DO PS

Declarações de voto: VEREADORIA CONDIZETE VAREIRO

ASSINATURAS:





CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente
Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística

PARECER

Concordo. À consideração Superior.

19/06/2017

X 

Bruno Miranda
Diretor do DUOMA
Assinado por: BRUNO MANUEL FRANCO MIRANDA

Concordo com a informação prestada. Proponho o envio à reunião de Câmara Municipal.

19/06/2017

X 

Pedro Martins
Chefe da DPTGU
Assinado por: PEDRO MIGUEL DO AMARAL MARTINS

DESPACHO

Concordo. À Reunião de Câmara.

X 

Hélder Sousa Silva
O Presidente da Câmara

INFORMAÇÃO Interno/2017/8941

ASSUNTO: Proposta de alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Mafra, no âmbito da transposição das normas do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Alcobaga – Mafra

1. O atual Plano Diretor Municipal (PDM) de Mafra, elaborado ao abrigo do anterior regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), o Dec. Lei n.º 380/1999, de 22 de setembro, foi publicado através do **aviso n.º 6614/2015, de 15 de junho**, após a sua aprovação na reunião da assembleia municipal em sessão extraordinária de 30 de abril de 2015, tendo entrado em vigor aquando da entrada em vigor da **Portaria n.º 292/2015, de 18 de setembro, que delimitou a Reserva Ecológica Nacional** na área territorial do município de Mafra.

De acordo com o art.º 1.º do regulamento do PDM, este plano determina as orientações e regras de uso e ocupação e a transformação do solo para a totalidade da área territorial do município de Mafra e articula as orientações dos instrumentos de gestão territorial hierarquicamente superiores



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística

que abrangem este território, designadamente o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Alcobaça – Mafra, ainda em vigor.

2. O **POOC Alcobaça – Mafra, aprovado pela R.C.M n.º 11/2002, de 17 de janeiro**, consiste, ao abrigo do anterior RJGIT, num **plano especial de ordenamento do território**, de âmbito nacional, que define regimes de ocupação e uso do solo, que vinculam direta e imediatamente os particulares, e que prevaleçam sobre os planos territoriais municipais, não podendo vir a ser alterado ou revisto pelos planos municipais de ordenamento do território.
3. Aquando da entrada em vigor da atual **Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio**, ficou estabelecido que apenas os planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal, através da classificação e qualificação do solo, vinculam direta e imediatamente os particulares, conforme o n.º 2 do art.º 46.º. A referida Lei, estabelece ainda que os planos especiais de ordenamento do território, designadamente o POOC Alcobaça – Mafra, passam a programas especiais de ordenamento do território, vinculando apenas as entidades públicas, conforme o disposto no n.º 1 do art.º 46.º da aludida Lei.

A **Lei de bases gerais**, no âmbito do seu regime transitório e de acordo com o previsto no **art.º 78.º**, define também que o conteúdo dos planos especiais de ordenamento do território deve ser vertido para o plano diretor municipal, conforme **fichas de identificação das normas relativas aos regimes de salvaguarda de valores naturais, diretamente vinculativos dos particulares, a transpor para os planos municipais**. No pressuposto anterior, a CCDRLVT remete às Câmaras Municipais as fichas de identificação das normas dos PEOT a transpor para PMOT a 29 de junho de 2015, as quais devem ser transpostas para os planos diretores municipais até 29 de junho de 2017, **de acordo com o previsto no n.º 4 do art.º 78.º da Lei de bases gerais e em conformidade com o atual RJGIT, Dec. Lei n.º 80/2015, de 14 maio, nos termos do respetivo art.º 198.º**.

A falta de transposição das normas do POOC Alcobaça Mafra, determina que, na área abrangida por aquele plano, não haverá lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo, e que, para todo o território municipal, ficará suspenso o direito a candidaturas e a apoios financeiros comunitários e nacionais, bem como a celebração de contratos-programa, até à data da conclusão de transposição das respetivas normas, conforme o disposto nos n.º 1, 3 e 4 do art.º 29.º do RJGIT.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente
Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística

4. Na sequência do previsto pela aludida Lei de bases gerais e do atual RJIGT, e de modo a proceder à transposição das normas do POOC Alcobaça Mafra para o PDM de Mafra, atualmente em vigor, os serviços técnicos da Câmara Municipal reuniram com a CCDRLVT, a 26 de janeiro e a 5 de junho do corrente ano, a qual vem a remeter os seus contributos sob a forma de comentários a 6 de junho último.

5. No pressuposto anterior, os **serviços técnicos da Câmara Municipal procederam ao desenvolvimento de uma proposta de alteração do PDM de Mafra**, atualmente em vigor, **que se limita a transpor o conteúdo das normas do POOC Alcobaça-Mafra**, diretamente vinculativas dos particulares, através da ponderação das fichas de identificação das normas a transpor, enviadas pela CCDRLVT, e dos comentários enviados por aquela entidade.

Desta forma, e nos termos do referido na alínea a), do n.º 1.º, do art.º 121.º do atual RJIGT, o procedimento de alteração por adaptação do PDM, visa dar cumprimento ao enquadramento legal atrás descrito, não constituindo qualquer decisão autónoma de planeamento, apenas transpondo para o PDM, o conteúdo do ato legislativo e regulamentar do POOC Alcobaça Mafra, nos termos do n.º 2 do art.º 121.º do referido regime jurídico, e em conformidade com o art.º 78.º da Lei de base gerais.

A proposta de alteração por adaptação do PDM de Mafra, é apresentada em anexo à presente informação, e consiste no seguinte:

- **Alteração do regulamento:** art.º 1.º; art.º 2.º; art.º 3.º; art.º 4.º, art.º 12.º; art.º 15.º; art.º 16.º; art.º 17.º; art.º 18.º; art.º 19.º; art.º 20.º; art.º 21.º; art.º 22.º, art.º 23.º; art.º 24.º; art.º 25.º; art.º 26.º; art.º 48.º; art.º 53.º, art.º 54.º; art.º 61.º, art.º 73.º; art.º 109.º; art.º 113.º; Anexo V – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão.
- **Aditamento do regulamento:** art.º 68.º-A; art.º 68.º-B.
- **Alteração da planta de ordenamento, carta de classificação e qualificação do solo:** alteração da legenda para identificação da zona na orla costeira.
- **Aditamento da planta de ordenamento, carta de regime da zona de proteção e salvaguarda na orla costeira:** identificação do extrato da planta síntese do POOC Alcobaça Mafra.

6. Nos termos do n.º 3 do art.º 121.º do atual RJIGT, a alteração por adaptação do PDM depende de mera declaração da entidade responsável pela elaboração do PDM, neste caso a Câmara Municipal de Mafra, a qual deve ser emitida no prazo de 60 dias, através da alteração



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística

dos elementos referidos que integram o PDM, aplicando-se ainda o art.º 191.º do mesmo regime jurídico, relativamente à publicação da respetiva declaração no diário da república 2.ª série.

A referida declaração é transmitida previamente ao órgão responsável pela aprovação do Plano, a Assembleia Municipal, e à CCDRLVT e remetida para depósito nos termos do RJIGT.

- 7. Considerando o referido nos números anteriores, julgam estes serviços que os elementos que constituem o PDM de Mafra, sujeitos a alteração por adaptação, em cumprimento da transposição das normas do POOC Alcobaça Mafra, devem ser presentes à Câmara Municipal, para concordância e envio, da respetiva declaração, ao diário da república, à Assembleia Municipal e CCDRLVT, nos termos do art.º 121.º do RJIGT, conjugado com o art.º 78.º da Lei de base gerais.**

Mafra, 19 de junho de 2017

19/06/2017

X Sofia dos Santos

Sofia dos Santos

Assinado por: SOFIA MARGARIDA BRANCO DOS SANTOS

A Coordenadora da Área de Planeamento e Ordenamento do Território.